



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Jonatã Vieira Cledes

**A Fixação da Barra do Rio Araranguá, SC: Disputas, Desastres e História Ambiental
(1896-2014)**

Florianópolis
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Jonatã Vieira Cledes

A Fixação da Barra do Rio Araranguá, SC: Disputas, Desastres e História Ambiental
(1896-2014)

Florianópolis

2025

Jonatã Vieira Cledes

**A Fixação da Barra do Rio Araranguá, SC: Disputas, Desastres e História Ambiental
(1896-2014)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História Global.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Samira Peruchi Moretto
Coorientador: Prof. Dr. Marcos Fábio Freire
Montysuma

Florianópolis

2025

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.

Dados inseridos pelo próprio autor.

Clemes, Jonatã

A Fixação da Barra do Rio Araranguá, SC : Disputas,
Desastres e História Ambiental (1896-2014) / Jonatã Clemes
; orientadora, Samira Moretto, coorientador, Marcos
Montysuma, 2025.

218 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. História. 2. Rio Araranguá. 3. Desastres
Socioambientais. 4. Enchentes e Inundações. I. Moretto,
Samira . II. Montysuma, Marcos. III. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV.
Título.

Jonatã Vieira Cledes

**A Fixação da Barra do Rio Araranguá, SC: Desastres, Disputas e História Ambiental
(1896-2014)**

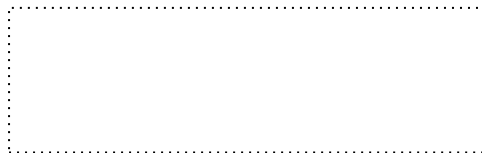
O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, no dia 05 de setembro de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Carlos Renato Carola, Dr.
Universidade do Extremo Sul Catarinense

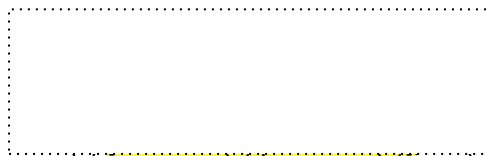
Prof. Alfredo Ricardo Silva Lopes, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Haruf Salmen Espindola
Universidade Vale do Rio Doce

Certificamos de que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em História Global.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História



Prof^a. Dr^a. Samira Peruchi Moretto
Orientadora

Florianópolis, 2025

AGRADECIMENTOS

Até concretizar o meu ingresso no PPGH-UFSC entre os anos de 2020-21, tive algumas tentativas frustradas em seleções anteriores. Durante o processo de recobrar forças para um novo processo seletivo que aconteceria apenas no ano seguinte, refazendo pontos críticos do projeto proposto, adicionando novas leituras e fontes, tive ao meu lado pessoas que sempre me apoiaram e instigaram a continuar tentando até atingir os meus objetivos. A todas essas pessoas, presentes nos momentos difíceis, quando no resultado final meu nome não constava entre os classificados, e nos momentos felizes, seja com o meu ingresso no Doutorado UFSC, seja agora no encerramento de mais um importante ciclo em minha vida, o meu mais sincero obrigado!

Não posso deixar de registrar aqui um agradecimento especial à minha família: minha mãe, Andréa; meu pai, José; e meu irmão, Andrey. Obrigado pelo apoio incondicional. À minha namorada, Giselle, parceira e companheira da vida. De boa parte das ideias e teorias que constam nesta tese, foi ela quem ouviu, pacientemente, o primeiro esboço! Ao meu grande amigo Héctor, pelas cervejinhas no verão quente do Arroio do Silva. Afinal, relaxar também é preciso! Ao camarada Tom, pelas indicações e leituras substanciais, tanto para a construção do projeto quanto para a realização da presente tese. A Mari, Guto e Caetano, pelas cervejinhas e cafés, importantes para recuperar o fôlego das constantes leituras e escrita no decorrer desses anos. A Josiel, sempre disposto a ler e tecer observações sobre textos e artigos que compõem a presente pesquisa, além de compartilhar seu conhecimento em bibliografia local sobre o município de Araranguá, sempre de grande ajuda!

Aos meus orientadores, os professores: Marcos Fábio Freire Montysuma, pela competência de suas indicações e análises e, sobretudo, pela humanidade com a qual conduziu o período em que foi meu orientador (entre 2021-2025), sempre preocupado em como eu estava conciliando vida pessoal, trabalho, escrita da tese e cumprimento das disciplinas exigidas pelo PPGH; Samira Peruchi Moretto, minha orientadora nesta reta final em 2025, pela experiência e atenção, sempre apresentando ótimas sugestões e perspectivas acerca do que poderia ser melhorado na fase final de escrita da tese.

Também gostaria de deixar aqui um agradecimento especial ao grande intelectual e professor Carlos Walter Porto-Gonçalves (*in memoriam*). Sua perspicácia, profunda inteligência e humildade foram muito importantes, me instigando e ajudando de maneira substancial a pensar pontos centrais que desenvolvo na tese. Espero algum dia me tornar um professor como ele.

Não poderia deixar de fora dos agradecimentos os moradores do bairro Barranca e da Comunidade de Ilhas. Todos me receberam de forma amigável e respeitosa, seja para me tirar dúvidas a respeito das dinâmicas locais do rio Araranguá, seja para me indicar conhecidos que poderiam contribuir com os objetivos da tese e, principalmente, ao concederem entrevistas — sem as quais a presente pesquisa não seria possível.

Agradeço a todos os funcionários que fizeram/fazem parte da administração do acervo que integra o Arquivo Histórico Municipal de Araranguá, pelo ótimo atendimento no decorrer desses anos. Estendo também meus agradecimentos aos trabalhadores da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Araranguá, em especial ao arquiteto Nelson Prohmann, que se disponibilizou a averiguar todas as fontes remanescentes na PMA acerca do tema estudado.

Por último, o meu agradecimento à UFSC, universidade pública, gratuita e de qualidade. É incomensurável sua importância em minha formação e visão de mundo. E, também, o meu agradecimento ao Programa de Assistência Financeira Estudantil do Ensino Superior de Santa Catarina – UNIEDU¹, por financiar e tornar esta pesquisa possível.

¹ Programa este, infelizmente, revogado pelo Governo do Estado de Santa Catarina; fui um de seus últimos contemplados.

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim do mundo.

(KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*)

RESUMO

A presente pesquisa centra-se em analisar as propostas de Fixação da Barra do Rio Araranguá enquanto alternativa para prevenir e mitigar a ocorrência de enchentes e inundações no município de Araranguá, Santa Catarina. Para isto, salienta-se o seguinte recorte temporal: primeiro, situado entre 1896-1916. Neste momento, a justificativa para o empreendimento se dava exclusivamente sob o ponto de vista econômico, julgava-se necessário construir válvulas sólidas para escoar os produtos econômicos do município de Araranguá e região. Entre as décadas de 1920-1960, o projeto é engavetado devido a extensão do trecho Sul da EFDTC que ligara os municípios de Araranguá/Criciúma, possibilitando por quatro décadas o transporte seguro tanto do contingente populacional regional, quanto de suas produções. Porém, a partir da segunda metade do século XX, sem esquecer da ascensão dos impactos provocados pelas mudanças climáticas, em conjunto com particularidades de âmbito local, delineia-se um aumento vertiginoso na ocorrência de desastres socioambientais em Araranguá, sobretudo causado por enchentes e inundações. Neste contexto, o projeto de Fixação da Barra do Rio Araranguá novamente é elencado, agora, como meio para sanar as problemáticas socioambientais presentes no município. Desta forma, destaca-se o segundo recorte temporal que estende-se entre 1974-2014. Ao mesmo tempo em que o projeto obteve apoio de boa parte da sociedade civil e imprensa, conseguindo a administração pública municipal, no ano de 2009, o financiamento para a realização da obra mediante articulação com o Governo Federal. Alguns problemas foram suscitados com relação ao possível local de sua realização. Primeiro, destaca-se o intento da Prefeitura Municipal de Araranguá ao defender a alternativa 1 para realizar a Fixação da Barra do Rio Araranguá em frente a Comunidade do Morro Agudo. Segundo, salienta-se a discordância efetuada pela Comunidade Pesqueira de Ilhas que alegou que tal alternativa traria impactos profundos ao seu modo de vida, inclusive, podendo tornar a Comunidade inabitável dentro de algumas décadas. Para isto, propôs realizar a obra de acordo com alternativa 2, contida no EIA-RIMA construído. E, terceiro, analisou-se as diversas inconsistências presentes no projeto, que não apresentou de modo concreto dados que atestassem a efetividade em prevenir e mitigar novas ocorrências de enchentes e inundações, que fizeram com que o MPF e Ibama rejeitassem o licenciamento ambiental para realizar a obra.

Palavras-chave: Rio Araranguá, Desastres Socioambientais, Enchentes e Inundações.

ABSTRACT

This research focuses on analyzing the proposals to Fix the Estuary of the Araranguá River as an alternative to prevent and mitigate the occurrence of floods in the city of Araranguá, Santa Catarina. For this, the following time frame is highlighted: first, between 1896-1916. At this time, the justification for the project was exclusively from an economic point of view; it was thought necessary to build solid valves to drain the economic products of the city of Araranguá and the region. Between the 1920s and 1960s, the project was shelved due to the extension of the southern section of the EFDTC that connected the cities of Araranguá/ Criciúma, making the safe transportation of both the regional population and its production a possibility for four decades. However, from the second half of the 20th century, without forgetting the increase in the impacts caused by climate change, together with local particularities, there was a vertiginous increase in the occurrence of socio-environmental disasters in Araranguá, mainly caused by floods and inundations. In this context, the Estuary of the Araranguá River Fixation project is once again listed as a means to solve the socio-environmental problems present in the city. Thus, the second time frame, which extends from 1974 to 2014, stands out. At the same time, the project received support from a large part of civil society and the press, and in 2009 the city government obtained financing to carry out the project through coordination with the Federal Government. Some problems were raised regarding the possible location for its implementation. First, it is highlighted the intention of the city Government of Araranguá in defending alternative 1 to carry out the Fixation of the Estuary of the Araranguá River across from the Community of Morro Agudo. Second, it is pointed out the disagreement made by the Fishing Community of Ilhas, which claimed that such an alternative would have profound impacts on their way of life, including the possibility of making the Community uninhabitable within a few decades. To this end, it was proposed to carry out the work according with alternative 2, contained in the constructed EIA-RIMA. And, thirdly, the various inconsistencies present in the project were analyzed, which did not present concrete data that attested to the effectiveness in preventing and mitigating new occurrences of floods and inundations, which caused the MPF and Ibama to reject the environmental licensing to carry out the work.

Keywords: Araranguá River; socio-environmental disasters; floods and inundations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá.....	19
Figura 2 – A Barra do rio Araranguá.....	21
Figura 3 – Croqui B Referente à Abertura da Barra do Rio Araranguá.....	32
Figura 4 – A Grande Aceleração.....	41
Figura 5 – Aumento de Desastres entre 1900-2023.....	42
Figura 6 – Reportagem Sobre a Abertura da Barra do Rio Araranguá em 1977.....	69
Figura 7 – Localização do Bairro Barranca.....	81
Figura 8 – Reportagem “Enchente atinge o extremo sul”, <i>Sem Censura</i> , maio de 2008.....	85
Figura 9 – Reportagem sobre a interdição da rodovia BR-101, <i>Jornal da Manhã</i> , maio de 2008.....	86
Figura 10 – Impacto da inundação sobre a agricultura, <i>Jornal Sem Censura</i> , maio de 2008.....	89
Figura 11 – Previsão para restabelecer o tráfego pela BR-101, <i>Jornal da Manhã</i> , maio de 2008.....	89
Figura 12 – Ajuda estadual aos atingidos pelas cheias, <i>O Tempo Diário</i> , maio de 2008.....	93
Figura 13 – “Natureza se manifesta através das águas”, <i>O Tempo Diário</i> , maio de 2008.....	93
Figura 14 – Coluna Socioambiental no jornal <i>O Tempo Diário</i> , maio de 2008.....	94
Figura 15 – Vista aérea do bairro Barranca.....	100
Figura 16 – Vista aérea do bairro Barranca atingido pela inundação de janeiro de 2009.....	101
Figura 17 – Vista aérea do bairro Barranca atingido pela inundação de janeiro de 2009.....	101
Figura 18 – Capa do jornal <i>Diário Catarinense</i> , janeiro de 2009.....	103
Figura 19 – Capa do <i>Jornal da Manhã</i> , janeiro de 2009.....	103
Figura 20 – Capa do jornal <i>Sem Censura</i> , janeiro de 2009.....	104
Figura 21 – Atingidos pela inundação de janeiro de 2009 e a presença do Governador do Estado de SC, <i>Sem Censura</i>	106
Figura 22 – Cobertura do <i>Diário Catarinense</i> sobre os atingidos pela inundação de janeiro de 2009.....	107
Figura 23 – Capa do <i>Jornal da Manhã</i> sobre o restabelecimento do tráfego na BR-101, janeiro de 2009.....	112
Figura 24 – Reportagem do jornal <i>Diário Catarinense</i> sobre restabelecimento do tráfego na BR-101, janeiro de 2009.....	112

Figura 25 – Reportagem do jornal <i>Sem Censura</i> sobre restabelecimento do tráfego na BR-101, janeiro de 2009.....	113
Figura 26 – Vista Aérea da Barra do Rio Araranguá.....	151
Figura 27 – Alternativa Locacional 1 (ENGERA) para a fixação da Barra do Rio Araranguá.....	151
Figura 28 – Vista aérea da Barra do Rio Araranguá.....	153
Figura 29 – Alternativa Locacional 2 (ENGERA) para a Fixação da Barra do Rio Araranguá.....	153
Figura 30 – Alternativa Locacional 1 (ACQUAPLAN) para a Fixação da Barra do Rio Araranguá.....	156
Figura 31 – Alternativa Locacional 2 (ACQUAPLAN) para a fixação da Barra do Rio Araranguá.....	157
Figura 32 – Localização da Comunidade Pesqueira de Ilhas.....	163
Figura 33 – Bacia Hidrográfica do Rio Mondego.....	181
Figura 34 – Molhes do estuário de Figueira da Foz.....	183
Figura 35 – Vista aérea do estuário de Figueira da Foz.....	185
Figura 36 – Molhes do Estuário do Rio Mampituba (divisa entre SC e RS).....	197

LISTA DE SIGLAS

AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AVADAN	Avaliação de Danos
BHRA	Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá
COAMA	Conselho Ambiental do Município de Araranguá
CPE	Coastal Planning e Engineering do Brasil
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DNPVN	Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis
EFDTC	Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina
FAMA	Fundação Ambiental de Araranguá
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INPH	Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
LABIMHA	Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental
MPF	Ministério Público Federal
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMA	Prefeitura Municipal de Araranguá
PP	Partido Progressista
PSD	Partido Social Democrático
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAMAE	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
UAMA	União das Associações de Moradores Araranguá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE FIXAÇÃO DA FOZ DA BARRA DO RIO ARARANGUÁ – 1896-1916.....	24
3	A PAUTA AMBIENTAL GANHA ÊNFASE: O ANTROPOCENO E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS SOB A ÓTICA GLOBAL.....	36
3.1	ANTROPOCENO – BREVES CONSIDERAÇÕES.....	36
3.2	HISTÓRIA GLOBAL E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: PENSANDO O GLOCAL.....	48
4	A FIXAÇÃO DA BARRA DO RIO ARARANGUÁ ENTRE 1974-2009: DISPUTAS E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS.....	62
4.1	A ASCENSÃO DA PAUTA AMBIENTAL E AS ABERTURAS DA BARRA DO RIO ARARANGUÁ EM 1977 E 1987.....	62
4.2	AS INUNDAÇÕES DE 2008 E 2009 NO MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ.....	77
4.3	INUNDAÇÃO DE MAIO DE 2008: BREVE HISTÓRICO.....	80
4.4	DESASTRE SOCIOAMBIENTAL E A IMPRENSA: A INUNDAÇÃO DE MAIO DE 2008.....	83
4.5	JANEIRO DE 2009: A SEGUNDA MAIOR INUNDAÇÃO REGISTRADA NA HISTÓRIA DE ARARANGUÁ.....	97
5	“TU VAI TIRAR ESSA COMUNIDADE? TU VAI APAGAR UMA HISTÓRIA?”.....	115
5.1	A CENTRALIDADE SOCIOECONÔMICA DO BAIRRO BARRANCA (1920 - 1960).....	118
5.2	A PERCEPÇÃO ACERCA DE ENCHENTES E INUNDAÇÕES.....	123
5.3	A ESTIGMATIZAÇÃO E O ISOLAMENTO SOCIAL DOS MORADORES DO BAIRRO BARRANCA.....	133
6	A RETOMADA DO PROJETO DE FIXAÇÃO DA BARRA DO RIO ARARANGUÁ: IMPASSES E INCERTEZAS – 2009-2014.....	143
6.1	DA VINCULAÇÃO AO PAC ÀS CONSULTAS PÚBLICAS – 2009-2011.....	143
6.2	OS MORADORES DE ILHAS E A FIXAÇÃO DA BARRA: DISCORDÂNCIAS E ALTERNATIVAS.....	163

6.3	COMPARAÇÃO COM OUTRAS LOCALIDADES: O CASO DO ESTUÁRIO DO RIO MONDEGO, PORTUGAL.....	179
6.4	TENTATIVAS DE READEQUAR O PROJETO E A NÃO REALIZAÇÃO DA OBRA – 2012-2014.....	188
7	CONCLUSÃO.....	205
8	REFERÊNCIAS.....	209

1 INTRODUÇÃO

Localizado no extremo sul de Santa Catarina, o rio Araranguá, de nome homônimo ao município em que seu curso transcorre até desaguar no Oceano Atlântico, sedimentou, em suas margens, diferentes construções históricas dotadas das mais variadas especificidades socioambientais, que marcam a interação dos seres humanos com a natureza. Brevemente, podemos elencar o registro de populações de Sambaquis, com datação de ocupação entre 4.000 a 1.500 anos atrás², de Carijós³, concentrando sua ocupação nas áreas litorâneas, de Xokleng, que no verão ocupavam o litoral e no outono deslocavam-se para o Planalto. E, a partir dos séculos XVI e XVII, com o início do processo de colonização da América portuguesa, houve a presença de missionários jesuítas e bandeirantes, na qual estes últimos comercializaram indígenas Carijós às margens dos rios situados no Sul Catarinense para serem reduzidos à escravidão durante o ciclo de produção de açúcar no Brasil Colônia⁴. No século XVIII e, sobretudo, no XIX, destacam-se a presença de africanos escravizados⁵ e a intensificação da chegada de imigrantes italianos e alemães na região.

No decorrer do século XX, o rio Araranguá é aludido por sua piscosidade e beleza, dotado pela particular característica de troca de cores, oscilando entre tons de azul e esverdeado, atributo responsável por gerar o apelido carinhoso na região de “Nilo Araranguense”. À medida que se intensifica o processo de urbanização e de industrialização da região Sul Catarinense, ascende um modo predatório, sob o ponto de vista ambiental, da natureza, em que se acentuam, em larga escala, os desmatamentos de vegetação nativa e mata ciliar, direcionados para o estabelecimento de áreas agrícolas, residenciais, comércios e estradas.

² SHEIBE, Luiz Fernando; BUSS, Maria Dolores; FURTADO, Sandra Maria de Arruda. **Atlas Ambiental da Bacia do Rio Araranguá**: Santa Catarina – Brasil. Florianópolis: Ed. UFSC: Cidade Futura, 2010, p. 20.

³ O historiador Rodrigo Lavina argumenta que em Santa Catarina a chegada dos Carijós data de 1.000 anos atrás. In: LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis. In: LAVINA, Rodrigo; BRANCHER, Ana (org.) **História de Santa Catarina** (estudos contemporâneos). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 76. Porém, no sul de SC, pondera o historiador Josiel dos Santos, esse processo é mais recente, delineando-se por volta de 1360-1470 a.D. e 1449-1614 a.D. In: SANTOS, Josiel dos. **Arqueologia Guarani e sistema de assentamento no extremo sul de Santa Catarina**. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

⁴ Santos, 2016, p. 128-130.

⁵ Sobre a presença de africanos escravizados na freguesia do Araranguá, o historiador Antônio César Sprícigo, ao analisar inventários post-mortem e registros de batismos e nascimentos, arquivados no Fórum Municipal de Araranguá e na Diocese de Criciúma, relata que no ano de 1866 existiam 3.376 seres humanos livres e 907 escravizados. Ou seja, ¼ da população residente na Freguesia do Araranguá era formada por populações de africanos escravizados. In: SPRÍCIGO, Antônio Cesar. **Sujeitos esquecidos, sujeitos lembrados**: escravidão na freguesia do Araranguá no Século XIX. Caxias do Sul, RS: [s.n.], 2007. 189 p.

Simultaneamente ao crescimento populacional e à geração de emprego e renda experienciados no município de Araranguá, durante a segunda metade do século XX, os reveses socioambientais provocados pelo intenso uso de agrotóxicos, com impactos afetando a qualidade hídrica e do solo (além da saúde dos trabalhadores e consumidores), e pela presença de resíduos poluentes derivados da produção carbonífera, empreendida no município vizinho de Criciúma, que desaguam no rio Araranguá pelo seu afluente, o rio Mãe Luzia, acrescidos do despejo de esgotos urbanos em seu curso, afetaram exponencialmente os ciclos e dinâmicas naturais na região Sul Catarinense.

Isso foi sentido pela população na diminuição de espécies de peixes⁶ como: tainha (*Mugil platanus*), enchova (*Pomatomus saltator*), corvina (*Micropogonias furnieri*), robalo (*Centropomus ensiferus*), pampo (*Trachinotus carolinus*), miraguaia (*Pogonias cromis*), bagre (*Genidens genidens*), entre muitos outros, encontrados com facilidade em décadas anteriores no rio Araranguá. No entanto, há uma complexa rede de seres impactados que abrange desde “micro-organismos como bactérias, algas e fitoplânctons, que influem na temperatura da água, na quantidade de oxigênio e na incidência de luz”⁷. Nos zooplânctons, “que servem de alimento a moluscos, vermes, insetos e outros invertebrados vários. De modo, que toda essa biomassa aquática é ingerida como alimento pelos peixes”⁸.

Sem esquecer da complexa gama de seres vivos afetados pela diminuição da mata ciliar e sobre como esse processo influi na significativa perda de qualidade hídrica diagnosticada no local de estudo. O desmatamento em larga escala, além de gerar a erosão do solo, diminui de maneira significativa a presença de animais dispersores de sementes, que ajudam na conservação das florestas. Um deles, considerado até pouco tempo atrás “como pragas que atacavam animais domésticos, são os morcegos. Estes chegam a transportar em torno de 500 sementes a cada noite”⁹. Brevemente, pode se destacar também a presença de aves como o gavião-real, o aracuã, o gavião-tesoura. Mamíferos como o preá, o ouriço-caixeiro, a capivara, o bugio. Anfíbios como o sapo-martelo, a rã-chorona e o sapo-guarda, que, “além de comerem insetos, sendo um indicador de qualidade ambiental, são consumidos por cobras, lagartos, aves,

⁶ Conforme veremos no decorrer desta pesquisa, a percepção em torno da diminuição na quantidade de peixes no rio Araranguá ocorreu durante a segunda metade do século XX. A partir dos anos 2000 os relatos são de melhora no número de pescados.

⁷ HOBOLD, Paulo. **A História de Araranguá**: complementada por Alexandre Rocha. Araranguá: [s.e], 2005, p. 281.

⁸ HOBOLD, 2005, p. 282.

⁹ ADAMI, Rose Maria; CUNHA, Yasmine Moura da; FRANK, Beate. **Caderno do educador ambiental das bacias dos rios Araranguá e Urussanga**: adaptado do Caderno do educador ambiental. Criciúma: Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí, 2010, p. 74.

mamíferos, peixes e outros anfíbios adultos”¹⁰. Toda essa teia da vida é afetada com as dinâmicas poluentes, acrescidas a partir da segunda metade do século XX, em Araranguá.

Neste contexto, registrou-se o aumento vertiginoso na ocorrência de desastres socioambientais na área de estudo, em especial, provocados por enchentes e inundações, impactando, principalmente, os moradores do bairro Barranca. Uma área de risco (situação que foi construída no tempo e espaço) localizada, de um lado, à margem esquerda do rio Araranguá e, por outro, cercada por canchas destinadas à produção de arroz irrigado e pela rodovia BR-101.

Propõe-se compreender a ocorrência de enchentes e inundações no município de Araranguá, por meio da utilização do conceito de desastre socioambiental, para refletir sobre os fatores humanos, construídos no tempo e espaço, que atuam em conjunto com os fatores naturais para que o desastre aconteça. Pois, se não é possível impedir a precipitação de fortes chuvas, é possível, mediante a construção de um planejamento urbano capaz de equacionar qualidade de vida e a promoção ao acesso à cidadania para a população, impedir o desmatamento desenfreado, a impermeabilização do solo e a construção de áreas de risco, por exemplo.

Neste sentido, de acordo com os historiadores Andréa Casa Nova Maia e Vicente Saul Moreira dos Santos, ao analisarem os impactos provocados por enchentes e inundações através do conceito de desastre socioambiental, ponderam: “em outras palavras, se a chuva, por mais intensa que seja, é parte da natureza, a enchente é um problema social”¹¹. Desta forma, o desastre permite a reflexão sobre a “fragilidade da administração pública, os conflitos sociais, a superficialidade das reformas urbanas e o impacto ecológico da urbanização acelerada”¹².

Cabe ressaltar que a utilização deste conceito fundamenta-se teórico-metodologicamente de acordo com a História Ambiental. Delineada por volta da década de 1970 em âmbito global, principalmente nos EUA e Europa Ocidental. No Brasil é a partir da década de 1990 que “as questões ambientais ganharam maior visibilidade e materialidade”¹³. Em linhas gerais, intui-se através desta perspectiva, analisar as diferentes interações construídas entre os seres humanos e a natureza no tempo e espaço. Desta forma, de acordo com o historiador ambiental Eurípedes Funes, argumenta-se:

¹⁰ ADAMI; CUNHA; FRANK, 2010, p. 74-75.

¹¹ MAIA, Andréa Casa Nova; SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. **Rio Cidade Submersa: imagem e história das inundações cariocas**. Rio de Janeiro: Onirá Editora, 2025, p. 37.

¹² MAIA; SANTOS, 2025, p. 19.

¹³ MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006. P. 12.

O principal objetivo da História Ambiental é aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram este e com que resultados. Interessa-nos a construção de uma reflexão que considere a apropriação, a significação da natureza e as transformações das paisagens, possibilitando o alargamento de estudos sobre o significado da natureza em, e para, diferentes grupos étnicos em tempos históricos, onde os aspectos de interações entre sistemas sociais e naturais sejam esquadrihados objetivando compreender as consequências dessas interações ao longo da história¹⁴.

A análise de Eurípedes Funes dialoga diretamente com os apontamentos de um dos principais expoentes da História Ambiental, o historiador Donald Worster. Em artigo clássico sobre o tema, intitulado *Para Fazer História Ambiental*, publicado no Brasil no ano de 1991, Worster reflete sobre três níveis de estudo que podem auxiliar a prática de pesquisa em História Ambiental. Sendo eles, de modo sintético: o primeiro, a investigação em torno de ecossistemas intocados ou pouco afetados por ações humanas; o segundo, que abrange os modos sobre como diferentes sociedades interagem e impactam o meio natural e; o terceiro, que remete as construções mentais, valores e percepções sobre a natureza¹⁵. O estudo destes três níveis denota o entendimento dos diferentes regimes e temporalidades presentes na natureza, remodelando nossa concepção de tempo e espaço (pois os biomas não se encaixam nas definições de fronteira construídas entre os séculos XIX e XX, por exemplo). Além de incitar ao historiador a necessidade de um debate interdisciplinar para dar conta de abarcar tais objetivos. Nesse sentido, pondera Worster:

Eles de fato constituem uma investigação única e dinâmica, na qual natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo. E esse todo muda conforme mudam a natureza e as pessoas, numa dialética que atravessa todo o passado e chega até o presente¹⁶.

Deste modo, são as tecidas considerações teórico-metodológicas que fundamentam, sob a perspectiva da História Ambiental, o presente estudo. Argumenta-se que a periódica ocorrência de desastres socioambientais no município de Araranguá suscitou uma série de debates com o intuito de elencar alternativas para sanar tais problemáticas. O projeto com maior apelo popular refere-se à Fixação da Foz da Barra do Rio Araranguá. Alude-se que, por meio da construção de dois molhes, acrescidos de dragagem, o rio Araranguá teria a sua vazão em direção ao Oceano Atlântico ampliada e, com isso, se reduziria a ocorrência de enchentes e inundações no bairro Barranca. Contudo os moradores da comunidade ribeirinha de Ilhas,

¹⁴ FUNES, Eurípedes. História Ambiental – possibilidades e novos olhares. In: NODARI, Eunice Sueli; CORREA, Silvio Marcus de Souza (orgs). **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos Editora, 2013, p. 207.

¹⁵ WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 201-202.

¹⁶ WORSTER, 1991, p. 202.

localizada próxima à atual Foz do Rio Araranguá, alegam que a obra causaria impactos à atividade de pesca e turismo. Uma das principais válvulas geradoras de emprego e renda à comunidade.

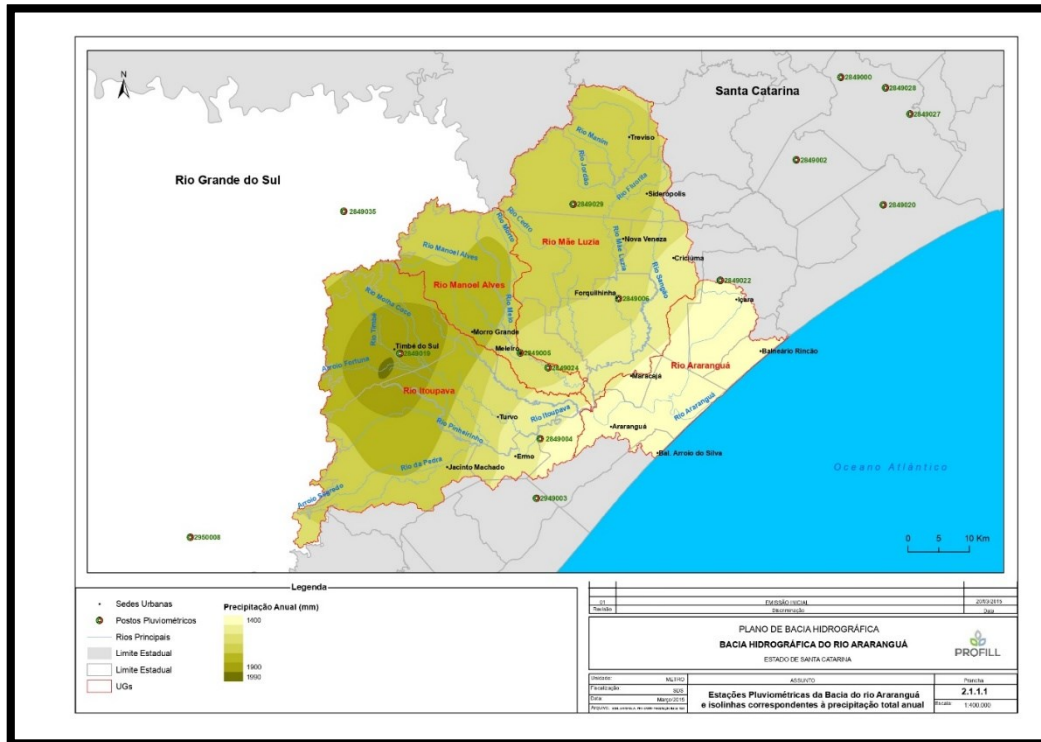
O objetivo desta pesquisa centra-se em analisar os discursos construídos acerca dos projetos de Fixação da Foz da Barra do Rio Araranguá como meio para reduzir os impactos das periódicas enchentes e inundações delineadas na área de estudo, e as discordâncias entre a PMA, favorável à realização da obra de acordo com a Alternativa 1, e o contraponto apresentado pela Comunidade Pesqueira de Ilhas, que defende a Alternativa 2 (ambas serão apresentadas a seguir). Importante ressaltar que as localidades são favoráveis à realização da obra. A discordância que se deu especialmente no ano de 2009 é referente ao local em que o empreendimento deveria ocorrer.

Exposto o intuito da pesquisa e delineado um breve histórico acerca das múltiplas interações construídas por diferentes populações às margens do rio Araranguá, cabem algumas considerações sobre o local de estudo. O rio Araranguá é o estuário pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá (com sua nascente nas Escarpas da Serra Geral), que, direta e indiretamente, banha um total de 17 municípios no Estado de Santa Catarina¹⁷ e dois municípios no Estado do Rio Grande do Sul¹⁸.

¹⁷ Sendo: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Criciúma, Ermo, Forquilha, Içara, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Nova Veneza, Siderópolis, Sombrio, Timbê do Sul, Treviso, Turvo e Urussanga. SCHEIBE; BUSS; FURTADO, 2010, p. 08.

¹⁸ Sendo: Cambará do Sul e São José dos Ausentes. SCHEIBE; BUSS; FURTADO, 2010, p. 08.

Figura 1 – Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá



Fonte: Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Araranguá (2014, p. 16).

Os capítulos organizam-se conforme a seguinte ordem: primeiro, o estudo acerca das tentativas iniciais de Fixação da Barra do Rio Araranguá, entre 1896-1916. A justificativa para a realização da obra neste momento era principalmente pelo aspecto econômico. O município de Araranguá possuía um vasto território (antes das emancipações ocorridas no decorrer do século XX) e havia dificuldades de toda ordem, sejam: abertura de estradas e comunicação com as áreas interioranas do município, universalização ao acesso educacional, iluminação pública, e vias sólidas para escoar as suas produções econômicas, sobretudo, de caráter agrícola, em especial, a farinha de mandioca. Nesse sentido, a Fixação da Barra do Rio Araranguá e o estabelecimento de um porto eram um projeto visto com bons olhos a uma região carente em investimentos de infraestrutura. Após algumas tentativas e especulações, o projeto não ocorre como o esperado e é temporariamente abandonado. Entre as décadas de 1920-1960, com a extensão do trecho sul da EFDTC no sentido Criciúma/Araranguá, o município encontra uma sólida válvula para escoar suas produções econômicas, e, com isso, as discussões sobre a Fixação da Barra do Rio Araranguá acabaram por perder fôlego.

O segundo capítulo trata de uma análise teórica sobre a emergência em escala global do aumento de desastres socioambientais, delineada a partir da segunda metade do século XX. Visa a articular este aspecto às discussões ligadas à compreensão de tal processo histórico por

meio do advento de um novo tempo geológico do planeta Terra, compreendido como o Antropoceno, e acentuado pela Grande Aceleração¹⁹, de modo que as perguntas empreendidas na presente pesquisa remontam a problemáticas globais, embora as parciais respostas aqui tecidas remetam ao âmbito local, suscitando a variação de escala através do conceito de glocal²⁰.

Após a análise de cunho teórico intui-se, no terceiro capítulo, argumentar que, a partir da década de 1970, as discussões em torno da Fixação da Barra do Rio Araranguá são retomadas não mais apenas pela justificativa econômica. Em função do aumento vertiginoso dos impactos provocados por enchentes e inundações no município de Araranguá (processo este experienciado em âmbito global, devido ao contexto das Mudanças Climáticas), sendo o maior desastre da história da localidade, registrado no ano de 1974, o fator ambiental vai ser dado como a grande justificativa para se retomarem os debates em torno de tal obra durante a segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI.

Nesse recorte registraram-se algumas tentativas que não lograram êxito, como nos anos de 1977 e 1987²¹. No entanto, posteriormente à ocorrência de cinco desastres entre os anos de 2008 e 2009, entre eles, em janeiro de 2009, sendo a segunda maior inundação da história de Araranguá, gera-se uma mobilização para a retomada do projeto, agora com o auxílio do Governo Federal. O acordo estipulado seria o de vincular a obra de Fixação da Barra do Rio Araranguá ao PAC, estimada no valor de 28 milhões de reais a serem financiados pelo Governo Federal, desde que o município arcasse com o licenciamento ambiental.

Deste modo, refletiu-se sobre a maneira como os dois maiores desastres socioambientais (dos cinco ocorridos entre 2008 e 2009), sendo elencados os de maio de 2008 e janeiro de 2009, foram representados pelos periódicos de maior circulação estadual (*Diário Catarinense* – Florianópolis), regional (*Jornal da Manhã* – Criciúma) e local (*Sem Censura* – Araranguá). Questionou-se a ênfase dada pelos periódicos às questões naturais que propiciaram os desastres, silenciando seus estratos de ordem social, político, econômico e cultural.

E analisaram-se, por meio de entrevistas realizadas pelo autor, como tema do quarto capítulo, as percepções dos moradores do bairro Barranca sobre suas vivências com relação à ocorrência de desastres e suas perspectivas acerca de medidas para mitigar ou solucionar o problema.

¹⁹ ENGELKE, Peter; MCNEILL, John. **The Great Acceleration**: an environmental history of the anthropocene since 1945. Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2016.

²⁰ OLSTEIN, Diego. **Pensar la Historia Globalmente**. Fondo de Cultura Económica: Ciudad de México, 2019.

²¹ RECCO, Itaionara. Fixação da barra pode amenizar enchente. **Sem Censura**. Araranguá, 6 de janeiro de 2009, p. 10.

Principalmente, após a inundação de janeiro de 2009, criou-se uma mobilização em torno da retomada do projeto de Fixação da Foz da Barra do Rio Araranguá. Este é o tema do quinto e último capítulo. Após a articulação com o Governo Federal e a vinculação da obra ao PAC, iniciou-se uma série de consultas públicas com vista a debater o tema com os moradores do município, visando a construir o EIA-RIMA, necessário para efetivação da obra. Nesse momento registrou-se um certo antagonismo entre a administração pública municipal de Araranguá e a comunidade ribeirinha de Ilhas.

Figura 2 – Barra do rio Araranguá. Foto: Tadêu Santos.



Fonte: rioararangua.blogspot.com.br (online).

Enquanto a PMA defendia a primeira alternativa elencada no EIA-RIMA para a Fixação da Barra do Rio Araranguá, que seria realizar a obra um pouco depois da curvatura do rio (especificamente, em frente à Comunidade do Morro Agudo), os moradores de Ilhas foram contrários, alegando que esta impactaria a prática de pesca e turismo, além de provocar erosão (tornando a comunidade inabitável pela chegada de sedimentos litorâneos) e a ocorrência de inundações (adicionando mais uma dimensão de risco, pois, atualmente, Ilhas não sofre com este problema). A alternativa ideal defendida pelos ribeirinhos seria a de fixar a barra após a comunidade, antes da Barra Velha. No entanto, devido às discussões empreendidas, acordaram com a Alternativa 2 estipulada no EIA-RIMA, com a obra podendo ser efetuada a 3 km da curvatura do rio. Ou seja, precisamente na metade do percurso final do rio Araranguá até

desaguar no Oceano Atlântico. Além desses entraves, o EIA-RIMA não foi aprovado pelo IBAMA e pelo MPF, inviabilizando a realização da obra.

Cabe salientar que os saberes e o modo de vida marcado por uma particular interação com a natureza, construídos pela comunidade ribeirinha de Ilhas, por meio de um sistema pesqueiro articulado as estações sazonais de peixes, respeitando seus períodos de reprodução e transmitindo esses conhecimentos de geração a geração, apresentam aspectos ao qual podemos enquadrá-los dentro do conceito de Comunidades Tradicionais. Neste sentido, argumenta o sociólogo Antonio Carlos Diegues, que estas caracterizam-se pela:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. [...]; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência [...]; f) reduzida acumulação de capital [...]; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal²².

Dentre outras características que remetem a um conjunto de mitos e símbolos articulados as atividades laborais locais, baixo uso de tecnologia e o reconhecimento de pertencimento a um modo de vida distinto do em torno urbano. É importante destacar esses aspectos articulando a comunidade de Ilhas ao conceito de Comunidades Tradicionais, pois a construção de identidade desta população está diretamente associada a territorialidade e pode ser profundamente desestruturada caso suas demandas não sejam ouvidas. Vale destacar que não se propõe aqui uma leitura determinista, como se esta comunidade estivesse congelada no tempo/espaço. Veremos em tópico específico, acerca da análise das entrevistas realizadas com pescadores de Ilhas, que permanências e mudanças histórico-culturais fazem parte do cotidiano destas populações.

Também serão analisados os possíveis impactos que a Fixação da Barra do Rio Araranguá poderá causar e elencar alternativas a esta problemática, que não apresentam a mesma intensidade no que condiz à profunda intervenção às dinâmicas da natureza. Sejam possíveis impactos a espécies de aves migratórias que anualmente passam pelo local de estudo, aos botos, caso a alternativa de fixar a barra seja estendida para a construção de um porto, e às pessoas que vivem próximas às margens do rio Araranguá. Pois, com o aumento de vazão do curso do rio que a obra proporcionará, é possível que boa parte das margens erodidas possam desencadear deslizamentos, entre outros perigos.

²² DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: HUCITEC, 2008. P. 89-90.

Além disso, destacou-se o caso da Fixação do Estuário do Rio Mondego, localizado no município de Figueira da Foz, em Portugal, entre 1961-1965, para estabelecer um comparativo acerca dos resultados (e impactos socioambientais) delineados a partir da realização da obra, com o intuito de refletir sobre as contradições que o projeto apresenta. Pois, ao mesmo tempo que viabilizou o estabelecimento de um canal navegável, gerando lucro por meio de atividades portuárias, a Fixação do Rio Mondego não acabou com a ocorrência de enchentes e inundações, especialmente, em áreas próximas a Coimbra, e ocasionou erosão litorânea, formação de correntes marítimas perigosas próximas ao Molhe Norte (ameaçando a prática balnear), impactos a seres não humanos (como aves migratórias) dentre outros aspectos que serão discutidos no tópico em questão.

Ressalta-se que, para o cumprimento dos objetivos propostos, foi utilizada bibliografia referente à História Ambiental e à História Global, imagens, uma ampla gama de periódicos com circulação local, regional e estadual, relatos de memorialistas, entrevistas realizadas pelo autor e em publicações locais, estudos de impacto ambiental, leis, atas de audiências públicas, pareceres emitidos pelo MPF, contratos e relatórios de presidentes de província.

A presente pesquisa está inserida no campo de discussões que abrange a produção de dissertações e teses do LABIMHA (constituído no ano de 1992) e da linha de pesquisa *Meio Ambiente e Migrações: Espacialidades e Globalidades*, ambos situados no PPGH-UFSC, ao qual somam a média de 80²³ pesquisas produzidas sob os mais variados temas referentes à História Ambiental, tais como: desflorestamentos, migração e imigração, colonização, justiça ambiental, desastres socioambientais dentre muitos outros. Isto sem mencionar a vasta produção de monografias de conclusão de curso, artigos, textos completos em anais de eventos e livros publicados, que, neste caso, elevariam de maneira exponencial o número de produções científicas do grupo.

Por fim, com o intuito de indicar a escolha teórica por diferenciar os conceitos de enchente e inundação, utiliza-se como fundamentação as considerações tecidas pela geógrafa Rosângela do Amaral e pelo geógrafo Rogério Rodrigues Ribeiro, em que os autores elaboram a seguinte definição:

Inundação: representa o transbordamento das águas em um curso d'água, atingindo a planície de inundação ou área de várzea. Enchentes: são definidas pela elevação do

²³ Dados aferidos em: <https://ppghistoria.ufsc.br/linhas/>. Acesso: 11 mar. 2025.

nível d'água no canal de drenagem devido ao aumento da vazão, atingindo cota máxima do canal, porém, sem extravasar²⁴.

Tal apontamento é indicado nesta introdução, pois, conforme veremos a seguir, os impressos estudados representam a ocorrência de inundações conceituando-as como se fossem enchentes. A seguir, o primeiro capítulo.

²⁴ AMARAL, Rosangela do; RIBEIRO, Rogério Rodrigues. **Inundações e Enchentes**. In: TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela do (Orgs.). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico São Paulo, 2009, p. 42.

2 AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE FIXAÇÃO DA FOZ DA BARRA DO RIO ARARANGUÁ – 1896-1916

De modo geral, os relatórios elaborados pelos presidentes de Província do Estado de Santa Catarina, no século XIX, expressam uma perspectiva dual de natureza. De um lado, enfatizam-se suas belezas, fartura e abundância, o clima amistoso, possibilitando tanto cultivos locais quanto os provenientes do Hemisfério Norte. E, de outro, argumentava-se que, para esta província atingir todo o seu potencial econômico, necessitava de um amplo investimento em infraestrutura, seja com a abertura de estradas, construção de linhas férreas e canais fluviais, somada à introdução da mão de obra europeia para ocupar os “espaços vazios” deste profícuo território. O avanço progressivo sobre a natureza simbolizava o sucesso do empreendimento colonizador em Santa Catarina.

Esse discurso apresenta aspectos que merecem reflexão. O primeiro ponto, já destacado, remete à construção de uma perspectiva de natureza reduzida a um mero recurso econômico. O segundo condiz a uma lógica de ocupação com base na propriedade privada (principalmente, após a segunda metade do século XIX) que deslegitima o modo de ocupação seminômade de populações indígenas, que, como vimos na introdução, eram formadas por Carijós, Kaingang e Xokleng, e já ocupavam estes territórios muito antes dos primeiros colonizadores chegar. Não podemos perder de vista que os relatórios de Presidentes de Província que serão aqui analisados estão embasados de acordo com um conjunto de valores ético-morais eurocêntricos.

No que tange ao Sul Catarinense e, especificamente, a Araranguá (torna-se Freguesia em 4 de maio de 1848 e emancipa-se de Laguna em 3 de abril de 1880), dois temas são constantemente aludidos nos relatórios. O primeiro remete à existência em grandes quantidades de carvão. Pontuava-se que, para explorar o seu potencial econômico, investimentos em infraestrutura eram necessários para escoá-lo para os centros urbanos do país que se formavam. O segundo é sobre a instabilidade de navegação presente na Foz do Rio Araranguá. A sua barra em constante deslocamento no sentido Sul/Norte sofria por vezes com baixa profundidade, formação de bancos de areia e mar revolto. Gerando, inclusive, acidentes e períodos de espera para que a Barra do Rio Araranguá oferecesse condições de entradas e saídas.

Nos relatórios apresentados à Assembleia Legislativa de Santa Catarina por João José Coutinho (1809-1870)²⁵, nomeado presidente desta província entre 1850-1859, natural do Rio

²⁵ Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1219-Joao_Jose_Coutinho. Acesso em: 17 fev. 2025.

de Janeiro, o qual, antes de eleger-se deputado pelo mesmo Estado, exerceu o ofício de advogado e juiz, pontua, em mais de uma passagem, a dificuldade de navegação pelo estuário do rio Araranguá. No ano de 1857: “no dia 4 de janeiro próximo findo encalhou na saída dessa barra o iate Saudade; salvou-se a tripulação e toda a carga. No dia 6 do mesmo mês caiu sobre o banco na mesma barra o iate S. Manoel, que tinha saído no dia 4. Salvou-se a tripulação, parte da carga e do aparelho”²⁶. No ano de 1859, relatou o mesmo problema: “naufrágio no rio Araranguá, no dia 27 de janeiro. Todos se salvaram”²⁷.

A instabilidade de navegação verificada na Foz do Rio Araranguá era alvo de preocupação não apenas das autoridades estaduais. Em obra editada pelo Pe. João Leonir Dall’Alba, responsável pela publicação de uma série de obras sobre o Sul Catarinense durante o processo de colonização europeu nos séculos XIX e XX. Os diários de Bernardino Senna Campos, intitulados *Memórias do Araranguá*, apresentam, entre suas amistosas relações com os grupos políticos dominantes no município, vida religiosa, familiar e social, os relatos do primeiro telegrafista de Araranguá. Campos atuou no município por volta de 30 anos, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, onde constituiu família e nutriu um carinho inestimável por Araranguá.

Chegamos à vila de Araranguá, “Campinas”, como é geralmente conhecida, a 2 de junho de 1864, às 2 horas da tarde. Entrada tristonha, naquela época, (não obstante ser um dos locais mais bonitos de todo o Estado e de onde tenho passado), cheia de mato, vassourais, abandonada como estava. Em frente à praça atravessava o majestoso rio Araranguá, um dos maiores do Estado e mais fundo, mas com uma barra ingrata, numa praia isolada. Existiam uns cinco iates que viajavam para a capital, uma ou duas viagens por ano, quando a barra dava saída²⁸.

Destaca-se o relatório do ano de 1875 apresentado por João Thomé da Silva (1842-1884)²⁹, natural de Sobral/CE. Além de este atuar como advogado, promotor público e professor universitário, foi presidente da província do Estado de Santa Catarina entre 1873-1875, também foi presidente da província do Espírito Santo entre 1872-1873 e presidente interino da província do Alagoas entre 1876-1877. Da Silva argumenta que o serviço de praticagem (atividade que

²⁶ COUTINHO, João José. **Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina**, dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1857, p. 30. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/pesquisa.php. Acesso em: 10 fev. 2025.

²⁷ COUTINHO, João José. **Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina** Dr. João José Coutinho, dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto d"abertura de sua sessão ordinaria em o 1.o de março de 1859, p. 30. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/pesquisa.php. Acesso em: 10 fev. 2025.

²⁸ DALL'ALBA, João Leonir. **Memórias do Araranguá**. Araranguá. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1987, p. 42.

²⁹ Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1336-Joao_Tome_da_Silva. Acesso em: 17 fev. 2025.

auxilia a entrada e a saída de embarcações em portos) mais rentável de Santa Catarina se dá em Laguna, seguida de Itajaí.

Tres são as praticagens que conta a Província, sendo nas Barras da Laguna, Itajahy e Araranguá. A primeira, melhor montada e onde o serviço se acha mais bem regularizado, é mantida a expensas dos cofres geraes; as duas outras, mais modestas, e dispondo de menos elementos, correm por conta dos cofres provinciaes³⁰.

A fala de Da Silva, amparada na legislação vigente do século XIX, visava ao repasse dos custos com a praticagem delineada nos estuários de Itajaí e Araranguá para o Império, e não para a província de Santa Catarina como estava acontecendo. Especialmente, o estuário do rio Araranguá não oferecia estabilidade nas condições de navegação e, por vezes, havia muito tempo de espera para que os iates e vapores pudessem escoar as produções econômicas da região, formadas, sobretudo, por farinha de mandioca. Conforme pontuou, inclusive, Bernardino Senna Campos, ao relatar a ocorrência de uma ou duas viagens por ano através do rio Araranguá, apenas quando a barra dava passagem.

Essa discussão se mantém até a década seguinte, com Francisco Luiz Gama Roza (1851-1918), natural de Uruguaiana/RS, e com larga vivência em Desterro (atual município de Florianópolis). Além da vida política, ele atuou como médico e jornalista. No relatório do ano de 1883, em seu período como presidente da província de Santa Catarina, em análise das possibilidades de investimento no potencial fluvial de Itajaí, Laguna e Araranguá, mostra-se contumaz descartar o município de Araranguá quanto local merecedor de recursos advindos da província estadual para estímulo de comércio fluvial intensificado.

Nada tem ocorrido de importante no serviço de praticagem destas barras; apenas notando que a de Araranguá, como é de costume, tem ultimamente se conservado baixa e sem dar passo aos poucos e pequenos navios que a frequentão. É minha opinião que não vale a pena a despeza que ali o Estado faz mantendo uma catraia e 5 pessoas de praticagem. Mais conviria um só pratico com uma canoa para dar avizo aos navios, ou mesmo deixar que os poucos armadores se aviassem naquelle serviço, á sua custa, como entendessem³¹.

A referência à instabilidade da Barra do Rio Araranguá é uma constante em diversos relatos dos presidentes de província no decorrer da segunda metade do século XIX. Em relatório seguinte, referente ao ano de 1884, Francisco Luiz Gama Rosa elogia os trabalhos

³⁰ DA SILVA, João Thomé. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina* em 25 de março de 1875 pelo Exm. Sr. Presidente da Província, Dr. João Thomé da Silva, p. 24.

³¹ ROZA, Francisco Luiz Gama. *Relatório com que ao Exm. Sr. Doutor Francisco Luiz Gama Roza passou a administração da província o Exm. Sr. Doutor Theodoreto Carlos de Faria Souto* em 29 de agosto de 1883. Desterro, Typ. Do – Caixeiro – Rua do Principe, 1883. P. 40. Disponível em: <https://redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/304985>. Acesso em: 11 fev. 2025.

desempenhados nas barras situadas nos municípios de Itajaí e Laguna e comunica que “a praticagem da barra do Araranguá cessou por deliberação do Governo Imperial, visto que as despesas feitas com esse serviço não eram compensadas pelo resultado obtido”³².

Nas últimas décadas do século XIX, o município de Araranguá (antes das emancipações ocorridas no século XX) passava por uma série de problemáticas, pois possuía um vasto território que, ao norte, fazia divisa com o Município de Tubarão e, ao sul, fazia divisa com o Estado do Rio Grande do Sul. Havia dificuldades de toda ordem em Araranguá: a abertura de estradas para interligar as diferentes áreas de seu território, iluminação pública, segurança, universalização ao acesso educacional e vias sólidas para escoar as produções econômicas do município. A isso somam-se a baixa arrecadação em impostos e a dificuldade em conseguir empréstimos e financiamentos via Governo Estadual.

Tentaram-se alguns projetos no recorte destacado, como: *A Estrada de Ferro Dom Pedro I* (1870), com o objetivo de construir uma via férrea que ligaria as capitais de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, passando por Araranguá; o *Canal Príncipe Dom Afonso*, que seria um canal fluvial entre Laguna e Araranguá, em que houve articulações para viabilizar este projeto entre a segunda metade do século XIX e início do XX; e, por fim, a *Estrada Porto Alegre/Laguna* (1856)³³. Nenhum desses projetos foi concretizado, dificultando o avançar de alternativas sólidas para escoar as produções econômicas, predominantemente agrícolas, do município.

Diante dessas questões, alguns aspectos referentes à análise das fontes merecem destaque. Um dos principais expoentes da *Escola dos Annales*, o historiador Marc Bloch, chama atenção para a necessidade de problematizar a fonte, “fazê-la falar”, não apenas no intuito de ressaltar a mensagem direta expressa nos documentos, mas, sobretudo, de problematizar os seus silêncios (por vezes propositais), ou seja, os significados não intencionais presentes na fonte histórica. Nesse sentido, “até nos testemunhos mais resolutamente voluntários, o que os textos nos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser o objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender, sem haver pretendido dizê-lo”³⁴.

³² ROZA, Francisco Luiz Gama. **Falla com que o exm. sr. dr. Francisco Luiz Gama Roza abriu a primeira sessão da vigesima quinta legislatura da Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina** em 5 de fevereiro de 1884. Desterro, Typ. De J. J. Lopes, rua da Trindade n. 2. 1884, P. 56. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/pesquisa.php. Acesso em: 11 fev. 2025.

³³ HOBOLD, Paulo. **A História de Araranguá**: complementada e atualizada por Alexandre Rocha. [s.n.], 2005, p. 156-162.

³⁴ BLOCH, Marc. **Apologia da História Ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 78.

Articula-se a reflexão de Bloch às considerações tecidas pelos historiadores Leandro Karnal e Flávia Tatsch, no texto: *Documento e História – A Memória Evanesciente*³⁵. Ressaltam os autores que não podemos perder de vista que os documentos contêm a perspectiva de quem os constrói sobre determinado tema/fato. Logo, os relatórios de Presidentes de Província do Estado de Santa Catarina e as memórias de Bernardino S. Campos expressam as dificuldades de navegação pelo rio Araranguá (sendo algo característico, próprio de suas dinâmicas naturais), para legitimar ações transformadoras de caráter estrutural sobre sua foz. No entanto, o que para alguns a estabilidade de navegação simbolizaria a possibilidade de crescimento econômico e progresso, veremos adiante, nos próximos capítulos, que a obra de Fixação da Barra do Rio Araranguá, dependendo do local de realização, pode representar a ruína e a destruição para comunidades ribeirinhas. E, claro, “não bastassem as especificidades do valor oscilante de um texto, variam também os agentes que o leem. À primeira subjetividade (a edificação histórica da importância do documento) soma-se a segunda e mais fundamental: as leituras variadas que a fonte histórica possibilita”³⁶.

A instabilidade de navegação pelo rio Araranguá, desta forma, era mais um dos entraves presentes em uma região que necessitava de investimentos em sua rede de infraestrutura. É neste contexto que vai se propor a Abertura da Barra do Rio Araranguá (neste primeiro momento o termo fixação não era utilizado). Salienta-se que o intuito da obra era a melhoria nas condições de navegação, a fim de seu aproveitamento econômico. A prevenção e mitigação dos impactos causados por desastres socioambientais ainda não eram um tema discutido no município em questão, ascenderiam apenas a partir da segunda metade do século XX.

As articulações para viabilizar o projeto tiveram início no ano de 1896. Diante da dificuldade em obter auxílio financeiro pelo Governo Estadual, criou-se, no referido ano, a *Companhia da Nova Barra de Araranguá* mediante a Lei Estadual nº 239, do dia 10 de outubro. O financiamento se dava com “a contribuição de cada cidadão interessado do vale do Araranguá por meio de uma cota mensal, através de um talão”³⁷. Pode-se imaginar que as pessoas ligadas à formação da *Companhia* pertenciam às classes altas do município e que, provavelmente, teriam investimentos na área de navegação e se beneficiariam economicamente com o estabelecimento de um canal navegável no estuário do rio Araranguá. Pelo fato de que

³⁵ KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia. Documento e História – A Memória Evanesciente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e Suas Fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009, p. 09-28.

³⁶ KARNAL; TATSCH, 2009, p. 12.

³⁷ HOBOLD, 2005, p. 287.

conseguir a articulação para a aprovar uma lei em âmbito estadual era algo que demandava contatos e boas relações com setores dominantes da sociedade de fins do século XIX³⁸.

A lei, publicada na íntegra pelo periódico *Republica*, no dia 18 de outubro de 1896, possui apenas 5 artigos. Em linhas gerais, seu objetivo era o de desobrigar o Governo Estadual sobre qualquer responsabilidade ou ajuda em termos financeiros para a execução da obra.

LEI N. 239, DE 10 DE OUTUBRO DE 1896. [...]. Art. 1º Fica concedido aos engenheiros Adolpho Breuer e Domingo Sabaté ou á companhia que os mesmos organisarem, privilegio por sessenta annos para abertura, uso e gozo de uma nova barra do rio Araranguá. Paragrapho unico. É feita a concessão sem onus para o Estado³⁹.

Os artigos seguintes estipulam, por exemplo: o prazo de um ano para o início dos trabalhos e o de dois anos para a sua finalização. E ressalta que, após os 60 anos de conservação do canal navegável, este deve ser repassado para a administração estadual sem nenhuma indenização aos concessionários.

Após o trâmite relacionado à criação da *Companhia da Nova Barra do Araranguá* e a aprovação da *Lei nº 239*, teve início um estudo sobre a metodologia elencada, seguida de seu monitoramento, para abertura e manutenção da barra. Encontrado no Arquivo Histórico Municipal de Araranguá, o documento possui o seguinte título: *A Nova Barra de Araranguá e as provas, serem as condições da mesma em conformidade as exigências especificadas na concernente lei estadual e as respectivas [palavra ilegível] dos contratos celebrados a tempo com o Governo do Estado de Santa Catarina*. Totalizando 29 páginas, escrito à mão, o documento possui partes ilegíveis e estava armazenado em uma pasta com as páginas desordenadas. Buscou-se organizá-las da melhor maneira possível para utilizá-las na presente pesquisa. Também se destaca que este não possui menções ao autor e ao ano de sua publicação (embora pode-se chegar à conclusão que remeta, possivelmente, ao ano de 1899. A organização dos artigos sugere que a verificação das condições de navegação pela barra estendeu-se até o ano citado como hipótese).

Seu índice consta os seguintes temas: art. 1 – A Nova Barra de Araranguá até o dia da abertura aos 3 de setembro de 1897; art. 2 – A Nova Barra de Araranguá do dia da abertura até

³⁸ Cabe salientar que Carl Hoepcke, imigrante alemão que residiu em Florianópolis, tornando-se um dos maiores empresários do Sul do Brasil entre fins do século XIX e início do XX, manifestou interesse em viabilizar um canal fluvial entre Florianópolis-Araranguá.

³⁹ LEI n. 239, de 10 de outubro de 1896. In: **Republica** – Orgam do Partido Republicano Federal. Florianópolis, 18 de outubro de 1896. P. 01. Disponível em: https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=892319&pesq=república&hf=hemeroteca_ciasc.sc.gov.br&pagfis=1. Acesso em: 12 fev. 2025.

o dia 20 de fevereiro de 1899; art. 3 – As provas que a Nova Barra de Araranguá satisfaz todas as condições do contrato com o Governo Estadual e dos Estatutos; e art. 4 – Programa de projetos para futuros melhoramentos da nova barra⁴⁰.

O documento inicia fazendo referência à já conhecida instabilidade de navegação na barra, que permitia a entrada e saída de embarcações apenas uma ou duas vezes durante o ano. Inclusive, há relatos de que estoques de farinha de mandioca chegaram a estragar, à espera das condições de navegabilidade pelo rio Araranguá. As embarcações mais conhecidas que atracavam na região eram os vapores: Max e Araranguá⁴¹. E os iates (complementados na obra de Hobold):

“Jovita” e “Santa Rosa”, de propriedade de Porphírio Lopes Aguiar; “Oscar”, de João Amerino Costa; “Rocambole”, de Brígido de Almeida; “Lola”, de Maturino Rosa, sendo essa embarcação movida à vela e a motor diesel. Poderiam ser citados muitos outros, sem determinar-lhe as propriedades, como “Berlinck I”; “Octávio”; “Amizade”; “Sertanejo” e “Silveira”⁴².

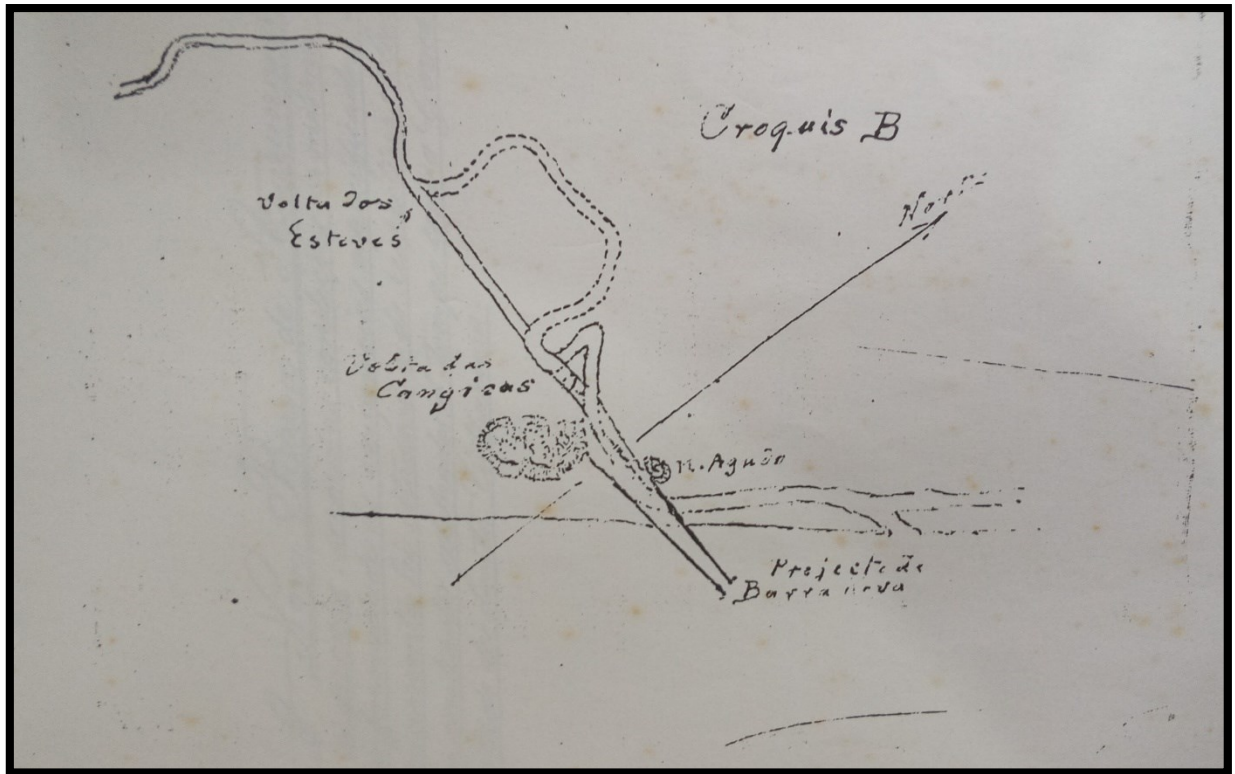
Devido à ausência financeira de auxílio por parte do Estado de Santa Catarina, a *Companhia da Nova Barra do Araranguá*, dentre algumas alternativas, optou pela menos custosa para dar início aos trabalhos, registrado no dia 4 de janeiro de 1897. Sua inauguração ocorreu no início do mês de outubro. O local selecionado para a abertura da barra ficou próximo ao Morro dos Conventos. Veremos, na imagem abaixo, que previa-se também uma retificação no trecho final do rio Araranguá (o que não ocorreu), nas imediações de Cangicas.

⁴⁰ [S.A.] A Nova Barra de Araranguá e as provas, serem as condições da mesma em conformidade as exigencias especificadas na concernente lei estadual e as respectivas [palavra seguinte ilegível] dos contractos celebrados á tempo com o Governo do Estado de Santa Catharina. [s.d.] (Provavelmente 1899). 29 p. In: Arquivo Histórico Municipal de Araranguá.

⁴¹ *Ibidem*, p. 19.

⁴² HOBOLD, 2005, p. 286.

Figura 3 – Croqui B Referente à Abertura da Barra do Rio Araranguá



Fonte: Documento “A Nova Barra de Araranguá”, [s.d.], [s.p.]. Localizado no Arquivo Histórico Municipal de Araranguá.

No documento consultado, este é o único croqui disponível acerca do detalhamento do local de realização da obra. Os trabalhos foram descritos da seguinte maneira:

Os nossos trabalhos, começados já no dia 4 de Janeiro, como communicamos tambem ao sr. Governador no meio dia por telegramma, se compuzerão, segundo nosso programma: da escavação da valla para o recebimento das aguas d’uma enchente no lugar da nova barra, dando-se a esta valla no nível da maré baixa 5ms. de largura; da construção d’um systema de paredões lateraes de fachina, para abrigar a escavação contra as areias volantes; e d’um estreitar, fazendo-se de madeiramento, aramegiosso (palavra incerta, suposição que o final seja “giosso”) e fachinas uma defesa, em frente da escavação, até meio rio, para dar as aguas uma inclinação ainda mais forte para o lugar da nova barra. [...]. No essencial os trabalhos estavam promptos já no mez de março; sustentando-nos depois a obra até o momento de abertura⁴³.

O documento cita a ocorrência de fortes tormentas de areia e a força das águas, que ameaçavam os tapumes de madeira colocados como proteção e garantia de largura à nova barra. Reforços foram feitos, no entanto, sem especificar o dia, três-quartos dos tapumes foram destruídos devido à correnteza. O restante foi levado por águas de enchente, seis meses após o fim dos trabalhos de abertura: “outra enchente maior, no dia 3 de setembro de 1897, rasgou

⁴³ A Nova Barra de Araranguá, [s.d.] (possivelmente, 1899), p. 12-13.

definitivamente a nova barra, que então com a enchente diluvial dos últimos dez dias do mesmo mês ficou, no correr da praia, numa largura de um quilômetro”⁴⁴. O orçamento para a realização da obra, estipulado em 10 contos de réis, não foi o suficiente, custando o total de 11:936,000 contos de réis.

Já durante o ano de 1897 a Barra do Rio Araranguá continuou o seu movimento de deslocamento no sentido Sul/Norte e, conforme medições, foi perdendo progressivamente profundidade. Em novembro de 1897, primeiro mês registrado nas aferições, a barra oscilava entre 8 e 9 palmos de profundidade. Já em julho de 1898, último mês registrado, possuía entre 5 e 6 palmos. O autor do documento frisa que as medições foram realizadas no período de maré baixa e que deveria acrescentar-se 1 palmo nos dados expostos, pois a vara utilizada continha imprecisões.

A partir de setembro de 1898 o prático responsável por aferir a profundidade da barra parou de executar os trabalhos. Provavelmente, isto se deu pelo atraso nos salários. Havia dois anos em que o Governo do Estado não cumpria os vencimentos aos serviços desempenhados pelo prático. E, cabe ressaltar, o autor do documento mostra desconfiança com relação à precisão dos dados coletados. Era de conhecimento geral que o prático não era um exímio nadador e em uma ocasião de aferição da profundidade da barra a sua embarcação virou, despertando medo de realizar a tarefa novamente⁴⁵.

Embora os trabalhos de abertura da Barra do Rio Araranguá não obtivessem a estabilidade e duração esperada, quando comparada a outros estuários do Estado, como o de Laguna e Itajaí, constantemente citados nos relatórios de Presidentes de Província do Estado, os 17 meses seguintes registraram um aumento significativo nas entradas e saídas de embarcações.

As 15 entradas respectivamente sofridas de vapores e 78 entradas e saídas de hiates em apenas 17 mezes são já um progresso enorme produzidas pela nova barra. Nos ultimos annos antes da abertura da nova barra o movimento consistiu n’um período igual em apenas 3 viagens de 5 hiates, isto é de 30 entradas e saídas de hiates; de maneira que a frequência da barra mais do que triplicou mesmo com a praticagem de pouco prestimo, que nos temos actualmente⁴⁶.

A intensificação na navegação pelo rio Araranguá impulsionou o escoar da produção de farinha de mandioca, carro-chefe do município em conjunto com a cultura da cana-de-açúcar, que, conforme citado em páginas anteriores, chegou a estragar anteriormente, à espera de boas

⁴⁴ *Ibidem*, p. 13.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 19.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 20.

condições de passagem; embora, ainda em algumas ocasiões, atribuídas como causas de força maior, a navegação pelo rio Araranguá fosse impedida.

As causas eram estas: a barra e o mar estando revoltos; baixa profundidade da barra; o rio com correnteza muito forte em períodos de enchentes e inundações; e maré vazante⁴⁷. Também se destacaram fatores relacionados ao trabalho de praticagem, que, de acordo com o autor do documento, deixava a desejar.

A estabilidade de navegação pela Barra do Rio Araranguá durou pouco. Nas primeiras décadas do século XX já se registraram novamente problemas ligados à entrada e saída de embarcações. Nos relatos dos presidentes de província, defendia-se a extensão da EFDTC para até o município de Araranguá, para se ter uma alternativa sólida em escoar as suas produções econômicas e, também, para servir como transporte à população. Para se ter ideia, uma viagem de ida e volta entre Araranguá/Florianópolis, que, atualmente se faz no mesmo dia, levando, no máximo, 8 horas, nas primeiras décadas do século XX, o mesmo trajeto levaria entre 15-30 dias⁴⁸. A mencionada Estrada de Ferro, pontua o historiador Dorval do Nascimento, foi inaugurada no ano de 1884, no trecho Imbituba/Minas, com o intuito de escoar o carvão explorado no Sul Catarinense para demais centros do país⁴⁹.

Deste modo, a discussão em torno da Abertura da Barra do Rio Araranguá ficou relegada a um segundo plano entre projetos delineados pelas autoridades administrativas em âmbito estadual e municipal por uma década e meia. Tal debate foi retomado no ano de 1916, em função de um contexto histórico particular, o primeiro *boom* da produção de carvão no Sul Catarinense.

A indústria carbonífera, que, de acordo com o geógrafo Vilmar Comassetto, entre a última década do século XIX e primeira década do século XX, atuava de modo incipiente na região aqui estudada. Foi transformada após a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com a dificuldade instaurada em importar o carvão estrangeiro, sobretudo, de países europeus envolvidos no conflito, a solução elencada pelo Governo Brasileiro foi a de intensificar a produção carbonífera nacional localizada na região Sul Catarinense.

Com isso ocorre uma dinamização na infraestrutura regional de modo a atender o intenso ritmo de exploração e transporte de carvão mineral. Comassetto pontua que:

⁴⁷ *Ibidem*, p. 21.

⁴⁸ HOBOLD, 2005, p. 164.

⁴⁹ NASCIMENTO, Dorval do. **As curvas do trem**: a presença da estrada de ferro em Criciúma (1919-1975): cidade, modernidade e vida urbana. Florianópolis, 2000. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, p. 20.

O aumento da demanda de carvão, entre 1917 e 1922, propiciaria a fundação de cinco companhias carboníferas: a Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA), a Companhia Carbonífera Urussanga S.A. (CCU), a Companhia Carbonífera Próspera S.A., a Companhia Ítalo-Brasileira Ltda. e a Companhia Nacional Mineração Barro Branco⁵⁰.

Neste contexto, foi considerado estabilizar por meio de um canal navegável a Barra do Rio Araranguá, com o intuito de diversificar as formas de escoar a produção carbonífera regional. Porém tal ideia foi rapidamente descartada, conforme pontua Hobold: “ainda em 3 de janeiro de 1916, fez-se uma tentativa abalizada, através de dois engenheiros do Rio de Janeiro contratados pela Companhia Carbonífera de Criciúma. Iniciaram eles o trabalho de abertura da barra, mas notaram de imediato a sua inutilidade”⁵¹.

Não podemos deixar de mencionar que a intensificação no modo de produção instaurado pela indústria carbonífera no Sul Catarinense marca a ascensão de um modelo de organização social insustentável de interação com a natureza. Em que formam-se elites político-econômicas com o controle dos elementos naturais na BHRA, concentrando os lucros gerados pelo empreendimento e socializando os reveses socioambientais à população.

Neste momento, a partir da década de 1920, ocorre uma divisão econômica em termos produtivos no município de Araranguá. Entre a parte Sul, predominantemente agrícola, e a parte Norte, que se industrializava com base na exploração carbonífera. Tanto que, no ano de 1925, o então Distrito de Criciúma emancipa-se de Araranguá, concentrando os valores arrecadados pela produção de carvão, acentuando os contrastes econômicos entre ambos⁵². Tanto que em Araranguá “restaram descontentamentos por parte de moradores e políticos e durante alguns anos houve disputas por taxas e impostos nas áreas de fronteiras entre os dois municípios”⁵³.

Entre as décadas de 1920-1960, as discussões em torno da Abertura da Barra do Rio Araranguá ficaram novamente relegadas a um segundo plano, pois o município encontrara uma válvula sólida para escoar as suas produções econômicas além de possibilitar acesso de transporte à população, com a extensão do trecho sul da EFDTC, inaugurado no ano de 1928. Conforme Hobold:

Em vista de a barra do rio Araranguá não ter mais oferecido segurança de navegabilidade, esse ramal férreo conjunto com os portos de Laguna e Imbituba foi

⁵⁰ COMASSETTO, Vilmar. **Água, meio ambiente e desenvolvimento na Bacia do Araranguá (SC)**. Florianópolis, 2008. 339 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2008, p. 134.

⁵¹ HOBOLD, 2005, p. 287.

⁵² *Ibidem*, p. 214.

⁵³ *Ibidem*, p. 235.

de suma utilidade, possibilitando por aproximadamente 40 anos um transporte seguro e eficiente de ida e volta no mesmo dia caso necessário⁵⁴.

Em alguns momentos, houve discussões pontuais acerca da viabilidade de instalar um porto na Foz do Rio Araranguá, porém tal articulação nunca se mostrou efetiva. Inclusive, foram encontrados, no Arquivo Histórico Municipal de Araranguá, telegramas situados no ano de 1952, entre o então Prefeito Walter Belinzoni, com mandato entre os anos de 1951-1956, pelo PSD, e Ademar de Barros, Governador de São Paulo entre 1938-1941, durante o Estado Novo (1937-1945). Barros indicou o nome do deputado federal pela Bahia por dois mandatos consecutivos, entre os anos de 1955-1963, Hildebrando de Góes. Este, além da vida pública, atuou como engenheiro nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Paraíba entre outros. O motivo de tal indicação dizia respeito à utilização de uma draga para abrir a Barra do Rio Araranguá, cujos resultados não surtiram o efeito esperado. Sendo representada como “um verdadeiro caranguejo”⁵⁵ na resposta de Barros ao telegrama de Belinzoni. Não se encontrou mais registros sobre esta tentativa relacionada à melhora nas condições de navegação pela Foz do Rio Araranguá. Não se sabe se Góes foi contatado por Belinzoni e ainda se analisou ou trabalhou no caso da Abertura do Rio Araranguá. A seguinte tentativa ocorreria apenas no ano de 1977⁵⁶, a ser analisada no próximo capítulo. A hipótese que será sustentada é a de que a partir da década de 1970 as discussões em torno da Abertura e Fixação da Barra do Rio Araranguá irão acontecer em função da pauta ambiental, relacionada ao aumento vertiginoso na ocorrência de enchentes e inundações, tanto em escala global quanto local, e não mais apenas com a justificativa no aproveitamento econômico das condições de navegação em sua Foz. Mas, antes de aprofundar tal assunto, cabe uma análise teórica acerca das mudanças delineadas no entendimento sobre as interações construídas entre os seres humanos e a natureza durante a segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 170.

⁵⁵ BARROS, Ademar de. [Telegrama] 26 de Junho de 1952, Rio de Janeiro, para Walter Belinzoni, Araranguá (SC). 1 f. Informações a respeito da draga utilizada na Barra do Rio Araranguá. In: Arquivo Histórico Municipal de Araranguá.

⁵⁶ No livro de entrevistas, realizadas e organizadas pelo Pe. João Leonir Dall’Alba, com moradores que habitaram o território que compreendia o município de Araranguá antes das emancipações registradas no século XX. Destaca-se, na entrevista de Artur Bertoncini, a menção a uma “missão francesa”, por volta de 1930-31, para estudar a viabilidade de construir um porto no estuário do Rio Araranguá. Porém, não foram encontradas outras fontes sobre o assunto. DALL’ALBA, João Leonir Padre. **Histórias do grande Araranguá**. Araranguá, SC: Orion, 1997, p. 109. Também foi mencionado em conversas com moradores do município, uma visita de japoneses, em 1969, para avaliar a possibilidade de instalação de um porto em Araranguá. Tais aspectos não foram aprofundados na tese por falta de fontes seguras sobre o tema. Além do relato de Bertoncini, se teve acesso a duas imagens, ambas sem referência à autoria, identificação dos participantes e data do ocorrido.

3 A PAUTA AMBIENTAL GANHA ÊNFASE: O ANTROPOCENO E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS SOB A ÓTICA GLOBAL

3.1 ANTROPOCENO – BREVES CONSIDERAÇÕES

No decorrer da segunda metade do século XX, especialmente, a partir da década de 1970, ocorre um significativo aumento com relação aos impactos e à periodicidade de inundações no município de Araranguá. Propõe-se neste capítulo refletir sobre como o aumento de desastres socioambientais, no recorte temporal mencionado, não denota uma particularidade local presente apenas no Extremo Sul de Santa Catarina, mas que dialoga, em certos aspectos, com um fenômeno de ordem global. Para isso, elenca-se uma análise da emergência do conceito de Antropoceno, acerca de suas potencialidades e críticas, articulado ao de desastres socioambientais, para delinear uma proposta de estudo sobre o aumento de inundações em Araranguá que articule tanto aspectos de ordem local quanto global.

Antes de adentrarmos na emergência do conceito de Antropoceno, proponho um breve recuo e reflexão em torno do tempo geológico da terra, fundamentados nas considerações tecidas pelo professor titular do Departamento de Física Aplicada da USP, o autor Paulo Artaxo. Atualmente, estima-se que o planeta Terra tenha em média 4,5 bilhões de anos de existência, do qual, por volta de 3 bilhões de anos atrás, surgiram as primeiras manifestações de vida. A espécie humana, neste contexto, demonstra-se um fenômeno recente, com uma datação de origem que remonta há 200 mil anos. Dotada de uma característica particular, a espécie humana é marcada pela capacidade de produzir cultura, logo, constrói e reconstrói constantemente suas relações sociais e modos de interação com a natureza no tempo e espaço. Especialmente nos últimos duzentos anos, período consonante com o processo histórico que culminou com a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, durante a segunda metade do século XVIII, Artaxo problematiza as contradições socioambientais ocasionadas a partir deste período argumentando que esta, além do desenvolvimento nas relações de produção (amparado no uso da técnica e da ciência), provocou uma intensa queima de combustíveis fósseis e gerou um vertiginoso aumento populacional. (Acerca da datação referida pelo autor a partir da segunda metade do século XVIII, iremos discuti-la adiante).

A combinação marcada pela queima de combustíveis fósseis com alta concentração de gases de efeito estufa na atmosfera⁵⁷ e pela explosão demográfica⁵⁸, além de demandar uma pressão por áreas agricultáveis, disponibilidade por água e energia, dentre outros fatores, acaba por transformar e impactar substancialmente a superfície da terra. Nesse sentido, Artaxo argumenta que poderíamos estar caminhando para um novo período geológico do planeta Terra, em transição do Holoceno⁵⁹ para o Antropoceno.

Inserido nesse debate, o historiador Dipesh Chakrabarty parte da premissa de que é fundamental compreender a ascensão das Mudanças Climáticas como fruto das ações humanas e, que isto, evoca algumas particularidades para pensar a trajetória destas no tempo e espaço. Dentre quatro teses elencadas pelo historiador, utilizaremos duas que melhor dialogam com os objetivos aqui propostos.

A primeira tese salientada por Chakrabarty refere-se ao ponto de que a lógica que distingue a existência de um tempo natural e a de um tempo histórico não é mais suficiente para compreender a interação das sociedades humanas com o tempo, pois estas, a partir do momento em que, por meio do uso da técnica e da ciência, são alicerçadas em um modelo de produção econômico industrial, impactam os ciclos naturais do planeta e, conseqüentemente, acabam por tornar-se um ser/agente geológico, ainda que não tenham consciência dessa condição.

Chamar seres humanos de agentes geológicos é ampliar nossa imaginação acerca do humano. [...]. Mas apenas histórica e coletivamente podemos nos tornar agentes geológicos, isto é, assim que alcançamos números e inventamos tecnologias que sejam de uma escala suficientemente grande para causar impacto no próprio planeta⁶⁰.

Neste sentido pode-se argumentar a inclusão do tempo natural as dinâmicas do tempo histórico das sociedades humanas. E isso se dá articulado à proposta de utilização de uma nova era geológica para compreender a trajetória das sociedades humanas no tempo e espaço em transição à era do Holoceno. A segunda tese de Chakrabarty defende a utilização do conceito

⁵⁷ O índice pré-industrial de dióxido de carbono (CO₂) era de 280 ppm e em 2015 este número subiu para 399 ppm. ARTAXO, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, [S. l.], n. 103, 2014, p. 16.

⁵⁸ Em 1750 a estimativa da população global era de 700 milhões de habitantes enquanto que atualmente encontra-se em 7,3 bilhões de habitantes. Artaxo, 2014, p. 15.

⁵⁹ Em linhas gerais, referente ao tempo geológico da terra nos encontramos no Éon: Farenzoico. Era: Cenozoica. Período: Quaternário. Época: Holoceno. Época que teve início por volta de 11.700 anos atrás. O Holoceno é definido acima de tudo pelo seu clima, um momento interglacial que tem sido agradavelmente estável até agora em comparação com o que veio antes. Tudo o que é convencionalmente entendido como história humana, toda a história da agricultura e da civilização, ocorreu no Holoceno. Ou talvez se deva dizer que tudo aconteceu no Holoceno. ENGELKE; MCNEILL, 2016, p. 01.

⁶⁰ CHAKRABARTY, Dipesh. O Clima da História: Quatro Teses. **Sopro**, n. 91, 2013, p. 09.

de Antropoceno como meio de compreender as interações construídas entre o ser humano e a natureza.

Nos três últimos séculos, os efeitos dos humanos no ambiente global se intensificaram. Por causa dessas emissões antropogênicas de dióxido de carbono, o clima global poderá distanciar-se significativamente do comportamento natural por muitos milênios. Parece apropriado aplicar o termo “Antropoceno” à [...] época geológica presente, dominada por humanos, que complementa o Holoceno – o período quente dos últimos dez a doze milênios. Poder-se-ia considerar que o Antropoceno começou na parte final do século XVIII, quando análises do ar preso em gelo polar evidenciaram o início das crescentes concentrações globais de dióxido de carbono e metano. Essa data também coincide com o projeto do motor a vapor de James Watt, de 1784⁶¹.

Refletir sobre o conceito de Antropoceno abrange uma análise crítica de todo o processo de industrialização experienciado pelas sociedades ocidentais, iniciado a partir de meados do século XVIII. Fundamentado na obra dos historiadores ambientais Peter Engelke e John McNeill, o também historiador ambiental José Augusto Pádua salienta três diferentes estágios para compreender o advento do Antropoceno. O primeiro estágio refere-se ao período de formação industrial da Europa Ocidental entre 1800-1945, em que registra-se uma vertiginosa expansão da capacidade produtiva por meio da utilização em larga escala de combustíveis fósseis, em especial o carvão e o petróleo. Pádua ressalta que é imprescindível não dissociar na análise do historiador o uso intensivo energético das questões sociais que permeiam as novas dinâmicas industriais. O segundo estágio, referenciado como a Grande Aceleração, estende-se de 1945 até os presentes dias. Dentre suas características, destaca-se a utilização de novas energias para a produção econômica, como a nuclear e a gerada por hidrelétricas. Também se destacam uma série de inovações tecnológicas e a ascensão do consumo de massa (televisores, carros, telefones etc.) pela classe trabalhadora (fenômeno experienciado pelas sociedades europeias ocidentais no pós-Segunda Guerra). O (possível) terceiro estágio remete à intenção via construção de um debate público de um Antropoceno sustentável, equacionando a emissão de gases poluentes, de modo a frear as presentes Mudanças Climáticas em curso. No entanto, em termos concretos, Pádua ressalta (em concordância com Engelke e McNeill) que estamos experienciando a chamada Grande Aceleração⁶².

Sobre a datação para o período do Antropoceno, Peter Engelke e John McNeill enfatizam aprofundar as reflexões em torno do período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-

⁶¹ Crutzen *apud* Chakrabarty, 2013, p. 11-12.

⁶² PÁDUA, José Augusto. **Brazil in the History of Anthropocene**. In: ISSBERNER, Liz-Rejane; LENA, Phillipe. **Brazil in the Anthropocene: Conflicts between Predatory Development and Environmental Policies**. London: Routledge, 2017.

1945), referenciando-a como a Grande Aceleração, por duas razões: primeiro, que “desde meados do século XX a ação humana (não de modo intencional) tornou-se o fator mais importante que governa os ciclos biogeoquímicos cruciais, a saber, o ciclo do carbono, o ciclo do enxofre e o ciclo do nitrogênio”⁶³, isto sob uma escala global; e segundo: “é que desde meados do século XX o impacto humano na Terra e na biosfera, medido e julgado de várias maneiras diferentes, aumentou em uma escala sem precedentes na história humana”⁶⁴. Para os autores:

A escalada desde 1945 tem sido tão rápida que às vezes é chamada de Grande Aceleração. Nas últimas três gerações humanas, ocorreram três quartos do carregamento de dióxido de carbono causado pelo homem na atmosfera. O número de veículos automotores na Terra aumentou de 40 milhões para 850 milhões. O número de pessoas quase triplicou e o número de habitantes das cidades aumentou de cerca de 700 milhões para 3,7 bilhões. Em 1950, o mundo produzia cerca de 1 milhão de toneladas de plásticos, mas em 2015 esse número subiu para quase 300 milhões de toneladas⁶⁵.

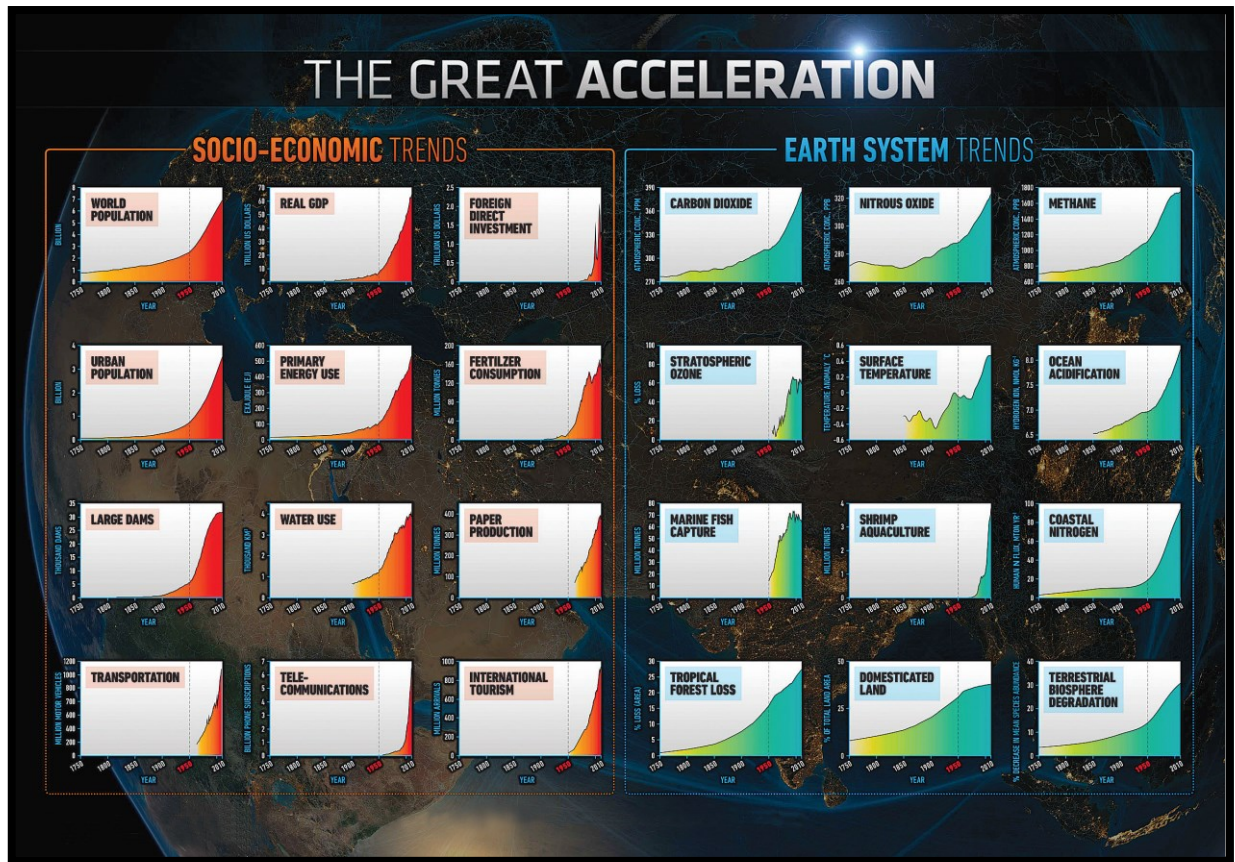
Corroborando a afirmativa de Engelke e McNeill, em figura adaptada por Paulo Artaxo, acerca de tendências socioeconômicas e de tendências de sistemas da terra, constata-se o vertiginoso aumento pós-década de 1950, através de uma escala global, em itens como: crescimento populacional, construção de barragens, consumo de água, uso de fertilizantes, acidificação dos oceanos, aumento nos níveis de gases poluentes na atmosfera (dióxido de carbono e metano), desmatamento de florestas tropicais, aumento da temperatura média do planeta dentre muitos outros aspectos.

⁶³ ENGELKE; MCNEILL, 2016, p. 04.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 04.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 04. (Tradução livre).

Figura 4 – A Grande Aceleração



Fonte: adaptada de IGBP, 2015 e de Steffen *et al.*, 2015b. Apud Artaxo, 2014, p. 16.

Articula-se as ponderações tecidas por Engelke e McNeill, somadas a figura produzida por Artaxo, a dados referentes ao aumento global na escala de desastres socioambientais a partir da década de 1950, em consonância com as reflexões elaboradas por meio dos conceitos de Antropoceno e a Grande Aceleração. Para isto, salienta-se o estudo de Hannah Ritchie, Ph.D em Geociência, e Pablo Rosado, Ph.D em Astrofísica⁶⁶.

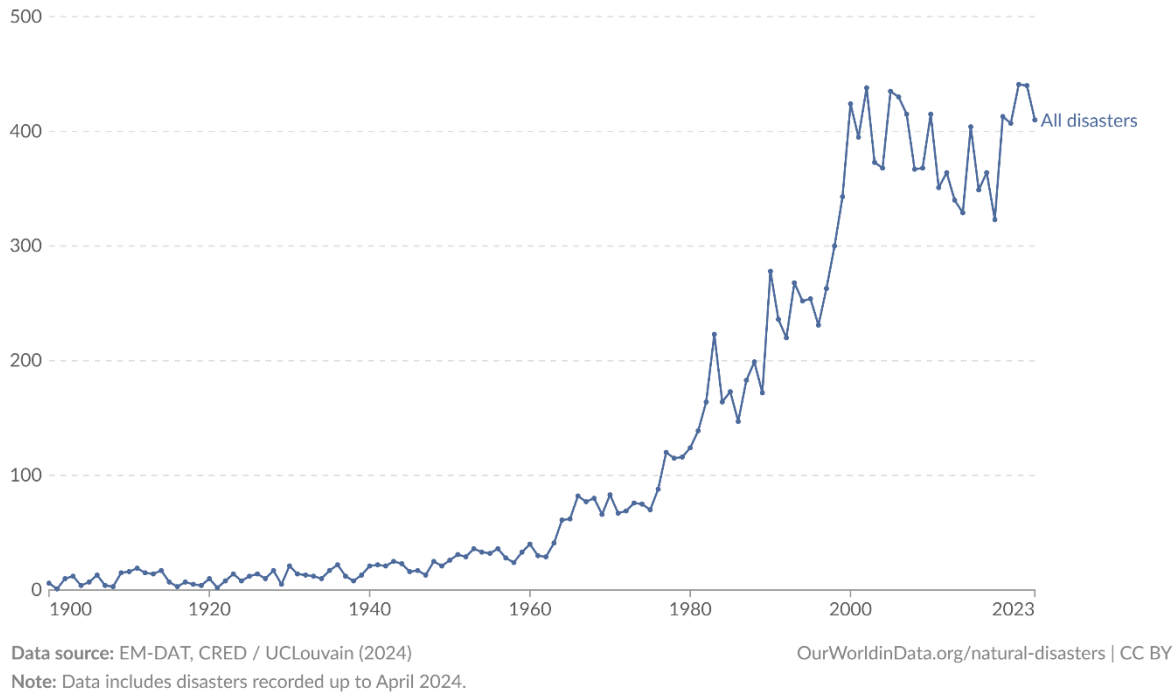
⁶⁶ RITCHIE, Hannah; ROSADO, Pablo (2024). "Is the number of natural disasters increasing?". Published online at **OurWorldinData.org**. Retrieved from: 'https://ourworldindata.org/disaster-database-limitations' [Online Resource]. Acesso: 14/10/2025.

Figura 5 – Desastres Entre 1900-2023

Number of recorded natural disaster events, 1900 to 2023



The number of global reported natural disaster events in any given year. Note that this largely reflects increases in data reporting, and should not be used to assess the total number of events.



Fonte: RITCHIE; ROSADO, 2024.

Frisam os autores, que apesar do aumento dos impactos provocados pelas Mudanças Climáticas nas últimas décadas, é preciso relevar que o mecanismo de registros acerca de ocorrências de desastres socioambientais, em escala global, de maneira precisa, apenas aconteceu no decorrer do século XX. Deste modo, possivelmente, houve um número maior de desastres do que os computados ao período anterior a década de 1950 (o que diminuiria a curva de ascensão). Embora este aspecto não diminua a emergência relacionada ao aumento de desastres socioambientais e a necessidade da construção de alternativas sólidas para frear tais problemáticas.

Engelke e McNeill ponderam, apesar de não precisar exatamente quando, que a Grande Aceleração esteja com os seus dias contados. Pois, ao mesmo tempo que uma das características básicas presente na sociedade capitalista seja o constante acúmulo de capital, não há condições de se continuar disseminando este modo de vida a longo prazo, devido à finitude em termos de disponibilidade dos elementos naturais no planeta. Ou seja, a especulação infinita de capital se estabelece por meio de elementos naturais que são finitos, tornando este modelo de organização socioeconômico insustentável. Desta maneira, os autores apresentam como contribuição para

este debate não perder de vista o ofício da história, em que “voltar ao terreno mais firme do passado e tentar ver como o presente veio a ser o que é, e como a Grande Aceleração deu início ao Antropoceno”⁶⁷ pode ser a contribuição que os historiadores apresentam para compreender a complexidade que envolve o mundo contemporâneo.

Mas, se o conceito de Antropoceno apresenta virtudes para analisar os impactos sobre a natureza gerados pelas dinâmicas socioeconômicas contemporâneas, este também apresenta problemas. Questiona-se uma possível homogeneidade do conceito, pois, por um lado, não há como colocar na mesma métrica de impacto ambiental países industrializados e países em desenvolvimento. E, de outro, até mesmo no âmbito de cada país, há os que não possuem mínimas condições de cidadania e acesso a itens como saneamento básico e água potável, por exemplo, e há os que possuem acesso indiscriminado aos elementos disponíveis na natureza.

Sobre este debate vale mencionar os estudos produzidos pelo historiador Luiz Marques em sua obra *Capitalismo e Colapso Ambiental*. Afirma o autor que analisar a atual problemática ambiental contemporânea acerca da voracidade com a qual as sociedades humanas degradam a natureza não pode estar dissociada da reflexão em torno da progressiva concentração de riqueza e aumento da desigualdade social presente na sociedade capitalista, principalmente, após a crise econômica desencadeada em 2008. Marques pontua que, enquanto 91,4% da população adulta mundial detêm apenas 14,3% da riqueza global, cerca de 427 milhões de indivíduos, precisamente, 8,6% da população adulta mundial, concentram aproximadamente 87% da riqueza mundial⁶⁸. Não esquecendo o ponto de vista ambiental, salienta Marques:

Para satisfazer a voracidade de 427 milhões de pessoas – os 8,6% da população adulta detentora de US\$ 240,1 trilhões ou 85,6% da riqueza global –, move-se a economia do planeta, máquina devoradora de recursos naturais e produtora de crises econômicas e socioambientais, a começar pelas mudanças climáticas: “as 500 milhões de pessoas mais ricas do mundo produzem metade das emissões de CO₂, enquanto os 3 bilhões mais pobres emitem apenas 7%”.⁶⁹

Uma parcela significativa do contingente populacional que forma o total de 3 bilhões de pessoas nas camadas mais vulneráveis da sociedade em âmbito global não possui acesso regular a itens como energia elétrica, água potável e saneamento básico, por exemplo. Deste modo, Marques pondera que a pauta em torno da redução dos gases que provocam o efeito estufa e acirram as Mudanças Climáticas em curso deve estar alicerçada a planos de redução das

⁶⁷ *Ibidem*, p. 6.

⁶⁸ MARQUES, Luiz. *Capitalismo e Colapso Ambiental*. São Paulo: Editora Unicamp, 2018, p. 32-33.

⁶⁹ MARQUES, 2018, p. 35.

desigualdades sociais e concentração de riqueza. Pensar a pauta ambiental está intimamente ligada a outras esferas sociais, como a econômica e a política.

Retomando a reflexão em torno da questão conceitual, nesta discussão há os que propõem a substituição do conceito de Antropoceno com o intuito de superar a sua homogeneização, como no caso do historiador (e geógrafo histórico) Jason Moore, que defende o uso do conceito de Capitaloceno. De acordo com Moore, além de nem todos os seres humanos consumirem os elementos da natureza na mesma escala, as mudanças climáticas são um reflexo das contradições do modelo de organização socioeconômico capitalista em sua busca constante por acúmulo de capital. Por isso, o autor argumenta a defesa do uso do conceito de Capitaloceno para refletir sobre as dinâmicas ambientais contemporâneas.

Dentre as insuficiências analíticas atribuídas por Moore ao Antropoceno, o autor enfatiza que é indissociável da questão ambiental refletir sobre as contradições socioeconômicas presentes na formação do mundo moderno, que, ao mesmo tempo que é marcado por um modo intenso de apropriação dos elementos da natureza, também está associado à exploração de sociedades históricas silenciadas (como as populações indígenas exterminadas durante o processo de colonização da América e as populações africanas escravizadas, entre os séculos XV-XIX). Moore questiona que os adeptos do conceito de Antropoceno são capazes de elaborar perguntas, mas não de compreender as dinâmicas do mundo contemporâneo, no que tange à questão ambiental. Isto se dá, principalmente, por três aspectos:

O argumento do Capitaloceno diz três coisas que a perspectiva do Antropoceno não diz – e não é capaz de dizer. Primeiramente, ele insiste que a história do capitalismo é uma relação entre capital, poder e natureza como um todo orgânico. Ela é uma ecologia-mundo. [...]. Em segundo lugar, a história do capitalismo não pode ser reduzida à queima de combustíveis fósseis, na Inglaterra ou onde quer que seja; é a história das relações de poder e (re)produção baseadas na premissa da lógica do dinheiro. [...] Em terceiro lugar, o argumento do Capitaloceno desafia a visão eurocêntrica – e francamente falsa – do surgimento do capitalismo na Inglaterra no século XVIII⁷⁰.

Jason Moore argumenta que o aumento na percepção de impactos ambientais, experienciados entre a segunda metade do século XX e as primeiras décadas do século XXI, não é um reflexo do aperfeiçoamento nas condições produtivas ocorrido em fins do século XVIII com a emergência da Revolução Industrial (como explicitado ao analisar a obra de Artaxo no início deste capítulo). Para o autor, esse processo remonta a longa duração,

⁷⁰ MOORE, Jason. O Surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, Jason (Org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Editora Elefante, 2022, p. 133-134.

especificamente, a partir do século XV, com a conquista europeia de outras partes do mundo (América e África), do contexto do colonialismo e da política econômica mercantilista.

Por exemplo, conforme o antropólogo Darcy Ribeiro, é indissociável da análise sobre a industrialização na Inglaterra no século XVIII refletir sobre o ciclo do ouro ocorrido no Brasil Colônia, pois o ouro extraído por mão de obra escrava (traficada por meio do comércio estabelecido no Oceano Atlântico), no Brasil, durante o mesmo recorte temporal, era enviado para a metrópole portuguesa, e esta, com o intuito de sanar seus débitos com a Inglaterra (em virtude dos déficits monetários gerados pelo *Tratado de Methuen* – 1703), acabava por saldar suas dívidas com os ingleses pagando com o ouro extraído de sua, até então, colônia⁷¹. Logo, o ouro extraído no Brasil Colônia financia uma parte significativa do processo de industrialização inglês. “Neste sentido, a observação de Marx de que a indústria de larga escala é um mecanismo para transformar ‘sangue em capital’ não era mera polêmica”⁷².

Para Moore fundamentar sua perspectiva em torno de um recorte temporal situado na longa duração, pensando a ascensão do capitalismo a partir do século XV, e com o intuito de transpor o que ele avalia como uma análise mecânica e eurocêntrica da história (como se a chave para explicar a industrialização fosse a soma entre o aumento da queima de combustíveis fósseis e a utilização da técnica na Inglaterra). O autor ressalta que, em séculos anteriores, já se registrava um vertiginoso aumento no consumo de combustíveis fósseis. No caso da produção de carvão, “podemos notar que a revolução inglesa não começou no século XVIII, e sim na primeira metade do século XVI: saltou de cinquenta mil toneladas (1530) para 210 mil toneladas (1560) e 1,5 milhão de toneladas em 1630”⁷³. E a produção sobe mais ainda na década de 1680, atingindo a marca de 2,9 milhões de toneladas⁷⁴. O ponto de reflexão de Moore é que, se ampliarmos nosso recorte temporal de análise para o contexto do colonialismo, a partir do século XV, ampliaremos nosso leque de questionamentos e poderemos compreender as contradições socioambientais experienciadas na contemporaneidade.

A ascensão do capitalismo depois de 1450 marcou um ponto de virada na história da relação da humanidade com o restante da natureza. Foi maior do que qualquer outro

⁷¹ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015, p. 279.

⁷² MOORE, 2022, p. 146.

⁷³ *Ibidem*, p. 155.

⁷⁴ O desmatamento também registra um aumento vertiginoso, tanto na Europa quanto nas colônias. “A Europa feudal havia levado séculos para desmatar grandes áreas do Oeste e do centro do continente. Após 1450, no entanto, um desmatamento comparável ocorreu em décadas, não em séculos. [...] Um exemplo, na Picardia (nordeste da França) medieval, retirar doze mil hectares de floresta levou duzentos anos, com o início no século XII. Quatro séculos depois, no Nordeste do Brasil, durante auge do açúcar na década de 1650, doze mil hectares de floresta seriam derrubados em um único ano” (Moore, 2022, p. 157). Moore também menciona a introdução da técnica de alta complexidade nos engenhos de produção de açúcar.

divisor de águas desde o surgimento da agricultura e das primeiras cidades. E, de modo relacional, foi ainda maior do que o surgimento do motor a vapor.⁷⁵

Nesta pesquisa defende-se a utilização do conceito de Antropoceno pelo argumento de que este não silencia os aspectos socioeconômicos da análise ambiental, mas, sim, que, além de os contemplar, elenca para reflexão diferentes estratos do tempo associados às dinâmicas sociais (tempo histórico) e às dinâmicas naturais (tempo geológico). Em suas análises, Moore centra-se com ênfase em apenas um destes estratos (o tempo histórico), embora busque-se, no presente estudo, ampliar o recorte temporal do Antropoceno para além da emergência da Revolução Industrial no século XVIII e da Grande Aceleração (período pós-Guerra), entendendo que este processo remonta à longa duração, no período de formação do mundo moderno, do contexto da acumulação primitiva de capital argumentado por Moore. De acordo com o historiador Dipesh Chakrabarty, ao defender o uso do conceito de Antropoceno como meio para aprofundar os debates sobre a dimensão de tempo histórico/geológico, salienta-se:

Não desejo endossar ou criticar a denominação que Moore decidiu; meu ponto é mostrar como a aplicação dessa nomenclatura (Capitaloceno) implicou, mais uma vez, o ato de dobrar o conceito de “força” – humanos como uma força geofísica – na categoria humano-existencial de “poder” que é intrínseca à história mundial⁷⁶.

Outro instrumento analítico que se propõe para evitar possíveis reducionismos ao se utilizar o conceito de Antropoceno se insere nas considerações tecidas por Pádua, em que o autor propõe como ferramenta de estudo relacionar as particularidades locais, regionais e nacionais de uma referida nação às dinâmicas globais do Antropoceno, em seus diferentes estratos de tempo e modos de inserção. Para isso, elenca três pontos de estudo:

(1) O nível de participação das sociedades nacionais nos distintos padrões de produção e consumo do Antropoceno como um período histórico; (2) a contribuição de cada sociedade nacional, especialmente de seus intelectuais e cientistas, na formulação dos saberes e ideologias que constituem o que se poderia chamar de “cultura antropocênica”, e (3) o papel de cada economia nacional como fornecedora de recursos humanos e naturais para permitir a inserção de outros países e regiões nos padrões de produção e consumo do Antropoceno⁷⁷.

Neste contexto o Brasil apresenta uma profícua possibilidade de estudo referente à sua biodiversidade, incluindo 60% do bioma da Amazônia em seu território nacional, abrangendo 30% do restante de floresta tropical do planeta, 12% da água doce do mundo, além de sediar

⁷⁵ *Ibidem*, p. 156.

⁷⁶ CHAKRABARTY, Dipesh. Anthropocene Time. **History and Theory**, Middletown (USA), no. 1. March/2018, p. 12.

⁷⁷ PÁDUA, 2017, p. 05. (Tradução livre).

importantes discussões globais como a ECO-92 (1992) e a Rio +20 (2012)⁷⁸. Porém, ao mesmo tempo que o país se insere nos debates globais associado à sua exuberância em termos de elementos naturais disponíveis no planeta, também é lembrado pela velocidade em que os degrada.

Outro ponto referente aos debates em torno do Antropoceno condiz ao negacionismo sobre a emergência de se elencarem medidas para conter os impactos gerados pelas Mudanças Climáticas. O paleontólogo Reinhold Leinfelder propõe a construção de um contrato social para a sustentabilidade. Para isso, a associação entre educação pública, ciência e sociedade, articulada à ação política, é fundamental. No entanto, o autor pondera que não há fáceis soluções sobre as dinâmicas ambientais enfrentadas no Antropoceno, ainda mais sob um contexto global em que o poder econômico e político em muitos casos permanece distante das necessidades da população. Logo, é preciso refletir sobre o escapismo e o negacionismo climático que influenciam grandes segmentos da sociedade, ou seja: na relativização, como se a ciência não fosse segura; na desculpa alarmista, como se as críticas sobre os cenários futuros fossem exageradas sobre as mudanças climáticas; ou na desculpa do missionarismo, como se as medidas para conter o aquecimento global fossem controles da liberdade individual de cada cidadão⁷⁹. O autor enfatiza que é preciso “aprender com a história” no sentido de nortear planos de ação para reverter os impactos ambientais percebidos em escala global nas últimas décadas. Leinfelder elenca que perspectivas não científicas que encorajam a estagnação devem ser combatidas, tais como:

A Visão da Confiança na Tecnologia do Futuro: Os avanços na tecnologia permitirão aos humanos projetar completamente o planeta, o meio ambiente e todos os seres vivos, essencialmente removendo a sociedade humana dos ciclos naturais. **A Visão Apocalíptica:** Estamos a caminho de envenenar todo o planeta e a catástrofe ecológica é inevitável. Não só a sociedade organizada entrará em colapso, mas toda a humanidade provavelmente morrerá em um futuro próximo. **A visão sem problemas:** o comportamento humano é irrelevante porque os processos naturais, como vulcões e padrões climáticos, são considerados mais fortes do que qualquer um dos efeitos que a indústria humana possa ter⁸⁰.

Salienta-se a função social da história ambiental enquanto disciplina, para que esta seja um instrumento crítico de compreensão do mundo contemporâneo, capaz de problematizar suas contradições, especialmente as ligadas aos efeitos provocados pelas Mudanças Climáticas, a

⁷⁸ *Ibidem*, p. 05.

⁷⁹ LEINFELDER, R. Assuming Responsibility for the Anthropocene: Challenges and Opportunities in Education. In: TRISCHLER, H. Anthropocene: Envisioning the Future of the Age of Humans. **RCC Perspectives**, Munich, n. 3, 2013, p. 16.

⁸⁰ LEINFELDER, 2013, p. 17. (Tradução livre).

acidificação dos oceanos, o desmatamento de florestas tropicais, o esgotamento e poluição das reservas de água doce no mundo, a ameaça de extinção de animais em situação de risco, dentre muitos outros fatores. Neste sentido, dialogando com Leinfelder, elaborando inteligibilidades que contraponham a apatia e o negacionismo científico.

Desta maneira, expandir as fronteiras tradicionais do mundo acadêmico e destacar a participação de outros segmentos sociais para a construção de conhecimento pode ser uma alternativa. O indígena, ambientalista e doutor *honoris causa* pela Universidade Federal da Bahia, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Juiz de Fora, Ailton Krenak, questiona uma perspectiva de vida utilitarista e Antropocêntrica que serve aos interesses do grande capital em sua busca ininterrupta por acúmulo e lucro. Se, sob uma visão economicista, o rio Doce⁸¹ é visto como “recurso”, para os povos Krenak, este demonstra-se um ator cotidiano, um parente, uma entidade que não apenas ajuda na manutenção de sua sobrevivência, mas que possui um papel transcendental.

O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Wadu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização (com toda essa pressão externa)⁸².

Caminhamos para um ritmo acelerado de destruição da natureza e, consequentemente, de nosso modo de vida, naturalizando desigualdades. A vida pautada pelo consumo, e não pela promoção igualitária ao acesso à cidadania, enriquece um pequeno punhado de pessoas enquanto socializa os impactos ambientais marcados pelas Mudanças Climáticas que avançaram nas últimas décadas. Krenak problematiza sobre como este ímpeto suprime a diversidade, de outras maneiras possíveis de interação com a natureza, como os saberes de caiçaras, quilombolas e indígenas. Estes, chamados de povos sub-humanos pelo autor, pois são os que não se seduzem pela lógica do consumo e do mundo artificial representado nos shopping

⁸¹ Tem sua nascente através da confluência dos rios Piranga e do Carmo, no Estado de Minas Gerais, e deságua no Oceano Atlântico já situado no Estado de Espírito Santo. Em novembro de 2015, a barragem de Fundão (sob a gestão da Samarco Mineração S.A., empresa controlada por Vale S.A. e BHP Billinton) responsável pela contenção de rejeitos de minério de ferro, no município de Mariana, rompeu ocasionando um dos maiores desastres socioambientais da história do Brasil, totalizando 19 mortes. Sobre as águas do rio Doce foram despejados mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos poluentes derivados da produção de minério de ferro, afetando 41 cidades situadas entre Minas Gerais e Espírito Santo, com um total de 240 mil hectares de terra degradados e três reservas indígenas impactadas, sendo estas, dos povos Krenak, Tupiniquim e Guarani. CASO, Samarco. Ministério Público Federal. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>. Acesso em: 20 out. 2022.

⁸² KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019, p. 40.

centers e que se mantêm “agarrados a terra”, enquanto que a “humanidade” perde-se em sua abstração de tentar viver em um mundo “artificial” regado a entretenimento e “likes”.

Mas, se nos últimos cinco séculos apenas alguns setores da sociedade brasileira encontravam-se sob a ameaça de extermínio, como os povos indígenas, por exemplo, atualmente, esta ameaça chega, pela primeira vez, sob um âmbito global, à humanidade. Krenak pontua que sustentar um modo de organização social centrado no esgotamento da capacidade de abastecimentos dos rios, desmatamento das florestas, destruição das montanhas dentre muitos outros fatores, para que se mantenham o intenso ritmo de produção e o consumo que alimenta a sociedade do espetáculo, têm um preço muito caro.

A conclusão ou compreensão de que estamos vivendo uma era que pode ser identificada como Antropoceno deveria soar como um alarme nas nossas cabeças. Porque, se nós imprimimos no planeta Terra uma marca tão pesada que até caracteriza uma era, que pode permanecer mesmo depois de já não estarmos aqui, pois estamos exaurindo as fontes da vida que nos possibilitaram prosperar e sentir que estávamos em casa, sentir até, em alguns períodos, que tínhamos uma casa comum que podia ser cuidada por todos, é por estarmos mais uma vez diante do dilema a que já aludi: excluímos da vida, localmente, as formas de organização que não estão integradas ao mundo da mercadoria, pondo em risco todas as outras formas de viver⁸³.

O autor elenca a necessidade de um entendimento integrado sobre a vida em sua interação com a natureza, de modo a não haver hierarquias entre humanos e não humanos. A natureza possui personalidade, inclusive, indica quando ocorrerá tempestades e a necessidade de se ter cautela, e quando um dia será próspero e propício à caça. “Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista”⁸⁴. A crise marcada pelas Mudanças Climáticas e o Antropoceno seria um sinal da terra, uma oportunidade para os seres humanos repensarem seu lugar diante da vida por meio do atual modo de interação com a natureza construído. Um último chamado, para se tentar “adiar o fim do mundo”, em trocadilho provocador ao título da obra de Krenak. “E se a provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim”⁸⁵.

Se propôs neste tópico refletir sobre as sociedades humanas enquanto um ser/agente geológico capaz de influenciar e impactar as dinâmicas naturais do planeta, buscando não se cair em reducionismos, por meio do aparato conceitual do Antropoceno. Também se destacou

⁸³ KRENAK, 2019, p. 46-47.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 49.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 27.

a propositiva de compreendê-lo com um recorte temporal iniciado na modernidade, no contexto de acumulação primitiva de capital, com o colonialismo e o mercantilismo, não esquecendo a atuação de sujeitos historicamente silenciados, como as populações indígenas e africanos escravizados (durante os séculos XV-XVIII), que se amplia a partir da emergência da Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, e chega ao seu auge após 1945 no que foi conceituado por Engelke e McNeill como a Grande Aceleração. Intui-se no tópico a seguir discutir sobre como, a partir da segunda metade do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, diagnosticou-se um aumento no número de desastres socioambientais sob uma escala global, especialmente, no número de inundações, dialogando com as particularidades de âmbito local representadas no município de Araranguá, SC.

3.2 HISTÓRIA GLOBAL E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: PENSANDO O GLOCAL

O historiador Sebastian Conrad argumenta que, no final do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, registrou-se um aumento no interesse por pesquisas no campo da história com ênfase nas relações de âmbito global. Para compreender esta questão, primeiro, o autor salienta aspectos que remetem a mudanças e discussões no campo historiográfico, como a revisão de abordagens que se centram na construção e legitimação dos Estados-Nação, articuladas a enfoques eurocêntricos. E, segundo, as transformações no contexto histórico após o fim da Guerra Fria, marcado pelo advento da globalização, pela aceleração nas relações de comunicação, com o uso da Internet, pela intensificação de processos migratórios de cunho global, pelo aumento da percepção acerca dos efeitos provocados pelas Mudanças Climáticas, dentre outros fatores. Conrad pontua que, para a disciplina histórica seguir exercendo sua função social de objetivar compreender o presente por meio do estudo sobre como os seres humanos transformaram-se historicamente no tempo e espaço, cabe ao pesquisador transpor o recorte de análise situado no âmbito nacional e dimensioná-lo às dinâmicas de transformação estrutural de cunho global.

Esta perspectiva não possui um roteiro preestabelecido o qual o historiador apenas avança mecanicamente degrau por degrau até atingir o prisma de uma produção historiográfica considerada global. No entanto, Conrad propõe alguns pontos de reflexão que podem auxiliar o pesquisador na construção de uma perspectiva em História Global. “Em primeiro lugar, os historiadores globais não estão apenas preocupados com as macroperspectivas. Muitos procuram situar assuntos e fenômenos históricos concretos no interior de um contexto mais

amplo e, potencialmente, global”⁸⁶. A concepção de espaço está alicerçada à problemática e aos objetivos de pesquisa elencados pelo historiador, não necessariamente permanecendo enrijecida ao plano do Estado-Nação. Evidenciar as conexões e interações entre diferentes localidades, de modo relacional e não isolado em si, na sincronia dos acontecimentos históricos, pode ser um frutífero caminho.

Logo, ressalta-se o primeiro “C” destacado por Conrad, referente à causalidade. Toda pesquisa em história global parte de um local específico, podendo estar situado em uma macro ou microescala. O segundo “C”, de conexão, envolve as dinâmicas de interação entre diferentes sociedades históricas. Culminando com o terceiro “C”, o de comparação entre estas. A articulação por meio de um problema de pesquisa que envolva a causalidade, a conexão e a comparação, em um contexto de transformação estrutural, seria a proposição de Conrad para compreender o mundo contemporâneo. Nesse sentido, pondera o autor:

Uma história global que pretenda ser mais do que um repositório ecumênico e acolhedor de histórias felizes sobre contornos transfronteiriços necessita, então, de se envolver sistematicamente com as questões relativas às transformações globais estruturadas e ao seu impacto na mudança social.⁸⁷

Em concordância com Conrad sobre a emergência em torno da construção de uma inteligibilidade histórica que compreenda o atual processo de integração global, seja na esfera econômica (não silenciando as relações de poder, assimetrias e hierarquizações entre diferentes sociedades), seja na esfera ambiental, frente à problemática atual que envolve o modo como as sociedades humanas impactam a natureza, necessitando de soluções para remediar o atual estado de degradação ambiental em escala global de forma coletiva e diplomática, dentre muitas outras esferas, o historiador Diego Olstein reflete que “com base em nossas experiências e percepções de vidas globalizadas, pensar sobre a história de uma perspectiva global melhora nossa compreensão do passado. E, também, por outro lado, descobrir as dimensões globais de nosso passado expande nossa compreensão do mundo globalizado em que vivemos”⁸⁸.

Porém, os caminhos para construir uma produção em História Global elencada por Olstein diferem em alguns pontos da proposta de Conrad. Olstein diagnostica a existência de doze ramos de perspectivas historiográficas situadas no campo da História Global⁸⁹ e quatro estratégias, que seriam: a comparação, a conexão, a conceitualização e a contextualização.

⁸⁶ CONRAD, Sebastian. **O Que é a História Global?** Lisboa (Portugal): Edições 70, 2019, p. 84.

⁸⁷ CONRAD, 2019, p. 92.

⁸⁸ OLSTEIN, 2019, p. 32-33.

⁸⁹ Sendo elas: 1. História Comparada; 2. Histórias Relacionais; 3. Nova História Internacional; 4. História Transnacional; 5. História Oceânica; 6. Análise Civilizacional; 7. Sociologia Histórica; 8. Enfoque Sistemas-

Basicamente, após delimitar a problemática e o campo de estudo, cabe ao historiador comparar o seu tema de análise com outras localidades, para isto, remonta-se a conexão. “Comparar e conectar são duas estratégias fundamentais para pensar a história globalmente. Comparar pressupõe comparar duas unidades a fim de descrever ou analisar suas semelhanças e diferenças. Conectar envolve reunir duas ou mais unidades para avaliar sua interdependência”⁹⁰. Após os primeiros dois exercícios, seria a conceitualização que sintetizaria as elucubrações delineadas a partir da comparação e da conexão:

O estudo sustentado de comparações e conexões em combinação com o pensamento científico social dá lugar à conceitualização, uma terceira estratégia para pensar a história globalmente. Através da conceitualização, as conclusões gerais de comparação e conexão de um fenômeno particular são trazidas para um nível de abstração representado por um conceito.⁹¹

E, por fim, a contextualização tem como intuito situar o tema de análise aos processos de transformação de ordem global. No caso estudado por Olstein, sobre o regime de Juan Domingo Perón na Argentina, entre os anos de 1946-1955, o autor buscou evidenciar que análises anteriores costumavam focar abordagens fragmentadas sobre o tema. No caso, o historiador com especialidade no campo político tinha como foco as relações diplomáticas, o especialista no campo social, a proteção ao trabalhador urbano, e assim por diante. Nas palavras de Olstein:

Para a história global, o mundo é uma unidade funcional criada pelo estabelecimento de relações duradouras entre as sociedades humanas ao redor do planeta; portanto, na análise da Argentina de Perón a partir da perspectiva da história global, o desafio é contar essa história não apenas a partir do Ministério do Trabalho em uma junta militar e do amplo apoio da nova classe trabalhadora emergente, mas também como resultado de um mundo interconectado criado através do processo de globalização.⁹²

Um dos intuitos desta pesquisa, em concordância com a argumentação de Olstein, é a de analisar criticamente as dimensões históricas de âmbito global presentes na relação das sociedades humanas, nesse caso, com o rio Araranguá, porém, através da fundamentação teórico metodológica da História Ambiental. Além desta ampliar nosso leque de reflexão acerca das categorias de tempo/espço, pois, por si só, o estudo da natureza demanda uma temporalidade particular que envolve diferentes seres vivos e que transcende a escala da vida

Mundo; 9. História Global; 10. História da Globalização; 11. História Mundial; 12. Grande História. *Ibidem*, p. 36-70.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 44.

⁹¹ *Ibidem*, p. 56. (Tradução livre).

⁹² *Ibidem*, p. 64.

humana, e uma concepção de espaço, que expande as tradicionais dimensões de fronteira sedimentadas em fins do século XIX e início do século XX. A História Ambiental ao transformar a natureza em fonte e objeto de pesquisa, de acordo com os historiadores ambientais, John McNeill e Erin Mauldin, possibilita compreender os estratos que variam da dimensão local à global acerca de problemáticas ambientais, como: as mudanças climáticas, o aumento do nível do mar, os desmatamentos, a poluição do ar dentre muitos outros aspectos. Deste modo, afirmam os autores, que a base para construção de uma História Ambiental Global está na relação com pesquisas que partam do local e conectem-se a processos globais de transformação estrutural⁹³.

Retomando as reflexões de Conrad, o autor argumenta que não necessariamente o objetivo de uma pesquisa em História Global seja elencar um enfoque planetário de estudo. Inclusive, ao propor redimensionar a categoria de espaço por meio de problemas de pesquisa baseadas na articulação entre os três diferentes Cs (explicitados anteriormente), salienta que as análises mais interessantes em história global partem, justamente, de abordagens que não abarcam um recorte mundial. O global e o local não precisam ser opostos. Logo:

O enfoque nos indivíduos ou nos pequenos grupos pode levar-nos a descobertas fascinantes sobre os processos de mudança global e ao modo como eles condicionam o espaço da ação humana individual. [...]. A história local pode-nos apontar os caminhos pelos quais as particularidades locais desafiam as homogeneidades das narrativas globais e onde as práticas locais divergem da trajetória conducente a uma cada vez maior interconexão.⁹⁴

“Em geral, a agenda da história global e o interesse pelos casos concretos e individuais não são, de modo algum, mutuamente exclusivos. Como é sugerido pelo *slogan* ‘glocalização’, os processos globais foram experienciados e constituídos por constelações locais”⁹⁵. O ponto central para estabelecer a relação entre o local e o global seria a variação de escalas, em que, afirma Conrad:

Através deste jogo (de escalas), os historiadores globais estão em posição de gerir vários níveis da prática social e de abordar as interações globais, sem terem, forçosamente, de fazer do mundo inteiro a sua unidade de análise. Por outras palavras, o global não é uma esfera distinta, exterior aos casos nacionais ou locais. Trata-se, antes, de uma escala para que se pode remeter, mesmo quando olhamos para as vidas de indivíduos concretos e para os pequenos espaços⁹⁶.

⁹³ MCNEILL, John R; MAULDIN, Erin S. Global Environmental History: An Introduction. In: MCNEILL, John R; MAULDIN, Erin S. (ed.). **A Companion to Global Environmental History**. Oxford: Blackwell, 2012, p. XVIII.

⁹⁴ CONRAD, 2019, p. 161.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 162.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 171.

Buscam-se, fundamentado nas reflexões de Conrad, McNeill e Mauldin, articular o aumento na ocorrência de desastres socioambientais no município de Araranguá, durante a segunda metade do século XX, as dinâmicas da Grande Aceleração e da emergência do tempo geológico do Antropoceno. Logo, destacam-se a causalidade presente nos impactos provocados por enchentes e inundações em Araranguá e a conexão, além do contexto global marcado pelas Mudanças Climáticas, também com o rio Mondego (Portugal), pois, em seu estuário, situado no município de Figueira da Foz, realizou-se a sua fixação mediante a construção de molhes; e seus desdobramentos, com uma mitigação tímida na ocorrência de enchentes e inundações, seguida de novos impactos socioambientais a seres humanos e não humanos, oferecem um interessante leque de análise acerca de intervenções hidráulicas que visam a tornar estáticos locais extremamente dinâmicos e fluidos. De modo que as perguntas aqui feitas, no decorrer do presente estudo, podem ser um instrumento de compreensão/comparação quando pensado não apenas no âmbito local, mas também com outras localidades que sofrem com a mesma problemática, agravada nas últimas décadas, em diversas regiões do globo. Argumenta-se que um dos caminhos frutíferos desta perspectiva é analisar criticamente as diferentes respostas a perguntas gerais oferecidas por este campo de pesquisa. Assim sendo, objetiva-se defender que pensar as particularidades locais do município de Araranguá com relação às estratégias delineadas para lidar com as enchentes e inundações e às alternativas propostas para sua superação/mitigação (o maior exemplo sendo os projetos de Fixação da Barra do Rio Araranguá) pode auferir contribuições para a História Global.

Para fins teórico-metodológicos, nos próximos parágrafos se delimitará o que se entende por Mudanças Climáticas, buscando articular suas dinâmicas de ordem global ao estudo de desastres socioambientais em esfera local. De acordo com a geóloga, com ênfase de atuação em geoquímica, Sônia Maria Barros de Oliveira, o último relatório do *Painel Intergovernamental Sobre Mudança do Clima* (IPCC⁹⁷ – definição da sigla em inglês), no ano

⁹⁷ “O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, IPCC, foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) em 1988 com o objetivo de fornecer aos formuladores de políticas avaliações científicas regulares sobre a mudança do clima, suas implicações e possíveis riscos futuros, bem como para propor opções de adaptação e mitigação. Atualmente, o IPCC possui 195 países membros, entre eles o Brasil. Por meio de suas avaliações, o IPCC determina o estado do conhecimento sobre a mudança do clima, identifica onde há consenso na comunidade científica, e em que áreas mais pesquisas são necessárias. Os relatórios resultantes da avaliação do IPCC devem ser neutros, relevantes para a política, e não devem ser prescritivos. Além disso, as avaliações constituem insumos fundamentais para as negociações internacionais que visam o enfrentamento da mudança do clima. Os Relatórios de Avaliação do IPCC consistem nas contribuições de três Grupos de Trabalho e em um Relatório de Síntese que integra essas contribuições e quaisquer relatórios especiais preparados durante o mesmo ciclo de avaliação. Os Relatórios Especiais do IPCC tratam de questões específicas acordadas entre os países membros, e os Relatórios de

de 2007, “sustenta vigorosamente que o aumento global da temperatura registrado no século XX tem, como origem, as atividades humanas, também chamadas de antrópicas”⁹⁸. Mas antes de avaliar o peso que as emissões de gases que intensificam o Efeito Estufa causam às dinâmicas naturais do planeta, cabe uma breve consideração sobre as características que formam seu sistema climático.

De acordo com Oliveira, o clima, diferentemente da dimensão de tempo que se situa nas mudanças cotidianas (como uma chuva repentina de fim de tarde, ou um frio inesperado fora de estação), está ligado “a uma média de condições meteorológicas, como a descrição estatística (valores médios e variabilidade) da temperatura, precipitação e velocidade dos ventos em um período de tempo de trinta anos”⁹⁹. O sistema climático do planeta é formado por cinco componentes maiores, sendo eles: ar, água, gelo, terra e vegetação, todos em constante interação. Um outro componente, de ordem externa, é fundamental para esta discussão, a energia emitida pelo Sol:

O sistema climático terrestre é determinado fundamentalmente pela energia emitida pelo Sol. [...]. Essa energia é medida através do fluxo energético por unidade de área, em watts por metro quadrado (W/m^2). O fluxo de energia que chega ao topo da atmosfera terrestre é, em média, 342 W/m^2 . [...]. Desse total, 30% é refletido de volta para o espaço, e 70% é absorvido e reemitido como calor. [...]. Do total da radiação solar absorvida (235 W/m^2), três quartos são absorvidos pela superfície (168 W/m^2) e um quarto (67 W/m^2), pelas nuvens e vapor d'água da atmosfera (troposfera), e provê energia para as trocas de calor entre os componentes do sistema climático, principalmente através da circulação atmosférica e oceânica.¹⁰⁰

Basicamente, é este sistema de retenção de calor emitido pelo Sol chamado de Efeito Estufa que possibilita que a vida se prolifere no planeta Terra, garantindo uma média de temperatura terrestre por volta dos 14°C . Do contrário, sem este sistema de aquecimento natural do planeta, a temperatura média ficaria em torno dos 19°C negativos, impossibilitando quaisquer formas de manifestação de vida.

A problemática se inicia, principalmente, no período que se estende a partir da Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, até os presentes dias. O modo de

Metodologia fornecem diretrizes práticas para a preparação de inventários de gases de efeito estufa”. Disponível em:

https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/ciencia_do_clima/painel_intergovernamental_sobre_mudanca_do_clima.html. Acesso em: 16 maio 2023. Até o presente momento o IPCC produziu seis relatórios de avaliação, entre os anos de 1990-2023. O relatório citado pela autora seria o quarto relatório de avaliação publicado no ano de 2007.

⁹⁸ OLIVEIRA, Sônia Maria Barros de. Base Científica Para a Compreensão do Aquecimento Global. In: VEIGA, José Eli (Org.). **Aquecimento Global: frias contendas científicas**. São Paulo: SENAC, 2008, p. 18.

⁹⁹ OLIVEIRA, 2008, p. 20-21.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 21.

produção industrial então implementado à base da queima de combustíveis fósseis, dentre eles, petróleo e carvão, passou a emitir cada vez em maiores quantidades na atmosfera gases que intensificam o Efeito Estufa, como o dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O). Oliveira frisa que nos últimos 157 anos diagnosticou-se um aumento na temperatura média do planeta em pouco menos de um grau Celsius, precisamente na marca de 0,74° C¹⁰¹. Outra característica registrada é o aumento de dias excepcionalmente quentes e menos dias excepcionalmente frios. A autora sintetiza que “os anos mais quentes da série considerada de 157 anos foram os de 1998 e 2005, e onze dos doze anos mais quentes da história ocorreram entre 1995 e 2006, o que sinaliza uma intensificação do aquecimento global nos últimos anos”¹⁰².

Estes números são interessantes quando analisados em conjunto com dados pesquisados por Luiz Marques, publicados posteriormente por Oliveira no período de uma década. Acerca dos relatórios produzidos pelo IPCC, o autor analisa o produzido no ano de 2013 (Oliveira cita o anterior de 2007), no qual aponta as ações humanas como causa para o agravamento do Efeito Estufa com 95% de precisão. Sobre a tendência de aquecimento do planeta, Marques destaca: “segundo mensurações da Nasa e do Noaa, 17 dos 18 anos mais quentes dos registros históricos disponíveis ocorreram desde 2001”¹⁰³. Podemos perceber que a tendência de aquecimento do planeta se acentua intercalado à concentração de Gases de Efeito Estufa na atmosfera. Estima-se que até o período pré-industrial a concentração de CO₂ na atmosfera nunca tenha passado da quantidade de 280 ppm (partículas por milhão). Enquanto Oliveira apresentou dados referentes até o ano de 2005 com o índice de 379 ppm de CO₂ na atmosfera¹⁰⁴, Luiz Marques observa que em fevereiro de 2018 esta concentração atingiu a marca de 408,35 ppm, se mantendo em contínua progressão¹⁰⁵. No mês de abril de 2021 registrou-se o pico de 421,2 ppm¹⁰⁶.

Enfatiza o autor, em sua última publicação, que o decênio entre os anos de 2020-2030 é crucial para se elencarem políticas de âmbito global que estabilizem o aumento da temperatura média global para até, no máximo, 1,5° C. E, com isso, se evitem as consequências mais graves

¹⁰¹ De acordo com a Organização Mundial Meteorológica (OMM), agência vinculada à ONU, em 2022, a temperatura média global foi de 1,15°C acima da era Pré-Industrial. E estima-se que entre 2023-2027 exista 66% de probabilidade de a temperatura média global ultrapassar o “limite seguro” das mudanças climáticas de 1,50°C. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/05/17/temperaturas-globais-devem-subir-a-niveis-recordes-nos-proximos-cinco-anos-diz-onu.ghtml>. Acesso em: 17 maio 2023.

¹⁰² *Ibidem*, p. 28.

¹⁰³ MARQUES, 2018, p. 323.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, 2008, p. 32.

¹⁰⁵ MARQUES, 2018, p. 320.

¹⁰⁶ MARQUES, Luiz. **O Decênio Decisivo – propostas para uma política de sobrevivência**. São Paulo: Editora Elefante, 2023, p. 48.

e catastróficas provocadas pelas Mudanças Climáticas. Diferentemente de décadas passadas em que o alerta se estendia para as futuras gerações, já estamos vivenciando um contexto marcado pelo aumento no número de intempéries climáticas em escala global, seja por inundações, secas e estiagens, extinção de espécies, degelo das calotas polares dentre muitos outros fatores. No entanto, mesmo diante da complexidade que envolve tal problemática, Luiz Marques argumenta que sua obra nasce de duas apostas otimistas:

A primeira é que os anos decisivos para evitar esses cenários futuros extremos ainda estão diante de nós. São os anos do decênio em curso, razão do título deste livro. Em outras palavras, ainda não seria tarde demais para evitar o pior. A segunda aposta, não menos otimista, é que seremos capazes de agir individual e politicamente ao longo deste decênio, com a radicalidade requerida para reverter o que ainda pode ser revertido, mitigar o que ainda pode ser mitigado e, com isso, aumentar significativamente nossas chances de adaptação aos impactos vindouros do aquecimento global, do empobrecimento da biodiversidade e da intoxicação dos organismos pela poluição químico-industrial. Essas duas apostas baseiam-se numa condição *sina qua non*: a de que seremos capazes de construir um projeto social pós-capitalista, centrado na exigência do encontro da diminuição das desigualdades sociais com a diminuição das pressões antrópicas sobre o sistema Terra¹⁰⁷.

A superação da Grande Aceleração, processo inerente ao sistema capitalista em sua constante busca por acúmulo de capital, e a estabilização do Antropoceno são questões basilares para a superação das problemáticas ambientais que se acentuaram em fins do século XX e primeiras décadas do século XXI para se evitar o colapso, pondera Marques. Ao mesmo tempo que o autor se mostra otimista com a possibilidade de construção de uma sociedade pós-capitalista, pautada em uma social-ecologia ou ecodeocracia, também pontua que o nosso tempo para recondução de rota está se esgotando. Por isso, o título provocativo de sua última publicação, que remete ao que estaríamos vivenciando: *O Decênio Decisivo*.

Em obra anterior, intitulada *Capitalismo e Colapso Ambiental*, fundamentada em dados do ano de 2012 divulgados pelo *World Resources Institute*, Marques salienta que o total de emissão de gases que intensificam o Efeito Estufa foram de 49,1 GtCO₂. Dos quais “31,4 GtCO₂-eq (64%) foram geradas pela produção de energia (fora da agricultura) e 6,4GtCO₂-eq (13%) provieram da agropecuária. A interferência humana na manta vegetal para uso do solo (em geral, desmatamento) e extração de madeira gerou 11% das emissões”¹⁰⁸. No entanto, Marques pontua que estes dados não devem estar dissociados dos setores socioeconômicos que os produzem e consomem:

¹⁰⁷ MARQUES, 2023, p. 30-31.

¹⁰⁸ MARQUES, 2018, p. 317-318.

Os 10% mais ricos da humanidade são responsáveis por praticamente metade das emissões antropogênicas de CO₂ e os 30% mais ricos, por 79% delas, ao passo que os 70% mais pobres são responsáveis por apenas 21% dessas emissões antropogênicas e a metade mais pobre da população do planeta é responsável por apenas 10%.¹⁰⁹

Dentre algumas problemáticas acarretadas em função das Mudanças Climáticas que estão se acentuando no decorrer do século XX e primeiras décadas do século XXI, podemos destacar a ocorrência de um maior número de desastres socioambientais em escala global. Dentre eles, elenca-se o aumento na intensidade de furacões (devido ao aquecimento do Oceano), mudanças na distribuição das chuvas causando tempestades, propiciando inundações em algumas localidades e períodos de secas em outras, colocando em risco a vida humana, afetando a produção de agricultura, causando a erosão do solo, ondas de calor excessivo e o aumento no número de incêndios em florestas, ameaçando espécies não humanas (inclusive, podendo levá-las à extinção) dentre muito outros fatores que poderiam aqui ser salientados. Mas, porém, para não perder o foco sobre a relação entre as Mudanças Climáticas e suas questões socioeconômicas, cabe citar a reflexão do jornalista Cláudio Angelo, em que o autor pontua a relação entre as problemáticas ambientais contemporâneas e as desigualdades sociais. Este aspecto é fundamental para compreendermos o que se entende por desastre socioambiental, que será explicitado a seguir.

Os países ricos foram os principais causadores do efeito estufa, ao poluir o planeta durante sua industrialização. Mas são os países pobres que mais sofrerão os impactos da mudança do clima. [...]. Em grande parte, portanto, é a própria pobreza que determina a intensidade do impacto. O aquecimento, avisa o IPCC, só tende a agravar situações que já são insustentáveis, causadas pelo crescimento urbano desordenado, pela falta de infraestrutura, pela populacional e pela carência de recursos para adaptação a eventos extremos.¹¹⁰

Deste modo, busca-se analisar o aumento dos eventos climáticos ocorridos principalmente após a segunda metade do século XX, por meio do conceito de desastre socioambiental. A defesa da compreensão dos impactos causados por inundações no município de Araranguá através da utilização deste conceito visa a dimensionar não apenas seus fatores naturais, mas, sobretudo, o peso das ações humanas para a potencialização dos impactos destes desastres. De acordo com os historiadores ambientais Eunice Sueli Nodari, Marcos Aurélio Espíndola e Alfredo Ricardo Silva Lopes, a utilização deste conceito indica que:

Nossa perspectiva de entendimento conceitual sobre problemáticas de desastres socioambientais advém do entendimento de como o fenômeno é, enquanto um evento

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 319.

¹¹⁰ ANGELO, Claudio. **Aquecimento Global**. São Paulo: Publifolha, 2008, p. 76-77.

em diferentes escalas, ao mesmo tempo de origem física e humana. Sob essa perspectiva, a natureza hoje existente é resultado também da ingerência humana, que rompe uma pretensa “normalidade” anterior estabelecida no tecido social, caracterizando a contraditória relação homem/natureza.¹¹¹

Corroborando com a perspectiva dos autores, especialmente no que concerne a análise de inundações, vale ressaltar o estudo das historiadoras Andréa Maia e Lise Sedrez acerca da enchente ocorrida no ano de 1966, na cidade do Rio de Janeiro, em que argumentam:

Mas o que acontece quando os rios estão contidos em canais de concreto e há pouco contato com a terra? Quando o chão em que cai a chuva é asfaltado e a vegetação natural substituída por casas e construções? Quando os morros perdem sua cobertura verde e a terra fica exposta à erosão das chuvas? A capacidade de absorção fica sensivelmente comprometida; a água se acumula em canais e valas, tomando violentamente ruas e casas. [...] Morros tornam-se ilhas, ruas tornam-se rios, casas tornam-se vulneráveis, surge o medo (pouco provável) de epidemias e o de desabamentos (bastante realista) e de perdas de vidas e propriedades. Em outras palavras, se a chuva, por intensa que seja, é parte da natureza, a enchente é um problema social.¹¹²

Busca-se enfatizar as ações humanas delineadas no tempo e espaço que modelaram uma interação desordenada com a natureza a ponto de degradá-la e propiciar o aumento no número de impactos de desastres socioambientais. Seja por meio de desflorestamentos de áreas de encostas e mata ciliar, construção e ocupação de áreas de risco, impermeabilização do solo, assoreamento dos rios, contaminação de seus recursos hídricos por agrotóxicos, resíduos sólidos urbanos etc. Cabe salientar que outro aspecto destacado por Nodari, Espíndola e Lopes remete a compreender a temática de desastres socioambientais em Santa Catarina através de um enfoque interdisciplinar e integrado, pois, “apesar dos inúmeros desastres que têm atingido o estado, os mesmos eram tratados, geralmente, como fenômenos independentes, em que as causas ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas não se encontravam articuladas na compreensão dos eventos danosos”¹¹³.

Acerca de um olhar integrado sobre a emergência de desastres socioambientais em escala global, a especialista em geografia física, Lídia Tominaga, avalia que os desastres apresentam uma ineficiência humana em respeitar as possibilidades naturais dos locais ao qual ocupam. Deste modo, os desastres representam um sinal de desequilíbrio na maneira como os seres humanos interagem com a natureza. Afirma a autora que, com a tendência de

¹¹¹ NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; LOPES, Alfredo Ricardo Silva. Apresentação. In: NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; LOPES, Alfredo Ricardo Silva (orgs.). **Desastres socioambientais em Santa Catarina**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 07.

¹¹² MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. **História Oral**, v. 2, n. 14, p. 221-254, jul.-dez. 2011, p. 227.

¹¹³ NODARI; ESPÍNDOLA; LOPES, 2015, p. 8.

aprofundamento das instabilidades climáticas, “os eventos de temporais, de chuvas intensas, de tornados ou de estiagens severas, entre outros, podem tornar-se mais frequentes, aumentando a possibilidade de incidência de desastres”¹¹⁴. O Brasil e, especificamente, o Estado de Santa Catarina, não estão ausentes das análises de Tominaga.

Seguindo a tendência mundial, constata-se também no Brasil um crescimento significativo das ocorrências de desastres naturais a partir de 1960, uma vez que do total de 289 ocorrências registradas pelo EM-DAT, no período de 1900 a 2009 (até o 1º trimestre de 2009), em torno de 70% são posteriores a 1960. [...]. Nos registros do EM-DAT constam 89 eventos para o Brasil, no período de 1980 a 2003, enquanto somente no Estado de Santa Catarina foram computados 3.373 desastres naturais no mesmo período. Nos dados da Defesa Civil de Santa Catarina são registradas apenas as ocorrências que levaram os municípios a decretarem Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública¹¹⁵.

Percebe-se que, devido à variação na maneira de selecionar dados sobre desastres, a autora abre margem para reflexão de que possivelmente muitas ocorrências não foram computadas pelos dados oficiais, ou seja, esses números podem ainda ser maiores. Sobre a divergência de números de ocorrências, o *Atlas Brasileiro de Desastres Naturais* (edição do Estado de Santa Catarina), registra que apenas as inundações excepcionais contabilizadas entre os anos de 1991-2012 alcançaram o número de 449 registros oficiais. Sendo que a mesorregião do vale do Itajaí conta com maior número de ocorrências (104), seguida pelo Oeste Catarinense (93) e a região Sul Catarinense, onde está localizado o rio Araranguá (80)¹¹⁶.

O engenheiro ambiental Masato Kobiyama, em concordância com Tominaga, também relaciona os perigos que o aprofundamento das Mudanças Climáticas pode gerar para o aumento de desastres no Brasil e em Santa Catarina. De acordo com o autor, “vários modelos de previsão climática têm apontado para o aumento de ocorrência de tempestades severas para as regiões Sul e Sudeste do Brasil”¹¹⁷. Do qual, destaca-se a passagem do Furacão Catarina, entre os dias 27 e 28 de março de 2004¹¹⁸, atingindo municípios localizados entre os Estados

¹¹⁴ TOMINAGA, Lília Keiko. Desastres Naturais: por que ocorrem? In: TOMINAGA, Lília Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosângela do (Orgs.). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico São Paulo, 2009, p. 13.

¹¹⁵ TOMINAGA, 2009, p. 18.

¹¹⁶ CENTRO Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED (UFSC). **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991-2012** (Volume – Santa Catarina). Florianópolis: CEPED – UFSC, 2013, p. 64.

¹¹⁷ KOBİYAMA, Masato *et al.* **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Curitiba: Organic Trading Editora, 2006, p. 27.

¹¹⁸ Sobre o acontecimento inédito do Furacão Catarina, cabe destacar a tese do historiador Alfredo Ricardo Silva Lopes, intitulada: Desastres Socioambientais e Memória no sul de Santa Catarina (1974-2004). A pesquisa analisa as memórias construídas acerca de três desastres socioambientais ocorridos no Sul Catarinense, sendo eles: as enchentes e deslizamentos de março de 1974; as enchentes e deslizamentos de dezembro de 1995 e; o Furacão Catarina de março de 2004. Ao qual entrelaçam-se as particularidades locais ao elaborar estratégias para lidar com os desastres, o apelo ao excepcional marcado pelo grau de destruições dos eventos, a religiosidade. Dentre muitos outros aspectos referentes a estigmatização das populações atingidas que habitam áreas de risco (situação

de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, causando enormes prejuízos socioeconômicos e ganhando ampla cobertura midiática pela imprensa nacional. Este foi registrado como o primeiro furacão ocorrido no Atlântico Sul. Para Kobiyama, há relação entre as Mudanças Climáticas em curso e o acontecimento de desastres severos como a ocorrência do Furacão Catarina. Inclusive, alerta que “observando a ocorrência e a intensidade de furacões em diversos locais no mundo, pesquisadores acreditam que o Aquecimento Global irá favorecer a formação dos furacões, principalmente os de categoria 4 e 5”¹¹⁹.

Embora argumente-se que a problemática ambiental não dissocie classes sociais, pois, teoricamente, todos seriam afetados pelo aumento da temperatura média do planeta, Lídia Tominaga salienta que por volta de 80 a 90 milhões de pessoas são afetadas por desastres todos os anos, das quais 90% destas populações residem em países em desenvolvimento e habitam áreas de risco. Na prática a maior parcela de populações afetadas por desastres é formada por classes menos favorecidas e em situação vulnerável. Isto ocorre pelo fato de haver “um número muito maior de população de baixa renda, vivendo em moradias frágeis, em áreas mais densamente povoadas e em terrenos de maior suscetibilidade aos perigos”¹²⁰. A pauta ambiental não pode estar dissociada da inclusão social e econômica e da promoção do pleno exercício da cidadania, afirma Tominaga. Para isto, é preciso construir um plano criterioso de gerenciamento ambiental.

Na linha de argumentação apontada por Tominaga, a socióloga Maria Galleno Oliveira relata que na última década houve um aumento no número de desastres socioambientais ocorridos no Brasil, principalmente, por inundações, deslizamentos e secas. A autora problematiza que o processo de concentração de riqueza, gerador do aumento de desigualdade social no país, associado à especulação imobiliária, empurra populações vulneráveis para áreas de risco e, com isso, influi no contingente populacional afetado por desastres.

Nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, o aumento da população, aliado às desigualdades sociais e econômicas, assim como a concentração de riquezas e a especulação imobiliária impulsionaram um contingente de pessoas com menor poder econômico e social, por habitarem em regiões e áreas de maior risco, tais como

construída no tempo e espaço) e a relação destas com o poder público municipal em episódios de desastres. In: LOPES, Alfredo Ricardo Silva. **Desastres socioambientais e memória no sul de Santa Catarina (1974-2004)**. 2015. 348 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0515-T.pdf>. Acesso: 16/10/2025.

¹¹⁹ KOBİYAMA, 2006, p. 28.

¹²⁰ TOMINAGA, 2009, p. 15.

as áreas próximas a rios e encostas de morros, o que contribui significativamente para aumentar a possibilidade de ocorrência dos desastres sicionaturais.¹²¹

Um dos objetivos desta pesquisa é analisar o estrato ambiental presente nos desastres socioambientais, mas sem dissociá-lo das questões sociais, econômicas, culturais e políticas, que envolvem a construção do desastre na longa duração por meio de um modo de ocupação urbano desordenado. A inundação não é apenas o que ocorre após dias ininterruptos de chuva. Há uma série de construções históricas sedimentadas na longa duração que influem para que precipitações atmosféricas ocasionem em desastres em uma particular comunidade.

Além desta questão, intuiu-se neste tópico refletir sobre como o aprofundamento das Mudanças Climáticas, experienciado nas últimas décadas, propiciou o aumento no número de ocorrências de desastres socioambientais em escala global. Neste sentido, objetiva-se articular o estudo sobre os desastres provocados por inundações no rio Araranguá, localizado no município de nome homônimo ao rio, e as propostas que visam a mitigar os impactos causados pelas inundações ao contexto de Mudanças Climáticas, inseridas no tempo geológico do Antropoceno, e ao processo histórico conceituado por Engelke e McNeill como a Grande Aceleração. A articulação entre a História Global e a História Ambiental reside no foco em estudar, por meio de perguntas de âmbito global, como as estratégias foram delineadas para conter inundações, pensadas no âmbito local, por meio de suas particularidades, e, assim, quando comparadas com outras localidades e pensadas nelas, poder auferir possibilidades e contribuições para a construção de uma História Ambiental Global.

Segue no próximo capítulo a análise de desastres socioambientais ocorridos no município de Araranguá, entre a segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI, por meio de dois recortes. O primeiro situa-se entre a inundação de 1974, a inundação e abertura de um canal extravasor no rio Araranguá em direção ao Oceano, no ano de 1977, e a tentativa frustrada de Fixação da Barra do Rio Araranguá em 1987. Pois estas marcam a ascensão da perspectiva ambiental como um dos principais fatores para justificar a realização da obra, não mais amparada apenas pelo viés econômico, mas, também, como uma medida para resolver o crescente problema das cheias do rio Araranguá que se intensificaram no período destacado. O segundo recorte, entre o mês de abril de 2008 e setembro de 2009, ou seja, precisamente, em apenas um ano e cinco meses, o município sofrera com cinco inundações¹²²,

¹²¹ OLIVEIRA, Maria Galleno de Souza. **Os Desastres Naturais no Brasil**: Direitos, Políticas Públicas e Sociedade. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2018, p. 78.

¹²² Sendo nas seguintes datas: 24/04/2008; 02-06/05/2008; 27/10/2008; 02-04/01/2009; 08-14/09/2009. As fontes consultadas foram os impressos diários: *Sem Censura* e o *Tempo Diário*.

das quais a segunda maior registrada em sua história ocorreu em janeiro de 2009, em que o nível do rio Araranguá ficou abaixo apenas quando comparado à inundação de março de 1974. Foi após esses constantes desastres que houve um movimento impulsionado por parte da sociedade civil e administração pública municipal para retomar as articulações em torno da obra de Fixação da Barra do Rio Araranguá como meio de mitigar o efeito das constantes inundações presentes no município.

4 A FIXAÇÃO DA BARRA DO RIO ARARANGUÁ ENTRE 1974-2009: DISPUTAS E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

4.1 A ASCENSÃO DA PAUTA AMBIENTAL E AS ABERTURAS DA BARRA DO RIO ARARANGUÁ EM 1977 E 1987

O ponto que se objetiva aprofundar neste tópico é que, a partir da década de 1970, sendo a inundação de 1974 o marco inicial, a pauta ambiental ganha ênfase e torna-se mais um componente para justificar a realização da obra de Fixação da Barra do Rio Araranguá. Se entre os anos de 1896-1952 o intuito com tal empreendimento era o de viabilizar uma sólida alternativa para escoar as produções econômicas do município, a partir dos impactos gerados pela inundação de 1974, os debates passaram a elencar alternativas para mitigar o efeito de novos desastres socioambientais, especialmente, causados por enchentes e inundações em Araranguá.

Os dias transcorridos entre 22 e 24 de março de 1974 ficaram marcados pela ocorrência do maior desastre socioambiental já experienciado no Sul Catarinense. Com maior impacto registrado no município de Tubarão, que, apesar de imprecisões com relação à fidelidade dos dados, computou oficialmente 199 óbitos¹²³, despertando comoção e cobertura por parte da imprensa em âmbito nacional. O desastre, mesmo que em menor proporção na localidade anteriormente referida, figura como a maior inundação da história do município de Araranguá.

De acordo com o geógrafo Djalma Santos Niles, os meses de fevereiro e março de 1974 foram muito chuvosos e os dias que antecederam o desastre apresentaram episódios contínuos de precipitações atmosféricas. Possivelmente, este foi um fator que atuou para diminuir a capacidade de drenagem do solo (já encharcado).

O engenheiro ambiental Igor Batista Gomes, ao apresentar um quadro cronológico do desastre, argumenta que, inicialmente, na sexta-feira do dia 22, registraram-se fortes chuvas, principalmente nas regiões interioranas da BHRA. Parte dos moradores permaneceu em suas residências por acreditar que as águas não subiriam muito mais do que o presenciado até o momento, enquanto que outra parte retirou-se em função da constante ameaça provocada pelas cheias. No dia 24, domingo, a chuva havia cessado e o nível do rio Araranguá estabilizado, interrompendo o ciclo progressivo de subida. Porém, ao final da tarde, novamente chuvas fortes

¹²³ VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão**: das origens ao século XX. Tubarão, SC: INCOPEL, 1992, p. 237.

retornaram, invadindo rapidamente uma série de residências, acarretando graves prejuízos e impactos aos moradores do município¹²⁴.

Outro fator que merece destaque faz referência à ponderação de Niles, ao qual “a lua de 23 de março de 1974 era nova, ou seja, estava ocorrendo uma maré de sizígia, e isso poderia ter represado as águas do rio na sua foz, agravando ainda mais o fenômeno de inundação na bacia e especialmente no município de Araranguá”¹²⁵. Segundo o autor, ao consultar dados do IBGE, a população de Araranguá era formada por 26.211 habitantes¹²⁶. Número muito menor quando comparado ao município de Tubarão, mais impactado pela inundação, que então contava com uma média de 70.000 habitantes¹²⁷.

Cabe destacar que, enquanto se encontra uma grande quantidade de livros, dissertações, teses, monografias e artigos científicos sobre a inundação de 1974 em Tubarão, há uma carência de estudos aprofundados, especificamente, sobre o tema no município de Araranguá. As monografias aqui citadas, juntas, totalizam o número de apenas quatro páginas sobre o assunto¹²⁸. Nos escritos de Niles e Gomes se carece de informações precisas sobre a existência (ou não) de óbitos, número de desabrigados, contabilização do prejuízo econômico para o município, dentre outros dados. Com base em publicações efetuadas por periódicos locais quando aconteceu a inundação de janeiro de 2009, em que o nível registrado do rio Araranguá atingiu a marca de 4,33 m, restando apenas 30 cm para ultrapassar a histórica marca ocorrida em 1974¹²⁹, podemos sugerir que o nível do rio Araranguá, em março do referido ano, atingiu o pico recorde entre 4,60 e 4,70 m.

É importante mencionar que Niles e Gomes apenas ressaltaram os fatores naturais que atuaram para que o desastre ocorresse, como a exacerbada precipitação atmosférica e a atuação da maré para represar a água do rio Araranguá em sua foz, dificultando seu escoar em direção

¹²⁴ GOMES, Rodolfo Batista. **Levantamento, Análise de Dados e de Fatores Condicionantes Para a Ocorrência das Enchentes Com Proposta de Medidas Mitigadoras Para a Cidade de Araranguá**. 107 f. TCC (Curso de Engenharia Ambiental) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011, p. 68-69.

¹²⁵ NILES, Djalma Santos. **Eventos de inundação em Araranguá: tipos de ocorrências**. 2009. 65 f. TCC (Curso de Geografia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009, p. 40.

¹²⁶ NILES, 2009, p. 41.

¹²⁷ VETTORETTI, 1992, p. 238.

¹²⁸ Sobre o tema se destaca a obra **Histórias do Grande Araranguá**, escrita pelo padre João Leonir Dall’Alba, publicada no ano de 1997, em que reúne uma série de entrevistas coletadas pelo autor, com moradores de Araranguá (recorte geográfico baseado em sua extensão territorial anterior ao processo de emancipações desdobradas no decorrer do século XX). Em mais de 100 entrevistas realizadas, apenas cinco citam a inundação de 1974, e só uma possui mais de duas linhas. Lopes, 2015, p. 109. E, também, a obra publicada no ano de 2022, **Nos Trilhos da Memória**, escrita pelos historiadores Micheline Vargas de Matos Rocha e Alexandre Rocha. O livro possui a seguinte estrutura: a primeira parte compõe uma pesquisa acerca do período em que o trecho sul da EFDTC estendia-se até o bairro Barranca; e a segunda parte conta com 27 entrevistas realizadas com moradores do bairro Barranca, dos quais 10 entrevistados relatam vivências sobre a inundação de 1974.

¹²⁹ CHEIAS Deixam 80 Famílias Sem Casa. **Sem Censura**. Araranguá, 5 de janeiro de 2009, p. 08.

ao oceano. Os fatores humanos que envolvem o desmatamento de vegetação nativa e mata ciliar, propiciando a construção no tempo e espaço de áreas de risco, suscetíveis às periódicas cheias do rio Araranguá, foram desconsiderados. (Aspectos estes que serão aprofundados nos tópicos referentes à análise das inundações de maio de 2008 e janeiro de 2009).

Passados apenas três anos, precisamente, no mês de agosto de 1977, o município de Araranguá volta a sofrer novamente com a ocorrência de inundações e, neste momento, prontamente a alternativa de abertura da Barra do Rio Araranguá é elencada. Conforme referenciado na Figura 2, na introdução da presente pesquisa, ao precisar os locais e alternativas para efetivar a obra. Em períodos de inundações intensas, costuma-se abrir um canal extravasor, justamente, no local da alternativa 01, para aumentar a vazão do rio Araranguá em direção ao oceano, e, com isso, diminuir o tempo de duração e impactos causados pelo desastre. Para compreender os intensos debates sobre o referido assunto delineados nas décadas de 1970 e 1980, salienta-se a utilização de periódicos impressos como fonte histórica. Acerca da justificativa teórico-metodológica para seu uso, segue abaixo algumas considerações.

A historiadora Tânia Regina de Luca argumenta que, até meados da década de 1970, havia reticências quanto ao uso da imprensa para a prática de pesquisa em história no Brasil. Esta questão era marcada por um certo dualismo. Enquanto alguns setores das ciências humanas consideravam os periódicos um instrumento para disseminar os interesses das elites político-econômicas, outros ponderavam que a imprensa produz uma inteligibilidade fragmentária e inócua do cotidiano.

Este cenário altera-se após a ampliação dos debates implementados pela chamada 3^o *Geração dos Annales*, também conhecida como *Nova História*. Basicamente, se propunham novos temas, novas abordagens e novos objetos para a prática historiográfica. Logo, ao mesmo tempo ascende o interesse por análises acerca da história das mulheres, por meio do estudo das relações de gênero, ou sobre a interação construída entre os seres humanos e a natureza, através da história ambiental (para ficar em apenas dois exemplos), ascende a busca por novos sujeitos históricos, novas fontes passíveis de serem problematizadas e métodos empregados para abarcar os objetivos propostos. Nesse novo leque de fontes a passar pelos problemas de pesquisa construídos pelo historiador, se destaca o uso de iconografia, da oralidade e, inclusive, da imprensa.

No Brasil o uso da imprensa quanto fonte de pesquisa ganha corpo após a década de 1980 com uma série de diferentes abordagens que versam desde: o movimento operário e suas lutas; a história da infância; estudos de gênero; a estreita relação entre grandes empresas de

comunicação e setores dominantes do ponto de vista político e econômico da sociedade, dentre muitos outros temas. No entanto, embora o uso da imprensa apresenta profícuas possibilidades para o campo da pesquisa em história, alguns cuidados são necessários para não se cair em reducionismos.

Nesse quesito, há considerações fundamentais conforme aponta a historiadora Tânia Regina de Luca. A primeira delas seria: “alertar para o uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel-prazer do pesquisador”¹³⁰. Ou seja, deve se ter o cuidado em não “comprar” facilmente a perspectiva representada pelo periódico em função de este delinear em suas páginas uma ideia preconcebida pelo historiador na fase inicial de pesquisa. Há de se refletir sobre o lugar social da produção do discurso empregado pelo periódico, seus silêncios, seus financiamentos (estampados muitas vezes no design do editorial) e relações com os setores econômicos e políticos do local ou região em que é produzido.

Outro aspecto refletido pela historiadora Maria Helena Rolim Capelato refere-se à objetividade da imprensa enquanto fonte histórica. Embora o acesso à informação seja um direito público, pilar básico para a promoção e universalização à cidadania, esta é produzida na maioria dos casos por setores privados dotados de interesses particulares sobre como um tema específico será debatido pela sociedade. Desta maneira, cabe ao historiador não cair em uma análise reducionista sobre se a imprensa é uma fonte suspeita ou um repositório inquestionável da verdade, mas de compreender que a “concepção de documento modificou-se. Não há documento verdade, objetivo e inócuo. Esta ilusão positivista vem sendo criticada desde a década de 1920, principalmente pelos historiadores da *Escola dos Annales*”¹³¹. Acerca do uso da imprensa como fonte para a pesquisa em história, a autora argumenta:

Questioná-lo é o problema fundamental da história. [...]. O documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver esquecido ou manipulado. Esse produto resulta de relações de forças conflitantes e do empenho de seus produtores para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem da sociedade. [...]. A tarefa do historiador consiste em desmitificar o seu significado aparente, explicando que sua roupagem resulta de uma construção¹³².

Busca-se nesta pesquisa reconhecer os limites da objetividade histórica. O historiador não reconstrói o passado tal como ocorreu, tal feito é impossível. Seu intuito é o de construir

¹³⁰ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 116.

¹³¹ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto: 1988, p. 24.

¹³² CAPELATO, 1988, p. 24.

uma inteligibilidade histórica com base em uma análise minuciosa de diferentes reminiscências acerca do fato estudado. Nesse sentido, argumenta-se que não há como estabelecer uma hierarquização entre diferentes fontes, mas, sim, de ressaltar que estas foram construídas no tempo/espço e permeadas por disputas entre diferentes sujeitos históricos. É através de uma análise crítica destas fontes que se busca reafirmar o ofício da ciência histórica em compreender o presente por meio do estudo do passado.

Tecidas estas considerações para justificar e fundamentar a utilização de periódicos na presente pesquisa, elenca-se a capa do periódico local *O Sul*, com edição datada de 31 de agosto de 1977. A reportagem exalta a ação do prefeito de Araranguá Salmi Paladini¹³³, com a seguinte chamada:

Documento Histórico: sequência fotográfica abaixo e na pg. 8, da abertura da nova barra, obra comandada, pessoalmente, pelo prefeito Salmi Paladini. Os trabalhos ininterruptos se prolongaram por 48 horas. Apenas 3 máquinas e 120 homens, conseguiram levar a bom termo e quebrar um velho tabú: UMA SOLUÇÃO CONTRA AS ENCHENTES¹³⁴.

O periódico enfatiza que, diante de uma situação econômica limitada, incapaz de realizar investimentos em infraestrutura de grande porte, o prefeito fez todo o possível para restaurar a normalidade à população afetada pelo desastre. A reportagem também destaca que, durante os quatro dias marcados pelas cheias do rio Araranguá, sem precisar o número de atingidos e o nível de subida do rio, uma parcela significativa de moradores teve suas residências invadidas pelas águas, contabilizando a perda de bens, inclusive, levando a PMA a decretar estado de calamidade pública. Ao mesmo tempo que se chama atenção para a necessidade de ajuda econômica governamental por parte das esferas Estadual e Federal, a reportagem frisa a importância da abertura do canal extravasor do rio Araranguá em direção ao oceano para desacelerar o avanço das cheias.

¹³³ Salmi Paladini (ARENA) administrou o município entre os anos de 1977-1980, foi assassinado no exercício do mandato no dia 1º/11/1980.

¹³⁴ SALMI Desafia Velhos Conceitos e Estoura Nova Barra. *O Sul*, 31 de Agosto de 1977, (Capa).

Figura 6 – Reportagem Sobre a Abertura da Barra do Rio Araranguá em 1977



Fonte: Arquivo Histórico de Araranguá.

A prática de abrir a barra em períodos de ocorrência de enchentes e inundações é uma constante registrada pelos periódicos locais no decorrer da segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI. No entanto, em função das fortes correntes de vento sul durante o inverno, esta demonstra-se uma solução temporária, pois pode fechar com o tempo, perder profundidade ou continuar o seu deslocamento no sentido Sul/Norte. Ou seja, fatores que acabam por diminuir significativamente a sua vazão em direção ao oceano. Desse modo, a Abertura da Barra do Rio Araranguá sem a sua fixação evidencia-se como uma medida de caráter emergencial durante a ocorrência de desastres no município. Portanto, retornando a caixa alta utilizada pelo *O Sul*, poderíamos reescrevê-la, como: uma solução (temporária) contra as enchentes.

Outra questão a se destacar, diz respeito à linha editorial do periódico, que apenas expõe o relato do prefeito (além de imagens em tom triunfante) sem elaborar críticas ou questões no sentido de se pautarem alternativas sólidas no médio e longo prazo para resolver a problemática das enchentes e inundações em Araranguá. Porém, se nos impressos¹³⁵ consultados durante a década de 1970 não foram encontrados questionamentos à administração municipal com relação às ações empreendidas durante o acontecimento (e, sobretudo, prevenção) de enchentes e inundações. Durante a década de 1980, se teve acesso a uma série de reportagens que tratavam

¹³⁵ Entre os anos de 1950-1970, as edições disponíveis para pesquisa são esparsas, não sendo possível ter acesso a todas as edições publicadas na época. Caso tenha havido oposições e questionamentos às medidas empreendidas por Paladini, não se obteve acesso a estes registros.

sobre o tema. Percebem-se, inclusive, as disputas políticas delineadas no âmbito municipal em torno das discussões sobre a Fixação da Barra do Rio Araranguá.

Neste contexto, especialmente, entre os anos de 1983-1988, o partido de oposição à Ditadura Militar, o PMDB, consegue, representado na figura do prefeito Manoel Mota, ascender ao poder executivo araranguense, superando o partido governista, o PDS¹³⁶, que, somado em conjunto o período em que se intitulava ARENA, governou o município de Araranguá ininterruptamente por 17 anos (entre 1966-1983). Durante os anos de administração municipal do prefeito Manoel Mota, as discussões acerca de se tentar viabilizar a Fixação da Barra do Rio Araranguá são retomadas. E, enquanto o periódico *Tribuna do Vale* tece reportagens em tom de exaltação à figura de Mota, em claro apoio ao projeto apresentado por sua administração, o periódico *Nosso Tempo*, reduto de partidários do PDS, adota uma postura editorial crítica, conforme veremos nos parágrafos a seguir.

No ano de 1984, o periódico *Tribuna do Vale* publica reportagem sobre o discurso do prefeito municipal de Araranguá, Manoel Mota (PMDB), no I Seminário Socioeconômico do Vale do Araranguá, realizado no município de Sombrio. No qual, o “dinâmico prefeito”, como se refere a reportagem, defende a construção de um porto pesqueiro para trazer estabilidade de navegação às comunidades de Ilhas e Hercílio Luz, localizadas no município, alegando que, com a instabilidade de passagem pela barra, esta prática se via afetada. Outro ponto defendido foi a Fixação da Barra do Rio Araranguá (a partir da década de 1980, o termo Fixação passa a ser utilizado para se referir a obras no estuário do rio Araranguá). Ressalta Manoel Mota, que a obra, além de reduzir em até 40% o impacto das enchentes e inundações, beneficiaria economicamente o montante de 11 a 12 municípios. Sobre a técnica de abertura e fixação da barra, o periódico destaca:

Em recente viagem ao Rio de Janeiro, Mota ficou sabendo de uma nova tecnologia para a fixação da barra. Neste contato, com o diretor do DNOS, do Rio de Janeiro, o araranguense Acir Campos, Mota ficou sabendo de que aquele Departamento está fazendo a fixação de uma barra no Rio de Janeiro, perto de Cabo Frio. Esta nova tecnologia, com uma draga que vai enchendo sacos de areia colocados pelas próprias bombas. Esses sacos de areia vão se deslocando e não precisa nem mais a fixação por pedras¹³⁷.

¹³⁶ Partido político nacional fundado em janeiro de 1980 para suceder à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista extinto com o fim do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979. Fundiu-se em abril de 1993 com o Partido Democrata Cristão (PDC), dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR). Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6099>. Acesso em: 6 mar. 2024.

¹³⁷ PREFEITO Reivindicou Porto Pesqueiro e Fixação da Barra. **Tribuna Do Vale**, 12 de abril de 1984, p. 11.

De maneira hábil a administração municipal de Araranguá conseguiu elaborar um discurso capaz de unir os interesses do empresariado local, dos atingidos por desastres socioambientais localizados no bairro Barranca e das comunidades pesqueiras de Ilhas e Hercílio Luz. Tal argumentação ganhou força, pelo fato de que as condições de navegação pelo estuário do rio Araranguá nos anos de 1985 e 1986 não eram nada animadoras, de acordo com o que foi publicado pela imprensa.

A edição do periódico *Tribuna do Vale* no dia 25 de junho de 1986 repercute a preocupação do corpo político envolvido na articulação para realizar a obra de Abertura e Fixação da Barra do Rio Araranguá. Na reportagem intitulada “Barra do rio Araranguá está fechando”, segue a fala do então deputado federal pelo PMDB Walmor de Luca:

O fechamento da Barra do Rio Araranguá acarreta grandes apreensões para toda a população da região, face ao perigo da ação de chuvas prolongadas que podem provocar enchentes, devido à pouca vazão da água do Rio Araranguá. Igualmente, traz sérios problemas a centenas de pescadores que se encontram impedidos do exercício de suas atividades, em especial os barcos pesqueiros que estão impedidos de navegar¹³⁸.

Após três anos da fala de Manoel Mota no I Seminário Socioeconômico do Vale do Araranguá, o início dos trabalhos de Abertura e Fixação da Barra do Rio Araranguá ocorre no dia 25 de março de 1987. O projeto, financiado com recursos do DNOS e do Ministério do Interior, foi orçado em CZ\$ 5.740.000,00 (cinco milhões e setecentos e quarenta mil) cruzados¹³⁹. A empresa selecionada responsável por dragar uma estimativa total de 180.161 m³ de sedimentos foi a *Drenge Dragagem Ltda*, com atuação na área de obras portuárias, sediada no Rio de Janeiro.

De acordo com o documento localizado nos arquivos da PMA, intitulado: *Proposta de Dragagem Para Abertura de Uma Barra, Em Araranguá – SC*, o local para realizar a obra seria nas imediações do Morro dos Conventos, no qual se utilizaria uma draga flutuante para garantir as seguintes dimensões do canal: comprimento de 900 m; largura de fundo, 40 m; largura de boca, 60 m; e profundidade de 4 m¹⁴⁰. Os trabalhos teriam o prazo de quatro meses para serem finalizados após a assinatura do contrato.

Cabe salientar que o contrato n° 010/87 – *Abertura da Barra do Rio Araranguá*, que detalha o plano de trabalho a ser realizado no estuário do presente rio, não foi encontrado tanto

¹³⁸ BARRA do Rio Araranguá Está Fechando. **Tribuna do Vale**. 25 de junho de 1986 (capa).

¹³⁹ OLIVEIRA, Dirceu de. **Relatório à Procuradoria Jurídica Araranguá** – Abertura da Barra do Rio Araranguá – Restrições Apuradas. Araranguá, 23 de janeiro de 1989, p. 01. In: Arquivo da Prefeitura Municipal de Araranguá.

¹⁴⁰ DRENGE Dragagem Ltda. **Proposta de Dragagem Para Abertura de Uma Barra, Em Araranguá – SC**. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1987. P. [n.p.]. In: Arquivo da Prefeitura Municipal de Araranguá.

no Arquivo Histórico Municipal de Araranguá quanto no Arquivo da PMA. Foram obtidos mediante pesquisa outros documentos que citam o mesmo em algumas ocasiões. O primeiro que se destaca é o elaborado pela empresa *Drenge Dragagem Ltda*, intitulado: *Ref. – contrato n.º. 010/87 – Abertura da Barra do Rio Araranguá*, em que solicita a prorrogação do prazo final para encerrar os trabalhos de dragagem na Barra do Rio Araranguá.

Com referência ao assunto em epígrafe, através desta vimos solicitar prorrogação no prazo contratual, a vencer em 18 de junho de 1987, por 90 (noventa) dias contados a partir da data de vencimento do mesmo, para conclusão dos serviços de dragagem, bem como, solicitar, também, reajustamento dos preços originais de material dragado, constantes em nossa proposta, parte integrante do contrato, a vigorar a partir dessa data. Leva-nos a solicitar tal prorrogação o fato de termos iniciado a obra, somente, no dia 25 de março corrente, portanto, 35 (trinta e cinco) dias após a assinatura do contrato, quando foi expedida a Ordem de Serviço pelo DNOS, órgão responsável pela verificação do volume dragado¹⁴¹.

Tal pedida suscitou investigações que, inclusive, estendeu-se para os anos seguintes. A forma de pagamento do material dragado, estipulado na *Proposta de Dragagem Para Abertura de Uma Barra, Em Araranguá – SC*, seria “mensal, contra a apresentação da fatura de prestação de serviços correspondente ao boletim de medição fornecido pelo DNOS”¹⁴². No entanto, em documento assinado pelo contador Dirceu de Oliveira de CRC/SC n.º 5845, então secretário da fazenda, levantaram-se dúvidas sobre alguns dados apresentados sobre o pagamento das despesas geradas pelas atividades de dragagem na Barra do Rio Araranguá.

O primeiro ponto destacado no *Relatório à Procuradoria Jurídica Araranguá*, escrito por Dirceu de Oliveira, condiz ao acréscimo de recursos necessários para realizar a obra. Orçada inicialmente em CZ\$ 5.740.000,00, registrou ao final dos trabalhos a soma de CZ\$ 18.286.197,00 (dezoito milhões, duzentos e oitenta e seis mil e cento e noventa e sete cruzados). Ou seja, demandou o acréscimo aditivo em mais de 12 milhões de cruzados. Estes valores suscitaram problemas e desconfiças nos auditores responsáveis, por exemplo, referente à não aprovação da Câmara de Vereadores de Araranguá da autorização dos acréscimos aditivos, o que era obrigatório conforme o contrato firmado 010/87, de 19 de junho de 1987.

Não houve aprovação da Câmara de Vereadores para a execução do contrato aditivo. [...]. Constituindo-se o Termo Aditivo em despesa não previsível e, portanto, não incluída na autorização orçamentária, necessária seria a sua aprovação pela Câmara

¹⁴¹ NETO, Manoel dos Santos (eng. Responsável pela Drenge Dragagem Ltda). **Ref. – contrato n.º. 010/87 – Abertura da Barra do Rio Araranguá**. Documento endereçado a Manoel Mota (Prefeito Municipal de Araranguá), Rio de Janeiro, 10 de junho de 1987. In: Arquivo da Prefeitura Municipal de Araranguá.

¹⁴² DRENGE Dragagem Ltda. **Proposta de Dragagem Para Abertura de Uma Barra, Em Araranguá – SC**. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1987. P. [n.p.]. In: Arquivo da Prefeitura Municipal de Araranguá.

Municipal, através de crédito suplementar ou especial. Segundo dispõe o artigo 40 da Lei nº. 4.320/64. [...]. No próprio Termo Aditivo, houve o reconhecimento da necessidade de aprovação legislativa, o que, no entanto, não se efetivou, tornando-se, pois, ilegal a despesa, efetuada sem a aprovação da Câmara Municipal¹⁴³.

Outro ponto levantado questiona o ordenamento de quatro notas de empenho, entre os meses de junho e novembro de 1987, totalizando a soma de 17 milhões de cruzados. Tal ordenamento deveria partir do então Prefeito Municipal, o que não ocorreu. “A Lei nº 4.320/64 é bastante clara ao estabelecer que a Despesa somente terá validade legal se empenhada e autorizada pelo Ordenador da Despesa”¹⁴⁴. Também se diagnosticou outra questão preocupante referente à nota de empenho nº 459, de 29 de janeiro de 1988, no valor de mais de 2 milhões de cruzados.

Assinatura do credor na Ordem de Pagamento divergente com as usuais nas demais quitações. A nota de empenho nº 459, de 29.1.1988, valor CZ\$ 2.635.558,00 apresenta em sua Ordem de Pagamento, a quitação do credor visivelmente divergente das usuais feitas nos demais pagamentos, denotando claramente não pertencer ao credor¹⁴⁵.

A conclusão do relatório que possui um total de seis páginas é a seguinte:

À vista do exposto e à dificuldade em se apurar desvio que os documentos indicam, sugerimos: 1. A apuração da veracidade da assinatura constante da N. E. 459; 2. Recalcular os valores pagos com base no Termo Aditivo ao contrato de 19.2.87, para confronto com o apurado no item 2 do relatório – acréscimo/aditivo CZ\$ 12.546.197,00; 3. Encaminhamento do relatório à Procuradoria Jurídica do Município para a tomada de providências quanto às infrações à lei¹⁴⁶.

Cabe ressaltar que as questões levantadas pelo relatório citado, nas páginas anteriores, não foram publicadas nos periódicos locais. Pelo menos nos consultados para realizar a presente pesquisa não se encontrou nenhuma menção a possíveis irregularidades relacionadas à obra. O que foi amplamente debatido pelo *Tribuna do Vale e Nosso Tempo* foram a metodologia empregada para a Abertura e Fixação da Barra do Rio Araranguá, com a utilização de uma draga flutuante, e o resultado não positivo, pois não possibilitou segurança e estabilidade de navegação, tampouco representou uma alternativa sólida no combate e prevenção a novos desastres. Embora, com relação aos pedidos de reajuste dos valores iniciais constados no projeto, em função do atraso de início das obras, cabe destacar que a inflação referente ao ano

¹⁴³ OLIVEIRA, Dirceu de. **Relatório à Procuradoria Jurídica Araranguá – Abertura da Barra do Rio Araranguá – Restrições Apuradas**. Araranguá, 23 de janeiro de 1989, p. 3-4. In: Arquivo da Prefeitura Municipal de Araranguá.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 04.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 05.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 06.

de 1987, no Brasil, foi de 415,83%. Inclusive, no mês de junho do mesmo ano, em consonância com o pedido de reajuste efetuado pela PMA, é quando o Governo Sarney anuncia o Plano Bresser (que previa o congelamento de preços e de salários por 90 dias para conter o aumento da inflação no país)¹⁴⁷.

Enquanto o periódico *Tribuna do Vale* esboça o relato e descrição dos fatos acontecidos sem emitir questionamentos quanto à inconclusão do projeto, à maneira como foram apresentados pela administração pública municipal, se limitando a expor a preocupação das autoridades políticas quanto ao recorrente problema de instabilidade de navegação e vazão da Barra do Rio Araranguá, o periódico *Nosso Tempo*, em tom oposicionista, publica uma série de reportagens dotadas de profundas críticas, descrédito e palavras fortes quanto à tentativa de Abertura e Fixação da Barra do Rio Araranguá por meio da utilização de uma draga flutuante. Com editorial do mês de julho de 1987, o periódico questiona em tom provocativo: “Barra – Mais Um Embuste?”.

Estão circulando pela cidade de Araranguá, oriundas de uma única fonte, notícias de que a barra do rio deverá ser “brevemente” aberta (ou aprofundada). Segundo essa mesma fonte, já estaria depositada aqui considerável importância para fazer face aos trabalhos preconizados? Araranguá sempre se constituiu numa terra onde o embuste e a mentira conviveram irmanados, eternamente em função de interesses politiquieiros do mais baixo nível. Será a barra uma esperança, ou mais um dos cotidianos embustes? [...]. Qualquer idiota sabe perfeitamente que o trabalho de simples aprofundamento do canal da barra do rio Araranguá não resolve coisa alguma. [...]. Quem não tem capacidade e autoridade suficiente para resolver os problemas locais (no caso administrativo de Araranguá) e quem não tem capacidade moral para gerir um País a banca rôta, no caso do Brasil, também não pode alardear mais nada que não seja envolto em pecados, enganos e má fé¹⁴⁸.

Além de a reportagem tentar traçar um paralelo pejorativo entre as administrações de âmbito local com o cargo de prefeito exercido por Manoel Mota e, no âmbito Federal, com o cargo de Presidente da República representado por José Sarney – ambos pelo PMDB, no caso, sendo imputado ao primeiro o uso instrumental, visando apenas à sua autopromoção, mesmo sem garantir a conclusão proposta com a tentativa de Abertura e Fixação da Barra do Rio Araranguá; enquanto o segundo foi responsável pela crise econômica experienciada no país, com uma inflação exorbitante e em franca disparada, além de um alto índice de desemprego, desigualdade social e aumento vertiginoso da dívida externa (problemas estes, já presentes e agravados durante a Ditadura Militar, entre 1964-1985) –, o periódico também frisa que a

¹⁴⁷ MELHORES e Maiores 50 anos: no ano da inflação a 415%, a população foi apresentada ao plano Bresser e à URP. **Exame**. 11 de julho de 2023. In: <https://exame.com/brasil/no-ano-da-inflacao-a-415-a-populacao-foi-apresentada-ao-plano-bresser-e-a-urp/>. Acesso: 21/10/2025.

¹⁴⁸ BARRA – Mais Um Embuste? **Nosso Tempo**. 27 de julho de 1987. p. 7.

alternativa elencada de abrir a Barra do Rio Araranguá com uma draga (para garantir a profundidade almejada para navegação e o escoar seguro de suas águas), mas sem a sua fixação com molhes (blocos de pedra), seria ineficaz. O que acabou se mostrando como um comentário acertado, com relação ao modelo de intervenção na Barra do Rio Araranguá.

Em mais uma de suas reportagens repletas de acidez e descrédito à administração municipal exercida por Manoel Mota, o periódico *Nosso Tempo*, repetindo a estrutura narrativa, desde a concepção de um forte título, em tom de ataque e deboche aos trabalhos desempenhados com o uso da draga para abrir a Barra do Rio Araranguá, questiona: “A Draga ou a “Droga”?”

Tememos que fomos aquinhoados com um presente de grego safado. A draga, tão decantada em apreciáveis e laudatórias peças de oratória sob o mais requintado vernáculo pelo Senhor Manuel Mota, não passa mesmo é de uma “droga”. Estivemos lá, há poucos dias, juntamente com um vereador com assento na Câmara de Araranguá. O mostrengo é mais feio do que a inflação brasileira. Mais moribunda e estática do que um “sorriso” ulisseano. É um troço desengonçado, mais velho do que cavalo da Mostarda, pois nem dentes tem mais. E estamos pagando por isso. Essa é a decantada draga que iria trabalhar na barra de Araranguá? Que piada de mau gosto...¹⁴⁹

Além de, mais uma vez, o periódico estabelecer a conexão entre o âmbito municipal e Federal de administrações exercidas pelo PMDB, em profundo tom de descrédito, enquanto o periódico *Tribuna do Vale* representava o prefeito de Araranguá, Manoel Mota, como alguém “dinâmico”, capaz de exercer o convencimento por meio de sua oratória, em tom elogioso, condecorando sua perspicácia, o periódico *Nosso Tempo* utiliza dessa característica enaltecida pelo concorrente, em tom de deboche, de maneira dupla, tanto ao corpo político dominante no município quanto à imprensa que o apoia.

As duas Aberturas da Barra do Rio Araranguá, uma no ano de 1977, e a outra, no ano de 1987, sendo a última através da utilização de uma draga que prometia a estabilidade de vazão hídrica a longo prazo, o que não se concretizou, indica uma dupla perspectiva no modo de interação construído pelos araranguaenses com o rio Araranguá, característico, especialmente, a partir da segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI.

A primeira, representada geralmente pelo poder público municipal, ampara-se na crença de que, através da realização de grandes obras de engenharia capazes de alterar (e impactar) profundamente os ciclos da natureza, estas seriam suficientes para resolver as problemáticas socioambientais presentes no município. Cabe salientar que essa perspectiva remonta a pilares base construídos durante o processo de colonização experienciado não apenas no Sul

¹⁴⁹ A Draga ou a Droga? *Nosso Tempo*. De 16 a 22 de maio de 1987. p. 2.

Catarinense, mas em toda a América Latina, durante os séculos XVIII-XIX, fundamentado pelo ideal de progresso, consolidado a partir do Iluminismo.

Em contraposição à cosmologia e organização social erigida pelas populações indígenas, que construíram modos de interação com a natureza baseados nos seus ciclos e disponibilidades, permitindo-a recuperar-se das intervenções humanas, seja na curta ou média duração, construiu-se um conjunto de valores ético-morais que, conforme os autores Bruno Capilé, Fabíula Sevilha, Gabriel de Oliveira e Vladimir Sánchez-Calderón, acabou por “desarticular os rios latino-americanos de sua complexidade ecossistêmica pela linguagem da racionalidade científica para depois serem modificados e integrados ao funcionamento destas sociedades”¹⁵⁰.

Para a sociedade moderna lidar com os rios e outras naturezas apenas como recurso, primeiro ela precisou apresentar novos significados a estes. A sua linguagem técnico-científica desempenhou o papel de restringir e limitar o entendimento destas naturezas a mapas, tabelas, equações, e outras formas de resumir a complexidade, e assim permitir um conhecimento esquemático que favorecesse o controle e manipulação¹⁵¹.

Os autores questionam em sua argumentação as contradições do progresso técnico-científico. Do qual, a sua antítese é a profunda degradação ambiental experienciada nos mais variados rios latino-americanos, incluindo, também, o rio Araranguá. Neste cenário, uma das contribuições que a História Ambiental apresenta é compreendê-los e analisá-los como sujeitos históricos dotados de agências.

Embora tenham perdido a beleza de suas particularidades das vidas e das gentes, os rios persistem. Após séculos de desmatamento para a pecuária, plantations ou atividade siderúrgica nas zonas de mineração ferrífera, os rios ainda existem. Apagados dos mapas urbanos, invisibilizados pelas ruas asfaltadas, os rios estão ali. Mesmo com a supressão da diversidade ecológica dos rios latino-americanos pela linguagem do reducionismo fluvial imperialista-capitalista, os rios perseveram. Não é uma visão romantizada, pelo contrário. É uma visão de militância de que os rios são agentes históricos¹⁵².

Da crítica ao entendimento dos rios dissociados do ambiente biofísico que o cerca, reduzidos a uma esfera puramente econômica, como um mero “recurso hídrico” capaz de ser dominado para melhor atender aos interesses e vontades humanas, ascende a segunda perspectiva aqui elencada, a partir da década de 1980, em que se questionava o agravante estado

¹⁵⁰ CAPILÉ, Bruno; SEVILHA, Fabíula; OLIVEIRA, Gabriel Pereira de; CALDERÓN, Vladimir Sánchez (orgs). **Às Margens do Progresso** – os rios e a modernização nas sociedades latino-americanas. Maceió, AL: Editora Olyver, 2022, p. 11.

¹⁵¹ CAPILÉ *et al.*, 2022, p. 11.

¹⁵² *Ibidem*, p. 16.

de degradação ambiental do rio Araranguá. Esta mobilizou parcelas da sociedade civil, organizada no movimento ambientalista chamado *Sócios da Natureza*, entidade criada no município de Araranguá, em 5 de junho de 1980 (Dia do Meio Ambiente), pelo professor de biologia João Alberto da Silva, também conhecido por João Natureza. Em um primeiro momento, entre 1980-1995, sob a coordenação do referido professor e biólogo, o intuito da *Sócios da Natureza* era o de conscientizar a população Sul Catarinense sobre os impactos socioambientais presentes na região, em especial, ao rio Araranguá, causado pela produção carbonífera delineada no município vizinho de Criciúma¹⁵³.

Além de impactos gerados pelos desmatamentos e pela produção agrícola, o rio Araranguá possui uma alta acidez devido à presença de resíduos poluentes derivados da produção de carvão que chegam a suas águas pelo seu afluente, o rio Mãe Luzia. Sobre este aspecto, ponderam os autores, o geógrafo Luiz Fernando Scheibe, a geógrafa Maria Dolores Buss e a especialista em geociências Sandra Maria de Arruda Furtado:

Na cidade de Araranguá, o rio apresentou-se em 10 campanhas de monitoramento realizadas entre 2003-2004, com ph variando ente 3,3 e 4,5 concentração de acidez de 134 mg/L, alumínio 5,7 mg/L e manganês 0,76 mg/L. Devido ao rio ser um estuarino, seu índice de ph deveria ser mais elevado, porém em ocorrência da poluição gerada pela agricultura irrigada, carvão, esgotos e desmatamentos isto não acontece¹⁵⁴.

Conforme a historiadora Juliana Vamerlati Santos, ao estudar a trajetória da *Sócios da Natureza*, argumenta que “desde 1980 a região Sul de Santa Catarina é decretada como a 14ª Área Crítica Nacional em decorrência do impacto ambiental provocado pela exploração, beneficiamentos e usos do carvão mineral”¹⁵⁵. Durante o recorte temporal elencado, o movimento se fez presente atuando e participando de debates públicos, seja através da imprensa, eventos acadêmicos, consultas públicas entre outros.

Tanto que, a partir de 1995, quando João Natureza se retira das atividades de coordenação da *Sócios da Natureza*, por acreditar que seu dever estava cumprido e de que naquele momento era necessário “sangue novo” na organização do movimento, destaca-se uma mudança com relação ao seu foco de atuação. No mesmo ano, a *Sócios da Natureza* se institucionaliza, torna-se uma ONG, e, após ser coordenada por vários participantes entre 1996-1998, nos dois anos seguintes, devido à realização de sua primeira eleição já com o estatuto

¹⁵³ SANTOS, 2008, p. 50-51.

¹⁵⁴ SCHEIBE; BUSS; FURTADO, 2010, p. 37.

¹⁵⁵ SANTOS, Juliana Vamerlati. **Um olhar sócio-ambiental da história:** a trajetória do movimento ambientalista e seus conflitos com a atividade carbonífera no sul de Santa Catarina (1980-2008). Florianópolis, 2008. 1 v. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. p. 15. (Decreto Federal nº 85.206/1980).

criado, como forma de homenagem, elege-se João Natureza. Porém, a ONG segue coordenada ativamente por Tadeu Santos (que é eleito em 2000 e, de lá para cá, segue atuando até os presentes dias)¹⁵⁶. De 1996 em diante, o foco da *Sócios da Natureza* passa ser o de fiscalizar e monitorar os impactos ambientais gerados, principalmente, pela atividade carbonífera na região Sul Catarinense. A postura rígida diante dos poluidores (cobrando medidas de recuperação efetivas frente às áreas degradadas pelo carvão, questionando tanto as tentativas de abertura de novas minas a serem exploradas quanto a tentativa de criação de uma nova termelétrica na região) acabou por render, inclusive, ameaças aos participantes da ONG.

Importante ressaltar que a presença de movimentos ambientalistas em Araranguá¹⁵⁷ e região, durante a segunda metade do século XX, não denota uma particularidade local. No ano de 1962, a bióloga Rachel Carson publica um estudo clássico sobre os impactos causados pelo uso de agrotóxicos para a produção agrícola nos Estados Unidos¹⁵⁸. Além de estar diretamente ligado à contaminação de solos agricultáveis, de florestas, de rios e mares, se registram seus efeitos nocivos para a diminuição das mais variadas espécies de animais e, também, comprovadamente, afeta a saúde humana (podendo causar problemas respiratórios graves, alterações neurológicas, lesões no fígado, na pele e no pulmão, dentre muitas outras¹⁵⁹). Preconizava Carson, poeticamente, que caso este modo predatório de interação com a natureza siga em curso, as primaveras, marcadas pela abundância da vida e fertilidade, do chilrear dos pássaros, estarão cada vez mais fadadas ao silêncio e ao envenenamento dos meios que possibilitam a vida no planeta. Caso nada seja feito, a sociedade moderna caminha, cada vez mais, para uma série de primaveras silenciosas.

¹⁵⁶ As últimas postagens da *Sócios da Natureza* nas redes sociais datam: de 06 de dezembro de 2021 no Facebook (https://www.facebook.com/OngSociosDaNatureza/?locale=pt_BR); e 26 de setembro de 2022 no blog pessoal de Tadeu Santos (<http://tadeusantos.blogspot.com/>). Acesso em: 15 mar. 2024.

¹⁵⁷ Além da *Sócios da Natureza*, Santos também destaca a atuação do: *Movimento Ecológico de Siderópolis* (1986-1989), *Movimento Ecológico Tubaronense* (1986-1996), *Instituto Bering Fróes Eco Global – Içara – SC* (1988-1991), entre outros. Santos, 2008, p. 50-126.

¹⁵⁸ CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964. 305 p.

¹⁵⁹ “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) são registradas 20 mil mortes por ano devido o consumo de agrotóxicos”. No entanto, não foi pontuado a geração de cânceres, pois, de acordo com Instituto Nacional de Câncer, esta ainda é uma discussão em aberto, de alta complexidade. “A associação entre exposição a agrotóxicos e desenvolvimento de câncer ainda gera polêmicas, principalmente porque os indivíduos estão expostos a diversas substâncias, sem contar outros fatores genéticos. Porém, é importante salientar que estudos vêm mostrando o potencial de desenvolvimento de câncer relacionado a diversos agrotóxicos, justificando a recomendação de precaução para com o uso e contato”. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxico#:~:text=Efeitos%20Agudos&text=Atrav%C3%A9s%20da%20pele%20%2D%20Irrita%C3%A7%C3%A3o%20na,est%C3%B4mag%20e%20n%C3%A1useas%20e%20v%C3%B4mitos%20e%20diarreia>. Acesso em: 13 mar. 2024.

Após o estudo de Rachel Carson, salienta-se, no campo das áreas do saber, a formação de disciplinas como a História Ambiental¹⁶⁰, delineada na década de 1970. A origem da Organização Não Governamental *Greenpeace*¹⁶¹, no ano de 1971, encontros, como a *Conferência de Estocolmo*, em 1972, e a *Eco-92* (realizada no Rio de Janeiro), dentre muitas outros, apenas para citar alguns que objetivavam elaborar planos e estratégias de ordem global para frear o intenso consumo, destruição e poluição dos elementos disponíveis na natureza. A segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI são marcadas pela ascensão de debates sobre a maneira como a sociedade moderna ocidental degrada em escala global o meio em que vive. Estas discussões também se fizeram presentes no município de Araranguá, ora concernentes sobre a Fixação da Barra do Rio Araranguá e demais medidas para mitigar a ocorrência de enchentes e inundações, ora até a denúncia acerca da contaminação de suas águas pela atividade carbonífera e agricultura irrigada. Isto se deu por meio de duas diferentes perspectivas aqui apontadas entre os que defendiam avidamente a realização de grandes empreendimentos amparados nos saberes da engenharia e da técnica para alterar profundamente os ritmos da natureza e os que cobravam a recuperação e preservação ambiental da qualidade hídrica do rio Araranguá, frente aos interesses de poderosos setores econômicos regionais.

Durante a década de 1990, não foi encontrado nas fontes consultadas um movimento intenso conforme diagnosticado nas décadas anteriores a respeito de se levar o projeto de Fixação da Barra do Rio Araranguá adiante, mesmo após as enchentes e deslizamentos ocorridos no ano de 1995. Sendo este um dos maiores desastres registrados na história de Araranguá. A mobilização política, atenção da imprensa e apoio de uma parcela significativa da população com relação à obra estudada retornam entre os anos de 2008 e 2009. Isto se deu em função de em um recorte de apenas 1 ano e 5 meses¹⁶², após ocorrer o total de cinco desastres

¹⁶⁰ Para saber mais: PÁDUA, José Augusto. As Bases Teóricas da História Ambiental. **Revista Estudos Avançados**, vol. 24 (68), p. 81-101, 2010.

¹⁶¹ Organização ambientalista que tem como marco o protesto de 12 ativistas contra os testes nucleares realizados pelos EUA, em uma ilha localizada no Alasca. Desde então, o Greenpeace vem se disseminando pelo mundo, estando presente em mais de 50 países, incluindo o Brasil. Dentre suas missões e valores, destacam-se: proteger os ecossistemas e a biodiversidade em todas as suas formas; pressionar governos e empresas em defesa do meio ambiente; enfrentar as mudanças climáticas; e promover soluções sustentáveis junto à sociedade. Disponível em: https://www.greenpeace.org/brasil/quem-somos/?utm_medium=ppc&utm_campaign=Institucional+-+Brand&utm_term=greenpeace&utm_source=adwords&hpa_kw=greenpeace&hpa_grp=61439667976&hpa_net=adwords&hpa_tgt=kwd-11186941&hpa_ver=3&hpa_acc=7235609613&hpa_ad=307376752732&hpa_cam=1615445746&hpa_src=g&hpa_mt=b&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw-r-vBhC-ARIsAGgUO2CuQtuH94I20kqtUWGA_gyJoiBxsjqR7uu5a1y4dzw-tKRgSyz1npQaAvDKEALw_wcB. Acesso em: 12 mar. 2024.

¹⁶² Sendo eles, ocorridos em: 24/04/2008; 02-04/05/2008; 27/10/2008; 02-04/01/2009; e 08-14/09/2009.

socioambientais no município, com alto impacto sobre a população afetada e o poder público, algo fora do comum até mesmo para os padrões da localidade.

Nos tópicos a seguir se discutirão o contexto de ocorrência dos sucessivos desastres socioambientais citados e o retorno das articulações acerca da realização da obra de Fixação da Barra do Rio Araranguá, representados através da imprensa local, regional e estadual, além da utilização de imagens e relatos orais.

4.2 AS INUNDAÇÕES DE 2008 E 2009 NO MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

Elencam-se para análise as inundações ocorridas no mês de maio de 2008 e janeiro de 2009, pois estas geraram maiores impactos à vida humana, reveses econômicos para o município de Araranguá, maior espaço e cobertura por parte da imprensa local e, conseqüentemente, suscitaram o retorno de maneira intensa acerca das discussões ligadas à obra de Fixação da Foz da Barra do Rio Araranguá.

Veremos a seguir que uma série de diferentes fatores estão relacionados à ocorrência de desastres socioambientais no município, não sendo as mesmas características presentes nas inundações aqui destacadas. Por exemplo, dependendo da direção dos ventos e da condição da maré estes podem facilitar a vazão de água do rio para o oceano ou represá-la em sua foz. Outro fator a ser considerado está relacionado à ocorrência e distribuição do regime de chuvas. Como o rio Araranguá é o estuário pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, não precisa necessariamente que ocorram grandes precipitações, exclusivamente, no município para que as inundações aconteçam. Caso ocorram grandes precipitações em municípios cujos rios desaguam no rio Araranguá, estes interferem diretamente sobre a ocorrência e impacto de inundações no município de Araranguá. Um último fator que merece destaque versa sobre as áreas de produção de arroz irrigado, quando estas áreas estão inundadas para a produção agrícola, a capacidade de drenagem do solo fica comprometida. Logo, quando ocorrem grandes episódios de chuvas nesse período, o impacto das inundações tende a ser maior do que em períodos em que as áreas de produção de arroz não estão irrigadas¹⁶³.

No entanto, a população afetada em grande maioria é sempre a mesma, referente aos moradores do bairro Barranca. Quando alguns desastres assumem uma proporção acima do esperado, outros bairros costumam ser atingidos, porém não na mesma escala em que ocorre com os moradores da Barranca, que, em muitos desastres, necessitam abandonar suas

¹⁶³ NILES, 2009, p. 31-35.

residências e dirigir-se à casa de familiares ou abrigos organizados pela Defesa Civil em conjunto com a PMA. Segue abaixo uma imagem de satélite da localização do bairro Barranca para apresentar a problemática de análise.

Figura 7 – Localização do bairro Barranca



Fonte: Google Earth, 2022.

O bairro Barranca localiza-se à margem esquerda do rio Araranguá, ao qual se diagnostica a ausência de mata ciliar em todo o trecho formado por áreas urbana e agrícola. Estima-se que o necessário seria a proteção de no mínimo 30 metros de mata ciliar, o que inexistia no município. E, do lado esquerdo ao bairro Barranca, destacam-se o trecho sul da Rodovia BR-101 e áreas agrícolas destinadas à produção de arroz irrigado. Naturalmente, esta área é de baixada e propícia a alagamentos e inundações em momentos de grandes precipitações atmosféricas. Porém os desmatamentos de vegetação nativa e mata ciliar que se acentuaram a partir da intensificação da colonização no município de Araranguá, em meados do século XIX, o processo de urbanização delineado no século XX e a formação de áreas agricultáveis, sobretudo a partir da implementação do PROVÁRZEAS¹⁶⁴, na década de 1980, ampliaram

¹⁶⁴ O Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) foi implementado no município de Araranguá na década de 1980. Nos primeiros 10 anos, registrou-se um aumento de 60 sacos de arroz produzidos por hectare para 120 sacos. Atualmente, a produção por hectare chega até a 200 sacos. Além da alta produtividade, o programa aprofundou as problemáticas ambientais no município, relacionado ao intenso uso de agrotóxicos (que poluem o solo e o rio Araranguá, além dos impactos à saúde dos agricultores), desmatamentos para o aumento de terras agricultáveis (inclusive da mata ciliar) e a utilização de recursos hídricos, provenientes

profundamente o impacto das enchentes e inundações na área de estudo. Argumentar-se-á que, somadas às questões naturais, como as cheias sazonais do rio Araranguá, houve ações humanas devastadoras sob o ponto de vista ambiental que construíram um cenário de risco, justamente, onde residem os moradores do bairro Barranca. Estes são estigmatizados perante outros bairros do município, como se fossem “preguiçosos” e “aproveitadores”, e como se usassem as constantes cheias do rio Araranguá para receberem doações e outros tipos de ajuda. Questões que serão aprofundadas no último tópico deste capítulo.

4.3 A INUNDAÇÃO DE MAIO DE 2008: BREVE HISTÓRICO

O geógrafo e bombeiro atuante pela Defesa Civil, Djalma Santos Niles, ao analisar a inundação que ocorreu no município de Araranguá entre os dias 2 e 6 de maio do ano de 2008, diagnosticou a passagem de um ciclone extratropical pelo Extremo Sul Catarinense. De acordo com as previsões meteorológicas divulgadas à época, este sistema atmosférico poderia ocasionar ventos fortes, maré alta e chuvas de até 120 mm, especificamente, no município de Araranguá.

Embora, cabe destacar, exista uma imprecisão com relação à coleta de dados pelo fato de que não funcionava a estação meteorológica de Araranguá no período em que ocorreu o desastre, baseando-se em dados coletados pela estação meteorológica de Sombrio localizada a 25 km ao sul de Araranguá, registrou-se uma precipitação de 171,80 mm de chuva entre os dias 2 e 4 de maio, enquanto no município vizinho de Timbé do Sul a precipitação registrada foi de 415,10 mm¹⁶⁵, indicando uma alta vazão hídrica dos rios pertencentes à BHRA em direção à sua foz.

Outra questão a ser ponderada, de acordo com Niles, refere-se à configuração de maré de sizígia responsável por gerar ressaca marítima em conjunto com ventos fortes, oscilando nas direções SE e SSE, entre os dias 3 e 4 de maio de 2008. Possivelmente, estas condições favoreceram o represamento e a baixa vazão do rio para a sua foz inundando o rio Araranguá em suas áreas de baixada, que são localizadas no bairro Barranca, ou seja, possibilitando o recrudescimento do impacto do desastre. Os dados coletados, mais uma vez, não oferecem

do rio Araranguá, justamente, no período de baixa vazão do mesmo. Causando disputas entre os agricultores da localidade. PRESA, Juliana Brocca. **A insustentabilidade ambiental dos modelos agrorizicultores presentes na bacia hidrográfica do Rio Araranguá (1980-2017)**. 2018. 259 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

¹⁶⁵ NILES, 2009, p. 46.

segurança em função de a direção dos ventos ter sido verificada na estação meteorológica da Barragem de São Bento que, além de possuir características diferentes de relevo e fisiografia, está localizada a uma distância de 60 km da foz do rio Araranguá¹⁶⁶.

No dia 4 de maio de 2008 a chuva estancara e o dia foi marcado pela presença do sol. Aspecto que reforça o sentimento de pertencimento religioso de parte significativa da população araranguense, pois a presente data marca o principal feriado municipal em que se comemora com uma festa a céu aberto, seguida de procissão, o dia de Nossa Senhora Mãe dos Homens, a santa padroeira de Araranguá. O feriado atrai não apenas um grande público local, mas também muitos devotos de municípios vizinhos.

Apesar de este dia registrar o arrefecimento da chuva e a manutenção dos planos acerca de comemorar o dia de Nossa Senhora, a inundação do rio Araranguá ocorreu devido a dois fatores já citados: primeiro, a alta quantidade de chuva em municípios pertencentes à BHRA, que em questão de horas concentrou no rio Araranguá todo o excedente hídrico de suas cabeceiras, e, segundo, a maré alta e os ventos que, possivelmente, represaram a água do rio em sua foz, contribuindo para que o nível do rio Araranguá subisse, atingindo os moradores do bairro Barranca.

De acordo com o periódico local o jornal *Sem Censura*, em 48 horas choveu o equivalente a 200 mm (30 mm acima do informado por Niles, e vale ponderar que o periódico não cita a fonte que sustenta tal informação) e o rio Araranguá subiu 3,10 m¹⁶⁷. Para se compreender o impacto causado, até o ano de 2006, bastava que o rio Araranguá subisse acima de 1,70 m no bairro Barranca para que a inundação fosse iminente e atingisse a população que habita a referida área de risco. No ano de 2007, pontua a geógrafa Gislane Bratti, foram instaladas pela PMA três comportas com o intuito de diminuir o impacto de pequenas enchentes e inundações no município.

Uma das comportas foi construída na sanga do Merêncio, a qual deságua no rio Araranguá e é por onde o rio extravasa em caso de cheia, localizada na comunidade B do bairro Barranca. A segunda comporta foi construída próxima ao Centro de Treinamento de Araranguá da Estação de Pesquisa Agropecuária – CETRAR/EPAGRI, por ser um local baixo, facilmente alagado, utilizado para o plantio de arroz e por onde as águas do rio Araranguá também extravasam em momentos de vazões maiores. E a terceira comporta foi construída na localidade de Forquilha Grande,

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 47-48.

¹⁶⁷ UM Volume Assustador de Água. *Sem Censura*. Araranguá, 05 de maio de 2008. Página Inelegível (Deteriorada por cupim).

próximo à confluência dos rios Itoupava e Mãe Luzia, local também utilizado para a rizicultura¹⁶⁸.

Após a instalação das comportas o nível de subida do rio para que ocorresse inundações foi para 1,90 m na localidade da Baixadinha e 2,40 m no bairro Barranca. Essa medida propiciou maior margem de tempo para a Defesa Civil Municipal atuar na retirada e assistência à população tradicionalmente atingida pelas cheias do rio Araranguá. No entanto, pontua Niles, a inundação pegou muitas pessoas desprevenidas, que não conseguiram salvar os seus pertences.

Em pleno domingo, dia 4 de maio de 2008, com sol quente, escaldante, enquanto os fiéis comemoravam mais uma festa em honra de Nossa Senhora Mãe dos Homens, o nível da régua no rio Araranguá chegou a 3,50 m. As equipes da Defesa Civil Municipal retiravam as pessoas dos bairros Barranca e Baixadinha. Os técnicos da defesa civil não esperavam uma inundação tão intensa, mas sim os ventos e a ressaca por causa da previsão meteorológica. Forçosamente foram retiradas algumas famílias, porém, muitas não conseguiram retirar nenhum pertence, pois foram pegas de surpresa pelo fenômeno de inundação e o prejuízo foi enorme. Foi uma operação frustrante, passar nas ruas e ver os móveis empilhados a fim de serem jogados no lixo. As chuvas intensas nas cabeceiras ocorreram no mesmo dia em que a onda de cheia alcançou Araranguá, porém não houve chuva significativa na cidade nessa data. O rio atingiu 3,50 m de altura às 6h30 no dia 5/5, sem que tenha ocorrido nenhuma precipitação na cidade de Araranguá desde do dia 4 pela manhã¹⁶⁹.

Percebe-se na narrativa de Niles a junção entre o analista fundamentado nos referenciais da disciplina de Geografia e, também, a figura atuante mediante seus trabalhos desempenhados na Defesa Civil Municipal de Araranguá, que acaba por frustrar-se ao ver os bens perdidos pela população atingida pela inundação, que não foram retirados a tempo. De acordo com o autor, o formulário de avaliação de danos produzido pela Defesa Civil, conhecido como Avadan, registrou o número de 503 desalojados e 422 desabrigados, com um prejuízo de R\$ 3.317.500,00. O desastre foi caracterizado pela Defesa Civil Estadual de caráter médio¹⁷⁰.

Salienta-se que na semana em que o desastre ocorreu as áreas agricultáveis para o plantio de arroz não estavam irrigadas aumentando a capacidade de drenagem do solo e impedindo que o desastre tivesse um maior impacto para os moradores da Barranca. Após atingir o pico de 3,50 m no dia 5 de maio de 2008, o rio Araranguá começa a baixar um dia depois, iniciando o processo de retorno e limpeza das casas atingidas.

¹⁶⁸ BRATTI, Gislane Lummertz Coelho. **Vulnerabilidade dos moradores do bairro Barranca em Araranguá - SC, às inundações do Rio Araranguá**. 2008. 60f. Monografia (Especialização em Geografia com Ênfase em Estudos Regionais) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008, p. 46.

¹⁶⁹ NILES, 2009, p. 48-49.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 49.

Em linhas gerais o tema relacionado às enchentes e inundações do rio Araranguá é apresentado de maneira característica à população, por meio da imprensa local, especialmente, os jornais impressos com circulação municipal e regional. Como veremos a seguir, os periódicos apresentam três principais aspectos que serão estudados: primeiro, a ênfase no poder de destruição das águas, como se o desastre socioambiental fosse apenas um infortúnio da natureza; segundo, a preocupação com os impactos econômicos à produção de agricultura e à sua impossibilidade de ser escoada, devido a Rodovia BR-101 encontrar-se intrafegável, submersa pelas cheias; e, terceiro, a assistência às populações atingidas pela inundação.

4.4 DESASTRE SOCIOAMBIENTAL E A IMPRENSA: A INUNDAÇÃO DE MAIO DE 2008

Tecidas considerações sobre o uso da imprensa para prática de pesquisa em história em tópicos anteriores, destacar-se-ão duas reportagens produzidas por periódicos diários acerca das inundações ocorridas no Sul Catarinense em maio de 2008, com foco principal no município de Araranguá. A primeira reportagem foi publicada no dia 5 de maio, pelo impresso araranguense *Sem Censura*. A segunda reportagem data sua publicação do mesmo dia, feita pelo impresso criciunense *Jornal da Manhã*. Ambas enfatizam o impacto das águas após dois dias ininterruptos de chuva.

Figura 8 – Reportagem “Enchente atinge o extremo sul”, *Sem Censura*, maio de 2008



Fonte: Arquivo Histórico de Araranguá.

Figura 9 – Reportagem sobre a interdição da rodovia BR-101, *Jornal da Manhã*, maio de 2008



Fonte: Biblioteca Pública Municipal Donatila Borba (Criciúma).

A reportagem publicada pelo periódico *Sem Censura* intitulada “Enchente Atinge o Extremo Sul” ressalta o impacto das águas que, além de deixar estradas alagadas, desabrigou, inicialmente, 130 moradores do bairro Barranca e da localidade Baixadinha, que foram conduzidos para abrigos públicos organizados pela Defesa Civil em parceria com a PMA. A preocupação em atualizar o número de desabrigados é uma constante no periódico. Outra questão destacada refere-se ao trecho entre os km 412 e 402 da Rodovia BR-101, sentido Araranguá/Maracajá, estar intrafegável em função de encontrar-se submerso, atingido pelas águas. Dentre as ações implementadas pelo poder público salienta-se o corte de energia nos bairros atingidos pelas águas, como prevenção a possíveis curtos-circuitos, e assistência em termos de alimentos, roupas e atendimento médico aos desabrigados. A causa apontada como motivadora para o desastre foi a passagem de um ciclone extratropical que atingiu o Extremo Sul Catarinense, além do Norte do Estado do Rio Grande do Sul¹⁷¹.

A reportagem produzida pelo periódico *Jornal da Manhã* intitulada “BR-101 Fica Interditada Em Dois Pontos” enfatiza que a forte chuva ocorrida em toda a região escoou o seu excedente hídrico para o rio Araranguá, gerando a inundação. Das famílias atingidas, o periódico frisa que da região catarinense a maior parte destas pessoas residem em Araranguá. A Rodovia BR-101 encontrava-se intrafegável por tempo indeterminado. Houve apenas um motociclista acompanhado de uma pessoa na garupa que tentou furar o bloqueio e foi arrastado

¹⁷¹ PAVEI, Neia. Enchente Atinge o Extremo Sul. *Sem Censura*. Araranguá, 05 de maio de 2008, [página ilegível].

pela correnteza. Ambos foram salvos após permanecerem 1 hora e 30 minutos presos a um galho de árvore¹⁷².

Ambas as reportagens são similares em sua estrutura narrativa, apenas descrevem o ocorrido atribuindo como causa principal para o desastre as fortes chuvas registradas em 48 horas nos municípios que compõem a BHRA. A ênfase dos periódicos centra-se nas pessoas desabrigadas pelo desastre e na impossibilidade de tráfego no trecho sul da Rodovia BR-101. Além da assistência de itens básicos para os atingidos, como alimentos e roupas, resta esperar que o excedente hídrico dos últimos dias desague na foz do rio Araranguá em direção ao oceano Atlântico e baixe o nível das águas nos espaços urbanos.

Apenas o fator ambiental é destacado como o responsável por ocasionar o desastre. Inicialmente, não há nenhuma reflexão em torno das questões sociais, culturais, políticas e econômicas que propiciaram o agravamento de desastres socioambientais no Sul Catarinense entre a segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI. No entanto, de acordo com o antropólogo Oliver-Smith, os desastres são eventos totalizantes, desencadeados por fatores naturais, mas que ocorrem na sociedade e evidenciam as falhas humanas em compreender e interagir com as dinâmicas e ciclos da natureza.

Em um desastre, uma coletividade de processos e eventos que se intersectam – sociais, ambientais, culturais, políticos, econômicos, físicos, tecnológicos – que ocorrem ao longo de vários períodos de tempo [...]. Desastres são eventos totalizantes. À medida que se desdobram, todas as dimensões de uma formação estrutural social e a totalidade de suas relações com seu ambiente podem ser envolvidas, afetadas e focalizadas. Essas dimensões expressam consistência e inconsistência, coerência e contradição, cooperação e conflito, hegemonia e resistência. Revelam o funcionamento dos sistemas físicos, biológicos e sociais e sua interação entre populações, grupos, instituições e práticas, e suas concomitantes construções socioculturais. Como poucos outros fenômenos, a complexidade interna dos desastres nos obriga a enfrentar as muitas e mutáveis faces da(s) realidade(s) socialmente construída(s)¹⁷³.

Em diálogo com a reflexão de Oliver-Smith, a historiadora ambiental Eunice Sueli Nodari, ao conceder entrevista para o periódico *O Globo*, no ano de 2014, define de maneira sintética e objetiva as contradições que envolvem o estudo de desastres, argumentando: “uma coisa é certa: não podemos controlar a chuva, mas os desastres, sim”¹⁷⁴. Desta forma, pensando

¹⁷² BR-101 Fica Interditada Em Dois Pontos. **Jornal da Manhã**. Criciúma, 05 de maio de 2008, p. 13.

¹⁷³ OLIVER-SMITH, A. “What is a Disaster”: Anthropological perspectives on a persistent question. In: OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN S. M. (Orgs.). **The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective**. London: Routledge, 1999, p. 20-21. (Tradução livre).

¹⁷⁴ FREITAS, Fátima. Eunice Nodari, Doutora em História Ambiental: “Não podemos controlar a chuva. Os desastres, sim”. **O Globo** (Brasil), 04 de setembro de 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/conte-algo-que-nao-sei/eunice-nodari-doutora-em-historia-ambiental-nao-podemos-controlar-chuva-os-desastres-sim-13822995>. Acesso em: 20 set. 2023.

o contexto particular que envolve o presente tema de estudo, ao mesmo tempo que não se pode controlar as precipitações atmosféricas na BHRA, seria possível mediante um planejamento urbano que buscasse equacionar rentabilidade econômica e qualidade de vida para todas as camadas da população, controlar os desmatamentos (e elencar campanhas de reflorestamento) de vegetação nativa e mata ciliar no município de Araranguá. Poder-se-ia criar alternativas à especulação imobiliária que pressiona pessoas de baixa renda a ocupar áreas de risco. Ou facilitar o acesso a crédito bancário e seguros contra desastres para que as pessoas que habitam essas áreas possam levantar suas casas a um nível seguro das cheias e consigam precaver-se à ocorrência de novas inundações. Problematisa-se que as constantes inundações presentes no rio Araranguá evidenciam a ineficiência dos setores administrativos em compreender e adaptar-se às particularidades ambientais locais. E estes aspectos não são contemplados nos editoriais dos periódicos elencados, talvez para não se indispor com os setores políticos e econômicos do município e região, que, dependendo do teor crítico das reportagens, poderia afetar o financiamento destas empresas de comunicação.

Para Oliver-Smith, a preocupação sobre a maneira como as sociedades humanas interagem com a natureza de modo desordenado é um ponto fundamental de reflexão. As raízes dos desastres, avalia o autor, inserem-se “na relação coevolutiva entre as sociedades humanas e os sistemas naturais, e nos obrigam a intensificar nossos esforços para especificar os vínculos, agora em escala regional e global, que geram essas forças destrutivas dentro de nossas sociedades e ambientes”¹⁷⁵. Propor um amplo debate público por meio da imprensa com o intuito de analisar criticamente sobre como o modo de ocupação no Sul Catarinense apresentou profundos impactos socioambientais poderia ser uma viável alternativa para elencar mecanismos de superação destas problemáticas, por exemplo, equacionando os componentes de ordem local e global que efluíram para a atual conjectura no município e região estudada.

Durante o dia 6 de maio os periódicos seguem cobrindo os efeitos da inundação ocorrida no rio Araranguá. Ao avaliar que as pessoas atingidas recebiam a devida assistência, mediante a organização de abrigos públicos, doação de cestas básicas e roupas, a preocupação direcionou-se para o impacto econômico sobre o setor que é o carro-chefe da parte sul da BHRA, a agricultura. A primeira reportagem elencada tece considerações sobre o prejuízo causado à produção de hortaliças nos municípios vizinhos de Araranguá, enquanto a segunda reportagem reforça a preocupação com a Rodovia BR-101, que se encontrava intrafegável, agora, em dois

¹⁷⁵ OLIVER-SMITH, 1999, p. 31.

diferentes pontos. O tom adotado enfatiza o prejuízo econômico para o Estado de Santa Catarina a cada dia que a Rodovia BR-101 permanecia intransitável.

Figura 10 – Impacto da inundação sobre a agricultura, *Jornal Sem Censura*, maio de 2008



Fonte: Arquivo Histórico de Araranguá.

Figura 11 – Previsão para restabelecer o tráfego pela BR-101, *Jornal da Manhã*, maio de 2008



Fonte: Biblioteca Pública Municipal Donatila Borba (Criciúma).

A reportagem intitulada “Agricultores contam os prejuízos”, publicada pelo periódico *Sem Censura*, faz um levantamento sobre como as inundações registradas na BHRA tiveram um impacto direto sobre as plantações de moranga, feijão, couve-flor, repolho, brócolis e milho.

Dos municípios afetados localizados no Extremos Sul Catarinense, Timbé do Sul registrou maiores prejuízos. Os aviários da região estavam em situação de alerta em função de as principais rodovias do Sul do Estado estarem alagadas e dificultarem a entrega de rações e transporte de aves. Com relação à rizicultura, atividade agrícola que possui a maior quantidade de hectares destinados à produção, não se encontrava em época de plantio e não recebeu menções no periódico¹⁷⁶. Sobre a assistência aos agricultores que registraram grandes perdas, não houve menção. O periódico focou, exclusivamente, nas culturas impactadas.

As reportagens publicadas pelo periódico *Jornal da Manhã* intituladas “Polícia prevê para hoje liberação da BR-101” e “Desabrigados receberão ajuda”, primeiro, avaliam a instabilidade presente na Rodovia BR-101, que, além de encontrar-se intrafegável por alagamento no já mencionado trecho entre os municípios de Araranguá/Maracajá, registrou mais um trecho comprometido, agora no km 429, localizado no município de Sombrio. A pista cedeu e não oferecia segurança para o percurso de automóveis de pequeno e grande porte. O periódico expõe o prejuízo econômico para o Estado de Santa Catarina a cada dia em que a Rodovia BR-101 permanecia intrafegável, tendo estancada a mais relevante válvula para escoar suas produções. A reportagem ilustra o caso do caminhoneiro Alex Dullius, que estava a 24 horas esperando a liberação da rodovia. A carga composta por carnes estava com a entrega atrasada, em função das consequências do desastre, o que deixou Alex em uma situação de incerteza e apreensão visto que não cumpriria o acordo a tempo estipulado pelos fornecedores¹⁷⁷. A segunda reportagem frisa que, do total de 31 municípios atingidos pelo ciclone extratropical em Santa Catarina, Araranguá contabilizou o maior número de desabrigados, sendo por volta de 300 pessoas. O periódico enfatiza as ações promovidas pela Defesa Civil em prestar o auxílio necessário aos desabrigados por meio da organização de abrigos públicos, doação de cestas básicas e roupas. Também há uma pequena menção aos trajetos alternativos por rodovias estaduais que apresentaram congestionamentos e longas filas.

A partir do dia 6 de maio o trânsito é reestabelecido pela Rodovia BR-101 e os desabrigados retornam para os seus lares, reorganizando suas vidas e contabilizando as perdas. Após os efeitos visuais causados pelo poder de destruição das águas passar, o interesse dos periódicos analisados pelo desastre se esgota. A partir do dia 7 de maio, o ciclone extratropical que gerou inundações em vários municípios localizados no Extremo Sul Catarinense deixa de ser notícia e não ganha mais grande repercussão no *Sem Censura* e no *Jornal da Manhã*.

¹⁷⁶ PAVEL, Néia. Agricultores contam os prejuízos. *Sem Censura*, Araranguá, 06 de maio de 2008, p. 04.

¹⁷⁷ ADÍLIO, José. Polícia prevê para hoje liberação da BR-101. *Jornal da Manhã*, Criciúma, 06 de maio de 2008, p. 11.

Os desastres socioambientais, especialmente, as enchentes e inundações, quando representados em periódicos, possuem um prazo de cobertura que dificilmente se estende por mais de sete dias. Assim que as chuvas passam e as águas retornam ao seu curso, o tema deixa de ser debatido pelos meios de comunicação em geral. Sobre esse aspecto, o historiador Christof Mauch argumenta que “um dos pontos fortes da abordagem de pesquisa histórica sobre desastres é a sua capacidade de reconhecer tanto o seu imediatismo – sua súbita incidência e a tragédia do dia – quanto os efeitos de longo prazo de tais eventos”¹⁷⁸.

Problematizar as interações humanas com a natureza na média e longa duração evidencia que em muitos casos e, inclusive, no Sul de Santa Catarina “os lucros econômicos de curto prazo foram escolhidos em vez de práticas preventivas de longo prazo que poderiam ter evitado ou mitigado os danos de um desastre”¹⁷⁹. No caso do município de Araranguá este processo intensificou-se a partir de fins do século XIX com a intensificação da colonização de suas terras, somadas ao processo de urbanização delineado nos séculos XX-XXI, conforme descrito no início deste capítulo.

Outra reflexão que merece destaque remete à sensação de retorno à “normalidade” que o baixar das águas causam. Mauch relata que até a década de 1980 os desastres eram vistos como catástrofes inesperadas que irrompiam a vida cotidiana. “Nas últimas duas décadas, no entanto, os estudiosos passaram a aceitar cada vez mais que as catástrofes naturais nunca são “naturais” no verdadeiro sentido da palavra; em vez disso, eles devem ser entendidos como eventos físicos e ocorrências sociais ou culturais”¹⁸⁰, além de salientar a importância de se relevarem os diferentes estratos (de origem humana) presentes no acontecimento de desastres, já aqui analisados nas páginas anteriores. Fica candente na reflexão empregada pelo autor, a mudança de entendimento sobre o desastre, agora compreendido como algo inserido na “normalidade” cotidiana de diferentes sociedades. Pois, devido ao modo insustentável pelo qual os seres humanos interagiram com a natureza no município de Araranguá, estes aprofundaram suas problemáticas socioambientais e tornaram as inundações um evento corriqueiro, inseridas na normalidade cotidiana do município. Os desabrigados, ao retornarem às suas casas, possuem plena consciência de que a próxima chuva que se estender por mais de dois dias pode ocasionar novamente o mesmo rito em torno do desastre, o que de fato acontece em outubro de 2008 e com maior intensidade em janeiro de 2009 (conforme será estudado no tópico a seguir).

¹⁷⁸ MAUCH, Christof. Introduction. In: MAUCH, C.; PFISTER, C. (Orgs.). **Natural disasters, cultural responses: case studies toward a global environmental history**. Plymouth: Lexington Books, 2009, p. 04.

¹⁷⁹ MAUCH, 2009, p. 07.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 04.

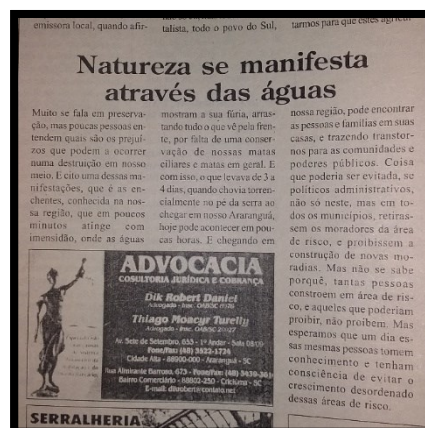
A partir do dia 7 de maio o único impresso que continua publicando reportagens sobre os desastres socioambientais provocados pela passagem de um ciclone extratropical no Extremo Sul de Santa Catarina é o periódico *O Tempo Diário*, sediado no município de Araranguá. Destacam-se três reportagens: primeiro, a publicada no dia 7 de maio chamada “Estado determina ajuda para os atingidos pelo ciclone extratropical”; a segunda data do dia 8 de maio: “Natureza se manifesta através das águas”; e a terceira: “Informativo Socioambiental”.

Figura 12 – Ajuda estadual aos atingidos pelas cheias, *O Tempo Diário*, maio de 2008



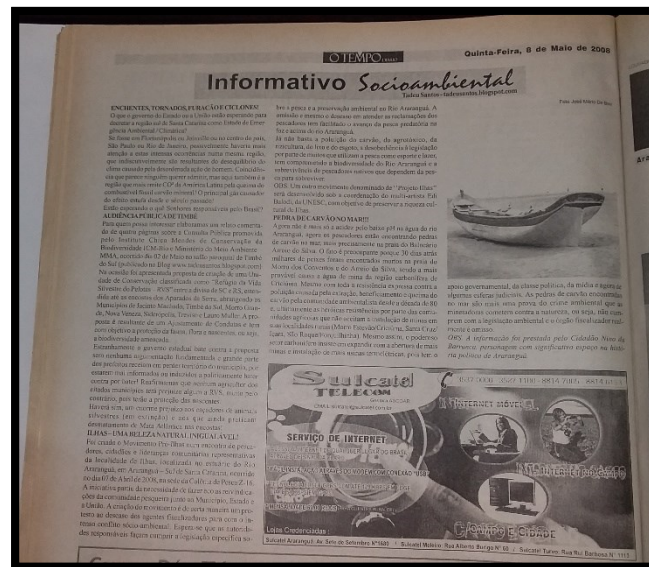
Fonte: Arquivo Histórico de Araranguá.

Figura 13 – “Natureza se manifesta através das águas”, *O Tempo Diário*, maio de 2008



Fonte: Arquivo Histórico de Araranguá.

Figura 14 – Coluna Socioambiental no jornal *O Tempo Diário*, maio de 2008



Fonte: Arquivo Histórico de Araranguá.

A primeira reportagem relata a consternação do então Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), ao sobrevoar por quarenta minutos a região atingida. Até o presente momento, o periódico contabiliza cinco mil pessoas atingidas em 32 municípios do Estado. Além da distribuição de 23 toneladas de alimentos, providenciaram-se kits com medicamentos à população. Segundo o Governador, era “preciso que os prefeitos dos municípios atingidos encaminhassem rapidamente os relatórios com o levantamento da situação, para que sejam liberados os recursos para a reconstrução”¹⁸¹. A narrativa de *O Tempo Diário* não difere da estrutura elencada pelos outros periódicos aqui citados. Foca-se na descrição dos acontecimentos com ênfase ao impacto causado pela força das águas e as ações de assistência à população, sem elencar medidas de mitigação ou superação das problemáticas socioambientais presentes no município.

No entanto, as outras duas reportagens elencadas, do mesmo periódico, diferem de maneira contundente acerca da estrutura narrativa adotada pelas matérias analisadas até o presente momento. A manchete com o título “Natureza se manifesta através das águas” reflete sobre como a dinâmica natural de cheias sazonais do rio Araranguá transformou-se em um problema socioambiental no decorrer do tempo. O texto atribui que a ação humana (e a ineficiência do poder público local) ao desmatar as vegetações nativas e mata ciliar construiu a

¹⁸¹ ESTADO Determina Ajuda Para os Atingidos Pelo Ciclone Extratropical. *O Tempo Diário*. Araranguá, edição do dia 07 de maio de 2008, p. 06.

atual problemática pertinente ao município de Araranguá¹⁸². A esta questão, soma-se a ocupação de áreas de risco, especialmente, no bairro Barranca, em que a reportagem coloca-se favorável à desocupação destas áreas e ao impedimento da construção de novas residências no local. Tema espinhoso que tratarei no próximo capítulo.

A reportagem seguinte faz parte da coluna do ambientalista Tadeu Santos, intitulada “Informativo Socioambiental”. A coluna destaca vários pontos para debate sobre as problemáticas socioambientais em Araranguá e região. No entanto, salientaremos o primeiro tópico, chamado “Enchentes, Tornados, Furacões e Ciclones!”. Santos, em tom de cobrança ao Governo Federal e Estadual, defende que o Sul Catarinense seja decretado como uma região em estado de emergência ambiental/climática.

Se fosse em Florianópolis ou Joinville ou no centro do país, São Paulo ou Rio de Janeiro, possivelmente haveria mais atenção a estas intensas ocorrências numa mesma região, que indiscutivelmente são resultantes do desequilíbrio do clima causado pela desordenada ação do homem. Coincidência que parece ninguém querer admitir, mas aqui também é a região que mais emite CO₂ da América Latina pela queima de combustível fóssil carvão mineral! O principal gás causador do efeito estufa desde o século passado! Estão esperando o quê Senhores responsáveis pelo Brasil?¹⁸³

Durante os primeiros anos do século XXI, o Sul Catarinense sofrera com uma infinidade de desastres. Além de periódicas enchentes e inundações, registrou-se no ano de 2004 a passagem do primeiro furacão ocorrido na história do Atlântico Sul: o furacão Catarina. Estas questões indicam, de acordo com Santos, as primeiras percepções de impactos socioambientais relacionados às Mudanças Climáticas em curso. Porém, enfatiza o autor, que em função de a região Sul Catarinense não ser um importante centro econômico, não se equiparando em termos produtivos a cidades localizadas ao norte do Estado e demais regiões do país, esta, portanto, fica invisibilizada, não despertando real interesse por parte do poder público, seja nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

Vale destacar que o ambientalista e colunista de *O Tempo Diário* Tadeu Santos possui longa trajetória na ONG *Sócios da Natureza*. Não podemos afirmar, mas, possivelmente, a segunda reportagem elencada para análise produzida pelo periódico *O Tempo Diário* tenha tido influência (se não escrita) por Tadeu Santos, pois a reportagem em si traz aspectos defendidos pelo autor no decorrer de suas colunas escritas no ano de 2008.

¹⁸² NATUREZA Se Manifesta Através das Águas. *O Tempo Diário*. Araranguá, edição do dia 08 de maio de 2008, p. 04.

¹⁸³ SANTOS, Tadeu. Informativo Socioambiental. *O Tempo Diário*. Araranguá, edição do dia 08 de maio de 2008, sem página.

Vislumbra-se que a reflexão sobre como as sociedades humanas atuam para a construção do desastre socioambiental no tempo e espaço, aqui analisada sob a forma de enchentes e inundações, possa indicar a construção de uma sensibilidade ambiental, conforme argumentado pelo historiador Keith Thomas. De acordo com o autor, à medida que diversos setores da sociedade inglesa vivenciaram as contradições sociais e ambientais experienciadas em seu processo de industrialização, durante a segunda metade do século XVIII, novas sensibilidades e interações com a natureza emergiram em oposição a uma perspectiva antropocêntrica de vida.

Se no período renascentista as cidades simbolizavam as potencialidades criativas de expansão do saber humano por meio do uso da razão e do método científico, enquanto a vida no campo e o meio natural representavam o atraso para o progresso da humanidade, no decorrer dos séculos XV-XVIII esses pressupostos são transformados e há uma romantização da vida no campo em oposição à cidade, lugar que (agora) representa a corrupção da ética e da moral. “A vida no campo oferecia uma fuga dos vícios e afetações urbanas, um descanso para as tensões dos negócios e um refúgio contra a sujeira, a fumaça e o ruído da cidade”¹⁸⁴.

Em meio à intensa queima de carvão destinada a abastecer os interesses de grandes industriais que consolidavam os seus primeiros passos na Inglaterra, a paisagem alterava-se profundamente pela “fumaça que escurecia o ar, sujava as roupas, acabava com as cortinas, matava flores e árvores e corroía a estrutura dos prédios. A sujeira no ar era a mesma sujeira nas ruas. No verão as nuvens de poeira levantadas pelas rodas do tráfego sufocavam os passantes e tornavam difícil andar com os olhos abertos”¹⁸⁵. Neste contexto, em meio à percepção dos impactos ambientais gerados pelos seres humanos:

Surgiram dúvidas e hesitações sobre o lugar do homem na natureza e o seu relacionamento com outras espécies. O estudo cuidadoso da história natural fizera cair em descrédito muitas das percepções antropocêntricas dos tempos anteriores. Um senso maior de afinidade com a criação animal debilitara as velhas convicções de que o homem era um ser único. Uma nova preocupação com os sofrimentos dos animais viera à luz; e, ao invés de continuarem destruindo florestas e derrubando toda árvore sem valor prático, um número cada vez maior de pessoas passava a plantar árvores e a cultivar flores para pura satisfação espiritual¹⁸⁶.

¹⁸⁴ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800). Ed. rev. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, p. 350.

¹⁸⁵ THOMAS, 2010, p. 347.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 344.

Práticas como as rinhas de galo foram proibidas em Londres no ano de 1833 e em toda a Inglaterra em 1835¹⁸⁷. A caça sofreu questionamentos nesse período por despertar o que há de “cruel e selvagem” nos homens. No entanto, não foi proibida por lei.

Argumenta-se, nesta pesquisa, por meio da análise das reportagens publicadas pelo jornal *O Tempo Diário*, o diagnóstico em torno da possibilidade de construção de uma sensibilidade ambiental com relação ao rio Araranguá, relacionada às suas problemáticas socioambientais. Seja em função dos impactos gerados pela rizicultura irrigada, produção de carvão, desmatamentos, enchentes, inundações, deslizamentos dentre muitas outras questões. Porém, cabe destacar que esta sensibilidade ambiental aflora em um primeiro momento a partir da década de 1980 com as denúncias em torno da poluição do rio Araranguá por diversos setores sociais, inclusive, com o início de atuação da ONG *Sócios da Natureza*.

O que vemos entre os anos de 2008 e 2009, além das denúncias de poluição do rio Araranguá, é, principalmente, a busca de alternativas para mitigar os efeitos dos constantes desastres socioambientais que assolam o município e região, em especial, as enchentes e inundações. Isto ocorrerá, sobretudo, após a ocorrência da inundação de janeiro de 2009, no município de Araranguá, que veremos no tópico a seguir.

4.5 JANEIRO DE 2009: A SEGUNDA MAIOR INUNDAÇÃO REGISTRADA NA HISTÓRIA DE ARARANGUÁ

A inundação que ocorreu entre os dias 2 e 4 de janeiro de 2009, no município de Araranguá, ganhou ampla cobertura local, regional, estadual e, também, obteve menções em portais nacionais como o *GI*¹⁸⁸ e a *Folha de S. Paulo*¹⁸⁹. Isto aconteceu devido a alguns aspectos. Primeiro, se destaca o de ordem local: era o terceiro desastre socioambiental em um período de apenas 8 meses. Algo fora do comum até mesmo para o histórico de desastres no município. O último havia ocorrido no dia 27 de outubro de 2008¹⁹⁰, no qual o rio Araranguá subira 2 m

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 227.

¹⁸⁸ DEFESA Civil Resgata 100 Pessoas que Estavam Ilhadas na BR-101 em SC. **G1 São Paulo**. São Paulo, 04 de janeiro de 2009. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL943012-5598,00-DEFESA+CIVIL+RESGATA+PESSOAS+QUE+ESTAVAM+ILHADAS+NA+BR+EM+SC.html>. Acesso em: 28 set. 2023.

¹⁸⁹ NEVES, Fernanda Pereira; NOVAES, Marina. Brasil Não Está Preparado Para Administrar Catástrofes Naturais, diz Defesa Civil. **Folha Online** (Folha de São Paulo). São Paulo, 07 de janeiro de 2009. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/01/487312-brasil-nao-esta-preparado-para-administrar-catastrofes-naturais-diz-defesa-civil.shtml>. Acesso em: 28 set. 2023.

¹⁹⁰ (Da Redação). RIO Araranguá Deixa Defesa Civil Em Alerta. **Sem Censura**. Araranguá, edição do dia 27 de outubro de 2008, p. 07.

acima do seu nível regular e atingira algumas estradas na localidade da Baixadinha, deixando a comunidade do bairro Barranca em estado de alerta.

E, segundo, por aspectos de ordem nacional: em novembro de 2008, ocorreram enchentes e deslizamentos no Vale do Itajaí, Santa Catarina, totalizando o número de 60 municípios afetados e 1,5 milhão de pessoas atingidas. Ficaram desalojadas 9.390 pessoas, totalizando 135 mortes¹⁹¹. Esse desastre, em especial, gerou comoção nacional e proporcionou amplitude à discussão sobre a necessidade de se elencarem medidas de prevenção e mitigação dos desastres socioambientais.

Poucos meses após transcorrer as enchentes e deslizamentos no Vale do Itajaí, em meio às comemorações acerca das festividades que envolvem a semana do Natal e da virada do ano, eventos que atraem grande quantidade de turistas para o litoral de Santa Catarina, desde o dia 28 de dezembro de 2008, monitorava-se a possibilidade de precipitação em torno de 140 mm de chuva para os primeiros quatro dias do ano de 2009. As informações estavam disponíveis na página on-line do Departamento dos Estados Unidos para *Administração Oceânica e Atmosférica Nacional* – NOAA. De acordo com o geógrafo Djalma Santos Niles, “começou a chover forte no dia 1º de janeiro de 2009 e no sábado dia 3 já havia precipitado 210,0 mm em Timbé do Sul”¹⁹².

Em Araranguá, vale destacar que neste desastre a estação meteorológica do município estava operando, a precipitação atingiu uma média de 180,0 mm para os primeiros dias do ano de 2009. De acordo com dados coletados por Niles, na EPAGRI/CIRAM/ANA, o município registrou uma média de 30 mm no dia 2 de janeiro de 2009, com pico no dia 3, registrando uma quantidade pouco acima dos 100,0 mm e, em ritmo de queda, 50 mm no dia 4¹⁹³. Enquanto no município de Timbé do Sul manteve-se a alta precipitação durante todo o mês de janeiro de 2009. “Até o dia 7 já havia chovido mais ainda nessa estação, foram 376 mm. Este mês foi muito chuvoso, pois, na estação citada, choveu 877 mm, uma quantidade muito grande, para a média da área que está em torno de 400 mm”¹⁹⁴. Enquanto em Timbé do Sul choveu o equivalente ao esperado para um mês em apenas uma semana, o periódico *Sem Censura*, na

¹⁹¹ APÓS Desastre Com Enchentes de 2008, Blumenau Cria Mecanismos Para Prevenir Novas Catástrofes. **G1 Santa Catarina**. Florianópolis, 22 de novembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2018/11/22/apos-desastre-com-enchentes-de-2008-blumenau-cria-mecanismos-para-prevenir-novas-catastrofes.ghtml>. Acesso em: 28 set. 2023.

¹⁹² NILES, 2009, p. 50.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 51.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 50.

edição do dia 5 de janeiro de 2009, apontou a quantidade de 250 mm, em apenas 48 horas, no município de Turvo, sendo a quantidade correspondente a 45 dias de chuva¹⁹⁵.

Ao mesmo tempo que não se registraram grandes precipitações em Araranguá, em contrapartida choveu muito nos municípios que compõem a BHRA, conseqüentemente, fluindo para o município todo o excedente hídrico de parte significativa do Sul Catarinense. A este fator soma-se a direção dos ventos. Afirmam, Niles:

A direção do vento predominante, segundo EPAGRI/CIRAM, era leste. Essa direção indica que a umidade estava sendo transferida do oceano para o continente, o que poderia alimentar ainda mais a ocorrência de precipitação na bacia, e ainda que poderia se formar maré meteorológica (maré de vento) na foz do rio, impedindo o escoamento livre das águas. [...]. A maré astronômica não tinha influência sobre o comportamento da maré, pois era maré de quadratura e as amplitudes de maré cheia e vazante não era grande¹⁹⁶.

Além dos ventos represarem o excedente hídrico da BHRA, impedindo o escoar de suas águas para o Oceano Atlântico, as canchas de arroz estavam irrigadas, em época de plantio, o que acabou por diminuir a capacidade de drenagem do solo, aumentando os impactos decorrentes da inundação. Afirmam o engenheiro ambiental Rodolfo Batista Gomes, que, no dia 4 de janeiro, o rio Araranguá atinge o seu pico, registrando o aumento de 4,33 m acima de seu nível médio, por volta das 15h45. De acordo com os dados disponíveis no município, esta configurou-se como a segunda maior inundação da história de Araranguá, ficando atrás apenas da inundação de 1974¹⁹⁷.

Em função dos impactos provocados pela força das águas, algumas medidas foram tomadas pela administração pública municipal, dentre elas, pondera Gomes:

Por prevenção, foi-se desligada a rede de energia elétrica que abastecia o bairro Barranca, bairro mais atingido, com o intuito de não trazer ainda mais riscos à vida humana. A tragédia era prevista e, por isso, levou a Secretaria de Obras a tomar uma atitude a fim de minimizar este impacto, o de abrir um canal auxiliar de escoamento próximo ao oceano Atlântico, afim de que essas águas escoassem em uma velocidade maior, pois o trajeto natural do rio era muito extenso, o qual diminuía e muito a vazão dessas águas¹⁹⁸.

A população que habita as áreas de risco às margens do rio Araranguá, sobretudo, os moradores do bairro Barranca, recebeu os avisos e assistência da PMA em conjunto com a

¹⁹⁵ ENCHENTE Atinge Novamente a Região. **Sem Censura**. Araranguá, edição do dia 05 de janeiro de 2009, p. 09.

¹⁹⁶ NILES, 2009, p. 52.

¹⁹⁷ GOMES, 2011, p. 76.

¹⁹⁸ GOMES, 2011, p. 74.

Defesa Civil. Abrigos foram organizados para as pessoas que ficaram desalojadas. A energia foi cortada para evitar curtos-circuitos, pois sempre há uma parcela da população que se nega a ir para os abrigos e fica em casa esperando o baixar das águas. A abertura do canal extravasor foi fundamental para desacelerar o tempo de duração do desastre, conforme veremos a seguir.

Com o intuito de possibilitar a compreensão do impacto causado pela força das águas, em janeiro de 2009, no município de Araranguá, segue abaixo algumas imagens do desastre. A primeira remete a uma vista aérea do bairro Barranca. Conforme aludido no início deste capítulo, através de uma imagem de satélite (via Google Earth), percebe-se, de um lado, a ausência de mata ciliar às margens do rio Araranguá e, por outro, áreas destinadas à produção de arroz irrigado. Ou seja, conforme defendido no decorrer desta pesquisa, percebe-se uma série de fatores e extratos além do ambiental que atuaram, não apenas na curta, mas também na longa duração, para o aumento de impacto decorrentes por enchentes e inundações em Araranguá. Na imagem em questão não é possível ver, mas a Rodovia BR-101 corta o outro lado do bairro.

Figura 15 – Vista aérea do bairro Barranca. Autor: Odinei Ribeiro.



Fonte: Aline Marinho. Reurbanização do Bairro Barranca em Araranguá, SC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/200790/prancha%20pdfa.pdf?sequence=1>.

Nas imagens abaixo percebe-se a maneira como as áreas de risco do município são afetadas pelas inundações sazonais do rio Araranguá. No entanto, este desastre demonstrou-se de proporção excepcional, pelo menos, nos últimos 35 anos¹⁹⁹.

¹⁹⁹ NILES, 2009, p. 54.

Figura 16 – Vista aérea do bairro Barranca atingido pela inundação de janeiro de 2009. Foto: Sandro Ramos.



Fonte: <http://enchentesemsantacatarina.blogspot.com/2009/01/enchentes-do-incio-de-2009-em-ararangu.html>.

Figura 17 – Vista aérea do bairro Barranca atingido pela inundação de janeiro de 2009. Foto: Sandro Ramos.



Fonte: <http://enchentesemsantacatarina.blogspot.com/2009/01/enchentes-do-incio-de-2009-em-ararangu.html>.

Dos cinco desastres ocorridos no intervalo de 1 ano e 5 meses, entre os anos de 2008 e 2009, a inundação de janeiro de 2009 foi a que registrou maior impacto. Até mesmo localidades mais altas no bairro Barranca que dificilmente sofrem com a chegada das águas, nesse desastre, foram atingidas. Destaca-se que os ângulos das imagens aqui selecionadas intuem ressaltar dois principais aspectos, muito aludidos pelo poder público municipal e pela imprensa nos âmbitos local, regional e estadual: primeiro, o impacto à vida humana, registrando as casas atingidas pelas águas; e, segundo, o impacto econômico. Na segunda imagem é possível ver a BR-101 intrafegável e uma pequena quantidade de automóveis parada às margens da rodovia.

Com o uso de iconografia enquanto fonte histórica objetiva-se não cair no reducionismo de apenas “ilustrar” através das imagens o desastre socioambiental ocorrido em janeiro de 2009, no município de Araranguá. Toda fonte histórica não deve ser lida como um retrato fiel do passado, sem questionamentos, como se fossem completas e fechadas em si mesmas. Pondera o historiador Eduardo França Paiva, ao refletir sobre o uso de iconografia na pesquisa histórica, que a imagem e os demais “registros históricos são sempre resultados de escolhas, seleções e olhares de seus produtores e dos demais agentes que influenciaram essa produção”²⁰⁰.

As imagens de autoria de Sandro Ramos, então, assessor de imprensa da PMA, como já analisado referente ao desastre de maio de 2008, repetem o direcionar do olhar para as causas “naturais” e na curta duração com relação à inundação de janeiro de 2009. Ilustra-se o impacto à vida humana causado pelo poder de destruição das águas, com as casas dos moradores do bairro Barranca atingidas pela inundação e com a Rodovia BR-101 intrafegável, gerando prejuízo para o Estado de Santa Catarina a cada dia em que as produções econômicas do Sul do país não fossem escoadas. Essas imagens, além de chegarem à população disponibilizadas através de reportagens produzidas pelos periódicos locais, gerando consternação e comoção, também serviam como uma peça-chave no momento de acionar as esferas políticas de âmbito Estadual e Federal na busca por recursos financeiros para o reestabelecimento do município pós-desastre.

As causas humanas que atuam na longa duração para que as cheias sazonais do rio Araranguá se configurem em desastre socioambiental, no calor do momento, na primeira semana de janeiro de 2009, não são destacadas, as já citadas em outras passagens da presente pesquisa, como: os desmatamentos de vegetação nativa e mata ciliar, a especulação imobiliária que pressiona a população de baixa renda a habitar áreas de risco dentre outros fatores.

Esse padrão em ressaltar o impacto gerado pelo poder de destruição das águas, a preocupação com os prejuízos econômicos e o “retorno à normalidade” também se faz presente na cobertura de periódicos diários. Destacam-se abaixo três capas referentes à edição do dia 5 de janeiro de 2009. Primeiro, elenca-se a edição especial produzida pelo periódico de maior circulação no Estado de Santa Catarina, o *Diário Catarinense*. Segundo, um dos principais periódicos da região Sul de Santa Catarina, o *Jornal da Manhã*. E, terceiro, o periódico de maior tiragem no município de Araranguá, o *Sem Censura*.

²⁰⁰ PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 20.

Figura 18 – Capa do jornal *Diário Catarinense*, janeiro de 2009



Fonte: Biblioteca Pública de Florianópolis.

Figura 19 – Capa do *Jornal da Manhã*, janeiro de 2009



Fonte: Biblioteca Pública Municipal Donatila Borba (Criciúma).

Figura 20 – Capa do jornal *Sem Censura*, janeiro de 2009



Fonte: Arquivo Histórico de Araranguá.

Os periódicos *Sem Censura*²⁰¹ e o *Jornal da Manhã*²⁰² optaram por uma imagem de capa que revelasse o impacto aos moradores do bairro Barranca, atingidos pela inundação do rio Araranguá, e a Rodovia BR-101 intrafegável. Outro ponto a ser destacado é a presença do então Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira. Ambos os editoriais buscam transmitir a ideia de prontidão em relação às ações da administração pública estadual para com aos anseios da região sul, que necessitava de recursos para o seu reestabelecimento. Apesar de o impresso *Diário Catarinense*²⁰³ apenas ressaltar a Rodovia BR-101 intrafegável, a edição especial do dia 5 de janeiro de 2009 em todos os periódicos é praticamente a mesma.

A utilização do recurso de imagens por ambos os periódicos elencados visa, de acordo com o historiador Peter Burke, a gerar “o efeito realidade”, no qual a imagem não seria um resultado do olhar e seleção de quem o produz (insere-se aqui não apenas os autores das imagens, mas, também, a empresa de comunicação e o corpo editorial que os contratam e decidem o “melhor ângulo” a ser publicado). Esta não seria “o resultado do trabalho de mãos humanas, mas sim do ‘lápis da natureza’”²⁰⁴, e, portanto, um retrato da realidade em si, impassível de questionamento. Porém, muito mais do que um “clic” ingênuo e despretenso,

²⁰¹ SUL Sofre Mais Uma Vez Com a Força das Águas e Já Contabiliza Prejuízos. *Sem Censura*, Araranguá, ano VI, edição 1117, edição do dia 05 de janeiro de 2009. Capa.

²⁰² ENCHENTE Castiga Região Sul de Santa Catarina. *Jornal da Manhã*, Criciúma, ano 23, nº 7506, edição do dia 05 de janeiro de 2009. Capa.

²⁰³ CHEIA Bloqueia BR-101 e Isola Famílias no Sul – alagamentos atingem 18 municípios, e quatro deles decretam emergência. *Diário Catarinense*, Florianópolis, ano 23, n. 8.292, edição do dia 05 de janeiro de 2009. Capa.

²⁰⁴ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Baurú: EDUSC, 2004, p. 26.

estas imagens carregam a perspectiva que o corpo editorial dos periódicos selecionados construíram sobre o desastre em questão.

No caso específico do *Diário Catarinense*, o periódico foi fundado no ano de 1986 por Maurício Sirotsky Sobrinho. Em poucas décadas tornou-se o periódico de maior circulação no Estado de Santa Catarina. No ano de 2009, época em que ocorreu a cobertura sobre a inundação de janeiro do mesmo ano, no Sul Catarinense, a família Sirotsky também possuía o canal de televisão de maior audiência em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a RBS (Rede Brasil Sul) afiliada à TV Globo. E, também, havia incorporado o periódico *A Notícia* (Joinville – SC), além de possuir os periódicos impressos Clic RBS e GZH sediados no Estado do Rio Grande do Sul.

Sobre a linha editorial elencada pelo *Diário Catarinense*, aponta o historiador Alfredo Ricardo Silva Lopes que “uma característica importante nas publicações e posicionamentos do grupo é a defesa de uma imparcialidade política que faz parte do discurso de atuação como meio de comunicação de massas”²⁰⁵. Desta maneira, o periódico argumenta que a prática de apenas descrever o fato “tal como ocorreu” possibilitaria a não contaminação da notícia com aspectos político-ideológicos, estabelecendo uma comunicação coesa e direta com o público leitor.

Argumenta a socióloga Aline Rosso que esta estrutura narrativa elencada pelo *Diário Catarinense* (também presente nos periódicos *Sem Censura* e *Jornal da Manhã*) possui como base o modelo anglo-americano de jornalismo, centrado em uma objetividade meramente descritiva. “Apesar de a crítica ser uma das características do jornalismo, tanto a crítica com o material jornalístico quanto a crítica em relação aos fatos que estão sendo apurados são geralmente pautados pelos impressos de uma forma meramente descritiva”²⁰⁶. O recurso da crítica, nesse sentido, se esvai.

Pensando sobre essas considerações, pautas sobre como diferentes administrações públicas no Sul Catarinense privilegiaram ações na curta duração e centradas mais no assistencialismo pós-desastre do que em propor medidas preventivas e mitigadoras para novas ocorrências. Ou análises acerca das raízes históricas sedimentadas na longa duração que atuam para potencializar o efeito dos desastres no tempo/espço poderiam ter sido elencadas pelos

²⁰⁵ LOPES, Alfredo Ricardo Silva. **Desastres socioambientais e memória no sul de Santa Catarina (1974-2004)**. 2015. 348 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015, p. 147.

²⁰⁶ ROSSO, Aline Louize Deliberali. **A Influência da política na produção jornalística: uma análise sobre a editoria de política do jornal Diário Catarinense**. Florianópolis, 2011. 165 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2011, p. 81.

periódicos aqui estudados. Mas essas questões foram suprimidas em função da adoção de uma narrativa meramente descritiva. Analisar os desastres socioambientais como uma ocorrência puramente de aspecto “natural” evita qualquer possível contratempo com os seus financiadores e com o corpo político vigente, com quem os impressos possuem uma estreita relação.

A segunda leva de reportagens construídas sobre a inundação de janeiro de 2009 refere-se à preocupação com o prejuízo econômico e a assistência aos atingidos pelas águas. O primeiro periódico selecionado foi o *Sem Censura*, com duas reportagens, intituladas “Cheias deixam 80 famílias sem casa” e “Governador acompanha situação das chuvas no Sul de Santa Catarina”. O segundo periódico elencado foi o *Diário Catarinense*, com menção a duas reportagens, intituladas “Relutância em deixar a casa” e “Família perde tudo”.

Figura 21 – Atingidos pela inundação de janeiro de 2009 e a presença do Governador do Estado de SC, *Sem Censura*



Fonte: Arquivo Histórico de Araranguá.

Figura 22 – Cobertura do *Diário Catarinense* sobre os atingidos pela inundação de janeiro de 2009



Fonte: Biblioteca Pública de Florianópolis.

A primeira reportagem selecionada pelo periódico *Sem Censura* registra os altos índices de chuvas por toda a região Sul Catarinense e os impactos causados à população local. Apenas no município de Araranguá, em dados preliminares, foram 900 desalojados e 650 desabrigados. Do qual, 300 estavam ilhados. A reportagem cita o drama de moradores que tiveram que deixar suas casas às pressas, como o caso de dona Custódia Ramos, que no dia 3 de janeiro dirigiu-se com seus três filhos pequenos e poucos pertences pessoais aos abrigos públicos. “Quando amanheceu o dia eu já arrumei algumas coisas e sai com meus filhos aqui para o Centro Comunitário do Bairro. Eu acordei e vi que estava enchendo tudo, daí não tinha como esperar pelo pior. Conta dona Custódia”²⁰⁷.

Na segunda reportagem o periódico relata que todas as ações cabíveis estavam sendo providenciadas pelo poder público local e estadual. Ao destacar a presença do Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), às margens da BR-101, submersa pelas águas, acompanhado de autoridades locais como o Prefeito de Araranguá Mariano Mazzuco (PP) e o Deputado Estadual Manoel Mota (PMDB), Luiz Henrique expõe suas preocupações com os possíveis impactos econômicos a uma quebra na safra de arroz, pois cada

²⁰⁷ CHEIAS Deixam 80 Famílias Sem Casa. *Sem Censura*. Araranguá, 05 de janeiro de 2009, p. 08.

dia em que as águas demoravam para baixar sinalizaria uma menor colheita para a região, que era o carro-chefe em termos de produção de arroz em Santa Catarina.

“Estamos vivendo um momento de queda na receita e aumento na despesa”, afirmou Luiz Henrique. [...]. A queda da arrecadação em dezembro foi de 95 milhões (reais) provocada pelas enxurradas de novembro. [...]. De acordo com Luiz Henrique, a estimativa de redução de 100 milhões (reais) em janeiro poderá se agravar. Principal região produtora de arroz, o Sul Catarinense teve lavouras atingidas que viraram verdadeiras lagoas. Segundo o governador, assim que o tempo permitir, serão deslocados alimentos e donativos que estão estocados em Criciúma. Luiz Henrique avalia que serão necessários dois ou três dias de tempo seco para a situação de tráfego das estradas ser reestabelecido²⁰⁸.

De acordo com a fala de Luiz Henrique, publicada pelo periódico *Sem Censura*, a assistência aos atingidos se fará mediante a doação de cestas básicas e demais itens (produtos de limpeza, colchões e roupas). Porém, a parte com maior destaque em sua fala remete às preocupações econômicas. O Estado de Santa Catarina mal havia enviado recursos financeiros destinadas ao Vale do Itajaí, região atingida por enchentes e deslizamentos em novembro de 2008, e, poucos meses após, uma grande soma era necessária agora, para os atingidos por desastres no Sul Catarinense. O desencontro entre a arrecadação e despesas possivelmente aumentaria em função dos prejuízos à safra de arroz.

Diagnosticam-se, na fala de Luiz Henrique, ações apenas de cunho imediatistas. Em nenhum momento são citadas, nas diversas reportagens, em todos os periódicos analisados, falas do Governador expressando a necessidade de se elencarem também a médio e longo prazo ações preventivas e mitigadoras de futuros desastres socioambientais. Sendo que, em praticamente todo ano, o roteiro de desastres por enchentes e inundações é o mesmo no Sul Catarinense. Este debate, além de possibilitar melhorias para a vida das pessoas que sofrem todos os anos habitando áreas de risco, também propiciaria a tão alardeada por Luiz Henrique redução de despesas econômicas mediante gastos em função de desastres. No entanto, em nenhum momento, o governador ressalta essas considerações em suas falas. Tampouco apresenta uma visão crítica acerca do modelo insustentável de interação com a natureza e, especificamente, com os rios, delineada historicamente no Estado de Santa Catarina.

Sobre este último aspecto, refletindo sobre a interação construída entre os seres humanos e os rios no Sul Catarinense, os historiadores ambientais Carlos Renato Carola e Nilso Dassi argumentam que se privilegiou uma lógica predatória do meio natural ao analisarem o processo de degradação ambiental do rio Mãe Luzia (um dos afluentes do rio Araranguá). Os rios, as

²⁰⁸ GOVERNADOR Acompanha Situação das Chuvas no Sul de Santa Catarina. **Sem Censura**. Araranguá, 05 de janeiro de 2009, p. 08.

florestas e seus demais seres vivos foram reduzidos, sob uma perspectiva utilitarista de vida, a meros “recursos naturais”. A exploração e sujeição da natureza eram etapas fundamentais para se atingir o tão sonhado progresso, amparado no uso da técnica e da ciência para se gerar produção de excedente e, conseqüentemente, lucro. Esta lógica desenvolvimentista com raízes no modelo de produção delineado na Inglaterra, por volta da segunda metade do século XVIII, a partir da Revolução Industrial, estrutura-se na região de estudo por meio da produção carbonífera, na qual “a ideologia do progresso induziu a população a acreditar que o ‘carvão mineral’ era o nosso ‘ouro negro’ e que a poluição dos rios era o custo necessário desse progresso”²⁰⁹.

O surgimento e o desenvolvimento das cidades situadas no extremo sul catarinense foram viabilizados por meio da exploração dos rios das bacias hidrográficas do rio Araranguá e rio Urussanga. Infelizmente, o progresso da colonização e da mineração foi alcançado com a degradação ambiental – desmatamentos e poluição dos rios com rejeitos piritosos – das bacias hidrográficas²¹⁰.

Ao mesmo tempo que paradoxalmente o município de Araranguá não sedimentou sua estrutura econômica atrelada à produção carbonífera, característica de parte dos municípios que formam a AMREC, entre eles, o principal representante é o município de Criciúma, curiosamente, o município de Araranguá sofre com os impactos ambientais deste modelo econômico, pois o rio Mãe Luzia que recebe altas cargas ácidas de rejeitos piritosos da produção carbonífera desagua no rio Araranguá, inerentemente, o poluindo. O progresso aludido à exploração do “ouro negro” em consonância ao acúmulo de capital concentrado nas mãos de uma elite político-econômica socializou com todo o Sul Catarinense os reveses ambientais deste modelo predatório da natureza, seja com a poluição dos rios, contaminação do ar, desmatamentos de vegetação nativa e as vidas de trabalhadores (perdidas em diversos acidentes causados nas minas devido a precárias estruturas de segurança).

Esta perspectiva centrada no lucro a curto prazo, vendida por uma elite político-econômica, através de slogans desenvolvimentistas como chave para a geração de emprego e renda, ainda se faz presente em uma parte significativa da população residente no Sul Catarinense. Porém, a degradação ambiental dos rios e o aumento de desastres socioambientais são apenas algumas das contradições deste modo insustentável de interação com a natureza.

As reportagens publicadas pelo periódico *Diário Catarinense* expõem parte das estratégias delineadas pelos moradores do bairro Barranca frente às sazonais enchentes e

²⁰⁹ CAROLA, Carlos Renato; DASSI, Nilso. **Era uma vez o rio Mãe Luzia...** Criciúma: UNESC, 2014, p. 25.

²¹⁰ CAROLA; DASSI, 2014, p. 18.

inundações do rio Araranguá. A primeira reportagem selecionada, intitulada “Relutância em deixar a casa”, narra o drama vivido pelo pedreiro José Carlos Henrique, então, com 44 anos de idade. Assim que o rio Araranguá registrou a subida de seu nível em função das fortes chuvas ocorridas no Sul Catarinense, José Carlos subiu todos os seus bens de valor para o segundo pavimento de sua casa e lá ficou aguardando até a inundação baixar. Porém, as águas beiraram uma proporção acima do esperado.

Estava confiante de que a enchente não chegaria ao segundo piso. Depois de muita insistência da mulher e dos quatro filhos, aceitou subir no barco e buscar terra firme. – A gente fica triste em deixar tudo pra trás. Não é fácil comprar as coisas e depois ver a água levar tudo – disse²¹¹.

Para os moradores do bairro Barranca que possuem uma condição financeira um pouco melhor, uma das primeiras medidas adotadas é a de construir uma casa com dois pavimentos. Para quando ocorrer o processo sazonal de cheias do rio Araranguá os bens de valor serem realocados no segundo pavimento e lá a família aguardar até o baixar das águas. Sobre esta estratégia adotada, argumenta a geógrafa com especialidade em Estudos Regionais, Gislane Coelho Bratti, ao entrevistar moradores do bairro, e conclui, em linhas gerais, sem mencionar um entrevistado específico:

As perdas e danos decorrentes das inundações são sempre materiais: alimentos, móveis, eletrodomésticos, colchões e roupas são perdidos por aquelas famílias que ainda não conseguiram fazer o segundo pavimento em suas residências. Nas casas em que há o segundo pavimento, os moradores alegaram que agora não há mais perigo, pois quando a água começa a subir eles já levam tudo para o 2º piso e assim não tem perdas²¹².

Percebe-se na análise de Gislane Coelho Bratti uma sensação de segurança aos que adotam tal estratégia por representar uma maneira de não perder bens de valor durante as inundações do rio Araranguá. No entanto, o desastre ocorrido em janeiro de 2009 atingiu proporções excepcionais forçando pessoas como José Carlos, apesar de certa resistência, a deixar sua casa devido à força das águas.

A segunda reportagem elencada pelo *Diário Catarinense*, intitulada “Família perdeu tudo”, denota para outra variante dos que sofrem com as inundações do rio Araranguá, os que não conseguem precaver-se mediante os constantes desastres que ocorrem no município.

²¹¹ RELUTÂNCIA em Deixar a Casa. **Diário Catarinense**. Florianópolis, ano 23, n. 8294, 05 de janeiro de 2009, p. 09.

²¹² BRATTI, 2008, p. 45.

Dois colchões, o guarda-roupa, o jogo de sofás e roupas velhas foi tudo que a família da costureira Eliete Pacífico Helena, 30 anos, salvou antes de ver a casa invadida pelas águas do rio Araranguá, na tarde de sábado. Ela, o marido e os dois filhos – de sete e 10 anos – ficarão os próximos dias no abrigo com os demais flagelados. Nem imaginam como irão reconstruir a vida. – Vamos esperar a água baixar para ver se sobrou alguma coisa. Quando saímos, a água já estava no teto – lembrou Eliete, enquanto os filhos brincavam no abrigo²¹³.

O caso de Eliete expõe uma outra parcela de moradores do bairro Barranca, com menor poder aquisitivo econômico, que não possui condições de construir uma casa com dois pavimentos. Alguns moradores procuram elevar o máximo possível suas casas de um pavimento com relação ao nível da rua. Mas essa medida é muito menos eficaz do que a primeira. Tanto que, quando o nível do rio sobe, estes moradores já iniciam o processo de procurar auxílio ou na casa de parentes e amigos ou, em último caso, recorrer aos abrigos públicos organizados pela PMA em conjunto com a Defesa Civil. Veremos a seguir no capítulo específico para analisar as entrevistas realizadas com os moradores do bairro Barranca que recorrer aos abrigos públicos é a última opção de parte significativa da população atingida.

O último conjunto de reportagens selecionadas diz respeito, mais uma vez, à volta à normalidade, que, no caso, significa o reestabelecimento do tráfego pela Rodovia BR-101. A população residente nas áreas atingidas ainda tinha muito trabalho a fazer com o retorno e limpeza de suas casas, e a contabilização dos bens materiais perdidos, sem falar nos impactos psicológicos de tal processo. As edições selecionadas datam do dia 7 de janeiro. O principal ponto salientado por todos os editoriais refere-se ao retorno de tráfego por automóveis de grande porte (caminhões e ônibus). A primeira reportagem é a capa do *Jornal da Manhã*: “Meia pista: tráfego liberado apenas para caminhões”²¹⁴. A segunda reportagem, publicada pelo *Diário Catarinense*: “Carros voltam à BR-101”²¹⁵. E, a terceira reportagem, publicada no *Sem Censura*: “BR-101 tem tráfego liberado para todos os veículos”²¹⁶.

²¹³ FAMÍLIA Perde Tudo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano 23, n. 8.292, 05 de janeiro de 2009, p. 05.

²¹⁴ MEIA Pista: tráfego liberado apenas para caminhões. **Jornal da Manhã**. Criciúma, ano 25, nº 7508, 07 de janeiro de 2009. Capa.

²¹⁵ CARDOSO, Ana Paula. Carros Voltam à BR-101. **Diário Catarinense**. Florianópolis, ano 23, n. 8.294, 07 de janeiro de 2009, p. 04.

²¹⁶ RECCO, Itaiônara. BR-101 Tem Tráfego Liberado Para Todos os Veículos. **Sem Censura**. Araranguá, 07 de janeiro de 2009, p. 07.

Figura 23 – Capa do *Jornal da Manhã* sobre o restabelecimento do tráfego na BR-101, janeiro de 2009



Fonte: Biblioteca Pública Municipal Donatila Borba (Criciúma).

Figura 24 – Reportagem do jornal *Diário Catarinense* sobre restabelecimento do tráfego na BR-101, janeiro de 2009



Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina (Florianópolis).

Figura 25 – Reportagem do jornal *Sem Censura* sobre restabelecimento do tráfego na BR-101, janeiro de 2009



Fonte: Arquivo Histórico de Araranguá.

De maneira geral, as reportagens elencaram pautas de análise muito semelhantes. O destaque é para o alívio de vários caminhoneiros que estavam ilhados às margens da BR-101 e que agora poderiam retomar sua rotina de trabalho, escoando as produções econômicas do Sul do Brasil. Outro ponto mencionado foi para a rápida vazão do rio Araranguá para o oceano Atlântico. Nas últimas 24 horas o rio baixara 2 m, graças ao canal extravasor aberto pela PMA no dia 5 de janeiro (conforme relatado no início deste tópico). Os periódicos também ressaltam que a assistência aos atingidos continua, principalmente, com materiais de limpeza, além da doação de cestas básicas.

Uma única menção que possibilita a reflexão em torno dos estratos humanos que atuam para potencializar os efeitos dos desastres socioambientais foi publicada na edição do dia 7 de janeiro pelo *Diário Catarinense*. Em uma tentativa de compreender por que a Rodovia BR-101 é tão vulnerável às inundações do rio Araranguá, a resposta é provocativa: o problema tem início desde 1971 (ano, justamente, de sua construção). Tinha-se pleno conhecimento antes mesmo de iniciar os trabalhos em torno da BR-101 que a área era de baixada e suscetível a cheias. O argumento para seguir com tal projeto reside na esfera econômica: “na época em que a BR-101 foi construída, os recursos eram menores e ela ficou em um nível baixo porque não tinha como fazer mais alta. Ela foi feita sabendo-se que corria o risco de inundação – explicou Avani Aguiar de Sá, supervisora do DNIT – unidade de Tubarão”²¹⁷.

²¹⁷ AZEVEDO, Tatyana. Área que Alaga é Problema desde 1971. *Diário Catarinense*. Florianópolis, Florianópolis, ano 23, n. 8.294, 07 de janeiro de 2009, p. 05.

Um dos principais expoentes da História Ambiental, o historiador Donald Worster, ao avaliar o modelo de agricultura predatório da natureza presente nos Estados Unidos no decorrer do século XX, com desmatamentos extensivos, alta carga de uso de agrotóxicos e uma demanda por água acima (em muitos momentos) das disponibilidades locais, sem esquecer a exploração presente nas relações de trabalho deste modelo centrado na monocultura, tece uma reflexão que cabe ao nosso tema de análise. Aproximando as reflexões de Worster para pensar o delineamento de modelos de ocupação urbana e a interação com os rios no mundo contemporâneo, cabe elencar uma perspectiva que “pare de pensar sobre o problema exclusivamente sob o ponto de vista de economistas e engenheiros e comece a aprender a lógica do rio”²¹⁸. Em título provocativo, chamando para a reflexão em torno da interação desordenada estabelecida entre as sociedades humanas modernas e a natureza, o autor propõe “pensar como um rio”. Nesse sentido, uma das chaves para elencar medidas para prevenir e mitigar novos desastres socioambientais no município de Araranguá está na mudança de perspectiva em torno da lógica que media a interação dos seres humanos com o rio Araranguá no Sul Catarinense. Compreender seus diferentes espaços, seja em momentos de menor vazão ou durante suas cheias sazonais, e adequar-se frente a estas dinâmicas pode ser um caminho.

No entanto, permanece uma ótica hegemônica predatória da natureza na BHRA, que possui problemáticas socioambientais em torno de constantes enchentes e inundações, impactos em função da rizicultura irrigada e da produção carbonífera, entre muitos outros.

Após o baixar das águas em janeiro de 2009, inicia-se o processo de contabilização dos prejuízos. O engenheiro ambiental, Rodolfo Batista Gomes, pontua que o AVADAN produzido pela Defesa Civil registrou:

3.429 pessoas desalojadas e 415 desabrigadas e um total de 54.119 pessoas afetadas na cidade de Araranguá. Danos significativos na agricultura, na rede de abastecimento de água e energia e também das vias de transportes foram constatados, fora os danos ambientais, materiais, culturais, psicológicos e financeiros destas famílias atingidas. Foram registrados outros locais atingidos, além dos bairros Barranca e Vila São José, conhecida como “baixadinha”, sendo eles, bairros: Alto Feliz, Cidade Alta, Centro²¹⁹.

Não é citado pelo autor o valor em termos quantitativos, no entanto, percebe-se o aumento de proporção do impacto se comparado ao desastre de maio de 2008. Tanto que as pautas de discussão em torno dos desastres socioambientais no município de Araranguá não se encerram após o baixar das águas. Enquanto o periódico *Diário Catarinense* adota o processo

²¹⁸ WORSTER, Donald. **Pensando Como Um Rio**. In: ARRUDA, Gilmar (org). **A Natureza dos Rios – História, Memória e Territórios**. Curitiba: Editora UFPR, p. 29.

²¹⁹ GOMES, 2011, p. 76.

de retorno à normalidade, aqui analisado também na inundação de maio de 2008, não relevando mais edições especiais para cobrir o tema, nos periódicos de âmbito local e regional, no *Sem Censura* e no *Jornal da Manhã*, esse processo é interrompido. Os impactos causados pela segunda maior inundação registrada na história do Sul Catarinense geram um amplo debate regional em torno de medidas que poderiam ser empreendidas para resolver a problemática das enchentes e inundações no município de Araranguá. A alternativa com maior apoio popular refere-se à Fixação da Foz da Barra do Rio Araranguá²²⁰. Veremos adiante a construção de um movimento favorável à realização de tal obra, seja pelo poder político regional, setor empresarial, sociedade civil e imprensa. Porém, antes de aprofundar essas questões, cabem algumas considerações, no capítulo a seguir, acerca das memórias construídas pelos moradores do bairro Barranca sobre as inundações analisadas.

²²⁰ A obra possibilitaria uma estabilidade de vazão do rio Araranguá para o Oceano Atlântico, diminuindo vertiginosamente o impacto das cheias registradas no sul catarinense. O que não acontece até o presente momento em função de características naturais da barra, que em muitos períodos do ano não apresenta profundidade mínima em sua foz.

5 “TU VAI TIRAR ESSA COMUNIDADE? TU VAI APAGAR UMA HISTÓRIA?”²²¹

Neste capítulo elenca-se o uso de entrevistas realizadas pelo autor com moradores do bairro Barranca acerca da problemática que envolve a ocorrência de enchentes e inundações em Araranguá. E, também, utilizar-se-ão entrevistas publicadas na obra *Nos Trilhos da Memória – A Ferrovia em Araranguá*, produzida pelos historiadores Micheline Vargas de Matos Rocha e Alexandre Rocha. Em linhas gerais, nos relatos construídos e coletados, percebem-se três temáticas recorrentes nas falas dos entrevistados que serão aqui aprofundadas: primeiro, a centralidade socioeconômica do bairro Barranca para o município de Araranguá, entre as décadas de 1920-1960, em função de a expansão do trecho Sul da EFDTC acarretar a construção de uma estação ferroviária no bairro; segundo: a percepção em torno dos impactos provocados por enchentes e inundações em Araranguá, a partir da década de 1970, em especial, no bairro Barranca, associados à desativação do trecho Sul da EFDTC que ligava os municípios de Araranguá-Criciúma, ocasionando o fim de investimentos e geração de empregos na localidade; e, terceiro: a estigmatização e isolamento social de sua população frente ao bairro ficar conhecido como um “local de enchentes”.

Para cumprir os objetivos propostos destaca-se a utilização da História Oral, enquanto metodologia, para compreender, além das interações construídas, com a natureza e, especificamente, com o rio, pelos moradores do bairro Barranca e, também, suas perspectivas em torno de propostas para mitigar e prevenir a ocorrência de novas enchentes e inundações. Nota-se que nas reportagens analisadas estes sujeitos históricos aparecem apenas na condição de desalojados e desabrigados, suscitando comoção e tristeza perante os prejuízos econômicos sofridos durante o desastre. Suas ideias e militâncias em torno de pautas para a superação das problemáticas socioambientais em Araranguá, simplesmente, nos jornais estudados, são desconsideradas. Porém, os moradores do bairro Barranca construíram uma particular visão histórica sobre os fatores que agravaram a ocorrência de inundações na localidade e quais deveriam ser as medidas aplicadas para solucioná-las. Intui-se aqui não a falsa pretensão de “dar voz” a estes sujeitos históricos, mas, sim, de analisar criticamente estas relações construídas no tempo e espaço.

A historiadora Verena Alberti argumenta que o recurso à oralidade para a prática de pesquisa em história não é uma especificidade exclusiva de historiadores dos séculos XX e XXI. Desde a Antiguidade, Heródoto, Tucídides e muitos outros utilizaram esse procedimento

²²¹ AFONSO, Daniel. Entrevista concedida à Jonatã Vieira Cledes. Araranguá, 10 de julho de 2023.

para escrever sobre acontecimentos de sua época²²², embora o considerado marco moderno da História Oral seja o ano de 1948, período em que ocorrem a invenção do gravador à fita e a formação da *Columbia University Oral History Research Office*. O objetivo do *Programa de História Oral* da Universidade de Columbia era coletar e arquivar, para pesquisas posteriores, entrevistas com homens públicos dos Estados Unidos.

Na década de 1960, em oposição à perspectiva histórica da escola metódica, que enfatizava o uso de fontes oficiais (escritas) para delinear a trajetória de setores dominantes da sociedade, ascende a chamada *História Oral “Militante”*. O enfoque buscava ressaltar a presença de maneira ativa de sujeitos históricos e classes sociais não representadas nos espaços de poder. Ao destacar a participação de camponeses, sindicalistas, operários, mulheres dentre outros, tinha-se o intuito de “dar voz às minorias e possibilitar a existência de uma ‘história vista de baixo’”²²³, como contraponto à narrativa linear que contemplava os grandes personagens, as grandes datas e os grandes fatos. Dos intensos debates acadêmicos provocados neste contexto, ocorrem reformulações metodológicas, seguidas de uma disseminação da História Oral na década de 1970, agora, não mais “militante” e, sim, “acadêmica”.

Com efeito, algumas das práticas e crenças da chamada História oral “militante” levaram a equívocos que convém evitar. O primeiro deles consiste em considerar que o relato que resulta da entrevista de História oral já é a própria “História”, levando à ilusão de se chegar à “verdade do povo” graças ao levantamento do testemunho oral. Ou seja, a entrevista, em vez de fonte para o estudo do passado e do presente, torna-se a revelação do real. Essa confusão aparece algumas vezes ainda hoje em trabalhos ditos acadêmicos²²⁴.

É neste contexto que a prática em História Oral que se disseminava pela Europa, Estados Unidos e América Latina ganha ênfase no Brasil. A partir das primeiras entrevistas realizadas pelo *Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC) da FGV, em 1975, e, também, no mesmo ano, com a criação do *Laboratório de História Oral do Programa de Pós-Graduação em História* da UFSC.

Nas décadas posteriores registraram-se as mais variadas temáticas de estudo abrangendo o recurso à oralidade. Defende-se, nesta pesquisa, não buscando retornar à prática de História Oral utilizada na década de 1960, e, sim, intuindo compreender as problemáticas socioambientais de meu cotidiano, que, além de questões locais, dialogam profundamente com

²²² ALBERTI, Verena. **Histórias Dentro da História**. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 156.

²²³ ALBERTI, 2008, p. 157.

²²⁴ *Ibidem*, p. 158.

dinâmicas de âmbito global. Propõe-se, amparado nas reflexões do historiador Marcos Fábio Freire Montysuma, a prática de pesquisa militante²²⁵, no sentido de que, enquanto historiadores, não estamos inertes diante do objeto de estudo elencado. Acerca de uma pretensa objetividade histórica e científica, há muito questionada, pondera o autor:

Tais perspectivas me incomodavam porque não via a menor possibilidade de discutir uma temática sem paixão, sem cumplicidade. [...]. Essa postura [...] fez-me compreender que podemos trabalhar sem sofrer, discutindo tudo que bem entendermos, bastando para isso nos comprometermos em deixar claro, de modo coerente, como construímos o referencial teórico-metodológico que sustenta nossas buscas²²⁶.

Fundamentado nas considerações tecidas por Montysuma, objetiva-se analisar criticamente as percepções construídas entre sociedade e natureza pelos moradores do bairro Barranca, no município de Araranguá, no contexto de intensificação dos impactos gerados por desastres socioambientais, sobretudo enchentes e inundações.

5.1 A CENTRALIDADE SOCIOECONÔMICA DO BAIRRO BARRANCA ENTRE AS DÉCADAS DE 1920-1960

O primeiro aspecto comumente relatado por moradores do bairro Barranca remete à localidade ter ocupado um espaço central no âmbito socioeconômico para o município de Araranguá, sendo o principal ponto de instalação de indústrias que geraram emprego e renda à população. Isto se deu, principalmente, pelo impulso de atração de investimentos em função da expansão do trecho sul da EFDTC que ligava os municípios de Araranguá/Criciúma.

O ramal férreo fora construído entre 1880-1884, ligando Lauro Muller aos portos de Imbituba e Laguna, conforme aponta o historiador Dorval do Nascimento²²⁷. O objetivo com tamanho investimento em infraestrutura era escoar a produção carbonífera localizada no Sul Catarinense para centros do país em processo de industrialização.

Com a intensificação de tal atividade econômica registram-se as primeiras extensões do ramal férreo. Sendo realizado o trecho entre Tubarão/Criciúma²²⁸ a partir de 1919 com tráfego

²²⁵ MONTYSUMA, Marcos F. Freire. **Subjetividade e história oral**: possíveis interações na autorização de cessão de uso de relatos. In: LAVERDI, Robson et al. **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. da UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012, p. 55.

²²⁶ MONTYSUMA, 2012, p. 56.

²²⁷ NASCIMENTO, 2000, p. 20.

²²⁸ Até então, distrito pertencente ao município de Araranguá. Emancipara-se pela Lei Estadual nº 1.516, de 4-11-1925. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/criciuma/historico>. Acesso em: 13 out. 2023.

provisório e, a partir de 1923, com o transporte de pessoas. De acordo com Micheline Rocha e Alexandre Rocha, sua expansão seguiu “avançando Araranguá adentro, chegando em Morretes (atual município de Maracajá, na época pertencente a Araranguá) em 1924 e na Barranca os trilhos foram assentados em 1926, tendo o tráfego iniciado no ano de 1928”²²⁹.

Particularmente, a estação ferroviária sediada no bairro Barranca não estava ligada ao transporte de carvão, pois a parte sul da BHRA sedimentou sua produção econômica no setor agropecuário, diferentemente da parte norte estruturada em torno do setor carbonífero. Mas este aspecto não foi um entrave para atrair investimentos econômicos para o município de Araranguá, conforme veremos a seguir.

Em seu relato, Daniel Viriato Afonso faz questão de iniciar sua fala destacando a centralidade socioeconômica ocupada pelo bairro Barranca, no processo de expansão urbana de Araranguá, no decorrer do século XX. Além de salientar que a construção da primeira central de energia elétrica do município, a empresa *Eletricidade Luz e Força de Araranguá S.A.*²³⁰, fora construída inicialmente no bairro, cita outros diferentes setores econômicos que ali também se instalaram em função do excedente de capitais gerados a partir da instalação do trecho sul da EFDTC.

As maiores empresas de Araranguá nos anos de 1930, 1940 e 1950 eram na Barranca. A Barranca tinha a Souza Cruz [hoje a BAT-Brasil – adendo do autor], que era a maior empresa de Araranguá na ocasião, tinha uma enormidade de funcionários. [...]. Ainda tem vestígios, né, que era ali onde depois veio a funcionar a INQUIL, que era uma outra indústria química que também funcionou na Barranca. [...] A Souza Cruz nessa época era maior empresa de fumageiro do Brasil e quiçá do Mundo, né, e se instalou na Barranca. O Giacomio Mazzuco, que é [sobrenome] de italiano, pai do Mariano [Mazzuco. Ex-prefeito de Araranguá – adendo do autor], se instalou na Barranca e ali construiu todos os seus pavilhões, e não eram poucos pavilhões, eram muitos pavilhões. Que naquele tempo dos anos de 1940 e 1950, era uma enormidade em termos de indústria. Então, a Barranca tinha a Souza Cruz, tinha o Mazzuco, tinha também imóveis que pertenciam à antiga Sadia, que era, justamente, essa questão de investimentos. E o seu Becker também, o seu Ivan Becker era na Barranca²³¹.

É perceptível na fala de Daniel uma preocupação em apontar a centralidade do bairro Barranca para a formação histórica do município de Araranguá. Inclusive, pontua que em alguns momentos “ela (bairro Barranca) tinha um movimento que competia até com Araranguá porque dali chegavam todas as mercadorias que vinham do Norte. Tudo que vinha de Laguna,

²²⁹ ROCHA, Alexandre; ROCHA, Micheline Vargas de Matos. **Nos Trilhos da Memória - A Ferrovia em Araranguá**. Araranguá: Ed. do Autor, p. 59.

²³⁰ Na década de 1980 foi incorporada ao Governo do Estado, compondo a CELESC. Disponível em: <https://www.celesc.com.br/home/historia#seculo-xx>. Acesso: 16 out. 2023.

²³¹ Afonso, Daniel V, *op. cit.* Entrevista.

Tubarão, Imbituba, dos portos, vinha pela Barranca”²³². O entrevistado, além de ser natural da localidade (atualmente não reside mais no bairro), alternou entre sua atividade profissional, ligada ao direito, mandatos como vereador pelo PP, atuando no legislativo municipal no período de ocorrência das inundações de 2008 e 2009, aqui estudadas. Ademais ao destaque para a instalação de grandes empresas nacionais, como a Souza Cruz, o bairro também foi sede de importantes setores econômicos locais, como a instalação do restaurante e hotel, Becker, tendo funcionado inicialmente na Barranca e depois deslocando-se para o bairro Cidade Alta.

O irmão mais velho de Daniel, chamado Davi Moreira Afonso, então, com 65 anos de idade, entremeia em suas memórias do bairro Barranca as brincadeiras de infância envoltas em atividades ao ar livre, como: futebol, bolinha de gude, soltar pipa, nado no rio Araranguá, entre muitas outras. A união entre os moradores é algo muito forte em sua fala. Outro ponto a ser destacado remete à abundância do rio Araranguá. “Eu pequeno cansei de ver eles pescarem bagres de 15 kg, 12 kg, bagre aqueles cabeçudos que a turma dizia, tainha na rede era..., a quantidade de peixes era totalmente diferente. Tanto é que dizem que o boto entrava aqui dentro (no rio), vinha atrás da tainha”²³³. Conforme relata Davi, a Barranca nesse período era de ouro²³⁴.

Em meio ao fluxo de diferentes pessoas que chegavam ao município através da estação ferroviária, Davi argumenta que muitas crianças ganhavam um pequeno valor ajudando os passageiros a carregarem as suas malas, seja até hospedagens, rodoviária etc., embora houvesse tempo para as traquinagens de infância, conforme relata:

E a diversão nossa, né. Vinha um passageiro aqui, o passageiro com as bolsas: “leva na rodoviária?” A gente pegava as bolsinhas deles, as malas, passava a balsa levava lá, pegava um trocadinho, voltava. [...]. Ia ali, encostava ali, já se preparava e daí nós começava a brincar nesses trens tudo, né. Corria por dentro e vinha, ganha corridão do seu Tônico, ganha corridão do Agenor Miranda, corridão dos maquinistas²³⁵.

Assim como o seu irmão, Davi não reside mais na Barranca, mas mantém um mercado na localidade estando presente todos os dias da semana no bairro, mantendo contato com os antigos e novos moradores. No momento exato desta fala, um cliente entra no mercado (a entrevista foi realizada em horário de trabalho) e questiona: “e o dia que vocês roubaram o trole?”²³⁶.

²³² Afonso, Daniel V, *op. cit.* Entrevista.

²³³ Afonso, Davi. Entrevista concedida à Jonatã Vieira Clemes. Araranguá, 23 de agosto de 2023.

²³⁴ Afonso, Davi, *op. cit.* Entrevista.

²³⁵ Afonso, Davi, *op. cit.* Entrevista.

²³⁶ Carro-trolley: utilizado para a inspeção das linhas férreas diariamente com técnicos e especialistas a fim de diagnosticar e avaliar as condições dos trilhos em busca de trincas e fissuras, além das condições gerais dos

O trole eu roubei pouco é! O trole nós batia na Guarajuva (atual Maracajá) com o trole, roubava o trole! O trole é tipo um bondinho que tu fazia assim, ó (mostrou o movimento) e andava. Nós pegamos aquele trole e fomos embora, eles correram atrás de nós e não alcançaram. E o medo daí! Vamos pra frente! A hora que vimos já tava perto do Maracajá na Guarajuva! E agora pra voltar com esse trole? Nossa, rapaz²³⁷.

Nas muitas bagunças de crianças, narradas por Davi, o “roubo do trole” era apenas uma das traquinagens de meninos que, por vezes, atrasavam os trabalhos a serem desempenhados na linha férrea. No entanto, ao mesmo tempo que ri ao se recordar das aventuras passadas, faz questão de frisar o companheirismo entre os moradores, em que os laços de amizade eram considerados como uma extensão das relações familiares.

Quando o meu tempo de solteiro, a Barranca era um bairro muito unido, sabe o que é unido? Porque é um bairro pequeno e todo mundo se conhecia. Na Barranca todo mundo conhece todo mundo. No meu tempo, eu saía, se chegasse em casa ali “eu vou tomar café na dona Cotinha, não vou lá na dona Zilda, não, vou lá na dona Irma”, os amigos eram todos como irmãos. Tomava café na casa de um, na casa de outro e quando a gente saía, saía assim de: “vamos lá no Centro? Vamos ao Cine Rox?” Nós íamos em 10, 12, 15!²³⁸

O saudosismo ao rememorar os anos de infância e início da vida adulta intercala as sociabilidades, marcadas por união entre as pessoas, fartura do rio Araranguá e agitação causada entre as partidas e chegadas do trem. No mesmo tom adotado por Davi, Radnor José Alves, conhecido no bairro como seu Nino, de 86 anos de idade, entre uma frase e outra, constantemente dizia “mas a Barranca era muito bom, rapaz!”²³⁹. Seu Nino é natural de Pedras Grandes, à época pertencente ao município de Tubarão. Veio morar na Barranca na década de 1950, em função de seu pai vir para a localidade trabalhar na estrada de ferro. Além de ter trabalhado na estrada de ferro com seu pai por um tempo, seu Nino trabalhou na Souza Cruz e, por três décadas na empresa de farinha da família Mazzuco. Ao rememorar sua chegada em Araranguá, faz o seguinte relato:

Quando cheguei em Araranguá, nunca me esqueço, eu me sentei em frente à casa do seu Paolino, tinha um banquinho e um pé de Gabiroba. Eu cheguei e me sentei ali,

dormentes. Antigamente tinha sua propulsão proporcionada pela força humana de dois homens em um sistema de alavanca, hoje em dia possuem motores elétricos ou a combustão. Disponível em: <http://www.2bfv.eb.mil.br/index.php/pt/npor/2-uncategorised/153-carro-trolley-ou-hand-car#:~:text=Utilizado%20para%20a%20inspe%C3%A7%C3%A3o%20das,das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20gerais%20dos%20dormentes>. Acesso: 17 out. 2023.

²³⁷ Afonso, Davi, *op. cit.* Entrevista.

²³⁸ Afonso, Davi, *op. cit.* Entrevista.

²³⁹ RADNOR, José Alves. Entrevista concedida à Jonatã Vieira Cledes. Araranguá, 31 de julho de 2023.

olhando pro rio aquelas tainha pulando! Nunca tinha visto nem tainha! Nossa! Peixe ali pulando daquele jeito, rapaz!²⁴⁰

Conforme argumentado por Verena Alberti, não se busca entender os relatos aqui expostos como se fossem considerados uma inteligibilidade histórica sem a necessidade de antes cruzá-las com outras fontes e exercer o véu da análise crítica. Tampouco pretende-se dar voz aos moradores da Barranca. Veremos no decorrer desta pesquisa que em momentos de tensão eles são capazes de organizarem-se e reivindicarem suas pautas por si próprios. O objetivo aqui não é ser um porta-voz dos anseios da localidade, mas compreender historicamente suas perspectivas e vivências articuladas à temática de desastres.

De acordo com a historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto, “o relato oral pode ser lido como um texto em que se inscrevem desejos, normas e regras e, também, apreendem-se fugas; em suma, deve ser trabalhado, tecido e passível de ser lido como um texto articulador de discursos”²⁴¹. A ênfase à centralidade socioeconômica e aos fortes laços de união em muito pode estar ligada às problemáticas atuais pertinentes ao bairro encontrar-se isolado socialmente, com o aumento de casos envolvendo violência e tráfico de drogas e, também, com a ausência de investimentos locais capazes de gerar emprego e renda para a população. Esse aspecto será aprofundado no último tópico de análise deste capítulo.

Embora em muitos dos relatos pesquisados e construídos se ressalte facilmente a forte união entre os moradores, cabe não se cair em romantizações silenciando os conflitos que por vezes ocorriam. Sendo uma pequena localidade, onde de fato todos se conheciam, as disputas políticas, em alguns momentos, extrapolaram limites saudáveis, inclusive, ocasionando o rompimento entre familiares. Dentre as rivalidades partidárias, estudadas na obra *Nos Trilhos da Memória*, destaca-se a briga entre dois irmãos situados em lados políticos opostos: um apoiador da Arena (Aristides) e o outro do PMDB (Cantídio). Este último efetua disparos com uma arma de fogo no irmão, mas não o acerta. Após o ocorrido nunca fizeram as pazes²⁴².

Dona Juraci Córdova, moradora da Barranca desde os 17 anos, a qual desempenhou a atividade laboral de costureira, então, com 85 anos de idade, quando concedeu entrevista para compor a referida obra, citada no parágrafo anterior²⁴³, relata que, por vezes os momentos de lazer eram interrompidos por conflitos entre moradores, “eles faziam bailes nas casas, umas

²⁴⁰ Alves, *op. cit.* Entrevista.

²⁴¹ NETO, Regina Beatriz Guimarães. **Historiografia, Diversidade e História Oral**: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson et al. **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. da UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012, p. 17-18.

²⁴² ROCHA; ROCHA, 2022, p. 110.

²⁴³ Os historiadores Micheline Rocha e Alexandre Rocha ponderam que as entrevistas foram realizadas entre os anos de 2015 e 2021, porém a data precisa da realização da entrevista de dona Juraci não é especificada na obra.

casas que tinham uma sala maior, faziam baile ali. Mas era muita avacalhação, qualquer coisinha já estavam brigando, já estavam se estranhando. Aqui na Barranca é um povo muito desunido, o povo não tem união”²⁴⁴. Possivelmente, havia rixas e disputas familiares, misturadas ao caldeirão da política, silenciadas após o transcorrer do tempo.

Sem cair em romantizações e idílios acerca das vivências construídas pelos moradores da Barranca na localidade, intui-se articular aspectos relatados sobre a fartura da natureza, especialmente do rio Araranguá, os fortes laços de união e os investimentos socioeconômicos gerados pela chegada da EFDTC ao conceito de *topofilia*, conforme argumentado pelo geógrafo Yi-Fu Tuan, no qual:

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. [...] A resposta pode ser tática: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o locus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida²⁴⁵.

Estes laços afetivos construídos entre os moradores da Barranca com o meio ambiente, de acordo com Yi-Fu Tuan, são capazes de nascer em pequenas localidades e espaços, em que grupos e indivíduos compreendem as particularidades e dinâmicas do meio no qual estão inseridos. Seja nos ciclos de alta e baixa vazão do rio Araranguá, ocasionando períodos cíclicos de maior e menor presença de peixes, e, também, a simbiose que gera a sensação de pertencimento que interliga a razão de ser do indivíduo, aos grupos que compõem o seu meio social e a natureza que o cerca. O apego emocional a um lugar é fundamental para a construção de identidade do indivíduo.

Mas Yi-Fu Tuan alerta, ao analisar a *topofilia* construída entre agricultores e seu local de trabalho:

E “A terra é amiga e inimiga; é as duas coisas. A terra dirige meu tempo e meus estados de ânimo; se a colheita vai bem, eu me sinto bem, se há problemas com ela, há problemas comigo”. O trabalhador rural não emoldura, a natureza em lindos quadros, mas pode estar profundamente consciente da sua beleza²⁴⁶.

Nesse sentido, podemos articular a reflexão de Yi-Fu Tuan para pensar a localidade do bairro Barranca, pelo fato de que, quando os ciclos da natureza e, principalmente, do rio Araranguá, não são alterados significativamente, a população vai bem. Porém, quando os

²⁴⁴ CÓRDOVA. In: ROCHA; ROCHA, 2022, p. 186.

²⁴⁵ TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980, p. 107.

²⁴⁶ TUAN, 1980, p. 112.

desmatamentos e a ocupação de áreas de risco passam a afetar a capacidade de retenção de suas cheias sazonais, causando inundações progressivas em sua capacidade de impacto à vida humana, se tem uma desestruturação socioeconômica da localidade, conforme veremos no próximo tópico.

5.2 A PERCEPÇÃO ACERCA DE ENCHENTES E INUNDAÇÕES

De acordo com os relatos coletados e construídos, os principais fatores que propiciaram a queda da centralidade socioeconômica do bairro Barranca, perante o município de Araranguá, foram: a desativação do trecho sul da EFDTC ocorrida no mês de março de 1969; e o aumento no impacto causado por inundações, sendo o maior desastre socioambiental da história do município de Araranguá registrado no ano de 1974.

Com relação à desativação do ramal férreo, situado no bairro Barranca, atribui-se como justificativa a substituição na utilização de ferrovias, como meio de escoar as produções econômicas no Extremo Sul de Santa Catarina (e do Brasil, de maneira geral), por rodovias. Tal plano foi efetivado pela Ditadura Militar que se instaurara no país a partir do golpe de 1964. Tanto que, logo no ano de 1971, se inaugura a Rodovia BR-101, interligando o Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cortando o município de Araranguá, não mais passando pelo bairro Barranca, mas, sim, agora pelo bairro Cidade Alta.

Especificamente para Araranguá esta mudança não afetou as dinâmicas socioeconômicas do município. Porém, para a Barranca, representou o deslocamento de uma série de empreendimentos que geravam emprego e renda para a população do bairro que, a partir dos anos de 1970, se deslocaram para outros bairros capazes de absorver suas demandas econômicas. Foi o caso do Hotel Becker, que se instalou às margens da Rodovia BR-101. As pessoas que asseguravam a sua sobrevivência em função das atividades geradas pelas chegadas e partidas do trem tiveram que encontrar alternativas, muitas vezes, fora do bairro Barranca, pois a localidade já não era capaz de absorver uma grande quantidade de mão de obra.

Sobre os impactos ocasionados por enchentes e inundações, é importante ressaltar que pelas características de o bairro Barranca estar localizado em uma área de baixada do sinuoso rio Araranguá, se têm registros de ocorrências com uma relativa frequência durante, praticamente, todos os anos dos séculos XX e XXI, para citar algumas: 1923, 1928, 1948, 1965,

1974, 1977, 1983, 1984, 1985, 1993, 1994, 1995, 2000, 2001, 2004, 2005, 2008 e 2009²⁴⁷. No entanto, é após o desastre de 1974 que se passa a discutir alternativas para mitigar e prevenir seus efeitos devastadores frente à população do município de Araranguá, em especial, dos moradores da Barranca.

Quando perguntado sobre as lembranças acerca da ocorrência de enchentes e inundações na Barranca, seu Nino é categórico ao afirmar que nunca vivenciou nada parecido como a inundação de 1974. A proporção do desastre o pegou desprevenido. Pela primeira e única vez ele, em conjunto com sua família, foi obrigado a deixar sua casa até as águas baixarem. Importante frisar que nem todas as casas da Barranca sofrem constantemente com as cheias do rio Araranguá. A residência de seu Nino fica numa área um pouco mais alta, se comparada às áreas mais problemáticas. O fato de as águas terem atingido sua residência evidenciam a proporção do desastre.

A [inundação] de 1974 aí então que acabou. A de 1974 deu água na minha casa, na metade da casa lá. Então, a de 1974 que foi a maior enchente que deu. Quase todo ano eu pegava enchente ali, mas era pouca, porque também a plantação ali de arroz como era, plantava primeiro mandioca e milho, e feijão e tudo, pararam de plantar pra plantar arroz. Tava toda vida a terra encharcada de água. Então, era a fase de encher, mas enchia pouco, não enchia muito. Mas a de 1974 não teve jeito, a de 1974 deu água que Deus o livre, rapaz²⁴⁸.

Seu Nino conta que este foi o único desastre em que perdeu alguns bens, pois como considerou a inundação inesperada, não levantou parte dos seus móveis a tempo (prática comum feita pelos moradores até hoje). A solução foi ficar na casa de parentes até as águas baixarem. Ao retornar para a sua residência após transcorrido o desastre, seu Nino desabafa: “me deu uma tristeza que me deu vontade de sair..., de taca-lhe fogo em tudo e ir embora! (rs)”²⁴⁹. (Para não passar despercebido, no tópico seguinte aprofundaremos a noção de construção da situação de risco, conforme fica candente no relato de seu Nino ao dar a entender que caso já houvesse canchas de arroz irrigado a situação poderia ser pior).

Ao ser questionado sobre a ocorrência de outras inundações, seu Nino conta que, particularmente, não sofreu com nenhuma outra. Já, Davi, após relatar um caso muito conhecido na Barranca remetente à inundação de 1974, em que seu pai e outras pessoas dormiram por uns

²⁴⁷ Obras que fazem referência aos desastres citados: BRATTI, Gislane Lummertz Coelho. **Vulnerabilidade dos moradores do bairro Barranca em Araranguá - SC, às inundações do Rio Araranguá**. 2008. 60f. Monografia (Especialização em Geografia com Ênfase em Estudos Regionais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008; ROCHA, Alexandre; ROCHA, Micheline Vargas de Matos. **Nos Trilhos da Memória - A Ferrovia em Araranguá**. Araranguá: Ed. do Autor, 2022. E jornais pesquisados no Arquivo Histórico de Araranguá: *O Sul, Nosso Tempo, Folha do Vale, Tribuna do Vale, O Tempo Diário e Sem Censura*.

²⁴⁸ Alves, Radnor J., *op. cit.* Entrevista.

²⁴⁹ Alves, Radnor J., *op. cit.* Entrevista.

dois dias em cima de sacas de farinha de mandioca, dentro do pavilhão de produção, pois não saíram da Barranca a tempo e ficaram ilhados, apenas se alimentando com farinha até chegar o resgate, relatou que se recorda da inundação de janeiro de 2009, como a segunda pior a qual experienciou e que tem até um caderno específico onde anota as características de cada inundação que ocorreu na localidade. “Aqui no mercado em 2009 passou em cima desse caixa (referência ao nível da água, aproximadamente 1 metro de altura dentro do mercado), passou aqui em cima. Ela só perdeu pra de 74. A de 74 eu também tava aqui, né. Eu tinha 16 anos. A de 74 deu 40 centímetros maior que essa. Eu anoto quase tudo, né!”²⁵⁰

O que lhe chamou atenção foi o fato de que entre as 8 horas da manhã até 19 horas da noite, a água havia subido em torno de 20 centímetros, não oferecendo ameaça, a princípio. Porém, ele questiona: “então, como? Em quase 12 horas aumentou 20 centímetros (o nível d’água), como é que em 1 hora e meia aumentou um metro e pouco, quase um metro e meio?”²⁵¹

2009 eu perdi bastante. Eu não levantei, né (as mercadorias a um nível seguro contra a água – adendo do autor), não deu tempo, não deu tempo porque eu pensei que não ia dar (inundação). Mas assim, dizer que perdi..., porque eu vim aqui pra dentro sozinho, até não morri por sorte, nem energia desliguei e a hora que eu vi a água, e tinha fio em baixo tudo, e comecei a tirar ali, tipo, uma prateleira e fui botando (as mercadorias) pra cima. Mas teve freezer, carvão, coisa aí e não deu mais tempo, daí foi boiando. Mas um monte de coisa eu levantei, né²⁵².

O aspecto que impressionou Davi Moreira Afonso foi o pico incomum de vertiginosa subida do nível d’água, que ocorreu por volta das 19 às 21 horas (o entrevistado não especificou o dia). Geralmente, a cheia do rio Araranguá é lenta e gradual, questão, justamente, ressaltada pelo entrevistado. Esta diferente característica apresentada na inundação de janeiro de 2009 pegou muitas pessoas desprevenidas.

Uma das hipóteses argumentadas pelo entrevistado para explicar a alteração de padrão na ocorrência da inundação de janeiro de 2009 reside na possibilidade de abertura da *Barragem do Rio São Bento*²⁵³, localizada no município de Siderópolis. A obra foi inaugurada no ano de 2006, com o intuito de assegurar acesso hídrico para a região carbonífera e controlar o impacto das cheias em períodos de chuvas intensas.

²⁵⁰ Afonso, Davi, *op. cit.* Entrevista.

²⁵¹ Afonso, Davi, *op. cit.* Entrevista.

²⁵² Afonso, Davi, *op. cit.* Entrevista.

²⁵³ Operada pela CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), em Siderópolis. Inaugurada em 2006, a barragem é considerada o maior reservatório de água da Região Sul, com um lago artificial de 450 hectares e capacidade de 58 bilhões de litros de água. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/barragem-no-rio-sao-bento-impede-inundacao-e-garante-abastecimento-na-regiao-sul/>. Acesso em: 9 nov. 2023.

Ela subiu rápido. O Daniel não gosta de lembrar porque o Daniel ficou aqui e a gente tava conversando. Quando eu saí daqui era 7 horas da noite, a água tava lá no pneu da caminhonete. Tu sabe que horas que ela... era 8 horas da manhã ela tava numa casa ali. Então, ela subiu das 8 da manhã às 7 da noite, em torno de 20 centímetros. Das 7 da noite até as 9 e pouca, a hora que eu cheguei aqui, tu botasse na cabeça? Quando eu cheguei aqui que o Daniel me chamou, 9 horas [noite] eu vim aqui tava entrando aqui dentro. Olha só a altura que subiu em 2 horas! Alguma coisa aconteceu, né. Como? Dá onde? Me disseram que abriram a Barragem em São Bento. Então, nós calculamos mais ou menos a velocidade da água lá da Barragem São Bento, que largaram a água daí veio um trambolho, como diz o outro, né. Quando chegou aqui deu mais ou menos umas 4 horas, viajou 4 horas pra chegar aqui. Umas 3 horas e pouco a velocidade pra chegar aqui, a hora que chegou aqui já tava tudo cheio, tu sabe, daí só transbordou, né. E daí a passagem dela, exemplo, se ela encheu hoje de noite, encheu o rio, uma enchente normal. Então, ela só vai baixar daqui, vamos supor, hoje é quarta? Lá pra sexta-feira vai começar a baixar. E aquela não, transbordou hoje, no outro dia de tarde a água já tava quase sem água de novo. Quer dizer que foi uma coisa..., e o quê que veio fazer os carros lá, umas caminhonetes deles que tinha, tavam aqui na Barranca olhando aqui. O que eles vieram fazer aqui? Eu olhei, ainda tava escrito o nome lá da Barragem São Bento. Eles tavam aqui olhando pra ver qual foi a consequência de eles largar (água) lá, né, mas ninguém falou nada. Ninguém disse nada. Falei pra turma aí e um monte de gente ah...²⁵⁴

De fato, conforme relatado por Davi, não há menções nos periódicos consultados sobre a abertura da *Barragem do Rio São Bento*. Não foi um aspecto, inclusive, ressaltado como hipótese em nenhuma reportagem. Porém, ao mesmo tempo que cabe a necessidade de maiores estudos para compreender o impacto que tal obra pode gerar para intensificar os desastres na região, há de se ressaltar que pelo menos a temporalidade da cheia, quando analisada nas reportagens elencadas, aparentemente não apresentou alterações. De qualquer forma, é um ponto que merece atenção, pois pode significar uma profunda alteração nas dinâmicas dos desastres socioambientais para o município de Araranguá. E, conforme ressalta o historiador Alfredo Ricardo Silva Lopes, este fator adiciona:

Outro condicionante de vulnerabilidade, pois o rio Jordão que antes não oferecia risco, agora é o canal por onde o transbordamento da barragem chega ao mar. Em cenários como este, as práticas conhecidas pela população local para lidar com a enchente se tornam obsoletas, pois tais iniciativas inscritas no nível individual são desenvolvidas em relação à ocorrência dos desastres com base na própria experiência e na memória coletiva local²⁵⁵.

Assim como na fala de Davi, outros entrevistados relataram que as inundações fortalecem os laços sociais e afetivos entre os moradores do bairro Barranca. Terezinha Cecconi, ao conceder entrevista para a obra *Nos Trilhos da Memória*, argumenta:

Era muita união na Barranca. Acredito que seja por causa das enchentes, pois precisava de união naquelas horas, tinha que se unir pois precisava um do outro. Na

²⁵⁴ Afonso, Davi, *op. cit.* Entrevista.

²⁵⁵ LOPES, 2015, p. 272.

hora que precisava tirar as coisas de casa, todo mundo ajudava. Precisava levantar ou tirar móveis, iam ajudar. Era na hora da tristeza, na hora da alegria. Se tornou, assim, um povo muito amigo. A gente não era vizinho, mas parecia da mesma família²⁵⁶.

Os mutirões, seja para a retirada de móveis antes da chegada das águas ou para a limpeza das casas após transcorrida a inundação, é uma constante nos relatos acerca das vivências construídas sobre os desastres. Este conjunto de saberes construído por meio da experiência e passado de geração a geração nos possibilita a análise em torno da capacidade de resiliência erigida pelos moradores do bairro Barranca.

De acordo com o geógrafo Craig Colten, a memória social construída pelos que sofrem periodicamente com a ocorrência de desastres socioambientais, é fundamental para delinear estratégias tanto de prevenção quanto ações durante e após o desastre para o pronto restabelecimento da comunidade afetada. Fundamentado no também geógrafo, Thomas Wilbanks delimita o que seriam quatro elementos-chave da resiliência, presentes nas ações tecidas pelos moradores da Barranca, frente às constantes inundações que atingem a localidade: “(1) a capacidade de antecipar eventos disruptivos, (2) a capacidade de responder a eles de forma eficaz, (3) os mecanismos para se recuperar deles de forma equitativa e eficiente, e tomar medidas para (4) reduzir vulnerabilidades a eventos futuros”²⁵⁷.

No entanto, há diferenciações entre os que se previnem, agindo assim que os primeiros avisos ocorrem, e os que sempre acreditam que a inundação não irá ocorrer. Conforme argumenta Davi, em diálogo com uma cliente que chega no mercado, quando questionado sobre as ações efetuadas pelo poder público durante o desastre.

DMA: Vem. A de 74 era bem menos, porque tinha bem pouco..., assim..., mas o resto aí, rapaz! Tinha caminhão sobrando! Caminhão aí que eles não tiram porque não querem! Tem um monte de neguinho aí que caminhão vem e fica aqui parado e eu tô aqui de prova. É verdade ou não é? [Para cliente que acabou de entrar no mercado]. **Cliente/Mulher:** A maioria não quer sair, né. **DMA:** A maioria diz: “não, não vai dar nada, não vai dar nada”. Daí na hora que deu: “ai, ai, ai, ai! Chama o caminhão”. De noite, escuro, com chuva. Não adianta chamar mais nada..., agora já foi, já era. Mas tu vai ver uma coisa, a maioria diz que perdeu tudo, ele tá lá no boteco, em vez de tarde tá tentando tirar (os bens de casa), ele tá lá no boteco bebendo. [...] **Cliente:** Eu sou uma das primeiras a sair. **DMA:** É como dizem: “perdi tudo. Mas perdesse o quê, mulher? Se tu não tinha nada!”²⁵⁸.

²⁵⁶ ROCHA; ROCHA, 2022, p. 184.

²⁵⁷ COLTEN, Craig E.; HAY, Jenny; GIANCARLO, Alexandra. Colten. 2012. Community resilience and oil spills in coastal Louisiana. **Ecology and Society**, v. 17, nº 3, p. 5. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol17/iss3/art5/>. p. 02.

²⁵⁸ Afonso, Davi, *op. cit.* Entrevista.

É perceptível uma diferenciação entre os moradores da Barranca acerca das ações empreendidas antes, durante e após o desastre. Há os que, ao primeiro sinal de inundação, sobem seus bens de valor para o segundo pavimento de suas casas (quando possuem uma condição financeira um pouco melhor) e ficam lá até as águas baixarem. Há os que levam seus bens de valor para a casa de parentes ou amigos (em geral, pessoas que residem em casas de um pavimento) e lá ficam até poderem retornar com segurança. E há os que, sem a alternativa de ficar na casa de parentes ou amigos, recorrem aos abrigos públicos organizados pela PMA e Defesa Civil. É perceptível nos relatos analisados que os moradores só vão para os abrigos quando não possuem outra alternativa.

Ao mesmo tempo que são acometidos por uma tristeza quando os moradores presenciam o impacto causado pelas águas, é preciso iniciar o processo de limpeza mesmo quando ainda resta um filete de água dentro dos imóveis atingidos. Questionado sobre o que sentiu ao ver seu mercado inundado, Davi me questiona: “tu já visse uma tragédia? Eu meio que acostumado, né. Mas tu já pensou, tu entrar, abrir a porta do mercado, a minha porta era ali, que eu entrei, fui abrir, já não conseguia abrir a porta. Já tudo trancado, tudo boiando”²⁵⁹. Percebe-se na fala do entrevistado que a consternação não pode durar muito, a observação do nível das águas é fundamental para iniciar o processo de limpeza.

O problema é que quando tá descendo a água tu já tem que vir olhando, né. Porque a maioria já aproveita a água da própria enchente pra ir lavando já, né. Tu tem que vir lavando porque se tu deixar secar tu tá ferrado. [...] Meio metro de água tu tem que vir embora correndo, pra ir lavando a parede pra tirar o lodo que fica colado, porque senão, se deixar grudado tu nunca mais tira, daí o pessoal vem e vassoura, vassoura, né. Vai tirando a pantaneira que tem em cima, se não quando descer vai ficar um fedorão que olha. Tu tem que lavar a casa. Tu já vai lavando a casa. Vai que não fique dois ou três dias sem água ainda, porque é uma encrenca a água. Então já aproveitava a [água] própria da enchente e já vai tirando²⁶⁰.

Algumas percepções de Davi contrastam com as ações empreendidas por Janaína Melo Alexandrino, então diretora da EEB Prof. Otília Da Silva Berti, localizada no bairro Barranca, e Gisele Cardoso, à época assistente educacional da mesma instituição de ensino.

Janaína relembra que os procedimentos realizados na escola para lidar com as cheias do rio Araranguá eram aprendidos com a população do bairro. Assim como os moradores da Barranca levantavam seus pertences a um nível seguro, o mesmo procedimento era adotado pelos funcionários da escola. Principalmente pelo corpo administrativo, envolvendo a direção e secretaria, em conjunto com os funcionários de serviços gerais. Especialmente, a inundação

²⁵⁹ Afonso, Davi, *op. cit.* Entrevista.

²⁶⁰ Afonso, Davi, *op. cit.* Entrevista.

de janeiro de 2009 ocorreu durante as férias escolares, não tendo a presença do corpo docente, pois muitos são contratados apenas no início do ano letivo. Janaína relata que a principal preocupação foi levar para o segundo pavimento da escola os documentos escolares. Os móveis, como eram mais pesados, foram elevados de acordo com as possibilidades. A maioria dos funcionários da escola que atuaram durante o desastre eram mulheres. Apenas um homem é citado, mas já se tratando de um senhor, possivelmente com algumas limitações físicas em função da idade.

JAM: Então, a gente levanta todo o mobiliário. Com relação aos papéis de alunos, professores, eles são todos levados para um segundo piso, pra que haja um cuidado com a situação de enchentes. Porque já teve enchente, anteriormente a minha gestão que já haviam perdido algumas coisas. E nós fizemos isso, tomamos esse cuidado. Porque a gente sabia que tava muito feio. A gente começa a monitorar desde o costão e quando a gente viu que a coisa tava piorando a gente fez essa [estratégia]. **ENTREVISTADOR:** Monitoramento é a subida gradual do rio? **JAM:** É, essa subida gradual. [...]. Pro segundo piso mesmo foram mais essa questão de documentos. E levantar do nível que tava foi carteira, cadeira de aluno, essas coisas. Tanto é que os armários eram muito pesados. A gente: “não, nós vamos deixar”. Daí pegou, como era uma lâmina d’água, ainda pegou. Daí a gente tinha um conhecido nosso aqui da Barranca que ele ainda deu uma reformada em alguns armários, que por sinal, ficou muito melhor do que era antes. Porque pegou [a água nos armários], mas não tinha documentos, só tinha o armário que a gente não conseguia carregar pra um nível superior²⁶¹.

Tanto Janaína quanto Gisele frisaram que o diálogo com a Defesa Civil era fundamental para decidir ações de prevenção na escola. Todo o processo de experienciar o desastre no bairro Barranca se dá em diálogo com as autoridades municipais. Interessante pontuar que, apesar de ambas demonstrarem consternação frente aos estragos vivenciados e aos impactos gerados à comunidade como um todo, é perceptível uma relação com o desastre sem a dimensão de risco, ao qual muitos moradores são acometidos no sentido de que a qualquer momento podem perder tudo o que tem. Diferentemente da fala presente nos relatos de Davi e seu Nino, por exemplo. Pois, quando as águas atingiram o bairro e, também, a escola, em janeiro de 2009, ambos foram orientadas a esperar em suas casas, localizadas fora da Barranca, e aguardar por alguns dias a autorização da Defesa Civil para retornar à escola.

Apenas há um pequeno desencontro nas falas das entrevistadas. Enquanto Janaína recorda-se de que apenas uma lâmina de 10 centímetros atingiu as salas e pátio da escola, Gisele pontua que o nível de água chegou a “um metro. A gente mediu um metro de água. Bastante, né. Depois daquela vez não entrou mais assim. Aí teve uma outra suspeita de enchente, mas

²⁶¹ ALEXANDRINO, Janaína Melo. Entrevista concedida à Jonatã Vieira Cledes. Araranguá, 14 de julho de 2023.

entrou só em cima assim da grama, só no pátio. Não chegou a entrar nas salas, nada”²⁶². A escola Professora Otília da Silva Berti está situada em uma das áreas mais altas do bairro Barranca, e é um termômetro acerca dos impactos gerados por inundações. Se na escola o nível de água foi preocupante, significa que foi pior ainda nas áreas mais baixas do bairro.

Após esperar o baixar das águas, provavelmente entre os dias 5 ou 6 de janeiro de 2009, Janaína recorda-se do sentimento ao ver a escola atingida, ainda com as marcas da água.

A sensação é de impotência. [...] E eu tinha muito medo que ela viesse a estragar, a gente perder a escola em si, porque é uma coisa que custa tanto pra ela ficar bonita, pra ela estar bem. A gente fica muito apreensivo. Eu não queria que as famílias perdessem o que tinham e eu como gestora não queria que a minha escola ficasse muito prejudicada com isso ou viesse a ter alguma destruição²⁶³.

Já Gisele se recorda do forte cheiro que sentiu, quando questionada sobre suas memórias no momento de retornar à escola após o desastre.

Lembro! Isso eu lembro! (Rs). Tava horrível! O cheiro assim horrível, de cheiro ruim, né. Cheiro ruim mesmo. Tudo..., aí, lodo, né, lodo por tudo. As folhas, as que tinham ficado alguma coisa por cima, tudo cheio. Eu lembro assim ó, nunca esqueço aquela cena, a gente chegando na sala, abrindo tudo, a grama também aqui da frente toda suja com barro e a gente aos poucos foi tirando todos os materiais, algumas coisas a gente foi limpando, foi salvando, né, e colocando no sol pra secar, e foi uma trabalhadeira. Aquele ano ninguém teve férias direito!²⁶⁴

Diferentemente dos moradores com maior experiência ao lidar com as enchentes e inundações, que, conforme relatado por Davi, iniciam o processo de limpeza ainda com um pequeno filete de água sobre os cômodos de suas residências e comércio, para evitar o mau cheiro que se prolongaria por dias após o baixar das águas, por se tratar do primeiro desastre vivenciado pelo corpo administrativo da escola Otília da Silva Berti, este procedimento não foi adotado.

Sobre o processo de limpeza, Janaína ressalta que, como a situação dos moradores da Barranca era preocupante frente ao desastre, não foi pedida ajuda de pais e alunos. Em conjunto com uma funcionária (Rosângela) e um funcionário (seu Jorge) dos serviços gerais, se somaram a diretora Janaína e a assistente educacional Gisele, à também assistente educacional Marinez²⁶⁵. Em conjunto todos limparam sala por sala. “As famílias também estavam tentando

²⁶² CARDOSO, Gisele. Entrevista concedida à Jonatã Vieira Cledes. Araranguá, 27 de julho de 2023.

²⁶³ Alexandrino, Janaína, *op. cit.* Entrevista.

²⁶⁴ Cardoso, Gisele, *op. cit.* Entrevista.

²⁶⁵ Infelizmente, no dia da realização da entrevista com a hoje diretora da escola Otília Berti, Gisele Cardoso Marinez não estava presente e não participou da entrevista. Inicialmente, eu havia concebido a ideia de entrevistar

se reerguer, recuperar. [Sobre a limpeza]. Nós pegávamos tudo num mutirão, limpávamos aquela sala, beleza, tá certo, limpávamos outra. Por final, ficou só o recreio coberto”²⁶⁶.

O retorno aos imóveis após o baixar das águas denota uma particular característica que envolve a resignação frente aos estragos causados pelo desastre, seguido, quase que instantaneamente, de uma revitalização de forças que envolve o início da limpeza e recuperação dos bens perdidos. Curiosamente, tristeza e riso (nesta situação, com um forte teor de melancolia e desconforto) andam juntos nesse processo de rememoração. Podemos elencar novamente as falas de: seu Nino, quando relatou espirituosamente e com um pequeno riso no final da frase, que ficou com vontade de abandonar sua casa “e tacar fogo” após vê-la atingida pela inundação de 1974; ou Davi, quando me questiona se eu saberia o que era uma tragédia e em tom de alarde exclama que não morreu por sorte, ao entrar em seu mercado tomado pelas águas, sem desligar a energia, e, mesmo assim, subir os produtos que pôde de prateleira; a até os relatos de Janaína marcados pela sensação de impotência e o de Gisele, que, ao ressaltar o forte cheiro encrustado na escola após o baixar das águas, solta um pequeno riso e, seguidamente, lembra da mudança de paisagem auferida à escola Otília Berti. Também há de se ressaltarem os que negam a iminência do desastre, postergando o máximo possível a saída de suas residências e a retirada de seus móveis na esperança de que a inundação não ocorra.

Para compreender esta complexa gama de sentimentos que envolve a relação do indivíduo durante e após o desastre, os estudos do historiador ambiental Greg Bankoff apresentam profícuas contribuições. Ao analisar a ocorrência de tufões e erupções vulcânicas nas Filipinas, o autor reflete não apenas sobre as adaptações empreendidas na arquitetura, com a construção de cabanas de bambus e com palmeira de nipa (suscetíveis à oscilação e instabilidade provocada por rajadas de vento), na estrutura agrária, com um sistema de produção agrícola espalhado em lugares diferentes, pois caso uma área seja degradada ainda restarão outras preservadas, garantindo a segurança alimentar à população, e migrações realizadas no intuito de desocupar regiões que apresentam maiores riscos. Bankoff também reflete sobre as “estratégias para lidar com os requisitos emocionais e psicológicos de viver com a incerteza e, sobre como estas, podem influenciar os traços de caráter e crenças geralmente aceitos”²⁶⁷.

ambas, que possuem uma trajetória na escola do bairro Barranca de mais de uma década e ainda trabalham na localidade. Janaína trabalhou por cerca de um ano entre 2008 e 2009.

²⁶⁶ Alexandrino, Janaína, *op. cit.* Entrevista.

²⁶⁷ BANKOFF, Greg. *Cultures of Disaster, Cultures of Coping: Hazard as a Frequent Life Experience in the Philippines*. In: MAUCH, Christof; PFISTER, Christian (Orgs.). **Natural Disasters, Cultural Responses – Case Studies Toward a Global Environmental History**. Plymouth: Lexington Books, 2009, p. 266.

Uma das expressões locais estudadas por Bankoff remete à definição de *bayanihan*. Esta prática cultural de enfrentamento aos desastres é conhecida por um indivíduo “trabalhar em nome de outra pessoa e assumir os encargos desta. Implica na construção de uma identidade compartilhada e associação comum”²⁶⁸. Deste modo, “o grau de interdependência, a necessidade de cooperação e a construção de fortes redes de apoio social são importantes práticas de enfrentamento em culturas que vivenciam contínuas incertezas ambientais”²⁶⁹. Inclusive, o autor frisa que, quando a ocorrência de desastres resulta em mortes, em meio a um cenário marcado pela destruição e desamparo, é comum registrar a presença de risos e piadas entre os que carregam os corpos. Isto se dá, devido à “grande dor em seus corações, e as piadas, nesse contexto, são comparáveis à água que apaga um incêndio. As piadas são feitas para evitar que alguém fique fraco e, assim, possa continuar recolhendo os mortos sem derramar muitas lágrimas”²⁷⁰.

O riso e o humor podem ser interpretados como uma estratégia delineada pela população para lidar contra o sofrimento provocado pela ocorrência de desastres, aos quais algumas aproximações podem ser elencadas para refletir sobre os moradores do bairro Barranca. Podemos destacar as de ordem social e cultural, por meio dos laços de união, constantemente, aludidos durante e após o desastre. Seja na retirada e realocação dos móveis, seja nos parentes e amigos que abrigam desalojados em suas residências, a até os aspectos emocionais, como a reação dos entrevistados ao rememorar com angústia e tristeza, porém, com o recurso do riso e humor, o impacto ao retornar as suas residências e depararem-se com os estragos provocados pelas águas que permeiam a BHRA.

Objetivou-se neste tópico analisar a perda de centralidade socioeconômica do bairro Barranca frente às novas dinâmicas que se instauraram em âmbito local e nacional, através da substituição de ferrovias por rodovias, durante a segunda metade do século XX, e a percepção em torno do aumento do impacto causado por enchentes e inundações no município de Araranguá, principalmente, no bairro Barranca. Argumentar-se-á, no tópico a seguir, que estas problemáticas, marcadas pela construção de um cenário de risco, presente na localidade, geraram uma estigmatização da população do bairro perante outros habitantes do município de Araranguá.

²⁶⁸ BANKOFF, 2009, p. 269.

²⁶⁹ *Ibidem*, p. 270.

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 270.

5.3 A ESTIGMATIZAÇÃO E O ISOLAMENTO SOCIAL DOS MORADORES DO BAIRRO BARRANCA

Quando questionado sobre a existência de uma possível estigmatização dos moradores do bairro Barranca, Daniel Afonso responde em tom afirmativo e pondera que o fato de a comunidade ficar conhecida como um “local de enchentes” denota para uma das vertentes de um processo de exclusão que isola socialmente o bairro perante o município de Araranguá. Questão esta que ascende, sobretudo, a partir da inundação de 1974. Podemos elencar através do relato do entrevistado que, para compreender esta problemática, devem ser analisados os estratos de ordem social, econômico, político e cultural, para além dos fatores naturais. Em seu relato é perceptível a atribuição de que as ações humanas predatórias sobre a natureza tiveram um papel fundamental para ampliar o impacto causado por desastres em Araranguá.

Até os anos de 1970, dificilmente dava enchente. Então, foi a partir de 1974 que deu a primeira enchente que foi de volume aqui. Em Tubarão morreu muita gente. Aqui [Araranguá] não teve óbito. Aqui, só, felizmente, a questão dos danos materiais. Mas foi a primeira enchente que se ouviu falar na Barranca, eu nunca tinha ouvido falar em enchente. Tanto que nesse período todo não tinha enchente. Então, eu acredito que muita influência para essas inundações tenha sido o fato de ter impermeabilizado muito a montante do rio Araranguá. Todos os municípios [da Bacia Hidrográfica do rio Araranguá] começaram a fazer ocupações, vamos supor, começaram a plantar arroz, daí o arroz já põe uma água [para irrigação], daí já fica aquilo encharcado, a água não absorve, tiram-se as matas [nativas]. E normalmente se faz todas as lavouras já com os valos pra ir direto pro rio [Araranguá]. Então, isso facilitou que o volume de água aumentasse muito, porque quando tinha as matas a própria vegetação absorvia a maior parte do volume [de água]. Hoje não, hoje tudo que cai [vai pro] rio²⁷¹.

Cabe salientar, conforme relatado em páginas anteriores, que por estar localizada em uma área de baixada, caracteristicamente, suscetível às cheias do rio Araranguá, o bairro Barranca registrou inundações também durante a primeira metade do século XX. Inclusive, em alguns relatos, foi mencionado que muitos atingidos abrigaram-se nos vagões do trem até o baixar das águas. No entanto, de fato, a partir da década de 1970, ocorre um aumento significativo na percepção em torno dos impactos causados por enchentes e inundações. E isto se dá, principalmente, por algumas questões pontuadas pelo entrevistado, como os desmatamentos de vegetação nativa, incluídas as matas ciliares. Em nenhum trecho urbano ou rural encontra-se um mínimo de 30 m de mata ciliar preservada às margens do rio Araranguá. Essas áreas converteram-se em estradas, residenciais, comércios e locais de produção agrícola. A situação se intensifica na década de 1980 com a implementação do PROVÁRZEAS,

²⁷¹ Afonso, Daniel V, *op. cit.* Entrevista.

programa executado para o estabelecimento da rizicultura irrigada, efetivada pelo Estado de Santa Catarina. Muitos desses hectares destinados à produção de arroz localizam-se no próprio bairro Barranca, alterando profundamente o sistema de impermeabilização do solo e, conseqüentemente, influenciando na ocorrência e aumento do impacto por desastres socioambientais. É importante pontuar que é também no contexto que abrange as décadas de 1960-1980 que Araranguá experiencia o seu processo de êxodo rural, intensificando a ocupação humana em áreas urbanas, de modo desordenado, sob o ponto de vista ambiental, nas áreas centrais e, ademais, no bairro Barranca. Desta maneira, ressalta-se a agência humana de fundamental importância para a ampliação dos impactos gerados por enchentes e inundações na área de estudo.

Inclusive, entre a segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI, passou-se a compreender o bairro Barranca como uma área de risco. Aspecto duramente criticado pelos moradores, pelo fato de este abrir margem para um debate em torno da possibilidade de desocupação do bairro. A alternativa sempre que salientada pelos meios de comunicação é profundamente rechaçada pela população da Barranca. Sobre esta questão Daniel Afonso fundamenta-se no papel histórico da localidade e de sua gente para legitimar a permanência dos moradores no bairro. Quando perguntado sobre o assunto, rapidamente ele me questiona: “tu vai tirar essa comunidade? Tu vai apagar uma história?”²⁷²

Impossível. Impossível porque toda essa história, todo esse contexto histórico... [...]. Tu vai lá dizer pra uma comunidade que pega a bicicleta e vem aqui em cinco minutos tá no centro, que vai ter que morar na Polícia Rodoviária, lá no Lagoão? Nada contra nenhuma das comunidades, essas comunidades cresceram muito e vão ser um dos pontos de desenvolvimento de Araranguá, vai ser pra lá mesmo. Mas assim, é muito cômodo, eles atravessam o rio e tão no centro. Atravessou o rio, tá no centro da cidade. [...]. Então, ficou 13 ou 14 anos sem enchente. [...]. Quer dizer, que se a cada década tiver uma enchente e o pessoal tiver que [sair], tudo certo [no sentido de que dá de conviver com o risco]. E é o seguinte, não é uma cheia que seja de perigo à vida de alguém, não, porque é tão lento que as pessoas se programam, dá tempo. [...]. Mas eu acho que esse tipo de ideia é totalmente fora de [inaudível – mas com a conotação de ser fora de sentido]. Não porque também as pessoas que estão ali, já estão famílias há muitos anos. E todos os equipamentos, escola, igreja, tudo... Então, vai ter que conviver com isso, não tem outro jeito²⁷³.

Além de o bairro Barranca estar localizado em uma área próxima ao centro do município de Araranguá, oferecendo boas possibilidades de ensino para o público infantojuvenil e opções de emprego para o público adulto, em função da ocorrência periódica de desastres os valores praticados na localidade, seja em aluguéis ou até mesmo na compra de imóveis, são muito

²⁷² Afonso, Daniel V, *op. cit.* Entrevista.

²⁷³ Afonso, Daniel V, *op. cit.* Entrevista.

abaixo dos valores praticados no Centro de Araranguá. Deste modo, muitos moradores da Barranca não conseguiriam morar em uma área central do município pelo fato de uma boa parcela da população que habita o bairro ser de baixa renda. Sobre este aspecto, Davi expõe as pilhérias comentadas pelos próprios moradores do bairro. “É só assim, né. O terreno vale 50. Deu a enchente, só vale 20. E ainda botam uma placa: “duvido vender!” Porque daí quem é que vai querer. Daqui a pouco passa um tempo, daqui a dois, três anos começa a valorizar de novo um pouquinho”²⁷⁴.

O historiador Alfredo Ricardo Silva Lopes argumenta que, perante os moradores de outras áreas do município de Araranguá, construiu-se, mediante senso comum, uma associação da ocorrência de enchentes e inundações ao bairro Barranca. Tanto que, pondera o autor, as pessoas que negaram o seu pedido para a concessão de entrevistas em Araranguá, para a realização de sua tese de doutoramento, aconteceram com a justificativa de não residirem na Barranca e supostamente ser apenas lá que ocorrem enchentes e inundações. Deste modo, o autor argumenta que paira sobre os moradores do bairro o estigma de serem preguiçosos e aproveitadores, no sentido de que constantemente são “beneficiados” com doações de cestas básicas e demais itens domésticos após a ocorrência de desastres²⁷⁵.

Acerca deste ponto, todos os entrevistados, inclusive o corpo administrativo da EEB Prof. Otília da Silva Berti, que não reside na localidade, concorda com as afirmativas expostas sobre a estigmatização dos moradores do bairro Barranca. Outro ponto comumente relatado que reforça esta noção faz referência ao aumento de episódios de violência e tráfico de drogas. De acordo com Davi Afonso, esta problemática se dá por pessoas que não são naturais do bairro.

Hoje à Barranca veio muita droga, né. Veio um pessoal aqui, que se tu olhar mesmo quem é, não é aquele Barranca raiz daqui que veio, que entrou aqui pra dentro e começou a vender. Agora tá mais calmo, há uns cinco anos atrás isso era um perigo. Hoje tá calmo, tá tranquilo. Mas dizer que foi a turma da Barranca mesmo que tava [envolvida com drogas], não, não, eles não eram daqui, a maioria era tudo gente de fora que entrou pra dentro. E quanto aquilo de dizer “ah, que medo da turma da Barranca” o motivo era só esse, que era muita união antigamente e hoje passou pelo tempo de muita droga. Mas é assim, né. Mas hoje a violência tá em tudo quanto é bairro, né²⁷⁶.

Davi relata dois diferentes momentos históricos no bairro Barranca. O primeiro refere-se ao processo experienciado, sobretudo, a partir das primeiras décadas do século XXI, ao aumento da violência e tráfico de drogas no bairro. Aspecto recorrente na fala de muitos

²⁷⁴ Afonso, Davi, *op. cit.* Entrevista.

²⁷⁵ LOPES, 2015, p. 232-233.

²⁷⁶ Afonso, Davi, *op. cit.* Entrevista.

moradores. O segundo, presente até as décadas de 1970, 1980, relaciona-se ao estranhamento gerado pela chegada de pessoas sem conhecidos ou familiares no bairro. Por se tratar de uma localidade à margem esquerda do rio Araranguá, sendo o ingresso possível através de duas pontes disponíveis (em décadas anteriores era só por balsa), qualquer pessoa de fora que adentrasse a localidade prontamente era notada. Terezinha Cecconi relata sobre o ciúme com relação às mulheres da Barranca que geravam conflitos: “quando não tinha a ponte (de arame), esses granfininhos iam dançar lá (Barranca). O pessoal trazia a balsa pro lado de cá e deixava eles sem ter como voltar, então eles tinham que dar a volta pela BR. Eles tinham ciúme e até faziam maldade mesmo, partiam pra briga”²⁷⁷.

Quando perguntada sobre uma possível visão preconceituosa construída acerca dos moradores do bairro Barranca, a diretora da Otília da Silva Berti, no ano de 2009, Janaína Alexandrino, pondera que não abria margens para levar conversas com esse teor adiante. Sinal de que possivelmente muitas pessoas a interpelaram nesse sentido. Janaína relata: “eu cortava muito. Se alguém vinha com essa situação eu tentava mostrar um lado lindo da Barranca, não essa coisa do preconceito. Então, aí as pessoas viam e já não vinham falar sobre uma coisa ruim daquele bairro”²⁷⁸. Ao comparar suas impressões sobre a Barranca, antes e após trabalhar na localidade, assim como outros entrevistados, Janaína ressalta o papel histórico que o bairro teve para a história de Araranguá.

Eu achava que era assim, não dá pra morar ali porque sempre tem enchente. Sabe? Uma coisa muito infantil. E querendo ou não depois que a gente sai, que tá lá que convive, que tu vê assim ó, é um bairro de pessoas acolhedoras. É um bairro do lado do centro de Araranguá e que é interessante estar lá. É necessário haver uma conversação pra barra, pra saída no estuário do rio, porque é muito válido aquele bairro pra cidade. E é um bairro também que onde há anos atrás tinha a ferrovia, que o trem passava ali. Então, assim ó, ali tem uma história muito linda de Araranguá. Hoje eu vejo a Barranca assim²⁷⁹.

Além de destacar fatos marcantes no passado que ligaram a história da Barranca à história de Araranguá, como a presença de uma estação ferroviária, Janaína tece considerações sobre problemáticas atuais do bairro e a necessidade de solucioná-las, como a defesa da Fixação da Barra do Rio Araranguá como forma de diminuir o impacto provocado por enchentes e inundações na localidade. Não podemos afirmar que a entrevistada foi apresentada a esta discussão a partir do início de seus trabalhos na escola Otília da Silva Berti, pelo fato de este ser um debate público acalorado em Araranguá, desde fins do século XIX. No entanto,

²⁷⁷ CECCONI. In: ROCHA; ROCHA, 2022, p. 183.

²⁷⁸ Alexandrino, Janaína, *op. cit.* Entrevista.

²⁷⁹ Alexandrino, Janaína, *op. cit.* Entrevista.

possivelmente este tema foi elencado por pais de alunos nos momentos em que presenciou a ocorrência de enchentes e inundações no bairro Barranca. Tanto Janaína Alexandrino quanto Gisele Cardoso relataram que, em episódios de enxurradas, enchentes e inundações, sempre teve uma parcela de estudantes que não conseguia frequentar as aulas (seja por ter que sair de casa e deslocar-se para os abrigos municipais até as águas baixarem ou por não terem segurança para chegar até a escola em semanas chuvosas). Casos como esses não acometem a maioria dos estudantes, mas são recorrentes, afirmam as gestoras.

Parte destas problemáticas já analisadas na presente pesquisa apontam para o convívio em meio à dimensão de risco ao qual os moradores do bairro Barranca estão sujeitos, devido à periódica ocorrência de desastres socioambientais na localidade. Sobre esta questão, o sociólogo Ulrich Beck argumenta que, a partir de meados do século XX, uma das características da sociedade industrial capitalista está, justamente, na produção de riscos. Seja por meio do advento de duas guerras mundiais, o extermínio em campos de concentração conforme ocorrido em Auschwitz (1940-1945), o uso de armas com capacidade de destruição em massa como nos ataques com bombas nuclear em Hiroshima e Nagasaki (1945), o vazamento por gás em Bhopal na Índia (1984) e, principalmente, o desastre nuclear de Chernobyl na Ucrânia (1986), pois representa para uma das particularidades pertinentes ao fim do século XX e primeiras décadas do século XXI, que compõe a sociedade de risco. Se, em crises anteriores, países pertencentes ao espectro do primeiro mundo, mediante seus muros reais e simbólicos, conseguiam arrojar ao terceiro mundo experimentar a parte mais amarga das crises e corriqueiras instabilidades socioeconômicas do capitalismo, Beck defende que, inclusive, os setores privilegiados da sociedade não estão mais isentos da convivência com a dimensão de risco.

Publicada no ano de 1986, logo após o desastre de Chernobyl, o autor argumenta que “a miséria pode ser segregada, mas não os perigos da era nuclear. E aí reside a novidade de sua força cultural e política. Sua violência é a violência do perigo, que suprime todas as zonas de proteção e todas as diferenciações da modernidade”²⁸⁰. A sociedade industrial capitalista que se consolidou no século XIX em forte oposição à natureza, amparada nos ideais de progresso e desenvolvimento, a partir do momento em que produz o risco para manter sua estrutura de manutenção através da reprodução de capital, vê seus pilares serem questionados.

Com o intuito de compreender a arquitetura social dos riscos e suas implicações políticas na contemporaneidade, Beck destaca cinco principais teses em sua obra. Salientaremos aqui três que dialogam com os objetivos da presente pesquisa. Primeiro, a produção de riqueza,

²⁸⁰ BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 1. Ed. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 07.

amparada em uma complexa estrutura industrial, com o uso da técnica e da ciência, implementada por países que ocupam as primeiras colocações nos índices de produto interno bruto. Também resultam em profundos reveses socioambientais, disseminando o risco e situações de ameaça em escala global, seja por meio da emissão de poluentes que contaminam a água, a atmosfera, o solo e o ar. Segundo, embora os países com menor poder de influência em acordos globais e as classes sociais mais vulneráveis sofram em uma escala muito maior com relação à convivência com o risco, o autor salienta que a sociedade de risco cria um efeito *bumerangue* em que, mais cedo ou mais tarde, as classes privilegiadas e as nações industrializadas também serão afetadas por essas contradições (por isso Beck enfatiza o simbolismo presente na ocorrência do desastre de Chernobyl). E, por último, como tudo no capitalismo é convertido em mercadoria, o mesmo processo se dá com a construção dos riscos. “A expansão e a mercantilização dos riscos de modo algum rompem com a lógica capitalista de desenvolvimento, antes elevando-a a um novo estágio. Risco da modernização são *big business*”²⁸¹.

Apesar de a principal preocupação de Ulrich Beck referir-se às contradições geradas pela produção de energia nuclear, o autor abre margem para articular estas questões às dinâmicas socioambientais quando reflete sobre o uso de agrotóxicos na produção agrícola sob uma escala global. Se em países em desenvolvimento estruturados no modelo exportador de *commodities* registram-se profundos desmatamentos, a ameaça à extinção de espécies, contaminação da água e do solo, além do risco à saúde dos trabalhadores, no primeiro mundo, os consumidores também não estão imunes a estas ameaças. O autor faz referência à presença de resíduos de agrotóxicos em uma alta concentração em seres humanos, inclusive, até no leite materno²⁸².

A geógrafa Yvette Veyret, ao contextualizar a maneira sobre como o conceito de risco foi analisado no decorrer do século XX e primeira década do século XXI, elenca três diferentes momentos em torno deste debate. O primeiro situa-se a partir de meados do século XX e “passa a estar associado à ideia de crise, então relacionada a aspectos ecológicos (poluição, degradações relacionadas à industrialização e ao crescimento demográfico “excessivo”) e econômicos (relativos à alta do preço do petróleo, à aparição do desemprego)”²⁸³. O segundo momento ocorre na década de 1980, “os técnicos e as mídias se apossaram do conceito de risco,

²⁸¹ BECK, 2010, p. 28.

²⁸² *Ibidem*, p. 29.

²⁸³ VEYRET, Yvette. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 16.

mais especificamente associado à segurança ambiental e ao perigo das instalações industriais”²⁸⁴. Podemos destacar que as discussões empregadas por Beck se dão neste contexto. E, por último, “o terceiro momento assiste a um recuo do campo técnico em prol da gestão de risco. Agora as ‘fantasias científicas’ dão a entender que uma vez que o risco pode ser eliminado, que ele não existe mais, é preciso gerir o risco residual”²⁸⁵.

O debate que ganha amplitude na primeira década do século XXI remete à necessidade de se elencarem políticas de gestão do risco capazes de conciliar crescimento econômico e preservação da natureza. Embora ainda não haja efetividade, com relação à pauta ambiental, no que tange à série de acordos e resoluções sobre o risco que as Mudanças Climáticas causam ao planeta e à vida humana e não humana, Veyret propõe um olhar sistêmico sobre a dimensão de risco, compreendendo-o em sua complexidade, por meio de uma análise interdisciplinar.

A reflexão se apoia sobre uma grande variedade de riscos: riscos ambientais, riscos industriais e tecnológicos, riscos sociais, riscos econômicos, que ocupam, todos, em graus variados, um lugar crescente nas decisões políticas. Esses riscos são inúmeros; da violência nas estradas ao efeito estufa e à ameaça nuclear. Hoje se enfatizam os riscos globais, sistêmicos, inscritos nas atividades mais e mais difíceis de serem isoladas²⁸⁶.

Propõe-se argumentar, fundamentado nas reflexões de Beck e Veyret, que construiu-se no tempo e espaço um cenário de risco no município de Araranguá, sobretudo, na localidade onde habitam os moradores do bairro Barranca. Este processo ocorre a partir da segunda metade do século XIX com a intensificação da colonização europeia (principalmente, italianos e alemães) na região Sul Catarinense, acentuando os desmatamentos de vegetação nativa. No decorrer do século XX, se destaca a impermeabilização do solo decorrente do processo de urbanização do município e da implementação do já citado PROVÁRZEAS. Em conjunto com a formação de canchas destinadas à produção de arroz irrigado, registram-se os impactos causados pelo uso de agrotóxicos no solo e para com a qualidade hídrica do rio Araranguá, que já sofre com o esgoto urbano e, também, com os rejeitos da produção de carvão delineadas no município vizinho de Criciúma, que desaguam no rio Araranguá por meio do rio Mãe Luzia. Nas primeiras décadas do século XXI, estas problemáticas são acentuadas em função do contexto que envolve as Mudanças Climáticas, em escala global.

Porém, cabe destacar, conforme salientado em páginas anteriores, que para uma parcela significativa dos moradores do bairro Barranca, a constatação sobre a construção no tempo e

²⁸⁴ VEYRET, 2007, p. 16.

²⁸⁵ *Ibidem*.

²⁸⁶ *Ibidem*, p. 19.

espaço de uma interação insustentável com a natureza que a configurou como uma área de risco é rechaçada, pois veem este debate como uma ameaça à continuidade de ocupação na localidade. É o caso presente no relato de Davi Afonso, em um dos seus momentos mais enfáticos na entrevista concedida, demonstrando desconforto e indignação com a menção à possibilidade de uma futura desocupação do bairro Barranca por se tratar de uma área de risco. Ele pondera:

Que foi aquele o Luiz Henrique da Silveira [Governador do Estado de Santa Catarina, pelo PMDB, entre 2003-2010 – adendo do autor], se não me engano, botou: “área de risco”. Primeiro lugar, vamos supor aqui, pô, área de risco a Barranca? Área de risco? Blumenau, Joinville, Itajaí, Criciúma o Centro ali no Shopping, no Della Giustina [atual Shopping Della] eu vi enchente de dentro da água ali, tá ali área de risco? São Paulo? Que dá enchente todo dia, todo verão dá enchente, lá é área de risco? Como é que vem um homem daquele que é um ser-humano, que pra mim ele é governador, mas pra mim ele [...] não sabe nada de..., só conhece lá a cadeirinha onde ele senta, onde ele bota a bunda, porque se ele viesse ver o que é isso aqui, isso aqui é um povo que gosta do local. Daí vem dizer pra mim, isso aqui ele diz que era pra ser abandonado e fazer granja de tudo. Olha a cabeça do ser humano, de uma pessoa dessa daí! E era um governador do Estado. Que tu imagina então de um político? Ele como governador do Estado vem dizer aquilo ali. Em vez de ele dizer assim, nós vamos fazer o seguinte, as casas baixas nós vamos abrir a..., a Caixa Econômica vai abrir uma..., por intermédio de alguma ação social, pra dar um dinheirinho pra todo mundo levantar a casa. Um financiamento a juros zero, fazer pra ajudar eles, já que eles gostam de morar ali, faz pra todo mundo e ficar ali no bairro deles onde eles moram, que é um bairro que tá do lado da cidade. Não chegar pra ti e dizer: “fulano, diz pro teu pai, assim, de 80 anos. O senhor tem que sair que vão fazer uma granja aqui. Babaquice!”²⁸⁷

O questionamento empreendido por Davi acerca de por que apenas áreas onde residem populações com menor poder aquisitivo econômico serem consideradas áreas de risco e terem o acesso à moradia dificultado, enquanto em áreas nobres que sofrem constantemente com desastres (como o Centro do município de Criciúma, citado por ele por meio do exemplo do Shopping Della), não, é uma constante nas entrevistas realizadas com os moradores do bairro Barranca. A respeito de suas colocações sobre o então Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, nos periódicos consultados²⁸⁸, não foram encontradas menções favoráveis suas à desocupação do bairro Barranca. No entanto, no ano de 2009, técnicos ligados ao *Centro Universitário de Pesquisa Sobre Desastres*, da UFSC, argumentaram categoricamente que esta alternativa era fundamental para resolver o problema dos impactos gerados por enchentes e inundações na Barranca²⁸⁹. Nos anos posteriores, precisamente, em 2012, o plano diretor

²⁸⁷ Afonso, Davi, *op. cit.* Entrevista.

²⁸⁸ Periódicos em Araranguá: *O Tempo Diário*, *Semana News* e *Sem Censura*. Criciúma: *Jornal da Manhã*. Florianópolis: *Diário Catarinense*.

²⁸⁹ RECCO, Itaionara. Fixação da Barra Pode Amenizar Enchentes. **Semana News**, Araranguá, 07 de janeiro de 2009, p. 03.

municipal de Araranguá, no artigo 38, sobre as “ações estratégicas no campo da Política Municipal de Habitação”, primeiro, no parágrafo VII, discorre: “coibir as ocupações em áreas de risco e não edificáveis”. E, no parágrafo XI: “promover a remoção de famílias que estejam residindo em áreas de risco, em locais de interesse ambiental ou em locais de interesse urbanístico e garantir alternativas habitacionais para essas famílias”²⁹⁰. Possivelmente, alguns moradores do bairro Barranca canalizaram a responsabilidade para o representante do poder executivo estadual o aumento de discussões para diminuir e até barrar novas ocupações na localidade, com a justificativa de esta configurar-se como uma área de risco.

É um consenso geral entre os moradores da Barranca a defesa em torno da continuidade em viver no bairro, pois, apesar de este não ocupar a centralidade socioeconômica de décadas passadas, é o local onde as pessoas constituíram família, laços de amizade e sua identidade enquanto cidadãos araranguenses. Porém, a ausência de sólidas alternativas relacionadas à prevenção e mitigação da ocorrência de desastres é barreira para estas serem efetivadas. Mesmo após a instalação de comportas, estas diminuíram o impacto das inundações de pequeno e médio porte, mas não eliminaram a convivência com a situação de risco e ameaça, que se mantêm como aspectos cotidianos dos moradores da localidade.

A alternativa destacada por Davi Afonso, acerca de um projeto que permita a disponibilização de crédito para que as pessoas que habitam as áreas mais baixas da Barranca possam levantar suas casas e, com isso, mitigar o impacto dos desastres, encontra dificuldades para ser colocada em prática, apesar de em mais de uma entrevista essa proposta ser elencada. Outro ponto discutido remete ao seguro contra cheias. No entanto, conforme a geógrafa Gislane Bratti pondera que, “em virtude do bairro ser área de risco às inundações, o valor do seguro é muito alto, o que inviabiliza essa medida para a população, pois sabe-se que a maioria dos habitantes do bairro Barranca possui baixa renda”²⁹¹.

Ao mesmo tempo que, entre a segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI, o bairro Barranca perde a centralidade socioeconômica perante o município de Araranguá, em decorrência da desativação da estação ferroviária e com o aumento dos impactos causados por desastres socioambientais, vai haver a defesa da população do bairro em torno do projeto de Fixação da Barra do Rio Araranguá, como meio para solucionar estas problemáticas, conforme veremos no capítulo a seguir.

²⁹⁰ ARARANGUÁ. Lei Complementar nº 150/2012, de 26 de dezembro de 2012. Araranguá, SC: Prefeitura Municipal de Araranguá. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-ararangua-sc>. Acesso em: 21 nov. 2023.

²⁹¹ BRATTI, 2008, p. 51.

6 A RETOMADA DO PROJETO DE FIXAÇÃO DA BARRA DO RIO ARARANGUÁ: IMPASSES E INCERTEZAS – 2009-2014

6.1 DA VINCULAÇÃO AO PAC ÀS CONSULTAS PÚBLICAS – 2009-2011

A inundação ocorrida entre os dias 2 e 4 de janeiro de 2009, a qual impactou 18 municípios localizados no Sul Catarinense, marcou uma alteração na maneira sobre como a imprensa local abordou o referido desastre socioambiental. Enquanto no per dico de maior circulação do Estado de Santa Catarina, o *Diário Catarinense*, o baixar das águas representou a volta à “normalidade” e o consequente desviar de foco para outras notícias. Os per dicos locais e parte de seus representantes políticos ressaltaram a intenção em retomar discussões em torno do projeto de Fixação da Barra do Rio Araranguá.

A coluna do jornalista Everaldo Silveira publicada no dia 5 de janeiro pelo per dico local *Sem Censura* destaca que, enquanto o prefeito de Turvo, o empresário Ronaldo Carlessi (PMDB), responsável pela administração de uma das cidades mais afetadas pelo desastre, expressou ao colunista o desejo em retomar as discussões para a realização da obra, o então prefeito municipal de Araranguá, Mariano Mazzuco (PP), salientou o foco em auxiliar as vítimas atingidas e contabilizar os preju zos²⁹², sem fazer nenhuma menção a projetos que poderiam prevenir a ocorrência de novos desastres.

No dia seguinte, o mesmo per dico publicou uma reportagem salientando os benefícios que a obra, referenciada como “a mais elencada das prioridades”, acarretaria para o município de Araranguá. Além de supostamente reduzir em 30% o impacto de futuras inundações, aumentaria o turismo (com passeios de escuna) e dinamizaria a pesca fomentando a sua industrialização. O ponto espinhoso, conforme argumentado no capítulo anterior, seria o debate em torno de uma possível desocupação do bairro Barranca²⁹³.

Contudo, essa discussão não foi aprofundada nos meses subsequentes ao desastre. A ênfase amplamente salientada pelo corpo político e imprensa regional era mobilizar recursos econômicos com as esferas Estadual e Federal para recuperação das localidades afetadas e, em um segundo momento, captar investimentos para obras há muito buscadas pela esfera municipal que pudessem dinamizar sua rede de infraestrutura e gerar crescimento econômico. O contexto

²⁹² SILVEIRA, Everaldo (Coluna semanal). Fixação da Barra. **Sem Censura**. Araranguá, dia 05 de janeiro de 2009, p. 05.

²⁹³ RECCO, Itaonara. Fixação da Barra Pode Amenizar Enchente. **Sem Censura**. Araranguá, 06 de janeiro de 2009, p. 10.

se mostrou propício para articulações, pois o também recente desastre socioambiental, marcado pelas enchentes e deslizamentos no Vale do Itajaí, em novembro de 2008, favoreceu acordos, principalmente, com o Governo Federal.

Tanto que ainda no mês de janeiro, por meio da Medida Provisória nº 448²⁹⁴, conseguiu-se o repasse de parte de recursos (360 milhões de reais) destinados ao investimento em obras de infraestrutura no Vale do Itajaí para o Sul Catarinense, com o intuito de reconstrução dos municípios e prevenção a novos desastres. A comoção gerada pelas enchentes e deslizamentos em 2008, do qual um dos municípios mais impactados foi o de Blumenau, influenciou diretamente a articulação para retomar o projeto de Fixação da Barra do Rio Araranguá.

Os meses seguintes evidenciam sobre como a consternação pública atuou para a aprovação de maneira rápida de vultuosos recursos econômicos para a região aqui estudada. Tanto que o final do mês de janeiro registrou duas importantes matérias que merecem destaque. A primeira, datada do dia 22, faz menção às pessoas que decidiram por colocar suas residências à venda a fim de se mudarem para áreas livres das cheias do rio Araranguá. Após uma rápida exposição sobre a situação de uma boa parte dos moradores do bairro Barranca que ainda se recuperavam de uma virada de ano difícil, o periódico *Sem Censura* destaca a situação de Lenoise Belletini:

Com constantes cheias, alguns moradores decidiram se mudar. Ao passar pelas ruas do bairro é comum encontrar uma placa de vende-se ou alguém oferecendo sua casa. A vendedora Lenoise Belletini é uma dessas pessoas. Ela mora na Barranca e nas últimas cheias teve sua casa invadida pela água. “Pela primeira vez entrou água na minha casa e não pretendo mais passar por isso”, comenta²⁹⁵.

Cabe lembrar que, apesar de ser uma área pequena, comumente, nem todos os moradores do bairro Barranca são atingidos por enchentes e inundações. Há algumas áreas um pouco mais altas que, por vezes, ficam a salvo dos desastres. No entanto, devido à proporção da inundação de janeiro de 2009 se assemelhar à histórica de março de 1974, ficando o nível do rio um pouco abaixo desta, somada a uma alta ocorrência de desastres em um curto espaço de tempo (totalizando cinco em apenas um ano e cinco meses), fez com que alguns moradores decidissem por sair do bairro Barranca e buscar novas áreas para moradia.

No mesmo dia, o periódico citado também destaca a ida de Mariano Mazzuco a Brasília para entregar o projeto de Fixação da Barra do Rio Araranguá ao Ministério das Cidades, do

²⁹⁴ Convertida na Lei nº 11.893, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11893.htm. Acesso em: 23 ago. 2024.

²⁹⁵ RECCO, Itaiónara. Pós-Enchente, Moradores do Bairro Barranca Colocam Casas à Venda. **Sem Censura**. Araranguá, dia 22 de janeiro de 2009, p. 08.

então Governo Lula. A reportagem além de reforçar aspectos já debatidos sobre a obra referente a uma possível diminuição na ocorrência de novas enchentes e inundações, incentivo turístico e industrialização da pesca, salienta que esta seria realizada em duas etapas, orçada no valor de 28 milhões de reais²⁹⁶.

Rapidamente, em apenas 4 meses, é confirmada a aprovação do projeto. O acordo estipulado seria o de que, enquanto o Governo Federal financiaria a obra, o município arcaria com o licenciamento ambiental, mediante aprovação pelo Ibama e Ministério Público, seguida de apresentação do EIA-RIMA à comunidade em audiência pública com a presença dos citados órgãos federais. A publicação datada do dia 21 de maio de 2009, pelo periódico *Sem Censura*, destacou a fala de um outro importante articulador para que o montante fosse destinado ao Sul Catarinense, o então Deputado Federal Jorge Boeira (PT), que enfatiza a importância da obra não apenas para Araranguá, mas para toda a região Sul do Estado:

O projeto de fixação da barra é uma luta histórica e antiga. A obra que vai beneficiar a região sul, evitando cheias em Criciúma, Nova Veneza, Forquilha e Araranguá facilitando o escoamento das águas dos rios Mãe Luzia e Sangão. “Além disso, a obra vai alavancar o potencial turístico na região e garantir de melhorias no trabalho daqueles que vivem da pesca e dependem da barra”, completa Boeira²⁹⁷.

O tom otimista adotado pelo periódico só aumenta com a realização de evento oficial sediado no Palácio do Buriti (sede do poder executivo do Governo do Distrito Federal, em Brasília), que marca a assinatura do Presidente Lula, destinando 4 bilhões de reais reservados ao PAC para obras de macrodrenagem pelo país. Desse montante, o Estado de Santa Catarina foi um dos maiores beneficiados, com 525 milhões de reais contemplando 23 de seus municípios. Os recursos deveriam ser investidos em obras de prevenção a desastres socioambientais. Nesse sentido, a obra de Fixação da Barra do Rio Araranguá foi vinculada ao PAC em articulação do município com o Governo Federal, recebendo Araranguá a soma de 28 milhões de reais²⁹⁸, desde que aprovasse o trâmite de licenciamento ambiental frente ao Ibama e MPF. Uma grande comitiva representada pelo Prefeito Mariano Mazzuco (PP) e o Vice-Prefeito Sandro Maciel (PT) se fez presente no evento. Cabe destacar que o município

²⁹⁶ RECCO, Itaipava. Prefeito Mariano Mazzuco Apresenta Projeto da Fixação da Barra do Rio. **Sem Censura**. Araranguá, dia 22 de janeiro de 2009, p. 07.

²⁹⁷ DA REDAÇÃO. Verba Garantida, Faltam Agora As Licenças Ambientais. **Sem Censura**. Araranguá, 21 de maio de 2009, p. 07.

²⁹⁸ Ao qual, distribuídos da seguinte forma: R\$26.628.500,00 provenientes do Governo Federal e R\$1.401.500,00 de responsabilidade da PMA para custear o processo de licenciamento ambiental com a elaboração do EIA-RIMA. A obra geraria 50 empregos diretos. ACQUAPLAN Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Fixação da Barra do Rio Araranguá, SC**. Prefeitura Municipal de Araranguá, 2011, 956 p.

contemplado com a maior fatia dos recursos econômicos foi o de Blumenau (R\$ 63 milhões). Quando questionado sobre o porquê de vultuosa soma ter sido destinada a Santa Catarina, o Presidente Lula argumentou:

“Algumas pessoas questionaram porque Santa Catarina recebeu tanto dinheiro, já que foi beneficiada com a MP no ano passado e agora com o PAC da drenagem. Simplesmente eu respondo que a catástrofe de Santa Catarina foi uma das maiores que esse país já teve”, ressaltou o presidente²⁹⁹.

Nesse sentido, percebe-se que a consternação popular gerada pelas enchentes e deslizamentos no Vale do Itajaí, em novembro de 2008, influenciou de maneira direta para que o financiamento da obra de Fixação da Barra do Rio Araranguá fosse aprovado.

Outro ponto a ser destacado remete ao tom otimista e até eufórico com relação à maneira sobre como o periódico *Sem Censura* reportou os acontecimentos que levaram para a confirmação de um montante histórico, do ponto de vista econômico, para o município de Araranguá. A todo momento a fixação de seu estuário é representada como uma luta histórica que possibilitaria a solução para problemas estruturais não apenas do município de Araranguá, mas de todo o Sul Catarinense. A maneira com a qual tal tema é abordado suscita algumas questões metodológicas referente ao uso da imprensa como fonte histórica.

O historiador Robert Darnton, especialista em Revolução Francesa, na obra *O Beijo de Lamourette*, especificamente no capítulo: *Jornalismo: Toda Notícia que Couber a Gente Publica*, reflete sobre aproximações entre a estrutura narrativa de reportagens feitas pela imprensa francesa da segunda metade do século XVIII e as das nos presentes dias. Para isto, rememora, inclusive, o breve período em que trabalhou no *The New York Times*. Retornaremos mais uma vez a lembrança de que a informação é um direito público, embora sua produção ocorra na maioria dos casos por empresas privadas no setor de comunicação. Ou seja, a informação/notícia também é uma mercadoria. Sobrevive no mercado competitivo da informação, quem vende de melhor maneira suas notícias.

Além desta questão, Darnton salienta que não podemos esquecer o seu ambiente de construção, marcado por hierarquias dentro da sala de redação, em que há os que têm maior poder de comando e decisão sobre o direcionamento político-ideológico das publicações, como o editor-chefe geral e os editores de áreas específicas (política, economia, esportes) de um lado, e, de outro, os repórteres, que acatam as linhas editoriais adotadas e dividem-se entre os

²⁹⁹ SILVEIRA, Everaldo (Direto de Brasília). Presidente Lula Libera Mais de R\$ 4 Bilhões do Pac Para Obras de Macro drenagem. **Sem Censura**. Araranguá, 10 e 11 de junho de 2009, p. 09.

experientes, com mais contatos em setores estratégicos para se ter acesso a fontes, e os iniciantes³⁰⁰. Este ambiente é marcado por concorrência e ambição, e quem vende mais se destaca e progride na carreira (alguns fazem isso agradando o editor ou setores político-econômicos que ocupam lugar de destaque em uma determinada sociedade. O ego é algo presente e, por vezes, interfere na direção que a notícia terá).

Depois de aprender a ler o sistema hierárquico, é preciso aprender a escrever. Como saber quando se fez um bom serviço numa matéria? Quando eu era um novato no *The Times*, numa semana comecei com um perfil ou homem que é notícia que me valeu um elogio do editor-assistente de Cidades e a designação para uma cobiçada cobertura no dia seguinte. Metade da força policial de uma cidadezinha fora presa por desviar objetos roubados, e encontrei um tira disposto a falar, e assim a matéria foi para a segunda frente, a primeira página do segundo caderno, que chama muito a atenção. No terceiro dia, cobri as comemorações do centenário em Cornell. Elas agradaram meu ego (voltei para Nova York no avião particular que normalmente servia ao reitor da universidade), mas não meu editor: alinhavei 750 palavras, que foram cortadas para quinhentas. A seguir, fui para uma convenção de dois dias de planejadores urbanos em West Point. Mais uma vez, meu ego cresceu enquanto os planejadores disputavam entre si para serem citados no *The Times*, porém não consegui achar nada de interessante para falar sobre eles. Ajuntei quinhentas palavras, que nem foram publicadas. Na semana seguinte só escrevi necrológicos. Assim, as designações, os cortes e a distribuição ou jogo das matérias fazem parte de um sistema de reforço positivo e negativo³⁰¹.

De acordo com o autor, para o processo que envolve a construção narrativa, o jornalista se imbui de signos, até mesmo estereótipos e ideias prévias sobre como será a reportagem, por vezes, reforçando preconceitos. “Há uma epistemologia do *fait divers* (notícia). Converter um boletim policial num artigo requer uma percepção treinada e um domínio do manejo de imagens padronizadas, clichês, ângulos, pontos de vista e enredos, que vão despertar uma reação convencional no espírito dos editores e leitores”³⁰².

Acerca deste aspecto, há uma passagem que expõe bem a reflexão de Darnton. O autor relata que uma de suas funções era a de levantar boletins de ocorrência por delegacias em *New Jersey* e filtrar o que poderia ser notícia.

Uma vez achei que tinha encontrado um boletim tão espetacular – creio que incluía assassinato, estupro e incesto – que fui diretamente para o setor de homicídios para conferir. Depois de ler o boletim, o detetive me olhou com um ar de desagrado: Você não vê que é coisa de preto, menino? Não dá matéria. Ao lado dos nomes da vítima e do suspeito, havia um B (black) maiúsculo. Eu não sabia que atrocidades entre negros não constituíam notícia³⁰³.

³⁰⁰ DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 71.

³⁰¹ DARNTON, 1990, p. 72.

³⁰² *Ibidem*, p. 91.

³⁰³ *Ibidem*, p. 89-90.

Darnton argumenta que esta estrutura jornalística não é uma particularidade contemporânea, mas que possui raízes profundas. O autor identificou o mesmo padrão quando analisou impressos e literatura na França durante o século XVIII. O padrão mencionado não condiz especificamente ao preconceito racial descrito na citação acima. Cabe alguns comentários no intuito de não se cometerem anacronismos. O ponto levantado por Darnton seria o de que a imprensa se utiliza de um conjunto de valores e ideias comumente aceitos em uma sociedade capazes de tornar verossímil uma notícia para o público leitor/consumidor. Este padrão seria mais duradouro do que se imagina. “Devido à nossa tendência de enxergar os fatos imediatos, ao invés dos processos de longa duração, éramos cegos ao elemento arcaico no jornalismo. Porém nossa própria concepção sobre a notícia resultava de antigas formas de contar histórias”³⁰⁴.

No entanto, um ponto de discordância com Darnton remete à sua crítica de que não seria possível (ou até reducionista) identificar de maneira direta uma postura ideológica por parte de jornalistas, seja tendendo para o liberalismo ou para espectros ligados à esquerda³⁰⁵. Nesse sentido, salienta-se a perspectiva do historiador Rafael Saraiva Lapuente, ao ponderar:

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, por ter por trás de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado. [...]. O próprio jornalismo é uma prática social, que está vinculado diretamente ao modo de vida de apenas algumas classes, [...] o que já mostra sua relação de poder. [...]. Na construção do fato jornalístico, não apenas os elementos objetivos e subjetivos de quem produz estão presentes, mas, também, os interesses do próprio jornal³⁰⁶.

Traz-se para reflexão a obra de Darnton, pois esta torna possível a análise sobre como estruturas situadas na longa duração (na qual, no município de Araranguá, destaca-se a busca por ideais de atingir o ápice de uma sociedade capitalista, que é alcançar o tão sonhado desenvolvimento e progresso através de grandes obras que gerem intervenções a natureza e simbolizem signos de uma modernidade pautada em um constante acúmulo e crescimento

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 94.

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 82.

³⁰⁶ LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 10, 2015, Porto Alegre (RS). **Anais do Evento** (Texto Completo). Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 01-15. P. 6. Disponível em: https://www.academia.edu/17677584/O_jornal_impresso_como_fonte_de_pesquisa_delineamentos_metodol%C3%B3gicos. Acesso: 29 ago. 2024.

econômico, sendo este, também, uma das bases justificadoras para uma adoção quase que hegemônica do projeto de Fixação da Barra do Rio Araranguá) dialogam com o fazer jornalístico no tempo presente, repleto de hierarquizações e particularidades internas de cada veículo de comunicação. Porém, é preciso salientar que Darnton trabalhou e analisou suas vivências em um dos periódicos com uma das maiores tiragens diárias do mundo. Portanto, são precisas algumas considerações para pensar aproximações e distanciamentos com o periódico aqui estudado, o *Sem Censura*³⁰⁷.

Primeiro, em menor proporção quando comparado à experiência de Darnton no *The Times*, o editorial sedimentava-se por meio do destaque a alguns temas (política, economia, segurança, esporte e variedades), com um quadro de repórteres e colunistas fixos. Segundo, pelos anunciantes pode-se concluir que o periódico possuía relações amistosas com importantes setores econômicos e políticos do município, composto por variadas áreas (comércio, entretenimento, serviços e informes públicos da PMA). Isto em maior escala do que o outro periódico que será citado a seguir, intitulado: *O Tempo*. Terceiro, em média, sua tiragem diária era de 1.500 exemplares. Pode-se supor que uma importante parcela de suas vendas e receita se dava mediante compra (e também com a publicação de informes) pelo poder público municipal, no sentido de disponibilizar exemplares em repartições públicas, como: prefeitura, biblioteca, secretarias, escolas entre outros.

Articulados às ponderações de Lapuente, tecem-se os seguintes comentários: percebe-se, nas reportagens analisadas, uma proximidade entre as perspectivas e projetos apresentados pela PMA com os do referido periódico, tocante à questão ambiental no quesito a soluções para a ocorrência de enchentes e inundações. No sentido de produzirem reportagens que apenas ilustram as possíveis contribuições que a Fixação da Barra do Rio Araranguá geraria para a região, sem apresentar contrapontos e suas contradições. Tudo isto, com entrevistas exclusivas e diversas participações de políticos diretamente envolvidos no trâmite de execução da obra. Pode-se argumentar que uma postura crítica que refletisse acerca de outras experiências de fixação de estuários com condições semelhantes às presentes no rio Araranguá que não resolveram a questão da ocorrência de inundações (como o caso do rio Mondego, localizado em Portugal, conforme veremos nos próximos tópicos) pudesse impactar na tiragem diária do periódico ou até mesmo diminuir a participação de personagens que ocupam posições de destaque no município de Araranguá em entrevistas e demais espaços no periódico.

³⁰⁷ Propriedade de José Luiz de Jesus, que administrou o jornal entre os anos de 2003-2016. Após este período, José Luiz fechou o periódico para dedicar-se ao ramo da advocacia. Estas informações foram obtidas em conversa com o então gerente-geral e colunista político do *Sem Censura*, o jornalista Everaldo Silveira.

Desta forma, pontua-se que, através da análise de reportagens do periódico *Sem Censura* acerca de seu enfoque sobre a pauta ambiental, pode-se identificar elementos presentes desde o processo de colonização do Sul Catarinense, principalmente, a partir da chegada de imigrantes europeus durante o século XIX, com ênfase à busca pelo progresso e desenvolvimento por meio de grandes intervenções à natureza. Estes ideais, sem esquecer de suas mudanças e permanências no tempo/espaço, mantêm-se presentes na região estudada. Também permeadas por relações de poder e interesses delineados na contemporaneidade.

Durante o segundo semestre do ano de 2009 foi apresentado o EIA-RIMA³⁰⁸, produzido pela empresa *Engera – Energia e Meio Ambiente*, que nortearia a execução da obra de Fixação da Barra do Rio Araranguá, e iniciou-se a rodada de conversas com as populações diretamente afetadas. Principalmente, os pescadores artesanais da localidade de Ilhas. Os desdobramentos das primeiras reuniões foram amplamente repercutidos pelos periódicos locais.

O documento teve como base aquele que foi considerado como o primeiro estudo bem fundamentado a respeito da abertura e fixação do estuário do rio Araranguá, promovido pelo INPH, no ano de 1993. Porém, diferentemente deste, que destaca três alternativas para realizar a obra, o documento produzido pela Engera analisou duas alternativas, que serão expostas a seguir. Cabe destacar que já na introdução do estudo a justificativa para sua realização se dá puramente em função dos impactos gerados pelas cheias do rio Araranguá, que afetam as relações econômicas do Sul Catarinense (com a constante interdição da Rodovia BR-101)³⁰⁹. Neste primeiro momento, durante a introdução do EIA-RIMA, os anseios da população residente no bairro Barranca não são mencionados diretamente.

Segue a alternativa 1, salientada pelo EIA-RIMA – Engera:

³⁰⁸ Não se conseguiu sua data precisa, mas estima-se que foi apresentado no mês de setembro. A empresa Engera possui sede em Florianópolis/SC.

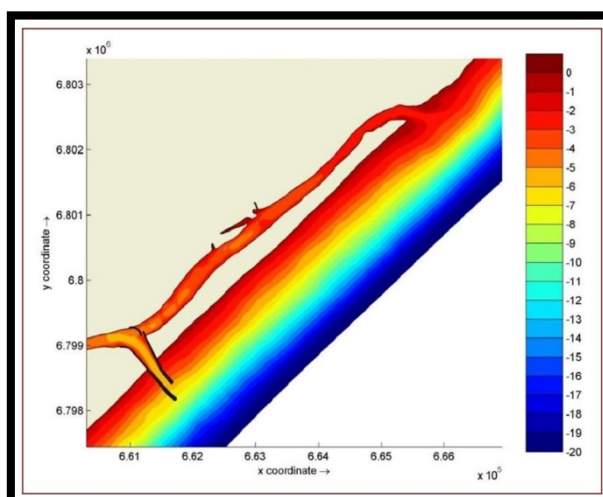
³⁰⁹ ENERGIA E MEIO AMBIENTE – ENGERA. **EIA-RIMA - Relatório de Impacto Ambiental da Fixação da Foz do Rio Araranguá**. Prefeitura Municipal de Araranguá – Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente. Setembro de 2009, p. 6.

Figura 26 – Vista Aérea da Barra do rio Araranguá. Foto: Tadêu Santos.



Fonte: rioararangua.blogspot.com.br (online).

Figura 27 – Alternativa Locacional 1 (ENGERA) para a Fixação da Barra do Rio Araranguá.



Fonte: ENERGIA E MEIO AMBIENTE – ENGERA. RIMA – Relatório de Impacto Ambiental da Fixação da Foz do Rio Araranguá. Prefeitura Municipal de Araranguá – Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente. Setembro de 2009, p. 23.

Optou-se por replicar a imagem do estuário do rio Araranguá (presente na introdução, adicionadas duas linhas referentes ao local de realização da obra) para facilitar a compreensão do leitor acerca da proposta contida no documento analisado. Pondera o EIA-RIMA que esta alternativa locacional apresentará uma boa eficiência hidráulica, mas afetará diretamente a comunidade pesqueira de Ilhas. Outra questão apresentada é a existência de um sítio arqueológico no local que necessitaria de um trabalho de salvamento. Há uma variação da alternativa 1 em que o canal norte poderia ser aterrado.

Sobre as características da obra destaca-se a construção de dois molhes mediante enrocamento. Um no sentido nordeste (NE), totalizando a extensão de 1.151 m, dividido em três trechos:

O primeiro trecho é curvo com um seguimento de arco de 247 metros de extensão voltado para sudoeste. Este seguimento subentende um ângulo de 90° e possui um raio de curvatura de 153 metros. O segundo trecho do molhe está afastado do primeiro cerca de 50 metros, com um seguimento de 665 metros de extensão. O terceiro e último trecho é reto, e possui uma extensão de 246 metros até o centro do cabeço do molhe que está assentado numa profundidade de 5,5 metros³¹⁰.

O segundo molhe a sudoeste (SW) seria o responsável por suportar as ondas provocadas nos períodos de ressaca, vindos da direção sul (S) e sudoeste (SW). Teria uma extensão de 1.202 m, também dividida em três trechos. “O primeiro trecho curvo, possui uma extensão de 220 metros, subentende um ângulo de 61° limitado por um raio de curvatura de 223 metros de extensão. O segundo trecho é reto e atinge uma extensão de 825 metros. O terceiro trecho possui uma extensão de 154 metros, um ângulo de 12° e um raio de curvatura de 750 metros”³¹¹. A distância entre os dois cabeços da barra seria de 260 metros.

A alternativa 1 era a que levava o apoio do poder público municipal. Em todos os documentos oficiais produzidos para realizar a Fixação da Barra do Rio Araranguá, esta sempre foi colocada acima de outras alternativas possíveis. Inclusive, em reunião datada do dia 5 de setembro de 2009, realizada na localidade de Ilhas, para apresentar o projeto à comunidade e discutir as alternativas locais, ficou candente o descontentamento dos pescadores e demais moradores com o projeto apresentado. Cabe mencionar que o evento contou com a presença de representantes da OAB, UAMA, ONG Sócios da Natureza, Colônia de Pescadores Z-16 e Associação de Moradores de Ilhas. O prefeito, Mariano Mazzuco, não esteve presente devido a problemas de saúde.

O responsável pela interlocução com a comunidade foi o engenheiro Edney Farias, representante da empresa que elaborou o EIA-RIMA, a Engera. Farias ponderou o que seriam duas certezas verificáveis após a conclusão da obra: primeiro, que as inundações no bairro Barranca teriam a diminuição de até um metro do nível das águas do rio Araranguá em período de cheias; segundo: caso não ocorressem dragagens periódicas nos molhes a barra fecharia em menos de um ano, independentemente do local de fixação. O intuito da reunião seria, além de garantir uma alternativa sólida para combater a ocorrência de enchentes e inundações, principalmente, no bairro Barranca, também garantir à comunidade de Ilhas melhorias a prática

³¹⁰ ENERGIA, 2009, p. 39.

³¹¹ *Ibidem*, p. 39.

de navegação e pesca artesanal. Porém, o então presidente da Colônia de Pescadores Z-16 (Ilhas), Adeirde Lemos Pedroso, em reportagem publicada pelo *Sem Censura*, ressaltou: “o objetivo da obra é acabar com as cheias, mas é preciso ver os dois lados, pois se ela for construída próxima ao Yate Clube, onde já foi aberta várias vezes, acabará com a nossa comunidade”, afirmou³¹². Os pescadores de Ilhas defendiam uma segunda alternativa locacional em que os molhes fossem construídos próximos à sua localidade. Deste modo, a pesca seria impulsionada e a comunidade preservada da erosão (aprofundaremos estas questões no tópico a seguir).

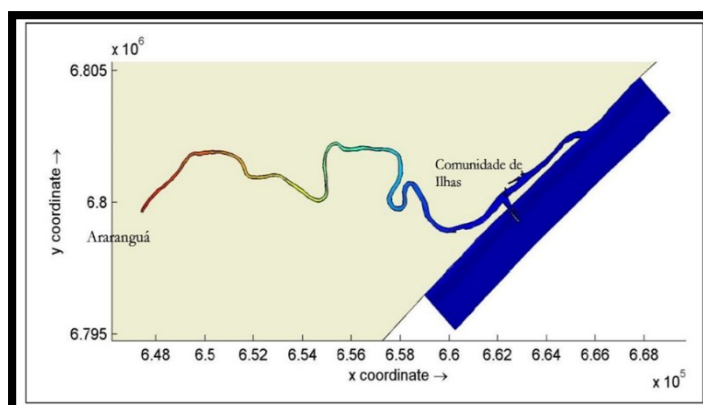
Foi com base nestes anseios que se elencou a alternativa 2 no EIA-RIMA. Conforme o documento, esta seria:

Figura 28 – Vista aérea da Barra do rio Araranguá. Foto: Tadêu Santos.



Fonte: rioarangua.blogspot.com.br (online).

Figura 29 – Alternativa Locacional 2 (ENGERA) para a Fixação da Barra do Rio Araranguá



³¹² RECCO, Itaionara. Pescadores Querem Fixação da Barra Em Ilhas. **Sem Censura**. Araranguá, 08 de setembro de 2024, p. 07.

Fonte: ENERGIA E MEIO AMBIENTE – ENGERA. RIMA - Relatório de Impacto Ambiental da Fixação da Foz do Rio Araranguá. Prefeitura Municipal de Araranguá – Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente. Setembro de 2009. P. 24.

De acordo com o EIA-RIMA a alternativa 2 apresenta uma boa eficiência hidráulica, semelhante à estudada na alternativa 1. Não havendo grandes oscilações entre ambas. Além de que não afetaria os moradores da localidade de Ilhas e não haveria a necessidade de nenhum salvamento arqueológico, pois não há sítios no local. O único contraponto a ser mencionado é o de que, enquanto a alternativa 1 demandaria menor manutenção, a alternativa 2 se enquadraria à categoria de média manutenção. Outro ponto equivalente é o impacto ambiental ao meio natural e ao não humano, “diante de uma mesma taxa de transporte de sedimentos ao longo da costa e dos padrões de correntes homogêneos reinantes na região espera-se que esse impacto seja semelhante para todas as alternativas, havendo sempre acúmulo de sedimentos ao Sul das obras e erosão ao Norte”³¹³.

Neste primeiro momento a única voz isolada que ponderou que a palavra final sobre a realização da obra deveria ser dada pelo saber científico foi o do ambientalista Tadeu Santos em sua coluna semanal no periódico *O Tempo*. Mesmo se colocando a favor da obra, de acordo com a alternativa 2, Santos pondera que, caso a avaliação seja em prol de sua não realização, tal perspectiva deve ser levada em consideração. Em suas colunas o ambientalista ressalta a preocupação com o impacto ambiental que poderá ser gerado ao ecossistema local, a salinização do rio (afetando a rizicultura irrigada) e um possível aumento no tempo de duração das inundações caso a maré não permita a vazão do excedente hídrico das chuvas para o oceano Atlântico³¹⁴. Inclusive, Santos pontua que em outros locais do mundo esta alternativa de fixação de estuários foi realizada (Europa e Japão) e o processo teve de ser revertido pois não se atingiram os objetivos propostos³¹⁵.

Apesar das discordâncias com relação ao local de realização da obra, o clima de euforia perdurou entre membros da administração pública municipal e imprensa. Tanto que acreditava-se que até o mês de janeiro do ano de 2010 as obras deveriam ter início³¹⁶. Neste momento, os que tentavam vender suas residências no bairro Barranca retrocederam a possíveis negócios pelo fato de que nos meses subsequentes registrou-se uma valorização dos imóveis no bairro. Pois, com o possível fim das constantes cheias e com a construção de uma nova ponte

³¹³ ENERGIA, 2009, p. 26.

³¹⁴ SANTOS, Tadeu. Coluna Cidadania Ambiental. **O Tempo**. Araranguá, 24 de junho de 2009, p. 08.

³¹⁵ SANTOS, Tadeu. Coluna Cidadania Ambiental. **O Tempo**. Araranguá, 09 de setembro de 2009, p. 08.

³¹⁶ SOMENTE em 2010. **Sem Censura**. Araranguá, 17 de setembro de 2009, p. 03.

responsável por interligar o bairro Barranca ao Centro de Araranguá, essa tenderia a atrair o interesse de novos moradores e demais investimentos³¹⁷.

Entretanto, rapidamente a euforia se esvai devido à ausência de novidades sobre o tema, e a ainda não aprovação do licenciamento ambiental frente ao Ibama e MPF. Em meados de 2010 as primeiras críticas dos impressos locais ao prefeito Mariano Mazzuco (PP), devido à demora em concretizar a obra, ganham corpo. Em sua coluna política, o jornalista (e dono do *Sem Censura*) José Luís de Jesus tece profundas críticas a Mariano:

São muito prejudiciais em suas ações efetivas que, até parece que eles têm a agilidade da lesma, quando é para defenderem os interesses da sociedade. A parte do município de Araranguá, representado pelo alcaide, para a realização da obra de fixação da barra é a elaboração do projeto. Até hoje, Mariano não deu jeito, até hoje, Mariano não mostrou competência comprovada, interesse verdadeiro, genuíno (congruente) em fazer este projeto. Está somente enrolando, enrolando, empurrando com a barriga, a conclusão desse projeto. Já deu tempo suficiente de realizar dois, três e até quatro projetos desta natureza, e até agora nada! Prefeito Mariano, alcaide de Araranguá, chega!³¹⁸

Em comparação ao ano de 2009 o número de reportagens sobre a Fixação da Barra do Rio Araranguá em 2010 caiu para menos de um terço. Praticamente não houve menções acerca de atualizações sobre o tema, despertando críticas de setores costumeiramente alinhados com o poder público municipal. Tanto que as esperanças para a retomada do projeto voltam-se para o ano seguinte.

Nos primeiros meses do ano de 2011 a busca por aprovar o licenciamento ambiental novamente ganha fôlego. Em janeiro é apresentado um novo EIA-RIMA, produzido pela empresa Acquaplan – Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda. O motivo para a construção de um novo estudo se deu por parecer do Ibama que requisitava a readequação de imprecisões contidas no EIA-RIMA/ENGERA, além de atualizar os valores do projeto de acordo com a inflação.

Cabe uma rápida apresentação das alternativas locais elaboradas pelo EIA-RIMA/ACQUAPLAN de modo a tornar compreensíveis os debates que se sucederam até a audiência pública do dia 4 de outubro de 2011. O intuito do estudo é viabilizar uma alternativa para mitigar o impacto da ocorrência de enchentes e inundações em Araranguá, para isto, aumentando a sua vazão hídrica em direção ao oceano Atlântico. Já na apresentação há uma

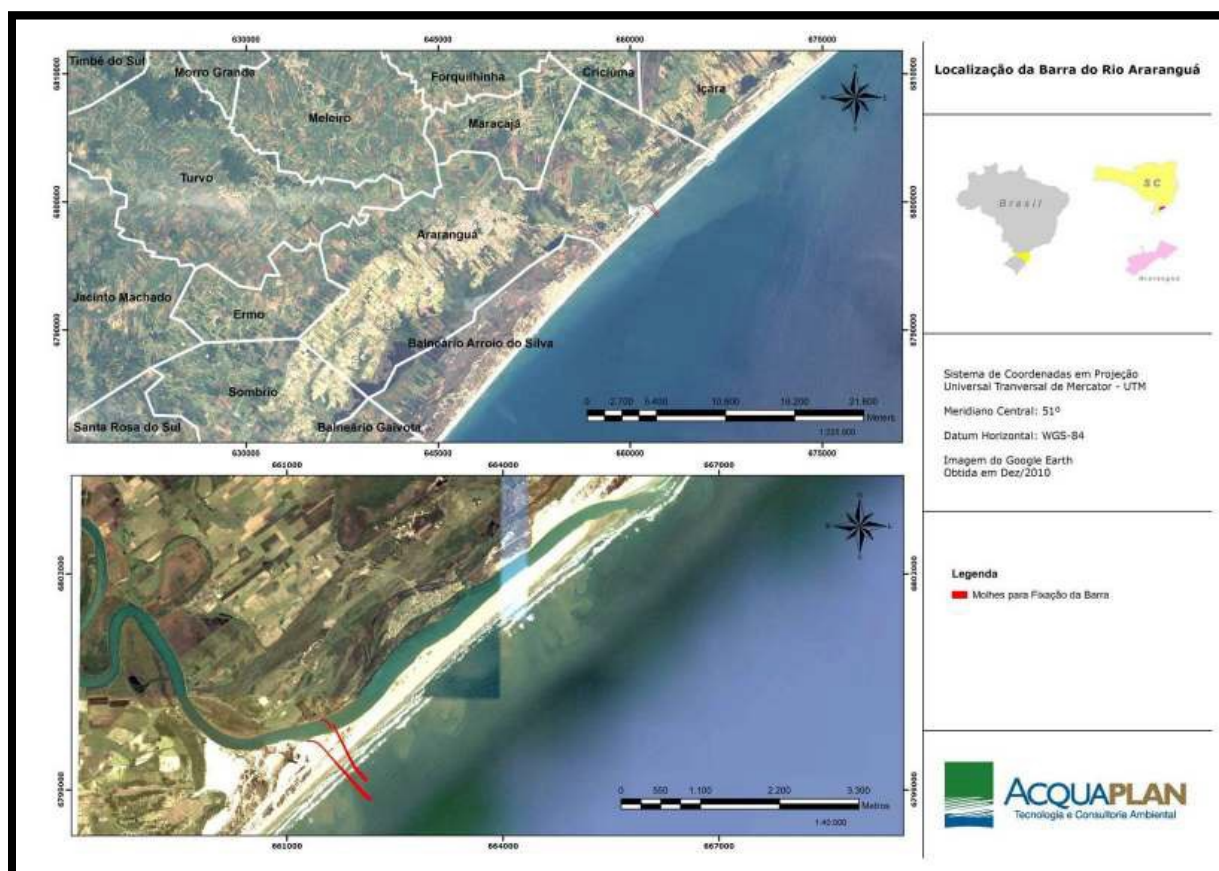
³¹⁷ CORAL, Greicy. Fixação da Barra e Construção de Ponte Valoriza Imóveis em Araranguá. **Sem Censura**. Araranguá, 06 de janeiro de 2010, p. 08.

³¹⁸ JESUS, José Luís de. A Lentidão das Ações do Governo Mariano. **Sem Censura**. Araranguá, 14, 15 e 16 de maio de 2010, p. 03.

revisão acerca das maiores inundações registradas na história de Araranguá. Agora, as populações costumeiramente atingidas pelos desastres, moradores do bairro Barranca e da localidade Baixadinha, são citadas diretamente como foco para resolução das problemáticas envolvidas, além dos impactos provocados pela interdição da Rodovia BR-101, que prejudicaria o escoar das produções econômicas de todo o sul da América Latina³¹⁹.

A estrutura de construção dos molhes NE e SW manteve-se o mesmo do EIA-RIMA/ENGERA, não cabe aqui citá-los novamente. Um ponto de destaque é que, apesar de uma série de reuniões efetuadas pela PMA com a comunidade de Ilhas, entre os anos de 2009 e 2011, para discutir o melhor local para realizar a obra, o estudo da ACQUAPLAN sustentou a manutenção da alternativa 1 sabendo da oposição que esta geraria. Segue abaixo a localização de construção dos molhes recomendados pelo presente estudo no capítulo III, intitulado: *Dados do Empreendimento*:

Figura 30 – Alternativa Locacional 1 (ACQUAPLAN) para a Fixação da Barra do Rio Araranguá



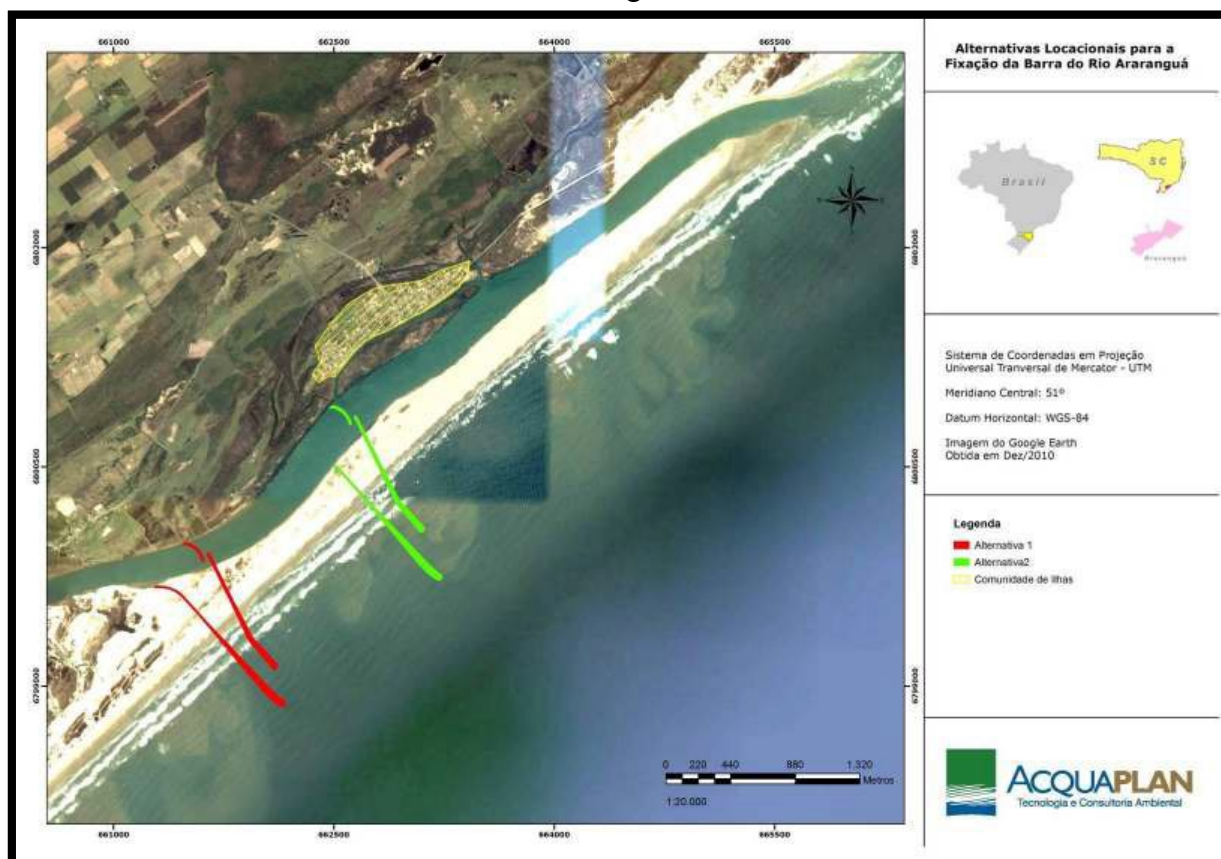
³¹⁹ ACQUAPLAN Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Fixação da Barra do Rio Araranguá, SC.** Prefeitura Municipal de Araranguá, 2011, p. 44-50.

Fonte: ACQUAPLAN Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda. Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Fixação da Barra do Rio Araranguá, SC. Prefeitura Municipal de Araranguá, 2011, p.54.

Em conjunto ao objetivo principal, que seria a redução ao impacto causado por desastres socioambientais no município de Araranguá, o EIA-RIMA/ACQUAPLAN elencou como objetivos secundários: “melhoria das condições de navegação de embarcações pesqueiras, principalmente, das comunidades situadas próximas ao empreendimento; valorização da cultura de comunidades tradicionais situadas às margens do ambiente estuarino; e desenvolver o turismo e a cultura náutica na região”³²⁰. Curiosamente, de acordo com os questionamentos apresentados pelos moradores de Ilhas e por representantes de sua colônia de pescadores (Z-16), através da imprensa local, a implementação da alternativa 1 ocasionaria justamente o oposto do pretendido pelos objetivos secundários.

No capítulo *V – Alternativas Tecnológicas e Locacionais*, é citada como alternativa 2 a que melhor atende às ponderações da comunidade de Ilhas. Segue abaixo:

Figura 31 – Alternativa Locacional 2 (ACQUAPLAN) para a fixação da Barra do Rio Araranguá



³²⁰ ACQUAPLAN, 2011, p. 50.

Fonte: ACQUAPLAN Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda. Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Fixação da Barra do Rio Araranguá, SC. Prefeitura Municipal de Araranguá, 2011, p. 165.

Percebe-se que não há mudanças com relação ao que foi proposto no estudo de 2009. A alternativa 1 situa-se a 1,5 km ao sul da comunidade de Ilhas enquanto a alternativa 2 fica em frente a esta. A distância entre ambas as alternativas locacionais é de 2 km. Com o adendo de que a segunda possibilitaria “manter as mesmas condições de navegabilidade da comunidade de Ilhas com o rio Araranguá e facilitaria o acesso das embarcações ao mar”³²¹. E, com relação aos aspectos hidráulicos, as conclusões formuladas pelo EIA-RIMA/ACQUAPLAN são as mesmas do anterior elaborado pela empresa ENGERA, ao qual:

Comparando os níveis de água no interior do canal para um evento de vazão extrema no rio Araranguá, observa-se que os resultados obtidos para as alternativas 1 e 2 são muito similares, sendo verificada uma diminuição do nível da água ao longo do rio em ambas alternativas, quando comparadas ao Cenário Atual³²².

Desta maneira não é difícil prever que o ano de 2011 suscitaria as mesmas oposições geradas nas reuniões anteriores. E de fato isto se concretizou. Destacam-se dois principais impasses ligados à busca pela aprovação do licenciamento ambiental para a Fixação da Barra. O primeiro foi a continuidade de inconsistências presentes no estudo, tanto que as revisões necessárias ao projeto atrasaram a realização da audiência pública com representantes do Ibama, MPF e comunidade em geral (última etapa para o parecer final ser emitido). Inicialmente, foi cogitado marcar a audiência para o mês de junho, mas teve de ser reagendada para o dia 4 de outubro.

Sobre este aspecto, o geólogo e então presidente do COAMA, Saulo de Luca, teceu comentários em publicação no periódico *Enfoque Popular*³²³, acerca da primeira reunião de apresentação do novo EIA-RIMA/ACQUAPLAN, ocorrida no auditório da SAMAE-Araranguá, no dia 3 de junho. O ponto questionado pelo geólogo é o de que os mesmos problemas diagnosticados no estudo anterior mantiveram-se no novo estudo, ainda sem respostas concretas.

³²¹ *Ibidem*, p. 164.

³²² *Ibidem*, p. 166.

³²³ Em 2010 acabaram as publicações do *Sem Censura* disponíveis para consulta no Arquivo Histórico de Araranguá (o periódico encerrou suas atividades no ano de 2016). E a partir de 2011 iniciaram-se as publicações do periódico *Enfoque Popular* (recém-criado), propriedade do antigo colunista e gerente-geral do *Sem Censura*, o jornalista Everaldo Silveira. Estas informações foram obtidas em conversa com Everaldo. Ao qual o mesmo relatou que a tiragem média diária do *Enfoque Popular*, no período estudado, era de 2.000 exemplares. Atualmente o periódico tem publicação semanal, postagens online na: <https://post.tv.br/>. E transmissões diárias pelo Youtube no canal: <https://www.youtube.com/@POSTTVOFICIAL>.

Os principais questionamentos à época e ainda hoje o são: qual o comportamento e intensidade de salinização das águas (cunha salina) e suas implicações na cultura do arroz (que capta água no rio)? Haverá aumento da velocidade das águas do rio com aumento das erosões e desbarrancamentos de suas margens (fato cada vez mais intenso)? Qual a diminuição do nível das águas na zona da BR-101? Como preservar o ecossistema biológico Ilhas mantendo o fluxo hídrico que o alimenta?³²⁴

De acordo com o relato de Saulo, a reunião gerou descontentamento pelas imprecisões apontadas durante a apresentação do novo projeto. Inclusive, se levantou a ameaça pela não aprovação do licenciamento ambiental em função destas questões, caso não fossem sanadas.

O segundo impasse condiz à erosão que a obra geraria no sentido norte dos molhes impactando o modo de vida dos moradores da comunidade de Ilhas. Adeirde Lemos Pedroso, sempre presente nas reuniões, fez mais uma vez o questionamento relacionado às alternativas locacionais apresentadas, e também não obteve uma solução/resposta concreta para os anseios da comunidade.

Apesar da manutenção de inconsistências e impasses a muito debatidos nos últimos anos relacionados ao projeto de Fixação da Barra do Rio Araranguá, a audiência pública com a presença de representantes do Ibama e MPF foi agendada para o dia 4 de outubro de 2011, no auditório do clube *Grêmio Fronteira* (local tradicional de eventos e recreação no município). O periódico *Enfoque Popular* cobriu o evento e expôs os antagonismos que seriam debatidos entre as ponderações do poder público municipal e a comunidade de Ilhas. Com relação ao local de realização da obra, ponderou-se:

A localização da abertura do canal e fixação dos molhes tem gerado divergências entre os técnicos que desenvolveram o projeto e a comunidade de Ilhas. Segundo os estudos, o local da implantação dos molhes será na parte Sul da Barra (alternativa 1 – adendo do autor), pois apontam que quanto mais ao Sul, a eficiência dos objetivos será maior, aumentando ainda mais os impactos positivos³²⁵.

Curiosamente, a afirmação com relação à justificativa para manter a obra de acordo com a alternativa 1 não foi encontrada por meio da leitura de ambos os EIA-RIMA aqui estudados. Inclusive, ambos argumentaram que a eficiência hidráulica de vazão em direção do rio para o oceano era praticamente a mesma, conforme citado na presente pesquisa nas páginas anteriores. No que tange aos questionamentos tecidos pelos moradores e pescadores de Ilhas, salientou-se a fala do vice-presidente da Associação de Moradores, Rinaldo Ramos da Rosa (também pescador e proprietário de um restaurante na localidade):

³²⁴ DE LUCA, Saulo. A Barra (Rebelde) do Rio Araranguá. **Enfoque Popular**. Araranguá, dia 10-12 de junho de 2011, p. 04.

³²⁵ POSSAMAI, Maiara. Dia Histórico Para o Vale do Araranguá. **Enfoque Popular**. Araranguá, 04 de outubro de 2011, p. 05.

“Tenho três gerações aqui, vivo nesse local e conheço sua realidade. Sei que se os molhes forem implantados ao Sul, quando houver enchente, as águas irão passar por trás da nossa comunidade e também de Morro Agudo, não será nem um pouco positivo para nós. Eu fui com os técnicos nos locais em que fizeram os estudos e temos algumas ideias que podem melhorar ainda mais o projeto. Nossa comunidade nunca foi ouvida, por isso se está gerando uma polêmica, mas esperamos resolver isso da melhor maneira hoje, 4, durante a audiência. Vamos levar nossas ideias e esperamos convencer os técnicos de que a obra será mais eficaz se realizada ao Norte de Ilhas”³²⁶.

As tensões marcadas por discordâncias e insuficiências do EIA-RIMA, reportadas pelos periódicos locais, não se fazem presentes na ata que registrou o andamento da audiência pública. Com início às 19h30 do dia 4 de outubro e encerramento à 1h03 do dia seguinte, totalizou apenas uma página de registro. De maneira breve, o relato contido no documento apresenta a composição da mesa que organizou os trabalhos, formada por: Leandro Hartleben Cordeiro (Presidente da Audiência – Coordenador Substituto de Portos, Aeroportos e Hidrovias, da Diretoria de Licenciamento do Ibama de Brasília); Najla Vilar Aires de Moura (Secretária Executiva); Mariano Mazzuco (Prefeito de Araranguá); Emílio Dolichney (ACQUAPLAN); Rafael Bonamata (CPE); e Darlan Aírton Dias (Procurador da República). Composta a mesa, foi lido o regimento da audiência e apresentados o intuito e etapas de aprovação padrão de um licenciamento ambiental. Seguido da mostra de um vídeo informativo acerca da ocorrência de enchentes e inundações em Araranguá e da apresentação do EIA-RIMA. Após esta primeira etapa estabeleceu-se um intervalo de 15 minutos. A segunda etapa foi marcada pelas perguntas da população, mediada por Leonardo Tiscoski (Secretário de Planejamento, Indústria e Comércio do Município de Araranguá). Acerca dos questionamentos, foi registrado o seguinte: “inicia a leitura das perguntas e a chamada dos participantes aos questionamentos orais, com as respostas pelos membros da mesa. Concluídos os questionamentos, a uma hora e três minutos do dia cinco de outubro de dois mil e onze, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e dá por encerrado os trabalhos”³²⁷.

A ata da audiência pública³²⁸ acabou por não registrar as tensões e os questionamentos apresentados pelos moradores da comunidade de Ilhas. E, também, silenciou os debates em

³²⁶ *Ibidem*.

³²⁷ **ATA da Audiência Pública Para Discussão do Estudo de Impacto Ambiental e Respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA - Referente ao empreendimento Fixação da Barra do Rio Araranguá.** Realizado no Grêmio Fronteira, Araranguá, no dia 04 de outubro de 2011. 1 p. Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Araranguá.

³²⁸ Cabe citar que, no decorrer da pesquisa, nos mais variados locais de consulta, quando eu citava a referida audiência, de maneira unânime, os que se fizeram presentes citaram a tensão no momento dos questionamentos. Principalmente, relacionado ao local de realização da obra e a discordância da comunidade de Ilhas com a alternativa 1.

torno de insuficiências técnicas do EIA-RIMA, já pontuadas em páginas anteriores. O documento, curiosamente, passa a impressão de um evento transcorrido dentro dos conformes, sem maiores discordâncias. No entanto, a audiência pública do dia 4 de outubro, conforme parecer do MPF, apresentou os mesmos embates entre o ponto locacional de realização da obra, questionamentos acerca dos impactos à agricultura (devido a uma possível salinização do rio) e efetividade para diminuir a ocorrência de enchentes e inundações. Logo, ocorreu um silenciamento destes pontos durante a elaboração da ata de audiência pública.

Conforme a *Recomendação nº 32/2011*, da Procuradoria da República no município de Criciúma, assinado por Darlan Airton Dias, no dia 20 de outubro, contendo o total de 12 páginas, seguem algumas das considerações salientadas pelo Procurador, evidenciando mais uma vez os pontos de discordâncias e inconsistências apontados no EIA-RIMA/AQUACPLAN:

Considerando que o principal objetivo declarado da obra de fixação da barra do rio Araranguá consiste em amenizar os efeitos das cheias naquele rio; **considerando** que, no entanto, o EIA não estudou as causas das referidas cheias e não apresentou alternativas tecnológicas para evitá-las ou amenizá-las, partindo do inexplicável pressuposto de que a fixação da barra é a única alternativa existente. [...]. **Considerando** que, durante a audiência pública realizada em 04.10.2011, a ausência de uma alternativa locacional mais ao norte foi a reclamação mais recorrente. [...]. **Considerando** que [...], devido à perda de vazão a que o “braço morto” do rio estará destinado, seguindo-se a formação de dunas frontais sobre o depósito praiado no local de fechamento, circunstância que impedirá extravasamentos sobre a barreira nos eventos de cheias; **considerando** que, apesar disto, a modelagem computacional da eficiência da obra supõe que a desembocadura atual continuará aberta, contrariando todas as evidências técnicas. [...]. **Considerando** que o aumento de salinidade poderá comprometer e até inviabilizar a cultura de arroz, que é uma das principais atividades econômicas do vale do Araranguá. [...]. **Considerando** que a matriz de avaliação de impactos ambientais apresentada no EIA-RIMA é tendenciosa, pois supervaloriza os impactos positivos e minimiza os negativos; por exemplo, a soma de todos os impactos decorrentes do fechamento, do assoreamento e da eutrofização do antigo leito (“braço morto”) – que afetará toda uma comunidade de pescadores – tem menos peso do que um único impacto positivo, a “potencialização da pesca esportiva”. [...] **Resolve: Recomendar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**, na pessoa de seu presidente, Curt Trennepohl, e de sua diretora de licenciamento ambiental, Gisela Damm Forattini, **que se abstenha de conceder qualquer licença ambiental para a obra de fixação da foz do rio Araranguá**, proposta pelo Município de Araranguá, sem prejuízo de nova análise caso seja apresentado novo EIA/RIMA que supere todas as deficiências apontadas nessa Recomendação e no Parecer Técnico nº 054/2011 que o acompanha³²⁹.

Cabe destacar que o documento também questiona o Plano Diretor do município que continua a permitir a construção de residências em áreas de risco, a falta de discussão relacionada a alternativas que não necessitam de intervenção na Foz do Rio Araranguá, como

³²⁹ DIAS, Darlan Airton. **Recomendação nº 32/2011**, 20 de Outubro de 2011. Santa Catarina, Procuradoria da República no município de Criciúma. 12 páginas. Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Araranguá.

a construção de *polderes*³³⁰, presentes em países como a Holanda, por exemplo. E, também, destaca que a construção dos molhes implicará a interrupção ou declínio vertiginoso no abastecimento eólico local, resultando, no pior dos cenários, em uma possível extinção das dunas presentes no principal ponto turístico e patrimônio natural do município, que compõe as falésias do Morro dos Conventos.

Em edição do dia 7 de novembro de 2011, publicado pelo periódico *Enfoque Popular*, o editorial com reportagem de capa repercute o documento enviado pela Procuradoria da República ao Ibama, em que, após análise do EIA-RIMA e audiência pública, recomenda a não aprovação do licenciamento ambiental. Para o já citado presidente do COAMA, Saulo de Luca, a recomendação não foi uma surpresa, pois:

“O COAMA recebeu cópia da recomendação 032/2011 do Ministério Público Federal e não foi surpresa a sua recomendação final ao IBAMA de “abster-se de emitir a Licença da Obra”, devido a uma série de irregularidades legais e técnicas, enumeradas no trabalho apresentado. Não foi surpresa, pois eram questões que o Conselho Ambiental e o Comitê da Bacia do Rio Araranguá já vinham solicitando há muito tempo, ou seja, o documento do MPF incorpora essas questões importantes e não resolvidas”, declarou³³¹.

A negativa acabou por demandar uma articulação da PMA com o Ibama para prorrogar o prazo de readequação do EIA-RIMA às recomendações argumentadas em documento pelo MPF. Pois o prazo final de manutenção da verba federal para realização da obra seria até o dia 20 de dezembro de 2011, de acordo com reportagem do periódico *Enfoque Popular*. Conseguiu-se prorrogar o prazo para o ano seguinte³³².

Mas, antes de analisar os desdobramentos dos anos de 2012-2014, que, mais uma vez, acabaram pela não concretização do projeto de fixar o estuário do rio Araranguá mediante a construção de molhes, propõe-se no tópico seguinte estudar as demandas e contrapontos apresentados pelos moradores/pescadores da comunidade de Ilhas, acerca da referida obra, por meio de entrevistas realizadas *in loco*.

³³⁰ Os terrenos baixos são chamados de polders, planícies que são protegidas continuamente de alagamentos por meio de diques e dessecamento, visando à sua utilização na agricultura ou como moradia. O sistema de polders é composto por diques (muros), reservatórios, dutos e bombas. Quando ocorrem chuvas de grande intensidade, os diques fazem o trabalho de isolamento da água, e o volume é coletado numa espécie de piscina, que fica numa área próxima da estrutura. BORTOLON, Eugênio. Porto Alegre deveria ouvir holandeses sobre gestão de águas, e não ficar restrita a consultoria. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 29 de maio de 2024 (edição online). Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2024/05/29/porto-alegre-deveria-ouvir-holandeses-sobre-gestao-de-aguas-e-nao-ficar-restrito-a-consultoria>. Acesso em: 21 jan. 2025.

³³¹ POSSAMAI, Maiara. Barra Ameaçada. **Enfoque Popular**. Araranguá, 07 de novembro de 2011, p. 07.

³³² SILVEIRA, Everaldo. Fixação da Barra Ganha Novo Fôlego: Prorrogação Até 2012. **Enfoque Popular**. Araranguá, 23 a 25 de dezembro, p. 03.

6.2 OS MORADORES DE ILHAS E A FIXAÇÃO DA BARRA: DISCORDÂNCIAS E ALTERNATIVAS

Em conjunto com as comunidades de Canjicas, Morro Agudo, Rio dos Anjos, Espigão da Pedra, Lagoa Mãe Luzia e Barra Velha, Ilhas compõe o zoneamento do Distrito Hercílio Luz³³³. Situada ao norte do município de Araranguá, a localidade conta com uma média de 100 famílias residentes e 400 associados à Colônia de Pescadores Z-16³³⁴. Atualmente a população desenvolve atividades ligadas ao turismo, devido à exuberante paisagem local durante o verão que atrai moradores de outras regiões do sul do país, e a pesca que mescla aspectos tanto da cultura açoriana quanto da cultura indígena. Área esta que, durante os séculos XVII e XVIII, denotou para um ponto de parada estratégico durante a colonização portuguesa no Sul Catarinense. Segue abaixo uma imagem com a localização de algumas destas comunidades que serão citadas nas páginas adiante.

Figura 32 – Localização da Comunidade Pesqueira de Ilhas



Fonte: Google Earth, 2024.

³³³ SOUZA, Gabriel Cruz de. **As artesãs irmãs Souza: visibilidade e arte popular em Santa Catarina (Araranguá, 1980)**. 188 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017, p. 27.

³³⁴ BORGES, C.; FREITAS, R. R.; MELO, A. Y. I. Vulnerabilidade e capacidade adaptativa de uma comunidade pesqueira pós-furacão Catarina. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v. 12, n. 5, p. 655-670, 2021, p. 657. (Ponderam os autores, que os dados apresentados são referentes ao ano de 2016).

Importante frisar, antes de aprofundar a temática que abrange as discussões em torno do projeto de Fixação da Barra do Rio Araranguá, o modo particular de interação com a natureza erigido pelos ribeirinhos. De acordo com os relatos, o rio já se fazia presente nas primeiras memórias dos entrevistados, no qual a prática de pesca era um saber construído ainda durante a infância e início da adolescência.

Em um cotidiano marcado por brincadeiras comuns na infância vivenciada pelos pescadores entrevistados nos anos de 1960/70, como jogar peão, futebol, bolinha de gude entre outros, seu Hamilton Vieira Valério, pescador aposentado, conta que aprendeu a pescar com 14 anos de idade, com o seu irmão. Natural do Morro Agudo, mudou-se para Ilhas em 1981, após casar no ano de 1980. De uma família de pescadores, seu Hamilton conta que os métodos de pesca mais utilizados eram a tarrafa³³⁵ (manuseada pelo pescador, é lançada quando este avista um cardume), a rede (maior do que a tarrafa em extensão, é colocada em um ponto específico do rio ou mar no início da noite e retirada ao amanhecer) e a linha de boleio:

Hoje é molinete, né. Mas antigamente era no boleio mesmo. Tinha que boleia, jogar, pegava muita papa-terra. Botava um pauzinho no chicote, botava cinco anzóis, seis. Boleava na garrafa, jogava lá no meio do rio e sempre pegava. Pegava o bagre leitão, que é o bagre mais miúdo, que é uma qualidade de bagre. Tem várias qualidades, mas a nossa aqui era o bagre leitão, o bagre branco, o juru bebê. Todos esses nomes que eram os bagres que se pegava. Eu, inclusive, peguei vários bagres de 15 kg, na época, de linha. Tudo de linha. Isso não era só eu, né, eram várias pessoas que pegavam³³⁶.

A atividade, além de demandar conhecimento das marés e ventos, adquiridos por meio da vivência e convivência com os mais experientes, exigia força e destreza. Seu Hamilton, ao recordar suas memórias de fins da infância e início da adolescência, assim o faz sempre em referência ao tempo presente. Em tom de comparação pontua entre quando não se fazia o uso de motor nas canoas para a prática de pesca e agora, em que também as pequenas embarcações já contam com o uso de tal utensílio.

De primeiro existia bem menos gente e não tinha motor, era tudo a remo. A canoa era canoa a remo. Então, tu pescava em dois, durante o dia tu pegava vinte tainhas, trinta. Mas tu passava muito trabalho, porque tu tinha que remar. Por exemplo, daqui até lá na Canjicas é longe, são 10 km. Vamos supor que tu ir a remo em dois, até tu chegar lá, já sente um pouco de cansaço. Daí tu tarrafeia e na volta tem mais a questão do vento que atrapalha. Daí tu cansava muito. Mas tu pegava. Se tu passasse umas cinco

³³⁵ Rede de pesca, de forma circular, de malha fina, com peso nas bordas e um cabo fino no centro pelo qual é puxada. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/dNpNw/tarrafa/>. Acesso: 24 out. 2024.

³³⁶ VALÉRIO, Hamilton Vieira (66 anos de idade). Entrevista concedida à Jonatã Vieira Clemes. Araranguá, 10 de junho de 2024.

horas lá pescando, tu sempre pegava vinte, trinta. Então, hoje tu tens o motor, daí tu não te cansa. Tu liga o motorzinho: “vou lá em cima”. Em questão de dez minutinhos tu tá lá em cima, tu não tá cansado. Aí, tu vai lá, se tu tarrapear cinco horas tá sujeito tu pegar mais quantidade ainda. [...] A remo nós ia, dois guris, né. Meu irmão era três anos, quatro anos mais velho que eu só. Ele já era pescador profissional, eu já tava começando. Mas às vezes ele batia com o remo na minha cabeça, que eu não fazia certo! Mas tudo era pra aprender³³⁷.

As memórias de seu Hamilton apontam um aspecto interessante sobre o uso da fonte oral argumentado pelo historiador Antonio Torres Montenegro, em capítulo publicado na obra: *História Oral, Desigualdades e Diferenças*. Quando questionado acerca da validade do uso da memória na pesquisa histórica, o autor, fundamentado nas leituras de Bergson, pondera que o intuito da entrevista não é atingir o retorno ao passado tal como este ocorreu, mas de compreendê-lo enquanto uma memória da memória, “haja vista que ela se interliga de maneira inseparável às impressões apreendidas pela percepção a qual nos mantém em contato com o mundo ao nosso redor. E esta, em seu devir infundável, estaria permanentemente apresentando novos acontecimentos, situações e experiências”³³⁸ e, conseqüentemente, possibilitando outras maneiras de reflexão sobre aquilo que designamos enquanto realidade.

Seu Beline Aparício Geraldino, pescador e dono de um dos restaurantes que abastece o público de turistas que visita a localidade, conta que aprendeu a pescar aos 12 anos com o seu irmão, sendo de uma família de pescadores. Além de citar a presença na região de diferentes espécies de peixes, como: anchova, linguado, peixe-rei, papa-terra, corvina, robalo, tainha (temporada de pesca entre maio-julho) e o bagre (temporada de pesca em outubro). Conta sobre as especificidades de cada tipo de rede utilizada, como a tarrafa, que possui em média 24 braças, pode ser utilizada tanto à margem do rio e do mar quanto em pequenas embarcações, e a rede que possui uma maior variação de tamanhos. “Tarrafa é nesses caíco (embarcação menor) com esse motorzinho de polpa, de motor de cinco. [...] Rede de 60 braças botava no caíco. A do barco era... rede de linguado era de 3 mil braças. Rede de enchova era mil braças de rede”³³⁹.

Ainda sobre as primeiras vivências dos pescadores da localidade de Ilhas, cabe destacar o relato de Adeirde Lemos Pedroso, mais conhecido como Dirde. Foi presidente da Colônia de Pescadores Z-16, entre 1994-2016, sendo uma importante figura nas audiências públicas organizadas pela PMA no que tange a representar os interesses dos pescadores que seriam

³³⁷ Valério, Hamilton, *op. cit.* Entrevista.

³³⁸ MONTENEGRO, Antonio Torres. **Travessias e Desafios**. In: LAVERDI, Robson *et al.* **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. da UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012, p. 46.

³³⁹ GERALDINO, Beline Aparício (64 anos de idade). Entrevista concedida à Jonatã Vieira Clemes. Araranguá, 05 de junho de 2024.

afetados pela Fixação da Barra do Rio Araranguá, conforme a alternativa 1. Sobre o aprendizado da pesca, Dirde recorda:

Comecei a pescar com 11, 12 anos. Já comecei a tarrafejar. A gente ia lá, tinha a fila, né, a colônia que cuidava da pesca, era muito organizado aqui. Quem não tinha carteira não podia ir lá pra fila. Tinha a fila dos peru, que a gente dizia, que era quem não tinha documento, tinha outra fila mais atrás. E a pesca com botos era livre, todo mundo podia (participar). Mas os bons não deixavam o cara chegar perto!

A organização da pesca durante praticamente todo o século XX se dava através do viveiro. Conforme mencionado por Dirde, estava apto a pescar apenas quem era maior de 18 anos de idade e fosse filiado à Colônia de Pescadores. O viveiro era uma área delimitada a partir de um marco que se estendia entre uma média de 500 m da foz do rio Araranguá em direção ao mar (sentido norte e sul) e 1 km em direção da foz a montante³⁴⁰. Nessa área (destinada à reprodução dos peixes) a pesca era permitida apenas quando o capataz, ligado à Colônia de Pescadores, em horário definido, tocava a buzina para chamar os pescadores e dar início aos trabalhos. “A pesca durava uma média de duas horas e já era o suficiente para encher as canoas e tarrafas. As divisórias ocupadas se davam por ordem de chegada, quem chegasse mais cedo ocupava o melhor lugar, seria o ‘frenteiro’, após uma tarrafada o primeiro ia para o fim da fila e assim por diante, organizando o rodízio”³⁴¹.

Este modelo de organização foi sofrendo alterações nas últimas décadas do século XX, aspecto muito questionado pelos pescadores entrevistados. Principalmente, no que tange à mudança de órgão fiscalizador da pesca, que pertencia a Colônia de Pescadores, e foi deslocada para o Ibama e representação estadual. A pesca predatória (atribuída a pessoas de fora, que não respeitavam o espaço do viveiro) e a poluição do rio Araranguá, em função dos resíduos poluentes da produção de carvão, afetavam diretamente a prática de pesca desenvolvida pelos moradores de Ilhas³⁴². Neste sentido, os pescadores organizaram-se com o Ibama para criar uma portaria a fim de regulamentar a prática de pesca no estuário do rio Araranguá. Os entrevistados relataram incompatibilidades por parte dos órgãos responsáveis em compreender as dinâmicas

³⁴⁰ Esses dados me foram fornecidos pelo senhor Palmede Antônio Pedroso (pescador e morador de Ilhas, hoje já falecido), quando entrevistado por mim em junho de 2015, para a escrita de minha dissertação de mestrado. Possivelmente, esses números sofreram alterações no decorrer do século XX.

³⁴¹ CLEMES, Jonatã Vieira. **Interação ser humano/natureza em Araranguá, SC, através do processo de degradação ambiental do Rio Araranguá - 1900-1950**. 2016, 163 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016, p. 101.

³⁴² Se deu de modo intenso até os anos 2000, com a chamada água de mina, que matava todos os peixes no rio Araranguá. Nos anos decorrentes, os pescadores relataram que houve melhora na qualidade hídrica do rio e não houve mais episódios deste tipo. Para saber mais sobre a presença de água de mina contaminada no rio Araranguá, ver: Clemes, 2016, p. 140-153.

locais de pesca. Por exemplo, a organização do viveiro seria um sistema pesqueiro que garantiria tanto a reprodução dos peixes (período em que a pesca de algumas espécies era proibida) quanto a sua prática nos momentos apropriados. No entanto, esta maleabilidade entre os momentos destinados à preservação e à prática de pesca não foi bem recebida pelos representantes do Ibama. De acordo com Dirde, que participou de várias reuniões para tratar do assunto, a postura dos órgãos responsáveis cobrava uma única alternativa, ou pela proibição ou pela liberação.

Olha, eu fiz mais de dez reuniões aí com o Ibama, com outro órgão que tinha lá que era competente pra essas coisas. Fizemos essa portaria de acordo como a comunidade pediu, como os pescadores disseram que tinha que ser ali, né. Fizemos tudo certinho. A gente deixou a área ali do viveiro, tinha uma base de dois mil metros o viveiro, mas era pra poder pescar quando tivesse peixe! Daí o Ibama disse não, a gente não pode fazer um lugar proibido e aí liberar. Ou é proibido ou não é. O papel aceita tudo, se tu botar que é proibido, mas pode fazer pesca organizada pela colônia, podia, né? Eles disseram que não podia. Daí a gente optou por proibir, então. Porque se o peixe tivesse ali, ele ia sair por outros lados que a gente podia pescar. Só que proibiu, daí eles não deixaram fazer pesca, mas também não cuidaram. O pessoal começou a invadir, a roubar e quem tava se beneficiando eram os caras de fora que vinham e não respeitavam. Os daqui se fossem lá tinha medo de ser punido e o de fora vinha e não tava nem aí, chegava lá botava a rede, botava a tarrafa pescava dentro e ia embora e pronto. Foi aonde começou a bagunçar. Depois que tiraram a autoridade da colônia, acabou-se³⁴³.

Um dos pontos constantemente salientados como algo negativo pelos pescadores foi o deslocamento de responsabilidade com relação à fiscalização de pesca em áreas proibidas, que passou a ser competência da FAMA (a partir de 2016, e, anteriormente, do Ibama e representantes Estaduais), e não mais exclusivamente da Colônia de Pescadores³⁴⁴. Diferentemente deste órgão, os representantes da Colônia se faziam presentes todos os dias na localidade garantindo a preservação do viveiro. Enquanto os órgãos responsáveis aparecem em poucas ocasiões, de maneira esparsa, sendo fácil burlar a penalidade por transgredir os limites de pesca estipulados na Portaria do Ibama nº 44, de 20 de março de 2001, à qual:

Art. 1. Proibir a pesca com tarrafas na faixa de 500m (quinhentos metros) a montante, medidos a partir da foz do rio Araranguá e na praia a uma distância de menos de 200m (duzentos metros) ao norte e ao sul da boca da barra. Art. 2. Proibir a pesca com redes de emalhar fixa ou à deriva na praia, a uma distância de menos de 1000m (mil metros) ao norte e ao sul da boca da barra. [...] Art. 4. Fica permitida a utilização de redes de

³⁴³ PEDROSO, Adeirde Lemos (68 anos de idade). Entrevista concedida à Jonatã Vieira Clemes. Araranguá, 11 de setembro de 2024.

³⁴⁴ Em conversa informal com membros da FAMA, ao qual me autorizaram publicar informações a respeito. De fato, me foi relatado que há dificuldades em fiscalizar a pesca predatória no estuário do rio Araranguá devido ao baixo número de fiscais disponíveis na região. A orientação feita aos pescadores artesanais do Distrito Hercílio Luz é a de, quando estes avistarem alguém cometendo a infração de pescar em áreas proibidas, filmar a placa do veículo dos infratores e encaminhar o vídeo à FAMA para que esta entre com as ações cabíveis na legislação.

emalhar fixa ou à deriva no rio Araranguá a partir de 2.500m (dois mil e quinhentos metros) de sua foz. Art. 5. A instalação das balizas demarcando as áreas proibidas e liberadas à pesca, de acordo com as distâncias acima definidas, será realizada pela Colônia de Pescadores Z-16 sob a supervisão da equipe técnica do IBAMA através da Representação Estadual³⁴⁵.

Cabe destacar que, no ano de 2016, houve a anexação de um artigo, mediante o Decreto Municipal nº 7830, que estipulou a criação de uma reserva extrativista no rio Araranguá. Além de manter os dispostos citados nos artigos da Portaria do Ibama nº 44, anexou no parágrafo VI, do artigo 4º, a proibição da pesca embarcada com rede de emalhar fixa ou à deriva a partir de 2.500 metros a montante do rio³⁴⁶. A responsabilidade pela fiscalização caberia ao órgão municipal FAMA.

Sobre estes documentos oficiais e os conflitos relacionados à fiscalização sobre a pesca predatória, cabem alguns comentários. De modo geral, os entrevistados, quando questionados se sentiam uma diminuição na quantidade de pescados, argumentaram que atualmente sentem uma melhora em comparação a duas, três décadas atrás. Isso se deu em decorrência de alguns fatores. Primeiro, a partir do início dos anos 2000, os pescadores relataram o fim da chamada água de mina, que chegava ao rio Araranguá por meio de seu afluente, o rio Mãe Luzia, localizado no município de Criciúma, onde ocorre a extração mineral de carvão. Esta água, quando descia até o estuário do rio Araranguá, matava todos os peixes que estavam no rio, consequentemente, afetando a prática de pesca, que ficava inviabilizada por cerca de 15, 20 dias. De acordo com os pescadores esta mortalidade não ocorre mais, possibilitando o aumento na quantidade de pescados. No entanto, salienta-se que isto não significa que o rio Araranguá esteja livre da poluição causada pela indústria carbonífera. Apesar da ausência de mortalidade de peixes, o rio Araranguá continua apresentando índice elevado de acidez.

O segundo fator pode estar ligado à utilização de redes prevalentes às tarrafas e às embarcações de médio porte, que possibilitam uma maior quantidade de pescados. No entanto, apesar da melhoria sentida nas últimas décadas, a grande maioria dos filhos de pescadores não segue mais a profissão tradicional de seus pais, passada de geração a geração. Pois, ao mesmo

³⁴⁵ BRASIL. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Portaria 44**, de 20 de Março de 2001. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2001/p_ibama_44_2001_areaexclusao pesca rioararangua_sc.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

³⁴⁶ ARARANGUÁ. **Decreto Nº 7830**, de 27 de dezembro de 2016. Dispõe Sobre a Criação de Uma Unidade de Conservação da Natureza Municipal Reserva Extrativista do Rio Araranguá, e dá Outras Providências. Araranguá: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/a/ararangua/decreto/2016/783/7830/decreto-n-7830-2016-dispoe-sobre-a-criacao-da-unidade-de-conservacao-da-natureza-municipal-reserva-extrativista-do-rio-ararangua-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 28 out. 2024.

tempo que relatam o aumento na quantidade de pescados, os entrevistados salientam a dificuldade em vendê-los. Além dos impactos causados pela pesca predatória, muito aludida pelos moradores da localidade, a pesca esportiva, muito praticada aos finais de semana, acaba por influir na diminuição do interesse em compra de peixes direto com o pescador. Nas palavras de seu Hamilton:

Antes tava mais fácil. De venda é assim ó, as pessoas vinham de lá de Criciúma comprar peixe fresquinho aqui. Hoje ele já vem pescar. Nossa, eu tinha bastante freguês. Bom, quarenta anos aqui eu sempre vendi peixe, sempre tinha peixinho fresquinho e tal, e o pessoal vinha passava aqui e levava 10 kg, 20 kg, hoje esses que compravam meu, vem aí, pescam e pegam mais que eu³⁴⁷.

Portanto, é neste contexto marcado pela ascensão da pesca predatória, perda de centralidade sobre a sua fiscalização por parte da Colônia de Pescadores, diminuição na continuidade do ofício da pesca, até então passado de geração a geração, e uma estabilização na quantidade de pescados sentida nos últimos 20 anos, em que vai se dar a discussão em torno da Fixação da Barra do Rio Araranguá, na comunidade de Ilhas, entre os anos de 2009-2014.

É importante destacar esses pontos, pois a Colônia de Pescadores, décadas atrás, possuía um papel social que ia além da fiscalização e organização da prática de pesca. Em seu espaço físico também funcionava atendimento médico e odontológico, e havia um telefone fixo com horário de funcionamento das 18 horas às 22 horas (isto, após o expediente normal da Colônia que era das 8 horas às 18 horas), disponível para a comunidade. Quando se conseguiu um carro para os afazeres cotidianos dos que trabalhavam na Colônia, em muitos momentos esse também serviu para levar pessoas que necessitavam de atendimento com emergência a hospitais na área urbana de Araranguá e municípios vizinhos. Ou seja, a Colônia de Pescadores era um espaço central de assistência e organização para as demandas da comunidade. À medida que esses serviços foram deixando de ser operacionalizados em Ilhas e deslocando-se a áreas vizinhas, como o Posto de Saúde construído na Cangica, marcou-se o isolamento de Ilhas frente ao município de Araranguá. Atualmente, a Colônia de Pescadores abre apenas dois dias da semana (às terças e às quartas-feiras) por meio período, entre as 8 horas e as 12 horas³⁴⁸.

O primeiro relato selecionado para adentrar o referido tema foi coletado em junho de 2015. Chamou a atenção do presente autor que, à época na entrevista realizada com o senhor Palmede Antônio Pedroso, então com 75 anos de idade (hoje já falecido), pescador e morador de Ilhas, o assunto central de nossa conversa seria para tratar dos misticismos envoltos nos

³⁴⁷ Valério, Hamilton, *op. cit.* Entrevista.

³⁴⁸ Pedroso, Adeirde, *op. cit.* Entrevista.

causos e aparências muito conhecidos no município, principalmente, representados na figura do Caracaxá. No entanto, sem ser questionado sobre os impactos que a Fixação da Barra do Rio Araranguá poderia causar a localidade, seu Palmede muda o tom da conversa e tece alguns comentários, sobretudo, alertas para as contradições que o projeto apresenta.

Eles disseram que não abriram a Barra porque o povo da Ilha mandou contra, porque o Mariano [Prefeito de Araranguá por três mandatos, pelo PP, entre 2005-2012; e, 2017-2020 – adendo do autor] queria abrir quase lá na volta do Morro Agudo [conforme vimos, referente à alternativa 1 – adendo do autor]. [...]. E ele acha, e todo mundo acha, que se abrir a Barra ali em cima que não dá mais enchente na Barranca. Eu queria te perguntar, tu conhece a Barra de Navegantes? Lá em Itajaí, porque dá as enchentes? [...]. A barra quando dá um toque de água, o rio corre, a barra tem vez, naquelas enchentes grandes, de ficar com 700 metros de largura, 500 metros de largura. Agora tu já pensou quanto é que bota pra fora [vazão dá água do rio em direção ao mar] uma barra com 500, 600 metros de largura por minuto? E se fosse com 150 metros? Não arrasava tudo lá pra cima? [...]. Se eles abrirem uma Barra ali com 150 metros de largura, vocês vão ver o que é [...] enchente grande ali na Barranca, Baixadinha, Meleiro, aquela turma que, Turvo. Tu ia vê... [...]. Eu não sei de onde é que tá na cabeça dele que uma Barra com 150 metros vai botar mais água pra fora do que uma de 600, 800 metros de largura. Não sei onde é que tá com a cabeça. A minha cabeça não dá, não entra nisso. Mas eu também não tenho faculdade, não tenho nada, né. Claro que todo mundo sabe disso, nós aqui. Nós que sabemos, porque nós vemos a largura que a Barra fica. [...]. Agora se fica com 150 metros carçada, iam ver a força, o dilúvio que ia dá lá pra cima quando desse uma lestad³⁴⁹.

Interessante pontuar, na fala do senhor Palmede, a amplitude de análise que a fonte oral apresenta ao historiador, conforme Montenegro destaca, quando propõe a elaboração de uma narrativa histórica não mais associada à metodologia teórica da escola metódica, recorrente no Brasil durante o século XX, seja no ensino acadêmico ou básico. Desta maneira, a oralidade “oferece uma outra perspectiva historiográfica, ou seja, movimentos, lutas, reflexões, sentimentos, relações de poder e de trampolinagem que as demais fontes não costumam oferecer”³⁵⁰. E é, justamente, o que se diagnostica na fala do senhor Palmede.

Se na construção da Ata sobre a audiência pública ocorrida em outubro de 2011 para tratar da Fixação da Barra do Rio Araranguá não vimos discordâncias e questionamentos, nos relatos dos pescadores aqui selecionados poderemos perceber algumas das fricções presentes nas reuniões e audiências realizadas. O primeiro ponto levantado pelo senhor Palmede reflete sobre a real eficácia da obra para conter a ocorrência de novos desastres provocados por enchentes e inundações no município. Sua argumentação reside na vivência e conhecimento das diferentes faces que o rio Araranguá assume durante os períodos de maior e menor intensidade de chuvas. A crítica ao projeto apresentado reside no fato de que, quando a maré

³⁴⁹ PEDROSO, Palmede Antônio (75 anos de idade). Entrevista concedida à Jonatã Vieira Cledes. Araranguá, 10 de junho de 2015.

³⁵⁰ MONTENEGRO, 2012, p. 41.

está baixa e com ausência de fortes ventos e chuva, a barra diminui de largura, podendo atingir uma média de 50, 70 metros, ficando com baixa profundidade e baixa vazão em direção ao oceano. No entanto, em momentos de grandes chuvas por toda a BHRA, a Barra dilata para 500, 600 metros de largura para dar conta de vaziar o seu excedente hídrico. A interrupção desse processo por meio da Fixação da Barra do Rio Araranguá, com uma largura estimada em 260 metros³⁵¹, poderia ampliar os efeitos nocivos causados por enchentes e inundações no bairro Barranca. Importante mencionar que este aspecto destacado na fala do senhor Palmede não foi analisado nos EIA-RIMA estudados na presente tese. Também é curioso apontar uma certa dificuldade de órgãos institucionais em compreender as particularidades presentes nos ciclos da natureza local e o modo de vida construído pelos ribeirinhos. Primeiro, com o Ibama não entendendo a constituição dos viveiros durante as tratativas que formaram a Portaria nº 44. E, segundo, no momento de elencar o local para a fixação do estuário do rio Araranguá e sua estrutura de construção.

Além de pontuarem, de acordo com suas vivências dos ciclos da natureza local, que a contribuição da presente obra seria benéfica para a navegação, estabilizando as saídas e entradas pelo estuário do rio Araranguá (que atualmente não oferece segurança de passagem), e não para a prevenção efetiva da ocorrência de novos desastres socioambientais, os pescadores entrevistados também relataram preocupações com os impactos que a Fixação da Barra do Rio Araranguá poderá causar à Comunidade de Ilhas, caso fosse aplicada a decisão por fixá-la conforme a alternativa 1.

O primeiro aspecto levantado remete ao medo de ter a Comunidade destruída pelo assoreamento, devido aos impactos que serão gerados à parte norte dos molhes, que acabaria por fechar dentro de poucos anos a atual barra, localizada entre Ilhas e Barra Velha. Devido à grande carga de transporte eólico presente no decorrer de todo o ano na região, os pescadores temem que a Comunidade seja tomada por areia, sendo totalmente destruída em poucas décadas. Seu Hamilton fundamenta sua preocupação salientando o exemplo do estuário do Rio Mampituba, em que tal aspecto, de fato, já ocorreu. Aprofundaremos estas questões no último tópico desta tese, mas cabe aqui já algumas informações a fim de contextualizar as ponderações de seu Hamilton. Os molhes no estuário do Rio Mampituba, em Torres (RS), foram construídos

³⁵¹ Dirde argumentou, na entrevista concedida, que a ideia inicial apresentada pelo poder público municipal era a de fixar o rio Araranguá com uma largura média de 150 metros. Após os pescadores relatarem esse processo de dilatação do estuário em picos de chuva, aumentaram mais 110 metros, totalizando 260 m, para atender tal demanda.

entre os anos de 1967-1971³⁵² e estão localizados a uma média de 70 km ao sul do estuário do Rio Araranguá. Pela proximidade, ambas apresentam características semelhantes com relação à instabilidade de navegação e, também, ao constante deslocamento do seu estuário na direção norte. Apesar de realizada a Fixação do Estuário do Rio Mampituba, esta não sanou as problemáticas candentes e gerou novos impactos às dinâmicas naturais e à navegação. Por isso a preocupação de seu Hamilton, pois teme que os mesmos impactos possam ocorrer na sua localidade.

Ao mesmo tempo que ressalta que a obra poderia acarretar em uma diversificação econômica para a Comunidade, industrializando a pesca e atraindo empresas do gênero, seu Hamilton, assim como a maioria dos pescadores de Ilhas, defende que o local para a fixação do estuário do Rio Araranguá seja ao norte de Ilhas, justamente, para não destruir a mesma pelos reveses socioambientais que a obra geraria. Nesse sentido, fica o alerta para que os anseios de uma população não sejam suprimidos por interesses políticos.

Mas tem que pensar também no lado do povo. Por exemplo, se fizer uma barra onde ela tá hoje, que é entre Morro Agudo e Ilhas [alternativa 1 – adendo do autor], se fixar ela lá, não vai 40 anos a Ilhas vai tá tomada de areia. Ah, mas como? Por quê? Porque o rio que tem hoje ele tem 3 km, ele vai fechar de areia. E fechando o rio, que isso já acontece, vai fechando o rio e vai fechar nas casas a areia, daí vai encher as casas de areia porque não tem mais força de água pra tirar a areia. Então, no meu modo de pensar, pode fazer uma barra, mas ela tem que ser feita depois do povo da Ilha, do movimento da Ilha³⁵³.

Inclusive, o EIA-RIMA de 2009, produzido pela Engera, ponderou que, após a construção dos molhes, de fato, essas problemáticas tornar-se-iam presentes dentro de poucas décadas na Comunidade de Ilhas. Interessante verificar que a argumentação dos pescadores baseada em sua compreensão dos ciclos e movimentos da natureza permitiu chegar a conclusões também verificadas pelos órgãos de análise científica acerca dos reveses socioambientais que seriam gerados com a Fixação da Barra do Rio Araranguá.

A redução da dinâmica entre o enrocamento e a barra velha potencializará o assoreamento no local. Ressalta-se que há na região um grande transporte eólico local e atualmente a hidrodinâmica na porção final do rio Araranguá impede o assoreamento total. Os estudos de modelagem numérica demonstraram que somente com o transporte eólico esse trecho seria totalmente assoreado em 52 anos caso nenhuma atividade de manutenção, como dragagens, seja realizada. [...]. Com a alteração da dinâmica local e o consequente assoreamento haverá a redução da navegabilidade no canal norte da

³⁵²

Disponível em: <https://torres.rs.gov.br/viva/barra-dos-molhes/#:~:text=O%20processo%20de%20instala%C3%A7%C3%A3o%20dos,enchentes%20que%20acontecia m%20no%20passado>. Acesso em: 31 out. 2024.

³⁵³ Valério, Hamilton, *op. cit.* Entrevista.

ferradura, o que contribui para que no Projeto Executivo a obra seja locada mais ao Norte, visando atender a comunidade de Ilhas³⁵⁴.

O fato de haver a necessidade de constantes dragagens para evitar o total assoreamento da localidade, caso a alternativa 1 for implementada, deixa os moradores em uma permanente situação de incerteza, pois dependeriam a cada mudança administrativa em âmbito municipal da garantia do prefeito de que tal compromisso seria cumprido, o que não é bem visto pela população local. Além do impacto que seria causado pelo assoreamento no molhe norte, não apenas acarretando em prejuízos para a pesca e o turismo, mas inviabilizando o viver na localidade, os moradores da Comunidade de Ilhas se posicionaram de maneira contrária à alternativa 1, delineada em frente ao Morro Agudo, propondo que esta seja realizada após Ilhas, para evitar os impactos socioambientais aqui citados.

Este foi o ponto central levantado pelos pescadores. A incompatibilidade relacionada ao local de execução da Fixação da Barra do Rio Araranguá. Durante as primeiras tratativas e apresentação do projeto, Dirde relata que a Comunidade aceitaria a realização da obra conforme a alternativa 2, em frente à localidade de Ilhas.

“Eu até fiz um acordo com eles. A gente concordava aqui. Eu fazia reunião com o pessoal, em fazer ali no mangue seco, a barra. Pra não ficar muito longe pra eles, porque eles queriam muito lá em cima. Eu assim: “até no mangue seco a gente concorda [referente à alternativa 2 – adendo do autor]. [...]. Daí o prefeito bateu o pé e não teve jeito. Mas ele achou que a comunidade não ia ter força pra trancar [o licenciamento ambiental]. Só que teve, né!”³⁵⁵.

Dirde relata que, enquanto as autoridades municipais pouco se interessaram pela mudança do local de execução da obra, mantendo a alternativa 1, mesmo que isto pudesse acarretar em impactos socioambientais à Comunidade de Ilhas, o diálogo com os representantes do Ibama e MPF, que se fizeram presentes na audiência pública de 4 de outubro de 2011, se deu de maneira oposta. Estes ouviram as demandas dos ribeirinhos e cruzaram as informações e seus conhecimentos para embasar o seu parecer. Volta-se a repetir, se na ata da audiência não houve o registro de discordâncias e questionamentos, por meio dos relatos dos pescadores, podemos chegar à conclusão de que, de fato, teve momentos acalorados durante a realização da audiência. Quando perguntado sobre a presença dos pescadores de Ilhas na audiência, Dirde relatou:

ALP: Uma audiência pública, né. Todo mundo falou. Eles deixaram nossa comunidade por último. Todo mundo falava. A gente foi os primeiros a se inscrever

³⁵⁴ ENERGIA, 2009, p. 286-287.

³⁵⁵ Pedroso, Adeirde, *op. cit.* Entrevista.

e os últimos a falar! Antes de nós falar, falou um cara do Ministério Público, já moeu eles! Ele pegou e fez uma pergunta, ele disse uma coisa que o prefeito: “não, mas nós vamos mudar o tipo de pesca lá. Lá é uma pesca artesanal, nós vamos passar pra uma pesca industrial”. Ele assim: “mas você perguntou se a comunidade quer isso? Ô comunidade vocês querem isso?”. Foi um coro só: “não!”. **JVC:** E quando vocês falaram fizeram os mesmos questionamentos? **ALP:** Sim, a gente questionou. Botou os pontos que iam ser negativos pra gente e apresentou as dificuldades, que se eles calçassem a barra lá em cima a gente ia passar a sofrer enchente. Que o projeto, a distância lá não ia dá suporte à saída de toda água³⁵⁶.

Além da ameaça de assoreamento, salientada pelo seu Hamilton, Dirde também relata que a obra, conforme proposta pela alternativa 1, poderia gerar a formação de inundações que atingiriam Ilhas, por sobrecarregar o curso do rio Araranguá antes de desaguar no Oceano.

Como resultado das discordâncias presentes no momento de buscar a aprovação do licenciamento ambiental frente ao Ibama e ao MPF, no ano de 2011, Dirde ainda salientou sobre as reuniões e audiências realizadas:

A comunidade se reuniu, eu puxei a frente, eu disse: “olha, se abrir a barra lá, nós tamo morto. A pesca aqui vai se acabar e turismo e tudo”. O pessoal pegou junto. Fizeram duas audiências públicas, a gente foi às duas audiências públicas, moemos lá! A gente pegou contato com os caras forte lá de Florianópolis, Criciúma e explicou a situação, Ministério Público e tudo. Moeram o prefeito aí! Daí não abriram. Daí cancelaram a licença. [...]. Quando veio, eles tavam tudo pronto pra licença sair, o Ministério Público foi lá e trancou. Disse que a licença não ia sair porque não atendia os anseios da comunidade e o projeto principal era pra acabar com as enchentes e também não davam uma certeza que ia acabar com as enchentes. Porque não ia mesmo, né. Porque a barra, o problema das enchentes nunca foi a barra³⁵⁷.

Importante frisar que o posicionamento da Comunidade de Ilhas nunca foi pela não realização da Fixação da Barra do Rio Araranguá, mas, sim, pela mudança locacional, defendendo a alternativa 2, conforme exposta em páginas anteriores. Isto suscita algumas questões pertinentes à perspectiva da História Ambiental.

A primeira a ser destacada refere-se a aproximações acerca das reivindicações dos moradores da Comunidade de Ilhas com temas abordados no livro *Ecologismo dos Pobres*, escrito pelo economista Joan Martinez-Alier. Em linhas gerais, o autor argumenta que a busca desenfreada pelo constante acúmulo de capital, empreendido pelo modo de produção capitalista, gera, conseqüentemente, um aumento na mesma medida sobre a exploração dos elementos da natureza, chamada por adeptos de correntes utilitaristas de “recursos naturais”. Ou seja, reduzindo a natureza a mera mercadoria. Esse avanço acaba por gerar conflitos com as populações que não estão incluídas nesse processo de expansão e que, por vezes, são afetadas

³⁵⁶ Pedroso, Adeirde, *op. cit.* Entrevista.

³⁵⁷ *Ibidem*.

com transterritorializações, poluição de cursos hídricos, desmatamentos, contaminação do ar e do solo, dentre muitas outras questões que impactam o seu modo de vida. A luta por justiça ambiental de populações atingidas pelas contradições socioeconômicas do capitalismo, a partir de meados da década de 1980, formada por camponeses, indígenas, ribeirinhos etc., embasa a definição de *Ecologismo dos Pobres*, construída por Alier.

Essa terceira corrente³⁵⁸ está crescendo em nível mundial pelos inevitáveis conflitos ecológicos distributivos. À medida que se expande a escala da economia, mais resíduos são gerados, mais os sistemas naturais são comprometidos, mais se deterioram os direitos das gerações futuras, mais o conhecimento dos recursos genéticos são perdidos. Alguns grupos da geração atual são privados do acesso aos recursos e serviços ambientais, e sofrem muito mais com a contaminação³⁵⁹.

O autor cita estudos de caso instigantes para fundamentar sua perspectiva, porém, cabe somar a esta análise a tese do geógrafo e historiador Marcos Aurélio Espíndola, sobre as transterritorializações e alagamentos sistemáticos de coletividades delineadas na Bacia do Rio Uruguai, em função da construção de barragens hidrelétricas a fim de fornecer energia para a indústria agropecuária na região. Sua nascente localiza-se nas Escarpas da Serra Geral, no Estado de Santa Catarina, e percorre todo o Estado do Rio Grande do Sul, desaguardo no estuário do rio da Prata entre o Uruguai e a Argentina.

De acordo com Espíndola, foram feitos, desde o final da década de 1960, o planejamento de 22 aproveitamentos hidrelétricos no território brasileiro da Bacia do Rio Uruguai, no qual dois empreendimentos, sendo a Barragem Hidrelétrica de Itá³⁶⁰ (RS) e Machadinho³⁶¹ (RS), envolveram a transterritorialização, no primeiro caso de 12.700 pessoas e no segundo caso de aproximadamente 8.000 pessoas.

Argumenta o autor que este processo marcado pela expansão do capital em nível global, que objetiva, por meio da diminuição do papel do Estado, assegurar a exploração das potencialidades locais a fim de suprir interesses do capital privado acaba por remodelar as

³⁵⁸ Alier destaca três correntes situadas no campo da preocupação e ativismo ambiental. São elas: primeiro, o “culto ao silvestre” ou “à vida selvagem”, está preocupado com a preservação da natureza silvestre, sem se pronunciar sobre a indústria ou a urbanização, mantendo-se indiferente ou em oposição ao crescimento econômico; segundo: o “credo da ecoeficiência”, preocupado com o manejo sustentável ou “uso prudente” dos recursos naturais e com o controle da contaminação, não se restringindo aos contextos industriais, mas também incluindo em suas preocupações a agricultura, a pesca e a silvicultura. MARTINEZ-ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 38.

³⁵⁹ MARTINEZ-ALIER, 2011, p. 36.

³⁶⁰ A construção teve início em 1996 e entrou em operação no ano 2000. Espíndola, 2009, p. 171-2. Disponível em: <https://www.engie.com.br/usinas/usina-hidreletrica-ita/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

³⁶¹ A construção teve início em 1998 e foi concluída em 2003. Espíndola, 2009, p. 184.

relações de poder locais, gerando desigualdades e a expulsão de populações que dependem destes territórios para assegurar a sua sobrevivência.

As populações e as coletividades são as maiores vítimas deste processo, e a dissolução dos seus territórios ontológicos resulta não só na formação de novos indivíduos, mas numa atomização na qual a exclusão e a submissão andam de braços dados com a miséria e a violência. As relações socioespaciais, o caráter do lugar, do poder e do território numa perspectiva de reorganização espacial, são aqui entendidas não só como uma nova remodelação territorial, mas como uma total alteração nas estruturas de sociabilidade, vínculos e mediações materiais; identitários e simbólicos que regulam a vivência das populações atingidas desta região³⁶².

Uma série de problemáticas relacionadas à transterritorialização destas populações foram destacadas por Espíndola. No caso da Usina Hidrelétrica de Itá, as pessoas reterritorializadas em assentamentos no Estado do Paraná encontraram-se ameaçadas novamente pela construção de barragens no rio Chopim. Também foi registrado o fechamento de estabelecimentos comerciais de municípios vizinhos que foram impactados com a usina e o abandono de famílias ribeirinhas da região, pela falta de perspectiva após a sua operacionalização.

No caso da Usina Hidrelétrica de Machadinho, até vigorar a construção do empreendimento, ocorreram reformulações ao projeto devido à resistência das populações impactadas, que, apesar de alterações terem sido feitas, não conseguiram barrar o prosseguimento da obra. Das 8.000 pessoas reterritorializadas, “500 famílias ou 2000 pessoas, são sem-terra, dos quais grande parte não foi reassentada até hoje”³⁶³.

As reflexões de Alier e Espíndola permitem analisar as aproximações e distanciamentos contidos no caso das reivindicações apresentadas pelos moradores da Comunidade de Ilhas ao projeto de Fixação da Barra do Rio Araranguá. Ao mesmo tempo que o projeto possui contradições como a incerteza com relação à mitigação e prevenção a novos desastres causados por enchentes e inundações, há uma exaltação, em ambos os EIA-RIMA estudados, do seu potencial econômico representado na industrialização da pesca e a intensificação do turismo, atraindo empresas do ramo para atuar na localidade. Ou seja, diagnostica-se um projeto de crescimento econômico e exploração das belezas naturais do município de Araranguá excluindo os anseios da Comunidade de Ilhas. Essas questões dialogam com as ponderações tecidas por Alier e Espíndola.

³⁶² ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. **As transterritorializações na bacia do rio Uruguai e o alagamento sistemático de coletividades**. Florianópolis, 2009. 1 v. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009, p. 3.

³⁶³ *Ibidem*, p. 186.

No entanto, cabe mais uma vez salientar que a Comunidade não é contrária à realização da obra, que causaria uma profunda alteração nos ciclos e movimentos da natureza local. O ponto destacado pelos pescadores refere-se à alternativa locacional apresentada e defendida pela administração pública municipal. Logo, em linhas gerais, a Comunidade Pesqueira de Ilhas é favorável à Fixação da Barra do Rio Araranguá, pois argumenta que a obra possibilitaria uma estabilização na navegação, oferecendo passagem segura pelo estuário do rio Araranguá (o que não ocorre atualmente). Elenca-se para reflexão que tal discussão não se reduz aqui a uma dicotomia simplista entre a manutenção da tradição/preservação *versus* o progresso/destruição ambiental. Amparado nos estudos do historiador Richard White, busca-se analisar as complexas relações presentes entre o trabalho e sua interação com a natureza. Mas, antes, merece destaque um último distanciamento presente no estudo de caso aqui relatado dos apontamentos de Alier e Espíndola. Diferente do cenário presente na construção de várias barragens entre outros empreendimentos pautados na geração de lucro rápido, sem considerar os anseios das populações impactadas, citadas nas obras dos autores, os pescadores da Comunidade de Ilhas conseguiram de fato sensibilizar órgãos de instâncias federais, como o Ibama e o MPF, a ouvir suas demandas e a relevar, para além de alterações no projeto, inclusive, considerando a sua não realização devido aos impactos que poderiam ocorrer na Comunidade Tradicional. Levando em consideração os estudos referenciados, isto é uma particularidade que merece destaque, pois, de modo geral, os anseios de comunidades tradicionais não são relevados quando se contrapõem ao crescimento econômico.

O historiador Richard White, em artigo provocativo, relata um embate ocorrido no município de Forks, Washington, característico por gerar emprego e renda à população no setor madeireiro. O desmatamento ocorrido na década de 1980 ameaçou a espécie de coruja-pintada. Despertando no movimento ambientalista da região a luta por incluí-la na lista de espécies ameaçadas de extinção, tal ação resultaria na obrigatoriedade de preservação de seu hábitat por todo o Estado de Washington, restringindo a atividade madeireira. Diante deste contexto, passou-se a encontrar adesivos em para-choques de automóveis com a seguinte frase: “você é um ambientalista ou trabalha para se sustentar?”³⁶⁴. Alude-se a reflexão de White, pois esta nos possibilita um entendimento das complexas relações que envolvem o trabalho e a natureza, sem cair em uma dicotomia reducionista de análise, fundamentado na perspectiva da História Ambiental, e, deste modo, compreender o posicionamento favorável da Comunidade Pesqueira

³⁶⁴ WHITE, Richard. “Você é um ambientalista ou trabalha para se sustentar?”: trabalho e natureza. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 475-494, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/i/2013.v14n27/>. Acesso em: 5 nov. 2024.

de Ilhas frente à realização da Fixação da Barra do Rio Araranguá, em conformidade com a alternativa 2, sendo a abertura em frente à localidade.

O autor questiona duas perspectivas reducionistas atribuídas ao entendimento do movimento ambientalista sobre a relação que o trabalho constitui com a natureza. A primeira “considera o trabalho produtivo equivalente à destruição. Esses ambientalistas ignoram as formas pelas quais o trabalho é, em si, um meio para o conhecimento da natureza, e ao mesmo tempo celebram as virtudes da diversão e do lazer na natureza”³⁶⁵. A segunda “romantiza certos tipos de agricultura e afirma que o trabalho na terra cria uma conexão com o lugar, o que acabaria por proteger a natureza”³⁶⁶. É necessária a superação destas perspectivas dicotômicas, pondera White, a fim de entendermos que um dos pontos centrais para superarmos as atuais problemáticas ambientais de âmbito global perpassam por uma sólida reflexão em torno da ideia de trabalho e natureza.

Coloquei esta questão em termos tão ásperos não por me opor ao ambientalismo (ao contrário, eu me considero um ambientalista), mas precisamente porque penso que o ambientalismo deve ser um elemento básico em qualquer tentativa coerente de abordagem dos problemas sociais, econômicos e políticos que os norte-americanos enfrentam nesse fim de século. Os ambientalistas devem se reconciliar com o trabalho, porque seu impacto é tão amplo, e também porque o trabalho, em si, oferece tanto um meio fundamental de conhecer a natureza como talvez a nossa mais profunda conexão com o mundo natural. Se a questão do trabalho for deixada para os inimigos do ambientalismo, ou seja, para movimentos como o “wise-use”, com sua devoção estreita a interesses privados, então o trabalho será simplesmente reificado no sentido de propriedade e direitos de propriedade. [...]. Pois sem uma aptidão para reconhecer as conexões entre trabalho e natureza, os ambientalistas chegarão a um ponto em que serão considerados triviais e superficiais, e seus assuntos, politicamente dispensáveis³⁶⁷.

“Reconciliar-se com o trabalho moderno e com as máquinas pressupõe histórias mais complexas e uma análise de como todo trabalho — e não apenas o trabalho de madeireiros, fazendeiros, pescadores e rancheiros — está em interseção com a natureza”³⁶⁸. Nesse sentido, argumenta-se que o estudo das demandas relativas aos pescadores da Comunidade de Ilhas sobre o aceite à realização da Fixação da Barra do Rio Araranguá, desde que conforme a alternativa locacional 2, sendo realizada em frente a Ilhas, pode ser uma maneira de refletir sobre estas questões sem se cair em dicotomias reducionistas, atrelando-as a visões românticas, como se estes preservassem um modo de vida repleto de idílios naturais representados em correntes literárias do século XVIII ou, em outro extremo, como se fossem atores que se

³⁶⁵ WHITE, 2013, p. 475.

³⁶⁶ *Ibidem*.

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 478.

³⁶⁸ *Ibidem*, p. 490.

seduziram pelo véu neoliberal do lucro desmedido. Mas, sim, objetiva compreendê-los enquanto sujeitos históricos cientes dos percalços e contradições (pesca predatória, Mudanças Climáticas, poluição do rio Araranguá, perda de centralidade da Colônia de Pescadores frente às demandas organizacionais da pesca local) nos quais estão inseridos.

Buscou-se neste tópico analisar de maneira crítica as vivências e posicionamentos da Comunidade Pesqueira de Ilhas frente às tentativas de aprovação do licenciamento ambiental e à realização da Fixação da Barra do Rio Araranguá. Intui-se no próximo tópico a apresentação da experiência de Fixação do Estuário do Rio Mondego, em Portugal, para refletir sobre algumas contradições que este modo de intervenção na natureza apresenta, nem sempre resultando na prevenção e mitigação de novas enchentes e inundações.

6.3 COMPARAÇÃO COM OUTRAS LOCALIDADES: O CASO DO ESTUÁRIO DO RIO MONDEGO, PORTUGAL

O modelo de fixação de estuários mediante a construção de molhes foi implementado no Sul do Brasil, além do já citado caso no estuário do Rio Mampituba (divisa entre SC/RS), também na Barra de Tramandaí (RS), na Barra do Rio Grande (RS) e na Barra do Arroio Chuí (RS). Salienta-se que este modelo de intervenção técnica em estuários foi uma prática muito utilizada durante a segunda metade do século XX, em diferentes partes do mundo. Por exemplo, ressaltam-se o molhe da Praia Aguda (Portugal), os molhes do Rio Tonegawa (Japão) e do Rio Tweed (Austrália), entre outros casos na Europa e Estados Unidos.

Em linhas gerais, as experiências desta monta foram realizadas com o intuito de melhora e segurança para navegação. Inclusive, resultando em investimentos portuários. Como é o caso a ser analisado com maior profundidade neste tópico, o do Rio Mondego, localizado em Portugal. O objetivo a ser discutido aqui, por meio do estudo de caso elencado, argumenta que a fixação de estuários mediante a construção de molhes é efetiva para o ganho econômico devido ao empreendimento de relações comerciais através da navegação, porém não apresenta benefícios significativos para a prevenção e mitigação da ocorrência de enchentes e inundações, além de gerar novos impactos socioambientais tanto aos seres humanos quanto aos seres não humanos.

Também se destaca o intuito de articular o último C (comparação), conforme estudado pelo historiador Sebastian Conrad, acerca da metodologia concernente à história global. Um

dos focos de análise do autor, por meio da comparação, é refletir sobre as particularidades presentes no âmbito local integradas a processos de transformação de cunho global.

O foco na integração global é uma escolha metodológica que distingue a história global de outras abordagens que operam a grandes escalas de análise. Existem dois importantes aspectos inerentes a esta escolha: primeiro, as perspectivas da história global ultrapassam os meros estudos de conectividade, ao examinarem a integração estruturada de larga escala. Em segundo lugar, os historiadores globais perseguem o problema da causalidade até atingirem o nível global³⁶⁹.

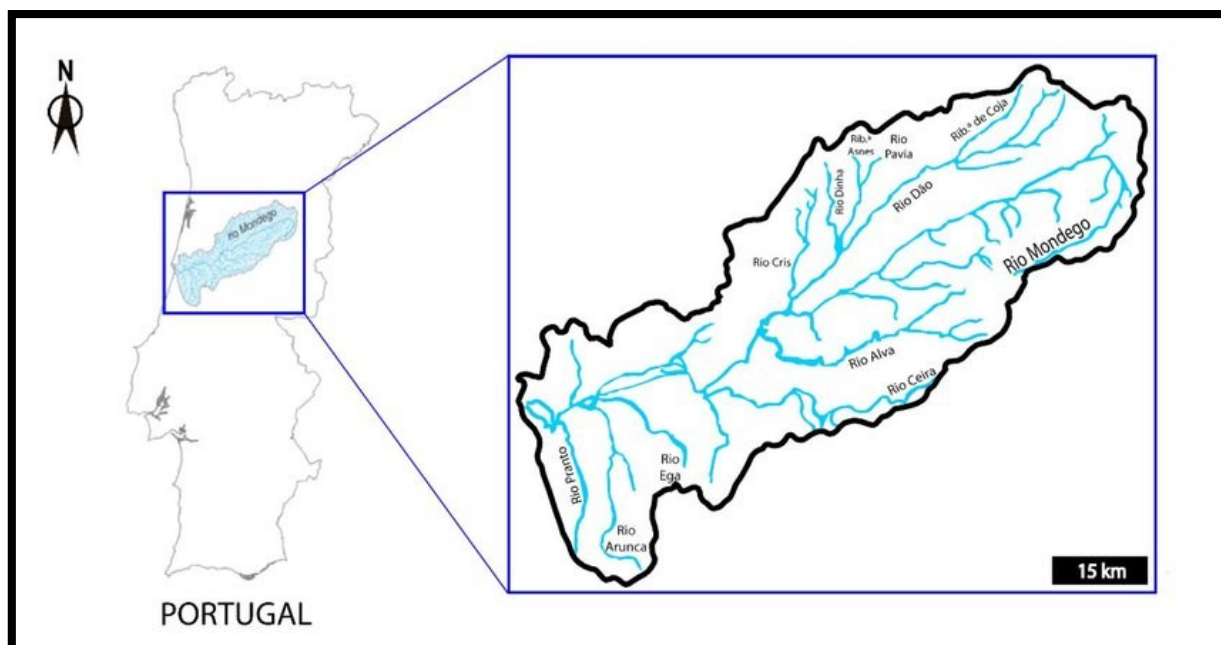
Desta maneira, analisar as respostas e estratégias delineadas por diferentes comunidades para tratar da problemática que envolve a ocorrência de enchentes e inundações, problema este agravado pelas dinâmicas do Antropoceno e pelo aumento dos impactos provocados pelas mudanças climáticas, pode vir a ser um importante instrumento para se construírem soluções articuladas às dinâmicas da natureza e de acordo com as demandas das populações que habitam áreas de risco e são os mais interessados em uma resolução para a questão.

O rio Mondego é o maior rio exclusivamente português, com uma extensão aproximada em 229 km. Sua nascente está localizada a 1425 metros de altitude, na Serra da Estrela. Seus principais afluentes são: à margem direita, o rio Dão; e à margem esquerda, os rios Alva, Ceira e Arunca. Seu estuário, onde o Mondego desagua no Oceano Atlântico, localiza-se no município de Figueira da Foz³⁷⁰.

³⁶⁹ CONRAD, 2016, p. 87.

³⁷⁰ LIMA, João L.M.P. de; LIMA, M. Isabel P. de; RODRIGUES, Rui. **Hidrologia**. In: FEIO, Maria João; FERREIRA, Verônica (Org.). **Rios de Portugal: comunidades, processos e alterações**. Coimbra (PT): Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 33.

Figura 33 – Bacia Hidrográfica do Rio Mondego



Fonte: Mota (2019, p. 4).

Centraremos a análise sobre o rio Mondego especialmente nos seus últimos 50 km, entre os municípios de Coimbra e Figueira da Foz. Neste trecho ressaltam-se atividades econômicas portuárias e a ocorrência de enchentes e inundações. Porém, antes de aprofundar a temática de estudo, cabe uma rápida contextualização acerca do processo de ocupação de sua região estuarina.

Até meados do século XVIII, a ocupação na área litorânea central de Portugal era esparsa, formada por pequenos núcleos populacionais. Entre eles, os principais eram os de Buarcos e Figueira da Foz. Este último expande-se devido à intensificação nas relações comerciais estabelecidas em seu estuário, propício a atividades portuárias, e abarca os núcleos populacionais vizinhos. Em 1771 é elevado à condição de Vila, e sua progressiva expansão econômica acentua-se no século XIX.

Isto se deu em decorrência de dois fatores. O primeiro, conforme citado anteriormente, está atrelado às atividades portuárias portuguesas, que, por meio da exportação de itens como vinho, aguardentes, azeite, sal e frutas, registrou relações comerciais com ingleses, suecos, dinamarqueses, espanhóis e franceses³⁷¹. O segundo fator é que, durante a segunda metade do século XIX, a prática de “banho de mar” deixou de ser algo ligado à recomendação médica e

³⁷¹ FREITAS, Joana Gaspar de; DIAS, João Alveirinho. **Figueira da Foz (Portugal): o compromisso (possível) entre o homem e o meio.** In: PEREIRA, Sílvia Dias *et al.* **Formação e Ocupação de Litorais nas Margens do Atlântico – Brasil/Portugal.** Rio de Janeiro: Corbã, 2014, p. 18.

tornou-se um hábito de lazer entre as elites. Aspecto que dinamizou Figueira da Foz enquanto área turística.

No entanto, desde o século XIX, seu estuário apresentava instabilidade para navegação devido ao assoreamento de sua barra. Além disto, soma-se a sua característica natural de deslocamento em direção ao sul, em decorrência da predominância de ventos Norte. Em função da insegurança econômica gerada, intervenções hidráulicas ao curso do rio e tentativas de reorientar o posicionamento de sua barra foram realizadas nas décadas de 1840 e 1850. Porém, acabaram não surtindo o efeito esperado. Nota-se que, durante todos os séculos XIX e XX no rio Mondego, a solução elencada para resolver os problemas econômicos, sociais e ambientais relacionados à instabilidade de navegação sempre se deu com intervenções técnicas e hidráulicas cada vez maiores, nunca se considerou a construção de um modelo socioeconômico articulado aos ciclos naturais do rio Mondego. Não se considerou em aprender a pensar como um rio, parafraseando Worster.

Durante a primeira metade do século XX, Figueira da Foz passa a ter outros municípios litorâneos como concorrente para a atração de turistas e segue com intervenções hidráulicas ao curso do Mondego, sem grandes resultados. O contexto marcado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), pela crise de 1929, pela ascensão de regimes totalitários e pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) não propiciou que grandes alterações fossem feitas em ambos os setores. Aspecto que mudaria a partir dos anos de 1960, com a política instaurada pelo Estado Novo, regime ditatorial em Portugal que vigou entre 1933-1974, sendo governado em maior parte por António de Oliveira Salazar. Neste período ocorre investimentos em infraestrutura para que o turista possa entreter-se para além das praias, também com cinemas, cafés, parques e praças, danceterias e redes de hotel aptas a suprir tal demanda.

No que tange à situação portuária de Figueira da Foz, entre os anos de 1961-1965 ocorre a fixação de seu estuário mediante a construção de dois molhes convergentes. “Um a norte e outro a sul, com comprimentos respetivamente de 900m e 950m. A distância entre os centros das cabeças dos molhes fixou a largura da embocadura em 325m e com cerca de 8m de profundidade”³⁷².

³⁷² FREITAS; DIAS, 2014, p. 25.

Figura 34 – Molhes do estuário de Figueira da Foz



Fonte: <https://www.figueiramais.blogspot.com/2005/10/o-projecto-multi-modal-do-porto-da.html>.

Conforme aponta a historiadora Joana Gaspar Freitas e o geólogo João Manuel Alveirinho Dias, não apenas o estuário do rio Mondego continuou sofrendo intervenções a fim de melhorar suas condições hidráulicas durante a segunda metade do século XX, assim como em toda a sua extensão foram realizadas 23 intervenções humanas com a construção de barragens e açudes com o objetivo de gerar energia elétrica, abastecimento doméstico, agrícola, e conter inundações.

Desde o século XIX até ao século XXI realizaram-se várias fases de dragagem na área do porto e do estuário do Mondego. As primeiras dragagens foram feitas em 1859 para reabertura da barra e repetiram-se periodicamente de acordo com as necessidades e possibilidades. No final do século XX realizaram-se operações mais metódicas em 1973-76, 1983-85 e 1991-95. Entretanto, nas décadas de 1970-80, procedeu-se à regularização do leito fluvial do Mondego e a construção de várias barragens, destinadas à rega, ao abastecimento de água das populações, à produção de energia elétrica e ao controlo de cheias. Atualmente há cerca de 23 esquemas hidráulicos no Mondego. [...] Em 2010 realizaram-se novas intervenções no porto da Figueira, entre elas o prolongamento dos molhes existentes³⁷³.

Apesar das diversas intervenções hidráulicas realizadas no curso do Mondego, a problemática que envolve a ocorrência de enchentes e inundações, não apenas em Portugal, mas por todo o continente europeu, agravou-se nas últimas décadas do século XX e primeiras décadas do século XXI. A partir dos anos de 1980 estes desastres vêm registrando aumento vertiginoso em sua frequência e intensidade, e, como resultado do agravamento dos efeitos gerados pelas mudanças climáticas, este quadro tende a piorar.

³⁷³ *Ibidem*.

Enquanto no continente europeu no recorte entre 1998-2009 ocorreram 213 grandes inundações, com os números de 1.126 mortes, o deslocamento de meio milhão de pessoas e o total de 52 milhões de euros em prejuízos econômicos³⁷⁴. Apenas no rio Mondego, entre o recorte de 1200-2021, Pardal *et al.* registraram 296 enchentes e inundações, das quais:

266 ocorreram em regime de escoamento pristino (período de 1200 a 1985) e 30 em regime de escoamento regularizado (período de 1986 a 2021). Para o período de 1200 a 1985 foram identificadas 173 cheias ordinárias, correspondendo a 65 % do total para este período, 52 cheias extraordinárias (20 %), 30 cheias catastróficas (11 %) e para 11 cheias (4%), por faltar elementos, não foi possível classificá-las. Para o período de 1986 a 2021 foram identificadas 20 cheias ordinárias, correspondendo a 67 % do total para este período, 8 cheias extraordinárias (27 %) e 2 cheias catastróficas (6 %)³⁷⁵.

De acordo com os gráficos apresentados por Pardal *et al.*, podemos chegar à conclusão que uma média de 50% dos desastres computados aconteceu apenas entre os séculos XX e XXI. Isto pode ser explicado, por um lado, pelo aumento de mecanismos de registro, mas não podemos perder de vista o contexto marcado pelas mudanças climáticas e a Grande Aceleração, que possibilitam a compreensão de que o aumento na ocorrência de desastres socioambientais, em especial causados por enchentes e inundações, são um fenômeno de ordem global.

Geralmente, as inundações com maiores impactos ocorrem durante o inverno. Destacam-se as de 27/01/2001³⁷⁶, 13/02/2016 e 21/12/2019, pois, além do alto grau de destruição provocado, aconteceram mesmo após uma série de intervenções hidráulicas no rio Mondego. Ainda debruçando-se sobre os dados apresentados na última citação, não podemos perder de vista também a sua periodicidade. Apenas entre 1986-2021 (intervalo de 35 anos) ocorreram 30 enchentes e inundações, seja de intensidade ordinária, extraordinária e catastrófica. Logo, uma média de praticamente um desastre por ano.

Os autores concluem que, por mais que o rio Mondego possa ser parcialmente “domado” com as intervenções hidráulicas efetuadas, nunca será de fato controlado. Embora avaliem este processo de maneira positiva, pois argumentam que mesmo que os desastres continuem ocorrendo com periodicidade, os danos catastróficos na infraestrutura, indústria, agricultura e também à vida humana foram mitigados (cabe salientar que isto se deu apenas em alguns pontos do Baixo Mondego, em outros profundos prejuízos econômicos continuam acontecendo). João

³⁷⁴ PARDAL, João *et al.* **Impactos das Grandes Cheias do Rio Mondego na Região de Coimbra** – Uma Resenha Histórica. In: LOURENÇO, Luciano; NUNES, Adélia. **Risco de Cheias e Risco de Inundações Fluviais. Aprender Com o Passado**. Coimbra: Riscos (Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança), 2022, p. 78.

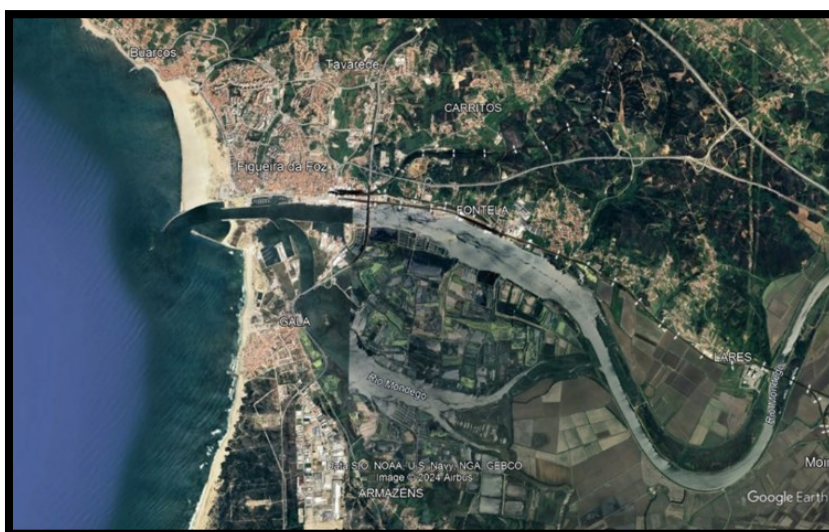
³⁷⁵ PARDAL *et al.*, 2022, p. 88.

³⁷⁶ Além de um alto impacto na rede de infraestrutura em todo o Baixo Mondego, foram registrados duas mortes e um total de 2813 desalojados. *Ibidem*, p. 96.

Pardal, Alexandre Tavares, Lúcio Cunha, Pedro Santos e Luís Leitão ponderam que a estratégia para mitigar e prevenir novos desastres é continuar seguindo na direção de intervenções hidráulicas na Bacia do Rio Mondego, o que demanda alguns comentários e análise que serão aprofundados no próximo tópico, pois divergem totalmente das conclusões da presente pesquisa, que defende a construção de um modelo de interação com a natureza articulado aos seus ciclos e disponibilidades.

Outro ponto a ser destacado é o de que, além de as intervenções hidráulicas efetuadas no rio Mondego, entre elas os molhes que fixaram seu estuário, não acabarem com a ocorrência de enchentes e inundações, mas, sim, de mitigá-las em algumas áreas estratégicas do ponto de vista econômico e turístico, geraram novos impactos socioambientais a seres humanos e não humanos. Dentre eles, o principal é o acúmulo de sedimentos no Molhe Norte e a erosão no Molhe Sul.

Figura 35 – Vista aérea do estuário de Figueira da Foz



Fonte: Google Earth, 2024.

Os ventos predominantes na direção norte são responsáveis por distribuir os sedimentos em todo o litoral português. Percebe-se, conforme a imagem acima, que o Molhe Norte interrompeu este processo, consequentemente, gerando acúmulo de sedimentos ao seu entorno. Além de causar mudanças e impactos à paisagem, sendo alvo de críticas por periódicos locais, os molhes geraram correntes que tornaram perigosa a prática de banho de mar, enquanto no Molhe Sul percebe-se o avançado estado de erosão litorânea, comprometendo o turismo

balnear, característico da região. Estes impactos não são exclusivos do estuário de Figueira da Foz, conforme aponta a geógrafa Rosa Maria Folha:

Fundamentalmente, as obras de defesa costeira são de três tipos: obras transversais (como os esporões), obras longitudinais aderentes (como os paredões), e obras destacadas (como quebra mares). Todas elas, regra geral, têm consequências para o troço litoral em que são implantadas. Efetivamente, basta o fato de se tratar de estruturas estáticas, rígidas, inseridas num meio que é profundamente dinâmico (o litoral), para causar perturbações profundas nesse meio. Acresce, ainda, que tais estruturas têm, regra geral, como objetivo, tornar estáticas (ou o menos dinâmico possível) partes importantes do litoral³⁷⁷.

A prática de tentar tornar estático, por meio de intervenções hidráulicas, um meio biofísico que é dinâmico, impactou profundamente a diversidade paisagística (delineada com o aumento de tráfego de automóveis, construções à beira-mar com fins turísticos e atividades industriais com alto impacto ambiental), reduzindo áreas ocupadas por aves migrantes durante o inverno, por exemplo. “Se vistas pelo prisma do desenvolvimento económico, estas obras são importantes para o porto, mas, quando analisadas pelo prisma ambiental, constituem perturbadores irreversíveis da dinâmica do litoral”³⁷⁸.

Sobre estes impactos, o geógrafo José Luís Ribeiro destaca que o:

Empobrecimento paisagístico das marinhas, cada vez mais dominadas pela monotonia das superfícies aquáticas e por vedações metálicas; [...] redução da área emersa disponível para as aves e outras espécies, aumentando o stress na competição por nichos alimentares, de repouso e de nidificação; alterações na composição específica da flora e da fauna aquáticas; poluição sonora, [...]; contaminação das águas estuarinas através do aumento da carga de matéria orgânica e nutrientes, da redução do oxigénio dissolvido e da introdução no meio aquático de hormonas, antibióticos, nitrofuranos e compostos diversos que afectam as cadeias alimentares; promiscuidades genéticas entre espécies autóctones e espécies exóticas, estas mais produtivas e oriundas de territórios distantes, que são introduzidas no sistema aquando da aquisição de juvenis para crescimento nos tanques³⁷⁹.

Percebe-se, por meio da citação de Ribeiro, que há impactos diretos (erosão, perda de biodiversidade e o risco a espécies de animais assegurarem sua sobrevivência) ligados à construção dos Molhes e, também, impactos indiretos. Antes de analisarmos, merece destaque uma característica peculiar do rio Mondego. Conforme a figura 31 pode-se notar que nos seus

³⁷⁷ FOLHA, Rosa Maria Rodrigues Queiroz. **Impactes naturais e antrópicos no Estuário do rio Mondego e litoral adjacente**. Dissertação (Mestrado em Geografia Física - Ambiente e Ordenamento do Território) Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 103 f. 2011. p. 21.

³⁷⁸ FOLHA, 2011, p. 23.

³⁷⁹ RIBEIRO, José Luís. Factores ambientais e impactes antrópicos condicionantes das actividades tradicionais no estuário do Mondego. In: Seminário Internacional sobre o sal português, 1, 2005. **Anais**. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005, p. 399.

últimos 7,5 km o rio Mondego desdobra-se em dois diferentes braços, referenciados como o Braço Norte (acima) e o Braço Sul (abaixo), interligando-se novamente a 1 km de sua foz. Estes possuem formas de ocupação e atividades econômicas distintas.

O Braço Norte é o principal canal de navegação pelo Mondego, sofreu diversas intervenções com o intuito de tornar viável sua exploração portuária. Possui em média 4 a 8 metros de profundidade e apresenta maiores índices de salinidade. O Braço Sul encontra-se assoreado, com uma profundidade média entre 2 e 3 metros. Desenvolve-se mais próxima à sua margem a produção de arroz (por isso, a utilização de comportas visando a um baixo teor de salinização de suas águas) e a produção de milho. “Como consequência destas atividades são lançadas nas águas do estuário grandes quantidades de fertilizantes, principalmente a partir do rio Pranto”³⁸⁰.

Inclusive, há conflitos entre agricultores e trabalhadores dedicados à salicultura (atividade não poluente em que estava alicerçada à pesca de bacalhau), que cada vez mais perde espaço na região. Com a industrialização da pesca, que até meados do século XX era praticada principalmente durante a temporada do bacalhau, a partir da década de 1980, ocorre uma mudança significativa com a introdução do cultivo de diferentes espécies de peixes, como o Robalo e a Dourada, adequados às dinâmicas capitalistas, com o uso de sistemas de refrigeração à base de energia elétrica. “Assim se deu início à troca entre uma atividade sazonal, extremamente conectada com o meio ambiente de suporte, por uma atividade continuada ao longo do ano”³⁸¹.

Acerca de impactos socioambientais indiretos presentes nas águas do Mondego em sua região estuarina, destaca-se o despejo de esgotos urbanos (alguns sem o devido tratamento para o descarte dos efluentes), resíduos de agrotóxicos derivados da produção de arroz, resíduos sem tratamento de fábricas de conservas de peixe e resíduos de metais pesados ligados a atividades industriais, como: “da indústria de papel, cerâmica, vidro e metalomecânica”³⁸².

Cabe salientar que os trabalhos levantados sobre o tema focam, em sua maioria, nos impactos causados aos seres humanos, não avaliando estes a paisagem, plantas e animais. Provavelmente, a região carece de mais estudos para avaliar a complexidade que envolve o tema. Outro ponto que chama atenção é o de que mesmo com os mais variados reveses socioambientais delineados através deste modelo de interação com a natureza que a todo

³⁸⁰ FOLHA, 2011, p. 12.

³⁸¹ RIBEIRO, 2005, p. 399.

³⁸² FEIO, Maria João; TEIXEIRA, Zara. **Alterações Globais dos Rios:** pressões antropogênicas e alterações climáticas. In: FEIO, Maria João; FERREIRA, Verônica (Org.). **Rios de Portugal:** comunidades, processos e alterações. Coimbra (PT): Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 320.

momento buscou controlar o Mondego por meio de uma série de intervenções hidráulicas, a conclusão da maioria dos autores consultados segue na direção de ampliar ainda mais a rede de intervenções desta monta sob o rio Mondego.

Objetiva-se, no tópico a seguir, ao analisar as últimas articulações delineadas para tentar realizar a Fixação da Barra do Rio Araranguá, avaliar as contradições que o projeto apresenta, levando em consideração os impactos socioambientais experienciados no rio Mondego, no entanto, propondo um modelo de interação com a natureza que esteja articulado aos seus ritmos e particularidades, não propondo intervenções hidráulicas de grande porte que desconsideram totalmente as dinâmicas locais litorâneas.

6.4 TENTATIVAS DE READEQUAR O PROJETO E A NÃO REALIZAÇÃO DA OBRA – 2012-2014

O ano de 2012 registrou apenas uma reportagem no periódico local *Enfoque Popular* sobre a Fixação da Barra do Rio Araranguá. A chamada de capa, no dia 4 de outubro, intitulada *Novo Capítulo* refere-se ao aguardo pelo resultado do parecer do Ibama de mais uma tentativa de aprovar o licenciamento ambiental para realizar a obra. O destaque vai para a corrida contra o tempo, pois o prazo para não perder os recursos advindos do Governo Federal, estimados agora em 30 milhões de reais, encerra no dia 31 de dezembro.

A reportagem na página 9, *Fixação da Barra Mais Próxima*, que aprofunda a chamada de capa, em tom otimista, destaca todo o trajeto dos últimos anos percorridos para a realização da “tão sonhada obra”, como a elaboração do EIA-RIMA, a aprovação do financiamento mediante a Caixa Econômica Federal, a realização de audiências públicas, as diversas idas a Brasília e, por fim, o encaminhamento do projeto ao IBAMA como última etapa para aprovar o licenciamento ambiental e dar início ao processo de licitação e construção dos molhes. O periódico ressalta a fala do Secretário de Planejamento do município de Araranguá, Leonardo Tiscoski (cabe lembrar sua participação na audiência pública no dia 4 de outubro, do ano anterior).

A menos de um mês para a previsão estipulada pelo Ibama, o secretário de planejamento, Leonardo Tiscoski, se diz otimista com relação à liberação da Licença Ambiental Prévia. “Estamos esperançosos com o compromisso assumido pelo Ibama. Com a liberação da LAP, a obra já pode ser licitada. Cumprindo as medidas condicionantes, que possivelmente serão estabelecidas pelo Instituto, rapidamente

devemos obter também a Licença de Instalação e aí sim, as obras poderão ter início”, explica Tiscoski³⁸³.

O parecer do IBAMA nº 107/2012 é publicado pouco mais de um mês após a veiculação da reportagem citada, no dia 27 de novembro. No entanto, o documento de 18 páginas, seguindo o padrão dos pareceres anteriores, pontua a continuidade de inconsistências ainda não resolvidas no EIA-RIMA, frustrando, mais uma vez, o intento do poder público municipal. Dentre aspectos destacados pelos analistas ambientais, Anna Christina dos Santos, Fernando Dantas Campello, Gabriel Angotti Magnino, Nájla Vilar Aires de Moura e Sebastião Antonio de Oliveira, ressalta-se: refazer o “modelo de inundação, comparando o cenário atual com os cenários com os molhes, com a barra norte fechada, considerando, ainda, uma situação de alta vazão fluvial associado a evento de maré meteorológica”³⁸⁴.

Com base na análise das modelagens de inundação apresentadas no EIA e no estudo de complementações ao EIA a primeira conclusão que se pode chegar é que, se os modelos estão corretos, a fixação da barra não resolverá o problema das inundações na cidade de Araranguá. [...]. Os resultados do modelo indicam uma redução da ordem de 20 cm na altura máxima atingida pelo rio na região da cidade de Araranguá, não alterando de forma significativa a área inundada³⁸⁵.

A viabilidade do projeto em seu objetivo principal é novamente questionada sem uma justificativa sólida por parte da PMA. Por exemplo, os mesmos resultados (redução de 20 cm no nível do rio) poderiam ser alcançados com uma abertura de barra periódica, sem a construção dos molhes, em momentos de cheias. Por mais que a barra feche com o tempo, refazer o procedimento em momentos de necessidade teria o mesmo efeito com relação à ocorrência de enchentes e inundações, não impactaria estruturalmente as dinâmicas naturais e seria 15x mais econômico, no mínimo, pois a obra custaria 30 milhões na primeira etapa, necessitando de uma segunda etapa de mais 30 milhões (financiamento, para este, incerto, que seria buscado após a conclusão da primeira etapa), acrescidos de dragagens anuais no valor de 2 milhões de reais para garantia de profundidade da Foz do Rio Araranguá. Cabe destacar que não foi encontrado nenhum documento com a justificativa enviada pela PMA ao IBAMA sobre tal ponto.

Outra questão apontada trata dos impactos ao ecossistema local, não apenas referente à ADA (Área Diretamente Afetada), mas também à AID (Área de Influência Direta). O

³⁸³ POSSAMAI, Maiara. Fixação da Barra Mais Próxima. **Enfoque Popular**. Araranguá, 04 de outubro de 2012, p. 9.

³⁸⁴ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. **Parecer nº 107/2012 – COPAH, CGTMO, DILIC, IBAMA**, 27 de novembro de 2012. Brasília, 18 páginas, p. 4. Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Araranguá.

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 6.

argumento de que a construção dos molhes não afetaria as dinâmicas naturais locais foi considerado inconclusivo, pois faltou, de acordo com os analistas, um mapeamento das “populações de espécies consideradas raras, endêmicas, ameaçadas de extinção ou de importância econômica”³⁸⁶, seguido de informações sobre as possíveis alterações que estas poderiam sofrer após a realização da obra. Além de que é necessário considerar que “mesmo não havendo supressão de vegetação na área de fixação da barra, sua implementação e operação acarretará impactos de médio e longo prazo devido ao fechamento da Barra Velha”³⁸⁷. Por exemplo, com a diminuição de oxigenação desse trecho do rio, seguida da chegada de animais mortos em períodos de cheias e demais resíduos urbanos, poderá haver a proliferação de doenças, afetando as populações locais próximas ao empreendimento. Estas questões também não foram tratadas no EIA-RIMA.

Essa identificação é importante para compreender o ciclo de sobrevivência de algumas espécies, como a formada por aves migratórias. Para se ter segurança de que estas encontrarão um local apropriado para a manutenção de sua sobrevivência, não recorrendo a áreas perigosas como as já habitadas por seres humanos, ou mesmo colocando-se em situação de risco em decorrência do possível convívio próximo ao estabelecimento de futuras rodovias, devido ao aumento de pessoas que frequentarão a área em questão, seja com a finalidade de trabalho ou turismo.

Inclusive, este é um ponto ao qual o próprio EIA-RIMA/ACQUAPLAN pondera, sem emitir um parecer concreto acerca dos possíveis impactos a estas espécies. Conforme podemos verificar na citação abaixo, paira uma situação de dúvida sobre os reveses que a obra poderá causar a aves migratórias:

A região da foz do rio Araranguá é um importante ponto de repouso, descanso e alimentação de grande variedade de aves migratórias, tanto daquelas que vem do hemisfério norte durante as invernações, fugindo para áreas mais amenas no verão austral, bem como aquelas que vêm do hemisfério sul fugindo dos rigores do frio durante o inverno alcançando maiores latitudes para fugir das agruras polares. Para se avaliar quais os impactos à avifauna associados com a construção do empreendimento, um acompanhamento faz-se necessário, mapeando os principais locais para o monitoramento e indicando os impactos que possam vir a causar problemas para a perturbação da comunidade de aves em que ora se encontra ali. A priori, grande número de pessoas irão percorrer os molhes pretendidos para a retificação final do rio, e isso pode trazer afugentamento as espécies que utilizam a foz do rio. A faixa de dunas móveis e semimóveis que se estende desde a área pretendida para retificação ao mar e a atual foz do rio Araranguá é uma área bastante inóspita e é a que possibilita as aves terem uma área bastante extensa para descanso e alimentação. Ainda, observa-se a extensa planície costeira da região, que

³⁸⁶ *Ibidem*, p. 7.

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 8.

se estende até o sistema lagunar de Jaguaruna e Laguna, se constitui em vasta área para o pouso e alimentação das aves³⁸⁸.

Dentre outros pontos salientados pelo Parecer nº 107/2012, também se destaca o item 3.14, o qual solicita a apresentação das “demais medidas adotadas pela prefeitura para minimizar os efeitos das enchentes, referente a políticas públicas de urbanização, educação ambiental, recuperação de encostas, entre outros”³⁸⁹. O ponto questionado no parecer é o de que o poder público municipal adotou ações de caráter pós-desastre, seja com a construção de comportas em canais de irrigação, elevação de áreas de baixada, licitação para a construção de uma ponte interligando o bairro Barranca ao Centro para, dentre outras questões, possibilitar uma rápida evacuação da região atingida em momentos de cheias do rio Araranguá, não implementando medidas com foco na prevenção de novas ocorrências.

Entende-se que outras obras de infraestrutura urbana seriam essenciais para evitar a intensificação dos efeitos das enchentes, necessárias mesmo considerando o cenário de realização da fixação da barra do rio, dentre elas: dragagem de canais, a construção de galerias pluviais, bocas-de-lobo, pavimentação de ruas, contenção de encostas, desassoreamento e recuperação de sistemas de drenagem. [...] Como medida essencial, destaca-se, ainda, a retirada da população da área sujeita a alagamentos e a contenção de novas ocupações em áreas sensíveis³⁹⁰.

Um tema controverso salientado pelos analistas diz respeito à desocupação do bairro Barranca por este se tratar de uma área de risco. Até houve no ano de 2011 a entrega de 40 residências (de 36m²) a famílias atingidas pelos desastres entre 2008-2009, por parte da PMA em conjunto com financiamento via Governo Federal³⁹¹. Porém, a maior parte dos moradores da localidade não são favoráveis e recusam a ideia de uma possível desocupação do bairro.

No ponto 3.18, o parecer cobra informações precisas sobre os impactos à rizicultura irrigada devido ao possível aumento na salinidade do rio que a fixação da barra acarretaria. Cabe destacar que o setor já enfrenta dificuldades em alguns períodos do ano devido à escassez hídrica para a produção de arroz. Ou seja, a realização da obra poderia afetar ainda mais o setor econômico que é o carro-chefe em termos produtivos tanto do município de Araranguá quanto da AMESC. Neste quesito, orienta-se a coleta em vários pontos do rio de amostras para se compreender a abrangência dos impactos, quais áreas se tornariam impróprias para cultivo e o grau de salinização do rio Araranguá.

³⁸⁸ ACQUAPLAN, 2011, p. 464-465.

³⁸⁹ BRASIL, 2012, p. 10.

³⁹⁰ *Ibidem*, p. 11.

³⁹¹ FIM do Pesadelo. **Enfoque Popular**. Araranguá, dia 15 de agosto de 2011, p. 07.

Com base nos estudos apresentados pode-se concluir que a maior salinidade nas águas do Rio Araranguá promovida pela fixação dos molhes tenderá a agravar a situação já hoje observada de restrição à irrigação das culturas de arroz. Este impacto, no entanto, não foi quantificado no EIA nem no estudo de complementação. [...]. O Estudo informa que atualmente existe restrição para irrigação em determinadas situações quando a salinidade do rio é elevada. Apesar disso, não foi elaborado um diagnóstico que buscasse esclarecer que condições ambientais propiciam uma salinização impeditiva para a irrigação, quando tais condições costumam ocorrer, o percentual de dias em que ocorrem, tudo isto observando as características do ciclo produtivo do arroz na região³⁹².

Analisando os pontos destacados pelo Parecer nº 107/2012, nota-se um padrão de uma série de informações não aprofundadas ou devidamente estudadas nos EIA-RIMA apresentados. Estas questões, entre os anos de 2009-2012, foram amplamente pontuadas pelos meios de comunicação e pelos documentos oficiais produzidos pelo IBAMA e MPF. Os últimos dois pontos que serão aqui expostos mantêm o mesmo padrão genérico e inconclusivo.

O ponto 3.20 condiz com a questão discutida com maior ênfase no decorrer destes anos, referente aos moradores da comunidade de Ilhas. O parecer cobra a apresentação de dados “precisos sobre o número de pescadores da comunidade de Ilhas que serão atingidos pelo empreendimento e as medidas compensatórias a serem adotadas”³⁹³. Questionam-se os critérios adotados durante a produção de dados construídos pelo EIA-RIMA. Foram realizadas 20 entrevistas com moradores locais, porém não foi caracterizado o local de estudo, além de que alguns entrevistados moravam na comunidade ao lado, no Morro Agudo. “Entende-se que o foco deva ser dado à comunidade Ilhas, uma vez que esta corre o risco de ter o seu acesso ao rio interrompido”³⁹⁴. Faltou a apresentação de alternativas de mitigação nesse sentido. Não foi apontado, por exemplo, o número exato de pescadores afetados pela Fixação da Barra do Rio Araranguá.

O objetivo deste instituto ao solicitar uma melhor caracterização da Comunidade de Ilhas é de avaliar a eficácia das medidas mitigadoras a serem adotadas. Esta comunidade – de acordo com as informações do próprio EIA, de constatação feita em vistoria na localidade e durante a Audiência Pública – é constituída de pescadores e suas famílias. Assim, entende-se que a Comunidade de Ilhas terá seu modo de vida significativamente alterado e os seus meios de produção interrompidos. Tal questão não foi tratada no EIA e na sua complementação³⁹⁵.

³⁹² BRASIL, 2012, p. 13.

³⁹³ *Ibidem*, p. 14.

³⁹⁴ *Ibidem*, p. 14.

³⁹⁵ *Ibidem*, p. 16.

Podemos constatar que este ponto em específico é muito problemático pelo fato de que a comunidade manteve-se presente em várias reuniões e audiências e sempre se colocou à disposição para discutir alternativas à realização da obra tanto na presença de Adeirde Lemos Pedroso quanto na de Rinaldo Ramos da Rosa.

O último ponto aqui destacado³⁹⁶, 3.21, analisa a falta de menções no EIA-RIMA/ACQUAPLAN sobre o possível impacto ao maior ponto turístico do município de Araranguá, as dunas que compõem a falésia do Morro dos Conventos. O argumento é o de que os molhes, depois de construídos, interromperia o ciclo de acúmulo de dunas nas falésias, devido à impossibilidade de os grãos de areia transporem o canal do rio mediante ação eólica³⁹⁷. Caso concretizada a análise, isto representaria um duro golpe a uma área que é um dos principais cartões-postais de Araranguá.

Um possível ponto positivo salientado no EIA-RIMA/ACQUAPLAN, com a fixação da barra, seria o retorno de botos ao rio Araranguá através de seu estuário. Característico da região Sul do Brasil, abrangendo estuários como em Laguna (SC), Tramandaí (RS) e Torres (RS), constituiu-se um sistema de pesca ao qual os botos cercam cardumes e sinalizam o momento exato para os pescadores soltarem suas tarrafas e pegar os peixes. Esta prática que denota uma particular interação entre o ser humano e a natureza, em Araranguá, conhecida como “pesca com botos”, se viu abalada devido à baixa profundidade³⁹⁸ de seu estuário que impede a constante entrada de botos. Talvez, com a estabilidade de profundidade que a obra geraria, esta seria uma prática que poderia ser retomada, avalia o EIA-RIMA³⁹⁹.

No entanto, a conclusão do parecer é contumaz em avaliar que os objetivos propostos com a realização de Fixação da Barra do Rio Araranguá “não permitem a esta equipe concluir que a fixação dos molhes atingirá seu objetivo de maneira ambientalmente saudável”⁴⁰⁰, pois seria uma profunda intervenção às dinâmicas naturais, resultando em impactos à agricultura, às comunidades tradicionais, à paisagem e, possivelmente, às espécies não humanas. Tudo isto

³⁹⁶ Embora também foram pontuados: elaborar um mapeamento das diferentes produções agrícolas na região e relação destas com o rio; apresentar dados socioeconômicos e históricos sobre a ocorrência de enchentes e inundações; propor um programa de monitoramento de desastres; encaminhar dados precisos sobre o volume de sedimentos a ser dragado pela obra; especificar onde o material dragado seria disposto; e especificar alternativas sobre um acesso provisório ao rio que seria construído durante a realização da obra (com duração de 17 meses). Este impediria a navegação e aumentaria o risco de inundações para as comunidades próximas ao local, principalmente, aos moradores de Ilhas.

³⁹⁷ *Ibidem*, p. 16.

³⁹⁸ Importante mencionar que, em entrevistas realizadas pelo presente autor com pescadores de Ilhas, me foi relatado que o fator responsável pela progressiva diminuição na entrada de botos no estuário do rio Araranguá se deu pelo aumento da prática de pesca predatória na barra do rio Araranguá, por pessoas de fora da localidade, afugentando os cetáceos que, em décadas anteriores, costumavam adentrar o local.

³⁹⁹ ACQUAPLAN, 2011, p. 600.

⁴⁰⁰ BRASIL, 2012, p. 16.

para se ter uma diminuição de 20 centímetros na intensidade das inundações. O parecer ressalta que se teriam os mesmos resultados com aberturas periódicas da barra, em momentos de cheias, sem a fixação do presente estuário. Mesmo que não definitiva, esta poderia ser uma possibilidade viável, sem os profundos impactos à natureza e muito mais econômica. O documento ressalta que faltou ao EIA-RIMA avaliar esta alternativa. Neste sentido, a conclusão é a de que:

Considerando que ainda restam muitos aspectos sem esclarecimento ou com respostas apenas parciais, esta equipe entende que os estudos apresentados ao IBAMA até este momento não oferecem o embasamento necessário para que se tome a decisão de emitir uma Licença Prévia para o empreendimento. Sugere-se que o empreendedor faça uma reavaliação do projeto, reelaborando o EIA com base nas considerações apontadas pelo IBAMA no PARECER TÉCNICO n.º 68/2011 – COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA e neste Parecer, buscando respostas para as questões ainda em aberto, de forma a obter um maior grau de certeza em relação ao equilíbrio entre os impactos positivos e negativos da obra. [...]. Não seria aconselhável autorizar uma intervenção ainda questionável quanto à sua eficiência, e com impactos positivos incertos, apresentando um grande potencial de gerar impactos negativos significantes e de características perenes⁴⁰¹.

Optou-se por uma longa explanação de alguns aspectos destacados pelo Parecer n.º 107/2012, produzido pelo IBAMA, pelo fato de que este é fundamental para compreender o porquê da não realização da obra. Mesmo transcorridos 5 anos (entre 2009-2014), com a elaboração de dois EIA-RIMA, produzidos por diferentes empresas do setor, a PMA não conseguiu justificar, de maneira competente, o intuito de realização da Fixação da Barra do Rio Araranguá. Questões há muito citadas, referentes à objetividade/efetividade da obra com relação à mitigação efetiva da ocorrência de desastres socioambientais no município, à salinização do rio Araranguá, ao impacto a fauna e a flora e ao modo de vida de comunidades tradicionais, permaneceram com análises genéricas e inconclusivas, por parte do poder público municipal. Mesmo após uma série de revisões e prazos estipulados para adequação do mesmo, o projeto manteve-se com sérias inconsistências no decorrer de todo o tempo estudado, motivando, assim, a não aprovação do licenciamento ambiental.

O que foi algo incomum quando comparado a outros estuários do sul do Brasil. Dos cinco locais com considerável influxo de água doce ao oceano Atlântico, na região destacada, sendo eles: Arroio Chuí (fronteira entre o Brasil e o Uruguai), Barra do Rio Grande (RS), Barra do Rio Tramandaí (RS), Desembocadura do Rio Mampituba (divisa entre SC e RS) e

⁴⁰¹ *Ibidem*, p. 18.

Desembocadura do Rio Araranguá (SC). Apenas esta última não sofreu nenhuma intervenção humana, de modo a alterar o seu fluxo hídrico.

O caso dos Molhes do Rio Mampituba (SC-RS), localizado a uma média de 70 km ao sul de Araranguá, é importante de ser mencionado, pois apresenta condições semelhantes ao estuário aqui estudado. Com uma barra instável e migratória, devido ao constante deslocamento à direção norte, no final da década de 1960, iniciaram-se as obras para a sua fixação. A justificativa para o empreendimento se deu pela melhoria nas condições de navegação e não pelo intento em reduzir a ocorrência de desastres socioambientais, cabe salientar. A Barra do Rio Mampituba corriqueiramente não oferecia condições de passagem, seja pela falta de profundidade, acúmulo de bancos de areia, mar revolto, que acabava por dificultar as atividades de pesca na região. Porém, a obra não solucionou os problemas propostos e gerou novos reveses, conforme veremos a seguir.

Em razão da configuração do molhe sul e da ineficiência do pequeno molhe norte, as embarcações continuam enfrentando dificuldades de acesso ao porto pesqueiro da pequena cidade de Passo de Torres. Por outro lado, os interesses do governo em facilitar o escoamento fluvial e dos maiores proprietários de terras da área em voga foram plenamente alcançados com a fixação da foz⁴⁰².

Mesmo não resolvendo o problema relacionado à instabilidade de navegação, a Fixação do Rio Mampituba atendeu os interesses de proprietários de terra locais, “pois definiu uma área considerável de terra em uma posição estável, livre das oscilações que antes ocorriam na barra”⁴⁰³ e que geravam litígio.

A análise sobre a viabilidade do projeto ficou a cargo, inicialmente, do DNPVN (solicitado pelo Ministério dos Transportes, no ano de 1967), que não concluiu os estudos e os repassou para o INPH. O EIA-RIMA/ACQUAPLAN pontua, em sua revisão bibliográfica, que “não se tem notícia de um levantamento de possíveis impactos costeiros, nem de possíveis comportamentos futuros na distribuição sedimentar no local das obras. Mesmo assim o Governo Federal deu andamento ao projeto e às obras foram iniciadas sob comando da empresa de engenharia Sultepa e pela ex-Portobrás”⁴⁰⁴. A configuração dos molhes teria as seguintes especificações:

Os dois molhes paralelos a serem construídos na extremidade leste da barra do rio Mampituba deveriam ter a seguinte configuração: o molhe norte deveria ter um comprimento de 230 metros avançando no mar de maneira retilínea praticamente

⁴⁰² ACQUAPLAN, 2011, p. 269.

⁴⁰³ *Ibidem*, p. 270.

⁴⁰⁴ *Ibidem*, p. 273.

perpendicular à linha de costa; o molhe sul por sua vez deveria ter 423 metros, sendo que deste total 300 metros em linha reta e os 123 metros finais deveriam ser curvados para norte com sua extremidade formando um ângulo de 38° 50' com a parte retilínea⁴⁰⁵.

A obra teve início no ano de 1968 e foi concluída em 1973, de maneira incompleta.

Em 1973 a obra foi concluída, exatamente com a configuração encontrada nos dias de hoje, ou seja, totalmente incompleta. Dos 300 metros em linha reta do molhe sul, foram erguidos 260 metros. Os 123 metros programados para serem curvados para o norte, que segundo o projeto seria indispensável para manter o canal de navegação com uma profundidade estável suficiente para que as embarcações naveguem seguras sem risco de encalhar ou serem danificadas pela ação das ondas, não saíram do papel. Do mesmo modo o molhe norte ficou mais curto em relação ao que o projeto mencionava, ao invés de 230 metros ficou com 100 metros, sendo assim 130 metros a menos do que o planejado no projeto, o qual afirmava que essas dimensões também seriam fundamentais para garantir um canal livre do assoreamento⁴⁰⁶.

Desta forma, a obra não resolveu os problemas propostos e gerou novos reveses às dinâmicas naturais locais⁴⁰⁷. Além de os molhes não proporcionarem um canal de navegação seguro, ocorrendo acidentes, seja pela formação de bancos de areia ou ondas muito fortes, estes interromperam o ciclo de distribuição de sedimentos mediante a deriva litorânea, gerando um processo de erosão situada ao Molhe Norte, semelhante ao que vimos no tópico anterior, no estuário do Rio Mondego, localizado no município de Figueira da Foz, em Portugal.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 274-275.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 276-277.

⁴⁰⁷ Uma menção importante a se fazer é a característica de construção de grandes obras efetuadas pela Ditadura Militar (1964-1985) no Sul de Santa Catarina. O padrão em cortar gastos, mesmo sabendo dos impactos que tal ação poderia gerar, também esteve presente nas obras de construção da Rodovia BR-101 (trecho Araranguá) no início da década de 1970. Foi pontuado no estudo feito pelo INPH que, para evitar inundações à rodovia nas imediações próximas ao bairro Barranca, era necessário construir uma elevação, pois aquela era uma área atingida periodicamente pelas cheias do rio Araranguá. Sabendo de todo o impacto que tal negligência acarretaria para o escoar das produções econômicas no sul do país, com o tráfego sendo interrompido por dias em momentos de cheias, optou-se pelo projeto menos custoso, sem a elevação. Ou seja, construiu-se a rodovia sabendo que esta seria constantemente atingida e inviabilizada periodicamente pelos desastres socioambientais presentes na localidade.

Figura 36 – Molhes do Estuário do Rio Mampituba (divisa entre SC e RS)*



*A parte sinalizada /em amarelo mostra o acúmulo de sedimentos no Molhe Sul. Enquanto que a parte sinalizada em vermelho mostra a erosão do solo no Molhe Norte.

Fonte: Acquaplan (2011, p. 279).

A parte com destaque em amarelo, onde percebe-se o acúmulo de sedimentos devido ao bloqueio formado pelo Molhe Sul, pertence ao Estado do Rio Grande do Sul. Já a parte com destaque em vermelho, em um avançado estado de erosão litorânea, a qual encontra-se com uma declividade similar à de uma falésia com inclinação de quase 90°, pertence a Santa Catarina. Salienta-se que este processo erosivo impacta, inclusive, o turismo, especialmente, no Molhe Norte. A prática balnear fica comprometida com a irregularidade presente no litoral.

É importante ressaltar os impactos socioambientais delineados a partir da Fixação do Estuário do Rio Mampituba, pois este serve de referência ao município de Araranguá, ao propor uma obra desta magnitude capaz de transformar de maneira estrutural os ciclos e dinâmicas naturais do Rio Araranguá, sem resolver a problemática que envolve a ocorrência de enchentes e inundações.

O ano de 2013 marcou o início da administração da PMA pelo prefeito Sandro Maciel (PT), recém-empossado. O segundo mandato de Mariano Mazzuco Neto (PP) encerrara-se no ano anterior. Mais uma vez, sem aprovar o licenciamento ambiental para a Fixação da Barra do Rio Araranguá, embora tenha prorrogado por mais um ano a reserva dos recursos econômicos pelo Governo Federal.

Diante das problemáticas envolvidas para realizar a obra e o curto tempo para tratar de todos os trâmites necessários, ainda no mês de janeiro, precisamente no dia 23, o novo prefeito organizou uma reunião localizada no Balneário Ilhas, para ouvir as demandas dos pescadores e comunidade em geral, acerca do que poderia ser feito para conseguir a aprovação da licença ambiental pelo IBAMA⁴⁰⁸. Também no mesmo dia se reuniu com secretários, representantes da FAMA e o responsável pelo EIA-RIMA/ACQUAPLAN, Emílio Marcelo Dolichney, para analisar o melhor local para realizar a obra⁴⁰⁹.

Apesar da urgência que tal tema demandava, o ano de 2013, assim como o anterior, registrou poucas reportagens e atualizações sobre o andamento relativo à aprovação do licenciamento ambiental. Referente ao mês de setembro, mediante consulta aos arquivos da PMA, encontrou-se um estudo de revisão das alternativas para a Fixação da Barra. No *Projeto Básico – Relatório Final – Relocação dos Molhes de Fixação da Barra do Rio Araranguá*, produzido pela empresa CB&I⁴¹⁰, trabalhou-se com a alternativa de realizar a obra nas imediações da localidade de Ilhas. Ou seja, avaliou-se uma possível mudança para o empreendimento, agora, de acordo com a alternativa 2. Não aprofundaremos aqui a análise das informações contidas no documento, pelo fato de que as mesmas observações tecidas nos pareceres anteriores do MPF não foram superadas, de modo a não haver necessidade de repetir toda a argumentação elaborada em páginas anteriores. Embora pode-se ressaltar que a conclusão se manteve a mesma, de que a obra não acabaria com a ocorrência de desastres causados por enchentes e inundações, mas apenas retardaria seus efeitos, gerando maior tempo hábil para órgãos especializados, como a Defesa Civil em conjunto com a PMA, atuarem para a retirada dos atingidos, caso necessário.

A possibilidade de realocar a Fixação do Estuário do Rio Araranguá foi confirmada pela reportagem dos dias 6, 7 e 8 de dezembro de 2013 intitulada *Abertura e Fixação da Barra do Rio Araranguá em Pauta*. O texto relata o tramite delineado pela Secretaria de Planejamento da PMA ao emitir ofício ao Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, para que este emita parecer favorável a uma possível realocação do ponto de realização da obra, conforme apontamentos do IBAMA e MPF.

O projeto inicial, de 2009, previa a abertura e fixação da barra do Rio Araranguá nas proximidades do Morro dos Conventos. Considerações feitas pela Ibama e pelo

⁴⁰⁸ SILVEIRA, Everaldo. Diálogo Com Ilhas. **Enfoque Popular**. Araranguá, dia 23 de janeiro de 2013, p. 03.

⁴⁰⁹ SILVEIRA, Everaldo. Administração Encaminha Discussão da Fixação da Barra. **Enfoque Popular**. Araranguá, dia 23 de janeiro de 2013, p. 03.

⁴¹⁰ O documento consultado não especificou o nome completo da empresa. Estima-se que seja a “Companhia Brasileira de Infraestrutura”. Esta adquiriu a CPE no início da década de 2010.

Ministério Público Federal de Criciúma nos anos de 2011 e 2012, solicitaram a elaboração de um novo planejamento. A Prefeitura Municipal de Araranguá, atendendo às exigências, está elaborando um novo projeto no qual a barra poderá ser aberta nas proximidades de Ilhas⁴¹¹.

O planejamento era o de apresentar o novo projeto no início do ano seguinte, em 2014. Neste sentido, conseguiu-se, mais uma vez, prorrogar o prazo para a reserva do financiamento com o Governo Federal, remodelando o planejamento traçado pela presidenta Dilma Rousseff (PT – exerceu mandato entre 2011-2016), ao cancelar as obras do PAC 1 não encaminhadas. Isto se deu graças à articulação de uma catarinense, Eva Maria Cella Dal Chiavon, secretária executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja, o ministério responsável pelas obras do PAC. De acordo com o colunista e proprietário do periódico *Enfoque Popular*, Everaldo Silveira, “Eva Cella, amiga pessoal do prefeito Sandro desde a década de 80, assume o comando interino do Ministério do Planejamento em janeiro nas férias da ministra Miriam Belchior e irá publicar a portaria de prorrogação do prazo”⁴¹².

Com os prazos reestabelecidos, novamente ocorreram viagens a Brasília com o intuito de viabilizar a LAP (Licença Ambiental Prévia) o mais rápido possível. A data limite para apresentar ao Ibama as reformulações do projeto, a cargo da empresa ACQUAPLAN, era o dia 10 de fevereiro. Não ficou claro nas reportagens consultadas, se dessa vez, o local para realizar a obra, de fato, teria sido alterado para a alternativa 2. Este ponto não é mencionado.

Sem a possibilidade de novas prorrogações, o prazo final para iniciar as obras de Fixação da Barra do Rio Araranguá era o dia 30 de junho de 2014. Desta forma, a administração pública municipal reuniu-se novamente com os moradores da localidade de Ilhas para reformular as orientações tecidas pelo IBAMA no Parecer nº 107/2012, aqui exposto, no que concerne ao item 3.20. Novas entrevistas foram realizadas a fim de elaborar um diagnóstico preciso acerca de dados socioeconômicos e culturais da comunidade para definir quais ações de mitigação aos impactos gerados pela obra seriam elencados.

O município tem até o dia 30 de junho para ao menos estar com as obras iniciadas. “Se não estiver o canteiro de obras instalado até a data limite, ela será perdida. Mas para iniciar o canteiro, precisamos da licença do IBAMA, para depois poder começar o processo de licitação da obra”, concluiu Everton⁴¹³ (Everton José da Silva, Secretário de Planejamento do Município de Araranguá – adendo do autor).

⁴¹¹ ABERTURA e Fixação da Barra do Rio Araranguá em Pauta. **Enfoque Popular**. Araranguá, 06, 07 e 08 de dezembro de 2013, p. 05.

⁴¹² SILVEIRA, Everaldo (coluna política – primeira impressão). Araranguá Consegue Prorrogação da Verba da Fixação da Barra. **Enfoque Popular**. Araranguá, 02 de janeiro de 2014, p. 03.

⁴¹³ ADMINISTRAÇÃO Reúne Comunidades Para Liberar Obra na Barra. **Enfoque Popular**. Araranguá, 13 de Fevereiro de 2014, p. 06.

Nos primeiros dias do mês de junho, ainda sem o parecer favorável relativo à Licença Ambiental emitida pelo IBAMA, a PMA, na tentativa de assegurar a manutenção do financiamento para a Fixação da Barra, iniciou o processo de licitação da mesma, à qual apenas uma construtora candidatou-se, sendo a *Camilo & Ghisi*. O objetivo de tal procedimento era fazer com que, quando saísse o resultado da avaliação técnica cabível ao IBAMA, estimada para o final do corrente mês, a administração pública municipal não perderia os recursos econômicos reservados, pois daria início à obra logo após a emissão do parecer, sem perder tempo com novos trâmites licitatórios.

O tom de expectativa que já durava 5 anos era constantemente ressaltado pela imprensa local. Diferentemente dos anos anteriores, entre 2011, 2012 e 2013, o ano de 2014 voltou a registrar um grande número de reportagens sobre o tema. Isto, provavelmente, se deu pela urgência ligada à possível perda do financiamento mediante o Governo Federal.

A última quinzena de junho foi de decepção para a administração pública municipal. No dia 12, a recusa, como em outras tentativas, se manteve. O MPF novamente recomendou ao IBAMA a não concessão do Licenciamento Ambiental. Embora esta não tenha um caráter definitivo, ou seja, a PMA poderia tentar o processo novamente com a apresentação de um novo EIA-RIMA seguido de uma nova audiência pública, tal procedimento estouraria o prazo estipulado pela reserva do financiamento. A justificativa, de acordo com a Procuradora da República Andréia Rigoni Agostini, foi a seguinte: “o objetivo declarado da obra de Fixação da Barra do Rio Araranguá consiste em amenizar os efeitos das cheias naquele rio, mas o EIA não estudou as causas das referidas cheias e não apresentou alternativas tecnológicas para evitá-las ou amenizá-las”⁴¹⁴. O prefeito, mantendo o otimismo, alegou que todas as recomendações haviam sido atendidas e que viajaria a Brasília para tentar reverter a situação.

A uma semana de expirar o prazo final para a manutenção dos recursos econômicos, Sandro declarou no periódico *Enfoque Popular*: “entendo que da forma que fizemos a proposta, a construção da obra de fixação da barra beneficiaria os pescadores, proporcionaria a preservação, ajudaria a combater as cheias, garantiria maior segurança, inclusive evitando prejuízos para os agricultores”⁴¹⁵.

No entanto, após um mês de articulações e tentativas para iniciar as obras de Fixação da Barra do Rio Araranguá, a capa do periódico *Enfoque Popular*, intitulada *Frustração*, exprime o sentimento que percorreu os membros da administração pública municipal e sociedade civil,

⁴¹⁴ MPF Dá Parecer Contrário ao Início das Obras. **Enfoque Popular**. Araranguá, 12 de Junho de 2014, p. 16.

⁴¹⁵ BARRA do Rio Araranguá. **Enfoque Popular**. Araranguá, 23 de junho de 2014, p. 06.

de modo geral, pela recusa do Ibama ao licenciamento ambiental, colocando um fim à tentativa de viabilizar o projeto. A reportagem relata que a recusa se deu, novamente, pela falta de uma justificativa sólida e objetiva a respeito do intuito da obra. “O Ibama considera que o empreendimento não demonstrou a viabilidade ambiental da mesma e nem a eficiência para a redução do efeito das cheias na região, havendo, ao contrário, risco evidente de severos e irreversíveis danos ambientais e socioeconômicos”⁴¹⁶.

Após a reprovação do licenciamento ambiental frente ao Ibama, a discussão sobre a Fixação da Barra do Rio Araranguá foi engavetada. Mas algumas questões relativas ao porquê da não realização da obra no que tange à justificativa dada por parte do corpo político e parte da sociedade civil merecem ser pontuadas. Pairou uma perspectiva de que o projeto não saiu do papel em função da atuação da comunidade de Ilhas, principalmente, durante a audiência pública no dia 4 de outubro de 2011, ao apresentar discordâncias com o local selecionado para construir os molhes, quando, conforme aqui analisado, isto ocorreu devido às várias deficiências técnicas que os EIA-RIMA apresentaram em mais de uma oportunidade. Em momentos de consulta a locais de pesquisa, em mais de uma ocasião, escutei relatos sobre como o posicionamento da referida comunidade tradicional teria afetado negativamente o trâmite para aprovar o licenciamento ambiental.

Inclusive, em uma oportunidade, pude discutir sobre este ponto com o então vereador pelo município de Araranguá, Daniel Viriato Afonso, com mandatos entre os anos de 2009-2020, pelo PP. Esteve ativamente presente na articulação para a Fixação da Barra do Rio Araranguá, durante o mandato do prefeito Mariano Mazzuco Neto (PP). Daniel é contumaz em afirmar que a audiência pública no ano de 2011 foi um momento-chave para a não aprovação do licenciamento ambiental.

Não saiu justamente por isso. Começou-se uma discussão com a comunidade de Ilhas. O pessoal do Ibama esteve aqui nessa reunião. Ah, foi uma guerra. Vieram a comunidade do Morro Agudo, a comunidade de Ilhas e começou-se uma discussão. O Morro Agudo queria que fizesse no Morro [dos Conventos] ou no Morro Agudo, queria aquele encaminhamento, conforme o parecer técnico [Alternativa 01]. Ilhas não queria aquilo, queria que fosse feito um novo estudo, que passasse o rio depois de Ilhas. E daí ficou essa discussão. Daí no dia que veio o pessoal do Ibama, porque era a reunião final de análise e ouvir as comunidades, ah, eles saíram dali chocados, quase se mataram na reunião⁴¹⁷.

⁴¹⁶ IBAMA Nega Licença Para Obra de Fixação da Barra do Rio Araranguá. **Enfoque Popular**. Araranguá, 24 de julho, p. 11.

⁴¹⁷ Afonso, Daniel V, *op. cit.* Entrevista.

Um aspecto curioso ao analisar as entrevistas com representantes do corpo político municipal e moradores da comunidade de Ilhas é que ambos utilizaram a argumentação de que o seu ponto de vista estava embasado de acordo com os estudos sobre o tema. Ou seja, os defensores da alternativa 1 alegaram que esta garantiria melhor vazão do rio em direção ao oceano, de acordo com o EIA-RIMA apresentado, enquanto os moradores de Ilhas alegaram o mesmo, citando que, de acordo com o EIA-RIMA, melhor seria aplicar a alternativa 2. Vimos no decorrer da pesquisa que ambos os locais estudados, no que tange à vazão do rio, apresentaram resultados muito próximos, não havendo discrepâncias entre eles e que o fator primordial para a não realização da obra foram, justamente, as diversas inconsistências que não foram sanadas no decorrer de cinco anos de tratativas, como a não prevenção/mitigação efetiva de novos desastres, os impactos à fauna, à flora, à agricultura, à comunidade Ilhas dentre outros fatores.

Outro ponto a se refletir é sobre a ausência de alternativas tecnológicas à Fixação da Barra do Rio Araranguá. Vimos que muito se debateram alternativas locais. Porém, em nenhum momento, por nenhum dos grupos participantes da tentativa de realizar a obra, foi considerado um cenário de sua não realização (mesmo após os diversos pareceres do MPF indicando possibilidades menos danosas às dinâmicas do rio Araranguá e tão efetivas quanto). Em nenhum momento elencaram-se alternativas viáveis, menos custosas e menos intervencionistas às dinâmicas estruturais da Foz do Rio Araranguá, mesmo tendo como exemplo próximo o caso da fixação efetuada no estuário do Rio Mampituba, que gerou novos reveses socioambientais após a sua realização. Provavelmente, a possibilidade de trazer para o município de Araranguá uma soma tão grande em recursos econômicos inebriou os grupos políticos envolvidos neste trâmite, pois entrariam para a história local com o feito, realizando uma obra que registrara àquela altura mais de cem anos de tentativas frustradas, e alavancariam ainda mais suas carreiras políticas.

Por exemplo, além de medidas como a dragagem de canais, construção de galerias pluviais, bocas-de-lobo, contenção de encostas e desassoreamento (alternativas salientadas pelo Parecer Técnico nº 107/2012), estas poderiam estar articuladas com programas de crédito a juros reduzidos para os atingidos por enchentes e inundações terem acesso a empréstimos destinados a reformas para levantar suas casas a um nível seguro das cheias do rio Araranguá (proposta elencada por Daniel Viriato Afonso em sua entrevista). Também a ampliação do sistema de comportas e a construção de muros de contenção (caso necessário) poderiam ser alternativas estudadas. Inclusive, o sistema de diques implementados na Holanda para conter o

impacto causado por inundações e preservar áreas destinadas à agricultura, conhecido como pôlderes, poderia ser uma possibilidade. Estas medidas em conjunto com aberturas periódicas da Barra do Rio Araranguá, sem a sua fixação, poderiam apresentar melhores resultados e a um custo possivelmente mais baixo.

Estas alternativas tecnológicas, que ainda nos presentes dias carecem de estudos fundamentados sobre o tema, dialogam com a perspectiva elencada pelos geólogos Juarês José Aumond e Luiz Fernando Scheibbe. Ao estudarem a ocorrência de desastres socioambientais na área que compreende o rio Itajaí-Açu através do PLADE (Plano Global e Integrado de Defesa Contra Enchentes/Ecossistema Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu), alertam para as problemáticas que envolvem a implementação de obras que transformam em caráter estrutural as dinâmicas dos rios. É necessário tecer uma avaliação que transponha a área de realização da obra e compreender toda a região que compõe a Bacia Hidrográfica dos rios em questão, pois “as obras estruturais tendem a romper o equilíbrio dinâmico dos agentes naturais, de vez que geralmente não atuam através do controle sobre as causas reais de cada problema, mas através da intervenção desmesurada sobre as suas consequências”⁴¹⁸. Neste sentido, alternativas tecnológicas como as citadas no parágrafo anterior podem ser consideradas uma possibilidade de lidar com a ocorrência de enchentes e inundações no município de Araranguá, desde que tenham os necessários estudos e avaliações que atestem que estes não gerariam profundos reveses socioambientais *a posteriori*.

Busca-se articular as reflexões de Aumond e Scheibbe, as considerações tecidas pelo especialista em ecologia social, Eduardo Gudynas. O autor, sem esquecer o contexto que envolve a economia de mercado capitalista em âmbito global, permeada por assimetrias, hierarquizações e relações de poder, que reduz a América Latina a um mero papel de produtora/exportadora de *commodities*, questiona sobre as contradições que estas relações geram, principalmente, à natureza, seja com desmatamentos, queimadas, extinções de espécies, poluição e consumo excessivo dos cursos hídricos dentre muitos outros fatores. Gudynas defende a compreensão da natureza não enquanto recurso econômico, mas, sim, reconhecendo-a “como um sujeito, de modo que esta perspectiva possa remodelar nosso entendimento sobre a política, a justiça, a cidadania, assim como nossas relações com o meio ambiente”⁴¹⁹.

⁴¹⁸ AUMOND, Juarês José; SCHEIBE, Luiz Fernando Scheibbe. Aspectos Geológicos e Geomorfológicos. In: **Dynamis**: Revista tecno-científica, Blumenau, v. 2, n. 8, p. 117-123, jul./set. 1994, p. 122.

⁴¹⁹ GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza** – Ética Biocêntrica e Políticas Ambientais. São Paulo: Elefante, 2019, p. 11.

Propõe-se desconstruir tanto a noção de uma natureza inerte destinada a sanar os interesses e vontades humanas (mesmo que para isto ocorra sua exploração sem limites), quanto, por outro lado, a ideia de que, elevando o preço sobre determinados elementos, irá se construir uma sociedade baseada no slogan do desenvolvimento sustentável. O autor, ao defender a construção dos *Direitos da Natureza* (parafraseando o título de sua obra), elenca a utilização de dois importantes conceitos para que sua proposta possua materialidade, sendo eles: o de valores intrínsecos e o de biocentrismo.

O primeiro argumenta que a natureza “expressa uma essência ou qualidade própria e inerente a um objeto, a um ser vivo ou ao meio ambiente, e, portanto, independente dos valores atribuídos pelos seres humanos. São valores que não consideram os objetos ou as espécies um meio subordinado às pessoas”⁴²⁰, ou seja, busca desconstruir as hierarquizações e assimetrias atribuídas à ideia de natureza, enquanto um elemento inferior na escala valorativa humana fundamentada em uma concepção antropocêntrica. Já o conceito de biocentrismo defende:

Valores próprios nos seres vivos, nos elementos não vivos, e também no meio ambiente, em paisagens ou em ecossistemas em geral. Além disso, não se negam as valorações humanas; a elas, soma-se o reconhecimento dos valores intrínsecos no não humano⁴²¹.

Deste modo, em diálogo com Gudynas ao pensar a tentativa de Fixar a Barra do Rio Araranguá, argumenta-se que elaborar estratégias para prevenir/mitigar a ocorrência de desastres alicerçadas às potencialidades e aos ritmos da natureza local é fundamental para tratar tal questão. Inclusive, considerando o cenário de sua não realização para se evitar a construção de profundos impactos socioambientais *a posteriori*. Pensar os direitos da natureza pode ser um caminho, também, para se evitar de cair na ilusão de soluções mágicas e custosas como a de caráter estrutural aqui estudada.

Deste modo, objetivou-se, neste tópico, analisar o cenário que envolveu a não realização da Fixação da Barra do Rio Araranguá devido às inconsistências apresentadas nos EIA-RIMA estudados, assim como, primordialmente, a possibilidade de que esta não seria a melhor alternativa para prevenir e mitigar novas ocorrências de enchentes e inundações no município de Araranguá.

⁴²⁰ GUDYNAS, 2019, p. 48.

⁴²¹ *Ibidem*, p. 58.

7 CONCLUSÃO

Objetivou-se analisar a ocorrência de desastres socioambientais causados por enchentes e inundações no município de Araranguá (SC) e as propostas de Fixação da Barra do Rio Araranguá enquanto principal alternativa para sanar tal problemática. Os registros e articulações iniciais para a sua realização remontam a fins do século XIX, estendendo-se até as primeiras décadas do século XXI.

Em linhas gerais, o projeto previa a construção de dois molhes, nas direções sul e norte, seguido de periódicas dragagens, para garantir a estabilidade de vazão do excedente hídrico da BHRA em tempos de fortes chuvas, para, com isso, mitigar o impacto das inundações do rio Araranguá, principalmente, em áreas de baixada, onde residem os moradores do bairro Barranca e da localidade Baixadinha (pertencente ao bairro Vila São José). Atribuía-se que, pelo fato de o estuário do rio Araranguá possuir a característica natural de manter-se em constante movimento, deslocando-se em função dos ventos, na direção Sul/Norte, acabava por não ter a profundidade adequada para vazar o excedente hídrico regional, consequentemente, ampliando o impacto e tempo de duração dos periódicos desastres.

Após a construção inicial de meu problema de pesquisa, pude constatar uma clara divisão acerca das justificativas delineadas para a realização de tal obra que suscitaram os seguintes recortes temporais. Primeiro, centrado entre 1896-1916. Nesse momento, a justificativa para Fixar a Barra do Rio Araranguá era pelo viés econômico devido a uma série de problemáticas enfrentadas pelo município em sua rede de infraestrutura, inclusive, com dificuldades em construir alternativas sólidas para escoar suas produções econômicas.

Enquanto a tentativa realizada em 1897 não logrou êxito, em 1916, rapidamente, após observações das condições apresentadas na Foz do Rio Araranguá, descartou-se tal possibilidade em escoar o carvão explorado na parte norte do município, no então distrito de Criciúma (emancipou-se de Araranguá no ano de 1925), priorizando-se investimentos nos portos de Imbituba e Laguna.

Durante as décadas de 1920-1960, o projeto de Fixação da Barra do Rio Araranguá perde fôlego e fica engavetado, devido à extensão do trecho sul da EFDTC que ligara os, agora, municípios de Araranguá/Criciúma, estabelecendo por quatro décadas um meio de transporte seguro e estável tanto de seu contingente populacional quanto das produções econômicas regionais.

No entanto, a partir da década de 1970, as discussões em torno do projeto de Fixação da Barra do Rio Araranguá são retomadas, não mais apenas com a justificativa de se criar uma válvula econômica para diversificar a rede de infraestrutura do município. Em função do aumento progressivo na ocorrência de enchentes e inundações em Araranguá, sobretudo, no bairro Barranca, o projeto agora é salientado como alternativa para mitigar os impactos causados por enchentes e inundações. Devido a este contexto que se delineou o segundo recorte temporal compreendido entre 1974-2014.

Buscou-se articular o vertiginoso aumento na ocorrência de desastres socioambientais em Araranguá ao contexto marcado pela ascensão das Mudanças Climáticas, processo este acentuado a partir da segunda metade do século XX. De modo que, embora dotado de especificidades, há fatores de ordem global interligados à ocorrência de enchentes e inundações no local de estudo. Além dos desmatamentos em larga escala, destaca-se o das matas ciliares para a formação de áreas agrícolas, intensificadas após a implementação do PROVÁRZEAS, durante a década de 1980, somadas à construção de áreas de risco, expansão urbana desordenada, que, em conjunto com a especulação imobiliária, pressiona populações de baixa renda a ocupar áreas suscetíveis às cheias do rio Araranguá. Acrescenta-se o regime desordenado na distribuição de chuvas na região, aspecto este presente em diversas partes do mundo, que cada vez mais intercala momentos de estiagens e secas, seguidos de intensas chuvas, condensando em poucos dias quantidades que em décadas anteriores distribuíam-se no decorrer de semanas e meses.

Para compreender as dinâmicas que envolvem as particularidades locais entremeadas a transformações de cunho global, no que tange ao aumento na ocorrência de desastres socioambientais, julgou-se importante analisar este processo histórico por meio do aporte teórico do Antropoceno articulado ao conceito de Grande Aceleração, argumentado pelo historiador ambiental John McNeill.

Essas considerações relacionam-se com a perspectiva sobre o que se entende por desastres socioambientais, aos quais buscou-se refletir sobre os diferentes estratos que atuam para a sua construção, principalmente, para além de seus fatores naturais, salientando seus aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais entre outros.

No segundo recorte temporal elencado foram realizadas aberturas da barra nos anos de 1977 e 1987, ambas sem o sucesso esperado. Entre os anos de 2009-2014, o projeto é retomado devido o poder de destruição das águas do rio Araranguá, registrando uma média de desastres acima do normal para a localidade, com o total de cinco desastres em apenas 1 ano e 5 meses.

Ao mesmo tempo que o projeto de Fixação da Barra do Rio Araranguá ganhou adesão do corpo político regional, imprensa, sociedade civil e, principalmente, dos moradores do bairro Barranca, que depositavam na sua realização a esperança de mitigar de modo substancial o impacto das enchentes e inundações do rio Araranguá, outra comunidade histórica do município, a localidade de Ilhas, ponderou receio com relação ao local elencado para realizar a Fixação da Barra do Rio Araranguá, após a sua vinculação ao PAC, no ano de 2009.

A mobilização dos moradores de Ilhas – sempre marcando presença nas reuniões organizadas pela prefeitura, nas audiências públicas, e, sobretudo, com a preocupação em estabelecer contato com autoridades para além da esfera municipal –, fazendo com que sua voz e anseios repercutissem em âmbito federal, por meio de representantes do IBAMA e MPF, foi fundamental para que um contraponto fosse estabelecido sobre a possível Fixação do Estuário do Rio Araranguá, de acordo com a alternativa 1.

Neste quesito intuiu-se analisar de modo crítico a ineficiência do poder público municipal em responder de modo satisfatório às ponderações tecidas pelo MPF em diversos pareceres, com relação à efetividade da Fixação da Barra do Rio Araranguá para prevenir e mitigar o impacto socioambiental causado por enchentes e inundações. Além de possuir um custo milionário, pôde-se averiguar que o projeto não apresentou segurança com relação à eficiência para alcançar os objetivos pretendidos, podendo acarretar possíveis reveses socioambientais aos moradores de Ilhas e a fauna e a flora local.

Também se refletiu por meio da comparação com outras localidades em que tal obra foi implementada, como no caso do estuário do rio Mondego, em Figueira da Foz (PT), em que concluiu-se que este modelo de intervenção por meio da fixação de estuários, através da construção de molhes, apresenta benefícios econômicos relacionados à estabilização das atividades de navegação (desde que se mantenham constantes dragagens), mas não se mostrou eficiente enquanto alternativa para prevenir e mitigar ocorrências de enchentes e inundações.

Conclui-se não de modo a pretender encerrar as discussões sobre o tema, mas, sim, no sentido contrário, com a esperança de que esta pesquisa possa suscitar debates, novos estudos, perspectivas e visões (mesmo que) contrastantes acerca da Fixação da Barra do Rio Araranguá. Objetivou-se considerar amplos cenários que envolvem a complexa interação entre os diferentes seres humanos que habitam o Sul Catarinense e o rio Araranguá no contexto de tentativas em realizar a obra, também considerando a possibilidade de sua não realização.

Para isto, um caminho a ser explorado talvez possa ser analisar alternativas para lidar com a ocorrência de desastres, articuladas às dinâmicas e características naturais do rio

Araranguá. Desta forma, “pensando como um rio”, parafraseando, mais uma vez, o historiador ambiental Donald Worster, não propondo medidas de cunho estrutural, que, apesar de trazer uma importante soma em recursos financeiros para o município, geraria possíveis reveses socioambientais às comunidades tradicionais, à fauna e à flora local.

Propôs-se adicionar a este debate a reflexão sobre a ocorrência de enchentes e inundações no local de estudo, também articulado aos direitos da natureza, conforme pontuado pelo ecólogo social Eduardo Gudynas. Compreender e legitimar que a natureza possui valorações independentes das projetadas pelas sociedades humanas pode se mostrar um caminho basilar no combate à ocorrência de futuros desastres socioambientais no município de Araranguá. Tais questões estão presentes, por exemplo, na constituição do Equador, reconhecendo os direitos da natureza (embora Gudynas saliente que mesmo apenas a proteção constitucional não garante a efetividade de seu cumprimento devido ao poderoso lobby econômico ligado à exploração de petróleo no país).

Tal discussão mostra-se espinhosa pelo fato de que os adeptos de intervenções estruturais às dinâmicas naturais na região estudada argumentam que essas medidas estarão acompanhadas da prevenção relacionada à ocorrência de futuros desastres, somadas à geração de emprego e renda à população. No entanto, o histórico de atividades econômicas delineadas no Sul Catarinense que implementaram profundas alterações aos ritmos da natureza mostra que estas não distribuíram a renda gerada pelo substancial lucro construído, que se manteve concentrado nas mãos de poucos, e socializaram com a população os profundos impactos socioambientais de tais atividades. Nesse sentido, defende-se que é basilar construir um plano para se lidar com a ocorrência de desastres socioambientais em Araranguá capaz de articular tanto as demandas das populações atingidas quanto os direitos da natureza. Espera-se que esta pesquisa possa ser um passo inicial no sentido desta construção.

8 REFERÊNCIAS

- ADAMI, Rose Maria; CUNHA, Yasmine Moura da; FRANK, Beate. **Caderno do educador ambiental das bacias dos rios Araranguá e Urussanga**: adaptado do Caderno do educador ambiental. Criciúma: Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí, 2010.
- ALBERTI, Verena. Histórias Dentro da História. *In*: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.
- AMARAL, Rosangela do; RIBEIRO, Rogério Rodrigues. Inundações e Enchentes. *In*: TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela do (Orgs.). **Desastres naturais**: conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico São Paulo, 2009, p. 41-52.
- ANGELO, Claudio. **Aquecimento Global**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- ARARANGUÁ. **Decreto nº 7830, de 27 de dezembro de 2016**. Dispõe Sobre a Criação de Uma Unidade de Conservação da Natureza Municipal Reserva Extrativista do Rio Araranguá, e dá Outras Providências. Araranguá: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/a/ararangua/decreto/2016/783/7830/decreto-n-7830-2016-dispoe-sobre-a-criacao-da-unidade-de-conservacao-da-natureza-municipal-reserva-extrativista-do-rio-ararangua-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 28 out. 2024.
- ARARANGUÁ. **Lei Complementar nº 150/2012, de 26 de dezembro de 2012**. Araranguá, SC: Prefeitura Municipal de Araranguá. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-ararangua-sc>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- ARTAXO, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, [S. l.], n. 103, 2014, p. 13-24.
- AUMOND, Juarês José; SCHEIBE, Luiz Fernando Scheibbe. Aspectos Geológicos e Geomorfológicos. **Dynamis**: Revista tecno-científica, Blumenau, v. 2, n. 8, p. 117-123, jul./set. 1994.
- BANKOFF, Greg. Cultures of Disaster, Cultures of Coping: Hazard as a Frequent Life Experience in the Philippines. *In*: MAUCH, Christof; PFISTER, Christian (Orgs.). **Natural Disasters, Cultural Responses** – Case Studies Toward a Global Environmental History. Plymouth: Lexington Books. 2009, p. 265-284.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História Ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, C.; FREITAS, R. R.; MELO, A. Y. I. Vulnerabilidade e capacidade adaptativa de uma comunidade pesqueira pós-furacão Catarina. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v. 12, n. 5, p. 655-670, 2021.

BRASIL. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Portaria nº 44, de 20 de março de 2001**. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2001/p_ibama_44_2001_areaexclusaopecarioararangua_sc.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

BRATTI, Gislane Lummertz Coelho. **Vulnerabilidade dos moradores do bairro Barranca em Araranguá – SC, às inundações do Rio Araranguá**. 2008. 60f. Monografia (Especialização em Geografia com Ênfase em Estudos Regionais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2008.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Baurú: EDUSC, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto: 1988.

CAPILÉ, Bruno; SEVILHA, Fabíula; OLIVEIRA, Gabriel Pereira de; CALDERÓN, Vladimir Sánchez (Orgs.). **Às Margens do Progresso – os rios e a modernização nas sociedades latino-americanas**. Maceió, AL: Olyver, 2022.

CAROLA, Carlos Renato; DASSI, Nilso. **Era uma vez o rio Mãe Luzia...** Criciúma: UNESC, 2014.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

CENTRO Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED (UFSC). **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991-2012** (Volume – Santa Catarina). Florianópolis: CEPED – UFSC, 2013.

CHAKRABARTY, Dipesh. Anthropocene Time. **History and Theory**, Middletown (USA), n. 1, p. 5-32, mar. 2018.

CHAKRABARTY, Dipesh. O Clima da História: Quatro Teses. **Sopro**, n. 91, p. 01-23, 2013.

CLEMES, Jonatã Vieira. **Interação ser humano/natureza em Araranguá, SC, através do processo de degradação ambiental do Rio Araranguá - 1900-1950**. 2016, 163 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PHST0571-D.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2024.

COLTEN, Craig E.; HAY, Jenny; GIANCARLO, Alexandra. Colten. 2012. Community resilience and oil spills in coastal Louisiana. **Ecology and Society**, v. 17, n. 3, p. 5. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol17/iss3/art5/>.

COMASSETTO, Vilmar. **Água, meio ambiente e desenvolvimento na Bacia do Araranguá (SC)**. Florianópolis, 2008. 339 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

CONRAD, Sebastian. **O Que é a História Global?** Lisboa (Portugal): Edições 70, 2019.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: HUCITEC, 2008. 198 p.

ENGELKE, Peter; MCNEILL, John. **The Great Acceleration: an environmental history of the anthropocene since 1945**. Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2016.

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. **As transterritorializações na bacia do rio Uruguai e o alagamento sistemático de coletividades**. Florianópolis, 2009. 1 v. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.

FEIO, Maria João; TEIXEIRA, Zara. Alterações Globais dos Rios: pressões antropogênicas e alterações climáticas. In: FEIO, Maria João; FERREIRA, Verônica (org). **Rios de Portugal: comunidades, processos e alterações**. Coimbra (PT): Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 313-334.

FOLHA, Rosa Maria Rodrigues Queiroz. **Impactes naturais e antrópicos no Estuário do rio Mondego e litoral adjacente**. Dissertação (Mestrado em Geografia Física – Ambiente e Ordenamento do Território) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 103 f. 2011.

FREITAS, Joana Gaspar de; DIAS, João Alveirinho. Figueira da Foz (Portugal): o compromisso (possível) entre o homem e o meio. In: PEREIRA, Sílvia Dias *et al.* **Formação e Ocupação de Litorais nas Margens do Atlântico – Brasil/Portugal**. Rio de Janeiro: Corbã, 2014, p. 17-33.

FUNES, Eurípedes. História Ambiental – possibilidades e novos olhares. In: NODARI, Eunice Sueli; CORREA, Silvio Marcus de Souza (Orgs.). **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013, p. 203-218.

GOMES, Rodolfo Batista. **Levantamento, Análise de Dados e de Fatores Condicionantes para a Ocorrência das Enchentes Com Proposta de Medidas Mitigadoras para a Cidade de Araranguá**. 107 f. TCC (Curso de Engenharia Ambiental) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.

GOVERNO de Santa Catarina. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Araranguá – Etapa B: Diagnóstico e Prognóstico dos Recursos Hídricos – Atividade B2 – Cenário Hídrico Atual**. Porto Alegre: Profill, 2014.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza – ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019, p. 340.

HOBOLD, Paulo. **A história de Araranguá: nova edição**. Araranguá: [s.n.], 2005.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia. Documento e História – A Memória Evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e Suas Fontes**. São Paulo: Contexto. 2009, p. 09-28.

KOBIYAMA, Masato *et al.* **Prevenção de desastres naturais:** conceitos básicos. Curitiba: Organic Trading Editora, 2006.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Cia das Letras, 2019.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. *In:* Encontro Nacional de História da Mídia, 10, 2015, Porto Alegre (RS). **Anais do Evento** (Texto Completo). Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 01-15. Disponível em: https://www.academia.edu/17677584/O_jornal_impresso_como_fonte_de_pesquisa_delineamentos_metodol%C3%B3gicos. Acesso: 29 ago. 2024.

LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis. *In:* BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina** (estudos contemporâneos). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 73-82.

LEINFELDER, R. Assuming Responsibility for the Anthropocene: Challenges and Opportunities in Education. *In:* TRISCHLER, H. Anthropocene: Envisioning the Future of the Age of Humans. **RCC Perspectives**, Munich, n. 3, 2013, p. 9-28.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. **Desastres socioambientais e memória no sul de Santa Catarina (1974-2004).** 2015. 348 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015.

LIMA, João L.M.P. de; LIMA, M. Isabel P. de; RODRIGUES, Rui. Hidrologia. *In:* FEIO, Maria João; FERREIRA, Verônica (Org.). **Rios de Portugal:** comunidades, processos e alterações. Coimbra (PT): Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. **História Oral**, v. 2, n. 14, p. 221-254, jul.-dez. 2011, p. 221-254.

MAIA, Andréa Casa Nova; SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. **Rio Cidade Submersa:** imagem e história das inundações cariocas. Rio de Janeiro: Onirá, 2025.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso Ambiental.** São Paulo: Unicamp, 2018.

MARQUES, Luiz. **O Decênio Decisivo** – propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.

MARTINEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil:** pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006. 120p.

MAUCH, Christof. Introduction. *In*: MAUCH, C.; PFISTER, C. (Orgs.). **Natural disasters, cultural responses: case studies toward a global environmental history**. Plymouth: Lexington Books, 2009, p. 01-16.

MCNEILL, John R; MAULDIN, Erin S. Global Environmental History: An Introduction. *In*: MCNEILL, John R; MAULDIN, Erin S. (ed). **A Companion to Global Environmental History**. Oxford: Blackwell, 2012, p. XVI-XXIV.

MONTYSUMA, Marcos F. Freire. Subjetividade e história oral: possíveis interações na autorização de cessão de uso de relatos. *In*: LAVERDI, Robson *et al.* **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. da UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012, p. 55-68.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Travessias e Desafios. *In*: LAVERDI, Robson *et al.* **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. da UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012, p. 46.

MOORE, Jason. O Surgimento da Natureza Barata. *In*: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022, p. 129-186.

MOTA, Rui Miguel Sousa. **Estudo sedimentológico de duas sondagens executadas em 2019 na margem direita do rio Mondego (entre o Largo da Portagem e o açude-ponte de Coimbra)**: interpretação da evolução fluvial, 2019. 72 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Coimbra, Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Coimbra, 2019.

NASCIMENTO, Dorval do. **As curvas do trem**: a presença da estrada de ferro em Criciúma (1919-1975): cidade, modernidade e vida urbana. Florianópolis, 2000. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2000.

NETO, Regina Beatriz Guimarães. Historiografia, Diversidade e História Oral: questões metodológicas. *In*: LAVERDI, Robson *et al.* **História oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. da UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012, p. 15-37.

NILES, Djalma Santos. **Eventos de inundação em Araranguá**: tipos de ocorrências. 2009. 65 f. TCC (Curso de Geografia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; LOPES, Alfredo Ricardo Silva. **Apresentação**. *In*: NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; LOPES, Alfredo Ricardo Silva (Orgs.). **Desastres socioambientais em Santa Catarina**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 7-10.

OLIVEIRA, Maria Galleno de Souza. **Os Desastres Naturais no Brasil**: Direitos, Políticas Públicas e Sociedade. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

OLIVEIRA, Sônia Maria Barros de. Base Científica Para a Compreensão do Aquecimento Global. *In*: VEIGA, José Eli (org). **Aquecimento Global**: frias contendidas científicas. São Paulo: SENAC, 2008, p. 17-53.

OLIVER-SMITH, A. “What is a Disaster”: Anthropological perspectives on a persistent question. In: OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN S. M. (Orgs.). **The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective**. London: Routledge, 1999, p. 18-34.

OLSTEIN, Diego. **Pensar la Historia Globalmente**. Fondo de Cultura Económica: Ciudad de México, 2019.

PÁDUA, José Augusto. **Brazil in the History of Anthropocene**. In: ISSBERNER, Liz-Rejane; LENA, Phillipe. **Brazil in the Anthropocene: Conflicts between Predatory Development and Environmental Policies**. London: Routledge, 2017.

PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PARDAL, João *et al.* Impactos das Grandes Cheias do Rio Mondego na Região de Coimbra – Uma Resenha Histórica. In: LOURENÇO, Luciano; NUNES, Adélia. **Risco de Cheias e Risco de Inundações Fluviais**. Aprender Com o Passado. Coimbra: Riscos (Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança), 2022, p. 75-107.

PRESA, Juliana Brocca. **A insustentabilidade ambiental dos modelos agrorizicultores presentes na bacia hidrográfica do Rio Araranguá (1980-2017)**. 2018. 259 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, José Luís. Factores ambientais e impactes antrópicos condicionantes das actividades tradicionais no estuário do Mondego. In: Seminário Internacional sobre o sal português, 1. **Anais**. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005, p. 392-405.

RITCHIE, Hannah; ROSADO, Pablo (2024). “Is the number of natural disasters increasing?”. Published online at OurWorldinData.org. Retrieved from: 'https://ourworldindata.org/disaster-database-limitations' [Online Resource]. Acesso: 14/10/2025.

ROCHA, Alexandre; ROCHA, Micheline Vargas de Matos. **Nos Trilhos da Memória – A Ferrovia em Araranguá**. Araranguá: Ed. do Autor, 2022.

ROCHA, Lilian Rose Lemos. **Direitos da Natureza: uma visão biocêntrica**. Curitiba: CRV, 2021.

ROSSO, Aline Louize Deliberali. **A Influência da política na produção jornalística: uma análise sobre a editoria de política do jornal Diário Catarinense**. Florianópolis, 2011. 165 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2011.

SANTOS, Josiel dos. **Arqueologia Guarani e sistema de assentamento no extremo sul de Santa Catarina**. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

SANTOS, Juliana Vamerlati. **Um olhar sócio-ambiental da história: a trajetória do movimento ambientalista e seus conflitos com a atividade carbonífera no sul de Santa Catarina (1980-2008)**. Florianópolis, 2008. 1 v. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2008.

SCHEIBE, Luiz Fernando; BUSS, Maria Dolores; FURTADO, Sandra Maria de Arruda (Org.). **Atlas ambiental da bacia do Rio Araranguá: Santa Catarina – Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2010.

SOUZA, Gabriel Cruz de. **As artesãs irmãs Souza: visualidade e arte popular em Santa Catarina (Araranguá, 1980)**. 188 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017.

SPRÍCIGO, Antônio Cesar. **Sujeitos esquecidos, sujeitos lembrados: escravidão na freguesia do Araranguá no Século XIX**. Caxias do Sul, RS: [s.n.], 2007.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. Ed. rev. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

TOMINAGA, Lídia Keiko. Desastres Naturais: por que ocorrem? In: TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosângela do (Orgs.). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico São Paulo, 2009, p. 13-22.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão: das origens ao século XX**. Tubarão, SC: INCOPEL, 1992.

VEYRET, Yvette. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

WHITE, Richard. “Você é um ambientalista ou trabalha para se sustentar?”: trabalho e natureza. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 475-494, 2013.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WORSTER, Donald. Pensando Como Um Rio. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). **A Natureza dos Rios – História, Memória e Territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008, p. 27-46.

PERIÓDICOS

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ARARANGUÁ:

- Jornal *Enfoque Popular*, edições dos anos de 2011-2014.

- Jornal *Nosso Tempo*, edições do ano de 1987.
- Jornal *O Tempo Diário*, edições dos anos de 1999-2009.
- Jornal *O Sul*, edição do ano de 1977.
- Jornal *Semana News*, edições do ano de 2009.
- Jornal *Sem Censura*, edições dos anos de 2003-2010.
- Jornal *Tribuna do Vale*, edições dos anos de 1984-1987.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DONATILA BORBA (CRICIÚMA)

- *Jornal da Manhã*, edições dos anos de 2008, 2009 e 2014.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA (FLORIANÓPOLIS)

- Jornal *Diário Catarinense*, edições dos anos de 2008 e 2009.
- Jornal *Republica*, edição de outubro de 1896.

DOCUMENTOS

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ARARANGUÁ:

- BARROS, Ademar de. [Telegrama] 26 de junho de 1952, Rio de Janeiro, para Walter Belinzoni, Araranguá (SC). 1 f. Informações a respeito da draga utilizada na Barra do Rio Araranguá.
- [S.A.] A Nova Barra de Araranguá e as provas, serem as condições da mesma em conformidade as exigências especificadas na concerned lei estadual e as respectivas [palavra seguinte ilegível] dos contractos celebrados á tempo com o Governo do Estado de Santa Catharina. [s.d.] (Provavelmente 1899). 29 p.

ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ:

- **ATA da Audiência Pública Para Discussão do Estudo de Impacto Ambiental e Respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA - Referente ao empreendimento Fixação da Barra do Rio Araranguá.** Realizado no Grêmio Fronteira, Araranguá, no dia 04 de outubro de 2011. 1 p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. **Parecer nº 107/2012 – COPAH, CGTMO, DILIC, IBAMA**, 27 de novembro de 2012. Brasília, 18 p.
- DIAS, Darlan Airton. **Recomendação nº 32/2011**. 20 de outubro de 2011. Santa Catarina, Procuradoria da República no município de Criciúma. 12 p.

- DRENGE Dragagem Ltda. **Proposta de Dragagem Para Abertura de Uma Barra, Em Araranguá – SC.** Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1987. [n.p.].

- ENERGIA E MEIO AMBIENTE – ENGERA. **EIA-RIMA - Relatório de Impacto Ambiental da Fixação da Foz do Rio Araranguá.** Prefeitura Municipal de Araranguá – Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente. Setembro de 2009. 337 P.

- NETO, Manoel dos Santos (eng. Responsável pela Drenge Dragagem Ltda). **Ref. – contrato nº. 010/87 – Abertura da Barra do Rio Araranguá.** Documento endereçado a Manoel Mota (Prefeito Municipal de Araranguá), Rio de Janeiro, 10 de junho de 1987. [n.p.].

- OLIVEIRA, Dirceu de. **Relatório à Procuradoria Jurídica Araranguá – Abertura da Barra do Rio Araranguá – Restrições Apuradas.** Araranguá, 23 de janeiro de 1989, 6 p.

FUNDAÇÃO AMBIENTAL DE ARARANGUÁ:

- ACQUAPLAN Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA – Fixação da Barra do Rio Araranguá, SC.** Prefeitura Municipal de Araranguá, 2011, 956 p.

ENTREVISTAS REALIZADAS PELO AUTOR

- Entrevista realizada com Adeirde Lemos Pedroso (68 anos de idade), no dia 11 de setembro de 2024.

- Entrevista realizada com Beline Aparício Geraldino (64 anos de idade), no dia 5 de junho de 2024.

- Entrevista realizada com Daniel Viriato Afonso (57 anos de idade), no dia 10 de julho de 2023.

- Entrevista realizada com Davi Moreira Afonso (65 anos de idade), no dia 23 de agosto de 2023.

- Entrevista realizada com Gisele Cardoso (42 anos de idade), no dia 27 de julho de 2023.

- Entrevista realizada com Hamilton Vieira Valério (66 anos de idade), no dia 10 de junho de 2024.

- Entrevista realizada com Janaína Melo Alexandrino (48 anos de idade), no dia 14 de julho de 2023.

- Entrevista realizada com Palmede Antônio Pedroso (75 anos de idade), no dia 10 de junho de 2015.

- Entrevista realizada com Radnor José Alves (Seu Nino – 86 anos de idade), no dia 31 de julho de 2023.

ENTREVISTAS COLETADAS NA OBRA “NOS TRILHOS DA MEMÓRIA”

- Entrevista realizada por Alexandre e Micheline Rocha com Terezinha Cecconi.
- Entrevista realizada por Alexandre e Micheline Rocha com Juraci Córdova Elias.